



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ANIELY SILVA BRILHANTE**

**“O MAR ENSINA”: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE  
JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2020**

ANIELY SILVA BRILHANTE

“O MAR ENSINA”: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO  
AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração: Avaliação de Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi

FORTALEZA – CEARÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- B866“ Brillhante, Anielv Silva.  
“O mar ensina” : avaliação da política de expansão do IFCE junto aos povos do mar de Camocim/Ce /  
Anielv Silva Brillhante. – 2020.  
231 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado  
Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2020.  
Orientação: Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi.
1. Avaliação . 2. Educação Profissional e Tecnológica . 3. Povos do Mar. 4. Desenvolvimento. 5. IFCE. I.  
Título.

CDD 320.6

---

ANIELY SILVA BRILHANTE

“O MAR ENSINA”: AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DO IFCE JUNTO  
AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM/CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Apresentada em: 30/04/2020

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa Dra Alícia Ferreira Gonçalves  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

## AGRADECIMENTOS

A minha família, minha mãe Lúcia, pai Rubens, vovó Bibia, irmãos Alyne e Júnior, sobrinho Gael, Aroldo, Eline, Raimunda, pelo companheirismo e cumplicidade no cotidiano, em momentos difíceis e na alegria de mais uma conquista.

Ao meu orientador Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi, sou muito grata pela gentileza e dedicação para construir esse trabalho comigo, muito obrigada por tudo!

Aos pescadores de Camocim e suas famílias, aqui representados com todo respeito e admiração, meus profundos agradecimentos.

Aos professores Prof. Dr. Carlos Américo Leite Moreira e Profa Dra Alícia Ferreira Gonçalves, obrigada por aceitarem o convite de participar da minha banca, desde o processo de qualificação até a defesa.

Aos amigos e companheiros da vida Eveline Landim, Varni Monteiro, Revellis Albuquerque e Vitor Colhado, que sorte ter vocês na minha vida, vocês foram meu alicerce.

A Varni, Lucas e Vitória por terem me acompanhado na aventura da pesquisa de campo, ajudando em tudo, por terem ficado ao meu lado construindo essa experiência no bairro Praia, de madrugada, em alto mar, fazendo o mapa do bairro, muito obrigada. Valeu a pena todo o esforço!

Aos amigos do IFCE *campus* Camocim, em especial Paulo, Gilson, Val, Orlando, Joyce, Islayne, Daniele, Helena, Fábio, Sabrina, Carol, James, Iris, Messias, Sandro, Marcio, pessoas queridas que admiro muito.

À equipe do Setor de Assistência Estudantil do IFCE *campus* Camocim, Joyce, Ana, Flávia e Magno, por todo suporte durante minhas limitações e ausências.

Aos estudantes do IFCE *campus* Camocim que são a alegria e a vida do *campus*, minha profunda admiração.

Aos estudantes e docentes do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da Universidade Federal do Ceará (UFC) turma Acaraú, muito agradecida pela oportunidade.

Às amigas da Casa das Sete Mulheres, Sabrina Lopes, Kamyle Braga, Rhavenna Magalhães, Ariadne Rabelo, Adriana Sales e Mercês Santos, obrigada por terem entrado na minha vida, vocês são grandes mulheres e eu agradeço pela cumplicidade e apoio no cotidiano, vocês fizeram dessa experiência um momento de muitas alegrias.

Às colegas assistentes sociais Elidiane e Carminha do IFCE *campus* Acaraú que gentilmente me substituíram durante a licença capacitação.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Trata-se de uma avaliação de caráter qualitativo, a ser realizada por meio de um estudo de caso no IFCE *campus* Camocim junto aos povos do mar do bairro Praia de Camocim. Para tanto, apresenta-se como questão central: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? Esta questão fundamenta-se a partir da discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento em Celso Furtado (1980) e a discussão do conceito de educação profissional em Saviani (2007), dentre outros. A perspectiva teórico-metodológica da avaliação adotada apresenta como parâmetros a análise experiencial de Lejano (2012), que busca embasar a pesquisa avaliativa na relação texto e contexto da política. De forma complementar, utilizam-se os estudos da “avaliação em profundidade” de Rodrigues (2008), Gussi (2016) e Gonçalves (2008). O percurso metodológico consistiu em três etapas: a pesquisa bibliográfica, documental e estatística; pesquisa de campo com observação no Bairro Praia e entrevistas individuais e, por fim, a organização e análise de dados. Os sujeitos centrais da pesquisa foram os pescadores, estudantes do IFCE, pertencentes aos povos do mar, docentes, técnicos administrativos, colaboradores e gestor do *campus* Camocim. Desse modo, realizou o desenvolvimento dos eixos analíticos da avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008), a saber: (i) a análise do contexto político brasileiro do Governo Lula e Dilma; (ii) a análise do conteúdo da política de expansão dos Institutos Federais; e (iii) a construção da trajetória institucional do IFCE *campus* Camocim. Por fim, a avaliação centrou a experiência da política de expansão do IFCE em sua relação com os povos do mar de Camocim, estabelecendo parâmetros para a relação entre o texto da política e contexto local de sua implementação (LEJANO, 2012). Como resultados, os indicadores apontam que a expansão dos IF vem oportunizando o acesso à educação pública, presencial e federal, e que o IFCE *campus* Camocim contribui para a mudança de vida dos familiares dos pescadores. Contudo, o diálogo com os povos do mar está institucionalmente embrionário, ainda que com potencial para avançar diante da possibilidade do IFCE em rever os seus métodos pedagógicos nos termos de uma educação profissional de caráter emancipatório, e ser coerente com o contexto da comunidade local para alcançar o desenvolvimento no sentido de Furtado (1980). Nesse sentido, sugere-se a incorporação de metodologias mais inclusivas e flexíveis por meio de um projeto institucional articulado com ensino, pesquisa e extensão, respeitando a autonomia dos sujeitos e da comunidade dos povos do mar.

**Palavras-chave:** Avaliação; Educação Profissional e Tecnológica; Desenvolvimento; Povos do Mar; IFCE.

## ABSTRACT

This work aims to evaluate the public policy of expanding professional and technological education, within the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), and its relationship with the development of the “peoples of the sea”, located in the municipality of Camocim/CE. This is a qualitative assessment, to be carried out through a case study at the IFCE campus Camocim with the “people of the sea” in the Praia de Camocim neighborhood. To this end, it presents itself as a central question: to what extent the IFCE's expansion policy has been contributing to the development of the “peoples of the sea” of Camocim / CE? This question is based on the theoretical discussion on the concept of development in Celso Furtado (1980) and the discussion of the concept of professional education in Saviani (2007), among others. The theoretical-methodological perspective of the adopted evaluation presents Lejano's (2012) experiential analysis as parameters, which seeks to base the evaluative research on the relationship between text and policy context. In a complementary way, the studies of “in-depth evaluation” by Rodrigues (2008), Gussi (2016) and Gonçalves (2008) are used. The methodological path consisted of three stages: bibliographic, documentary and statistical research; field research with observation in Bairro Praia and individual interviews and, finally, the organization and analysis of data. The central subjects of the research were the fishermen, students of IFCE, belonging to the peoples of the sea, teachers, administrative technicians, collaborators and manager of the Camocim campus. In this way, it carried out the development of the analytical axes of in-depth evaluation (RODRIGUES, 2008), namely: (i) the analysis of the Brazilian political context of the Lula and Dilma Government; (ii) the analysis of the content of the expansion policy of the Federal Institutes; and (iii) the construction of the institutional trajectory of the IFCE campus Camocim. Finally, the assessment centered the experience of IFCE's expansion policy on its relationship with the “people of the sea” in Camocim, establishing parameters for the relationship between the policy text and the local context of its implementation (LEJANO, 2012). As a result, it is evaluated that the expansion of the IF provides access to public, face-to-face and federal education and that the IFCE campus Camocim contributes to the change of life of the family of the fishermen. However, the dialogue with the peoples of the sea is institutionally embryonic, although with the potential to advance in the face of the possibility of IFCE in revising its pedagogical methods in terms of an emancipatory professional education, and being consistent with the context of the local community. to achieve development in the sense of Furtado (1980). In this sense, it is suggested to incorporate more inclusive and flexible methodologies through an institutional project articulated with teaching, research and extension, respecting the autonomy of the subjects and the community of the “peoples of the sea”.

**Keywords:** Evaluation; Professional and Technological Education; Development; Peoples of the Sea; IFCE.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Diagrama Avaliação de Políticas Públicas.....	31
Figura 2 -	Mapa do Bairro Praia.....	40
Figura 3 -	Mosaico Abrigo, Guarderia, Pesqueira e Centro de Artesanato.....	42
Figura 4 -	Cotidiano da pesca em Camocim.....	43
Figura 5 -	Mosaico observação de campo cotidiano da pesca.....	44
Figura 6 -	Observação de campo em alto mar.....	46
Figura 7 -	Mosaico pesca, canoa encalhada e chegada em terra.....	47
Figura 8 -	Resultado da Expansão da Rede Federal de EPT.....	81
Figura 9 -	Assembleia do MPP em Aquiraz (2015).....	100
Figura 10-	Mapa Município de Camocim.....	101
Figura 11-	Localização do município de Camocim no mapa do Ceará.....	102
Figura 12-	Imagem aérea do encontro rio Coreaú e mar em Camocim/CE.....	102
Figura 13-	Início da ocupação urbana de Camocim - bairro Praia.....	105
Figura 14-	Mosaico tipos de embarcações em Camocim.....	110
Figura 15-	Procissão marítima de São Pedro 2017.....	119
Figura 16-	Procissão marítima de São Pedro 2017.....	119
Figura 17-	Regata de Canoas de 2016.....	120
Figura 18-	Cais do Porto e estação Ferroviária de Camocim.....	121
Figura 19-	Embarcações na Praia do Odus (bairro praia).....	121
Figura 20-	Avenida Beira Mar , Bairro praia (1983).....	122
Figura 21-	Regatas de Canoas em Camocim bairro praia (1983).....	123
Figura 22-	Cronologia e denominação do IFCE.....	131
Figura 23-	Expansão do IFCE.....	133
Figura 24-	Expansão do IFCE.....	134
Figura 25-	Solenidade de inauguração.....	137
Figura 26-	Mosaico ampliação do IFCE campus Camocim.....	146
Figura 27-	Origem dos discentes 2012-2018.....	153
Figura 28-	Cursos pré-selecionados para audiência pública futura.....	159
Figura 29-	Mosaico aula de campo FIC Ostricultura (2012).....	185
Figura 30-	Mosaico projeto limpeza das praias Camocim CE.....	186
Figura 31-	Mosaico minicurso aproveitamento de pescado.....	187

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de docentes no IFCE <i>campus</i> Camocim.....	147
Gráfico 2 -	Número de TAES no IFCE <i>campus</i> Camocim.....	148
Gráfico 3 -	Número de cursos por modalidade.....	148
Gráfico 4 -	Número de matrículas, ingressantes, egressos e evasão (inativos).....	149
Gráfico 5 -	Perfil discente em relação ao sexo.....	150
Gráfico 6-	Perfil discente por faixa etária.....	151
Gráfico 7 -	Distribuição do percentual dos alunos do sexo masculino de acordo com a renda familiar.....	151
Gráfico 8 -	Distribuição do Percentual dos alunos do sexo feminino de acordo com a renda familiar.....	152
Gráfico 9 -	Perfil discente em relação à raça e cor.....	152
Gráfico 10 -	Números de auxílios e serviços da Assistência Estudantil 2018.....	154
Gráfico 11 -	Atividades de pesquisa no IFCE <i>campus</i> Camocim.....	156
Gráfico 12 -	Número de estudantes dos povos do mar por curso.....	173
Gráfico 13-	Histórico do número de alunos bairro praia.....	174

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
ACCAL	Academia Camocinense de Ciências, Artes e Letras
AP	Avaliação em Profundidade
APEOC	Sindicato dos Professores e Servidores em Educação do Estado do Ceará
APL	Arranjos Produtivos Locais
AVC	Acidente Vascular Cerebral
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPACIT	Centro de Capacitação e Assessoria Técnica
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPI	Colégio Estadual Professor Ivan Pereira de Carvalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
CSU	Centro Social Urbano
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DOU	Diário Oficial da União
EBC	Empresa Brasileira de Comunicação
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LABOMAR	Instituto de Ciências do Mar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MB	Marinha do Brasil
MEC	Ministério da Educação
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MSI	Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNDSAP	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca
PNE	Plano Nacional de Educação
POP	Curso de Habilitação de Pescador Profissional
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Político Institucional
PREPOM	Programa de Ensino Profissional Marítimo
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RGP	Registro Geral da Pesca
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SPH	Serviço de Promoção Humana
SRB	Curso Técnico em Serviço de Restaurante e Bar
TAE	Técnico Administrativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidades de Conservação
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNEDs	Unidade de Ensino Descentralizada
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	O PERCURSO ANALÍTICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA AVALIATIVA SOBRE O IFCE E OS POVOS DOS MAR.....	26
2.1	Abordagem experiencial de Raúl Lejano.....	27
2.2	Dimensões da avaliação em profundidade.....	29
2.3	Aspectos metodológicos da pesquisa.....	32
2.4	Etapas da pesquisa, técnicas e instrumentos.....	35
2.5	Relatos breves da pesquisa de campo na comunidade.....	40
2.6	Organização e Análise dos dados.....	48
3	UMA DISCUSSÃO ACERCA DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	51
3.1	Conceitos acerca do desenvolvimento .....	52
3.2	Conceitos de educação profissional.....	62
4	A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: CONTEXTOS POLÍTICOS, CONTEÚDOS E TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS.....	67
4.1	Os contextos políticos da expansão dos IFs.....	67
4.2	O conteúdo e a trajetória da política expansão dos Institutos Federais.....	76
4.2.1	<i>Marcos regulatórios das fases da expansão.....</i>	85
5	O CONTEXTO: OS POVOS DO MAR DO BAIRRO PRAIA DE CAMOCIM.....	93
5.1	Discussões acerca dos povos do mar.....	93
5.2	Camocim e especificidades dos povos do mar.....	100
5.2.1	<i>A dimensão histórica.....</i>	101
5.2.2	<i>A dimensão socioeconômica: a pesca e os pescadores.....</i>	106
5.2.3	<i>Dimensões da cultura: tradições e lazer dos povos do mar.....</i>	117
5.2.4	<i>Dimensão educacional.....</i>	124
6	A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL IFCE CAMPUS CAMOCIM.....	130
6.1	A expansão no contexto do IFCE.....	130
6.2	A trajetória do IFCE <i>campus</i> Camocim.....	134
6.2.1	<i>A instalação do Campus Camocim.....</i>	135

6.2.2	<i>A estrutura, chegada dos servidores e o funcionamento dos cursos.....</i>	138
6.2.3	<i>Dados institucionais e o atual perfil dos discentes.....</i>	146
6.2.4	<i>Atividades de pesquisa.....</i>	155
6.2.5	<i>Atividades de extensão.....</i>	157
6.2.6	<i>Aspectos da política institucional.....</i>	160
6.3	<b>Resultados da expansão do IFCE em Camocim.....</b>	162
6.3.1	<i>Relações políticas.....</i>	162
6.3.2	<i>A expansão precarizada.....</i>	164
6.3.3	<i>Acesso à educação profissional e tecnológica.....</i>	165
6.3.4	<i>Concepções sobre educação profissional do IFCE campus Camocim.....</i>	167
7	<b>A EXPERIÊNCIA DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM.....</b>	172
7.1	<b>A trajetória institucional do IFCE Camocim e os povos do mar: resultados.....</b>	173
7.1.1	<i>Perfil discente dos alunos dos povos do mar do IFCE.....</i>	173
7.1.2	<i>Ensino, pesquisa e extensão e os povos do mar.....</i>	177
7.1.2.1	Ensino.....	177
7.1.2.2	Atividades de pesquisa.....	182
7.1.2.3	Atividades de extensão.....	184
7.1.3	<i>Dimensões pedagógicas e organizacionais do IFCE e os povos do mar.....</i>	189
7.1.3.1	Diálogos junto aos povos do mar.....	189
7.1.3.2	O compromisso institucional dos servidores.....	191
7.1.3.3	A concepção de ciência e tecnologia.....	192
7.1.4	<i>Os povos do mar e o IFCE: percepções e mudanças.....</i>	195
7.1.4.1	Percepções do IFCE Camocim.....	195
7.1.4.2	Mudança de vida dos discentes filhos de pescadores.....	196
8	<b>SÍNTESE AVALIATIVA: A FUSÃO ENTRE TEXTO E CONTEXTO...</b>	200
9	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	210
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	213
	<b>APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	225
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM DOCENTES.....</b>	226

<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM TÉCNICO ADMINISTRATIVOS.....</b>	<b>227</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM COLABORADORES.....</b>	<b>228</b>
<b>APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM GESTOR.....</b>	<b>229</b>
<b>APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM ESTUDANTES.....</b>	<b>230</b>
<b>APÊNDICE G - ROTEIRO DE PESQUISA DE CAMPO COM OS POVOS DO MAR/ FAMILIARES DOS ESTUDANTES.....</b>	<b>231</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE.

Os povos do mar<sup>1</sup> são compreendidos, neste estudo, como uma comunidade tradicional que possui atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações (DIEGUES et. al., 2000, p. 18). É o caso dos pescadores e familiares que moram em Camocim, uma cidade litorânea do extremo oeste do Estado do Ceará, com 141 anos de emancipação política. Vizinha à praia de Jericoacoara, possui uma distância da capital de 379,3km, conta com mais de 63 mil habitantes e 1.158 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

O mar, as canoas, os pescadores e seus familiares, em especial os que moram no bairro praia (zona urbana de Camocim), são o cenário desta pesquisa. Diante do encontro do rio com o mar, muitas histórias foram contadas. Dos índios Tremembés aos pescadores, o “pessoal da praia” apresenta aqui uma sabedoria única, pois, como dizem eles, “o mar ensina”.

A cidade de Camocim é banhada pelo Rio Coreaú que, ao desembocar no mar, serve de estuário para a reprodução de espécies animais e vegetais. Conta com 62 quilômetros de praias, correspondendo a cerca de 10% do litoral cearense. Com isso, a pesca e o peixe, historicamente, são símbolos da economia e cultura de Camocim. A fartura de frutos do mar de antigamente fez com que o município ficasse conhecido em todo Estado como “Camocim terra do peixe” (SANTOS, 2017, p. 69).

Entretanto, semelhante a outras comunidades pesqueiras cearenses, as famílias dos povos do mar em Camocim vivem, atualmente, diante da perspectiva da transformação do seu modo de vida e confrontam-se com diferentes atores sociais (especuladores imobiliários, intermediários, atravessadores, veranistas, empreendedores turísticos e turistas). Assim, como afirma Lima, mesmo diante da inconstância dos ventos que sopram, lançam suas redes em busca da garantia do direito ao uso do espaço, à permanência da pesca artesanal, através da gestão compartilhada, e à afirmação da vida (LIMA, 2006, p. 40).

---

<sup>1</sup> Utilizaremos a expressão “povos do mar” em referência ao evento Encontro Sesc Povos do Mar, sendo um evento de grande repercussão a nível estadual, promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC/Ceará).

Reconhecendo a importância dessa comunidade tradicional, observa-se a necessidade de maior estudo e ação por parte das políticas públicas, visando aprimorar as condições socioeconômicas e culturais essenciais à permanência do modo de vida dos povos do mar.

Dessa forma, a avaliação, ora apresentada, realiza uma pesquisa buscando integrar o contexto dos povos do mar à política pública de educação. Mais especificamente, à política de expansão da educação profissional e tecnológica dos IF's.

Efetivamente, o encontro do IFCE com Camocim e os povos do mar de Camocim ocorreu com o início das atividades do IFCE *campus* Camocim, em 2012, com os primeiros cursos de extensão chamados cursos de “Formação Inicial e Continuada” (FIC's)<sup>2</sup>, organizados pelos seus primeiros docentes, a saber: de recepcionista de eventos, formação para merendeiros escolares e capacitação comunitária em ostreicultura. As primeiras turmas já contavam com alunos dos povos do mar. Em 2013, foram criados os Cursos Técnicos Subsequente em Restaurante e Bar, Manutenção e Suporte em Informática, e os superiores de Tecnólogo em Processos Ambientais, Licenciatura em Letras Português e Inglês e Licenciatura em Química, e o *campus* permaneceu tendo a presença das famílias dos pescadores.

Na verdade, o IFCE *campus* Camocim simbolizou a chegada dos primeiros cursos de educação profissional e tecnológica públicos, gratuitos, federais e presenciais na cidade.

Por educação profissional e tecnológica (EPT) entende-se uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e tem como finalidade preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade<sup>3</sup>. Em Camocim, a EPT integra diversos níveis e modalidades da educação, os cursos técnicos na forma subsequente, sendo necessário já ter concluído o ensino médio; cursos superiores e pós-graduação. Não há previsão de início do curso técnico integrado com ensino médio.

Ao estudar os aspectos que favoreceram a chegada do *campus* do IFCE em Camocim, em um contexto nacional, depreende-se que esta unidade foi resultado de um contexto histórico e político brasileiro, o da expansão da Rede Federal de Educação

---

2 A formação inicial e continuada (FIC), ou qualificação profissional, é organizada para preparar para a vida produtiva e social, promovendo a inserção e reinserção de jovens e trabalhadores no mundo do trabalho. Isso inclui cursos de capacitação profissional, aperfeiçoamento e atualização profissional de trabalhadores em todos os níveis de escolaridade; abrange cursos especiais, de livre oferta, abertos à comunidade, além de cursos de qualificação profissional integrados aos itinerários formativos do sistema educacional (MEC, 2019).

3 Conceito de educação profissional elaborado pelo Governo Federal, disponível no site oficial em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=65251:educacao-profissional-e-tecnologica-ept>

Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), promovida durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e que teve continuidade no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). Representou, outrossim, uma transformação na história dos IF's, hoje reconhecidos como megainstituições que não permitem comparação internacional em país algum do mundo, como aponta Arcary (2015). Comparando com o período de 1909 a 2002, o Brasil teve 24 presidentes e construiu um total de 140 escolas técnicas federais. No período de 2003 a 2016, apenas durante a gestão de dois presidentes, foram construídas e inauguradas 504 novas unidades federais.

Todavia, as mudanças foram tanto quantitativas, com o aumento do número de campi, mas, sobretudo, quanto às estratégias políticas, econômicas e sociais, que se fundam a partir das bases do modelo de desenvolvimento que norteou as ações do governo do Partido dos Trabalhadores, inaugurando uma outra institucionalidade e uma nova territorialidade (SANTOS, 2018, p. 113).

Assim, gerenciada pelo Ministério da Educação (MEC), a expansão e interiorização da EPT teve como objetivos descentralizar a oferta da educação pelo território nacional, ampliando o acesso à educação, bem como formar mão de obra qualificada para a então crescente economia do País e diminuir as desigualdades sociais (BRASIL, 2012).

Os marcos regulatórios desta época dão ênfase ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008), e dentre seus objetivos, encontra-se apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (artigo 7º da Lei nº 11.892/2008).

Os critérios adotados pelo MEC para a escolha das cidades atendidas consideraram, dentre outros, critérios sociais, geográfico e de desenvolvimento, como, por exemplo, quais cidades não são atendidas por escolas federais, os municípios com maior índices de pobreza, e cursos em sintonia com os arranjos produtivos locais. Conseqüentemente, foi possível o acesso de mais estudantes, aumento das matrículas, contratação via concurso público de professores e técnicos administrativos (MEC/SETEC, 2009).

Desse modo, tal expansão reconfigurou também o perfil estudantil das instituições públicas federais de ensino. Um público como os povos do mar, quando chega ao IFCE, tem muito a aprender, mas também muito a ensinar. A chegada de instituições públicas, gratuitas e presenciais de ensino superior e técnico em muitas localidades do interior do Estado representa a experiência de ter as primeiras gerações das famílias com acesso à formação

superior, pesquisa, extensão, organização política. Soma-se a isso, a chegada de alunos com outras demandas, como a baixa proficiência, com tempo escasso para participar de qualquer outra atividade acadêmica além do ensino (ALBUQUERQUE e PEREIRA, 2016, p. 49).

Vê-se, como destaque, nesse processo de expansão, a noção de desenvolvimento, uma vez que nos documentos oficiais, publicações e artigos se apresenta um modelo de institucionalidade baseado na união entre o desenvolvimento educacional, econômico e “inclusão social”, temáticas que serão aqui aprofundadas. Importante frisar que o conceito inclusão social está entre aspas, pois se entende nesta pesquisa que há uma banalização do conceito exclusão/inclusão social.

Dessa forma, a discussão teórica sobre desenvolvimento será chave analítica para a compreensão do processo avaliativo aqui proposto sobre a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, vivenciada no período de 2003 a 2016, em suas interfaces com o contexto desta pesquisa, os povos do mar em Camocim.

Para tanto, será norteada pelas reflexões do economista Celso Furtado (1980) junto à categoria desenvolvimento como mudança de estrutura, complementado pela atualização do debate sobre o Etnodesenvolvimento.

Diante do que foi apresentado, chega-se aqui ao objetivo da pesquisa de que resulta este trabalho: avaliar a política pública de expansão da educação profissional e tecnológica, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Trata-se de responder a seguinte pergunta de partida: em que medida a política de expansão do IFCE vem contribuindo para o desenvolvimento dos povos do mar de Camocim/CE? Mas de que desenvolvimento se trata, diante do contexto local em que vivem os povos do mar?

Dentro do objetivo geral, buscou-se, como objetivos específicos:

- (a) investigar os conceitos norteadores da expansão dos institutos federais, da avaliação de políticas públicas, da educação profissional e do desenvolvimento;
- (b) analisar a trajetória de construção, de implementação e do contexto da política de Expansão do IFCE em Camocim/CE entre 2012 a 2018;
- (c) conhecer as trajetórias dos povos do mar, as características históricas e territorial de Camocim e dos povos do mar do Bairro Praia.

A perspectiva teórico-metodológica avaliativa adotada fundamentou-se nos parâmetros de análise experiencial de Lejano (2012) e sua proposta interpretativa, próxima à abordagem etnográfica. Em linhas gerais, trata-se de uma proposta inovadora da área de

avaliação de políticas públicas, que insere os conhecimentos das Ciências Sociais e da Ciência Política na pesquisa avaliativa, e se contrapõe aos modelos clássicos positivistas que vêm orientando os estudos em políticas públicas. Lejano (2012) compreende a análise e a avaliação das políticas públicas partindo da experiência, apreendendo a complexidade do cotidiano onde a política é implementada e efetivada, com o intuito de ir além dos aspectos meramente normativos.

Segundo o autor, a partir desta dimensão prática, o avaliador deve integrar múltiplos conhecimentos, observando a relação entre suas normativas (texto) e o contexto onde são executadas no cotidiano, e assim elaborar uma descrição densa, nos moldes de Clifford Geertz, ou seja, uma fusão de diferentes linhas de informação para uma percepção mais completa do todo que envolve a política.

Por fim, ainda segundo o autor, o avaliador deve buscar conectar-se com esse conhecimento, realizando recomendações políticas para integrar a reflexão e a ação transformadora.

Sob estes parâmetros de avaliação, considera-se o olhar dos atores sociais envolvidos nas políticas, suas agendas e interesses, inseridos nos contextos culturais, sociais e econômicos, para, assim, ser possível a construção de novos parâmetros de avaliação, distintos daqueles indicados pelo modelo técnico-formal, extensamente difundidos (GUSSI, 2016, p. 83).

Vale destacar que a escolha pela abordagem experiencial de Lejano (2012) representa uma posição política do pesquisador-avaliador, sem pretensão de neutralidade. Isso porque o campo de estudo da avaliação de políticas públicas está inserido dentro de um cenário político marcado por conflitos e jogos de interesse. Fatores econômicos e sociais, tais como a transformação do mundo do trabalho, transformações do paradigma tecnológico, implementação de políticas de recorte neoliberal influenciam nos paradigmas teórico-metodológicos de avaliação, que atendem às suas demandas (GONÇALVES, 2008).

Trata-se, neste trabalho, do desenvolvimento de uma pesquisa de avaliação, como se verá, de caráter qualitativo, realizada por meio da ampla compreensão da experiência de campo do pesquisador com os pescadores e seus familiares no bairro Praia, zona urbana de Camocim, entre 2018, 2019, e a experiência institucional no IFCE *campus* Camocim.

O interesse por esse tema surgiu da experiência de moradia e trabalho no município de Camocim/CE. A pesquisadora assumiu o concurso em 2014, como assistente social no Setor de Assistência Estudantil do IFCE *campus* Camocim, que, por sua vez, executa o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Esse Programa tem como

finalidade democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (incisos I a IV do artigo 2º do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010).

Neste setor, teve contato frequente com o contexto da cidade, dos estudantes e de suas famílias de comunidades pesqueiras e/ou da zona rural. Compromete-se em pesquisar os povos do mar de Camocim, e a relação com o IFCE, porque se sensibilizou com a história de vida dos alunos, que apesar de todas as adversidades conseguiram ser a primeira geração de universitários da família. E, dentre todas as histórias de superação, observa-se que os alunos dos povos do mar tinham particularidades que chamavam a atenção, como as sabedorias acerca da natureza, a participação ativa nos cursos, a evasão por limitações financeiras, os obstáculos de quem mora em distritos, a dificuldade de entregar documentação porque o pai ou esposo estava no mar etc.

Outro aspecto também foi relevante, o fato de que, ao longo dos anos, por diversas razões, a pesquisadora se identificou com a vida litorânea. Sentiu-se, de certa forma, pertencente aos povos do mar por afinidade, considerando-se uma “enteada” de Camocim. Isso motivou a realizar uma pesquisa de avaliação que possa contribuir para a reflexão e melhoria da condição socioeconômica e de educação dos povos do mar.

Com essa vivência, chamou atenção a vida estudantil dos jovens matriculados em cursos do IFCE oriundos dos povos do mar em Camocim e a imagem social do IFCE. No decorrer dos últimos cinco anos, observou como assistente social que, nos atendimentos e nas seleções para concessão de auxílios estudantis, alguns estudantes tinham a origem familiar ligada, direta ou indiretamente, às atividades da pesca artesanal, como pais, avós e tios. Estes procuram constantemente o Serviço Social para solicitar apoio diante da dificuldade financeira para permanecer na instituição. Em grande maioria, por residirem em localidades da zona rural, ou localidades periféricas da sede, municípios circunvizinhos, sofrem com recurso insuficiente para custear as despesas de transporte. Chegam ao IFCE por meio de carro de horário<sup>4</sup>, transporte escolar, balsa, a pé, moto, mototáxi ou de bicicleta.

Sob responsabilidade dos assistentes sociais, a seleção dos auxílios ocorre duas vezes ao ano, e consiste em lançar um edital de seleção pública com entrevistas sociais para

---

4 Em Camocim, o carro de horário é uma expressão nativa para denominar o uso das carrocerias de caminhonetes para o deslocamento de pessoas, conhecido antigamente como pau de arara, ainda muito comum na zona rural da região.

conceder aos estudantes em situação de vulnerabilidade social auxílios em forma de pecúnia com o objetivo de ampliar as condições de permanência, visando minimizar as desigualdades sociais. Entende-se que este programa representa a maior demanda dos estudantes, sendo compreensível, dada a realidade econômica das famílias brasileiras.

Especificamente, um caso chamou a atenção no edital de seleção, e foi o que motivou esta pesquisa: a batalha de uma aluna dos povos do mar da zona rural para estudar no IFCE. Em 2015, uma aluna do IFCE procurou a assistência estudantil porque precisava de apoio para custear o transporte no trajeto de sua casa ao IF. A equipe então foi conhecer melhor o seu caso. A família morava na zona rural de Camocim, no território conhecido como “Ilha do Amor”, uma localidade chamada sítio Moreias, próximo ao mangue e próximo à comunidade de Tatajuba (Camocim/CE).

O percurso da discente do IFCE ao sítio Moreias era longo, saía do IF de mototáxi até a beira mar, em seguida atravessava de balsa o rio Coreau por 20 minutos, desembarcava em área ribeirinha que dá acesso à comunidade, utilizava em seguida um carro de horário, e por fim, caminhava até a residência.

A visita foi marcante, pois a equipe foi surpreendida com a quantidade de adversidades no cotidiano da discente. Nenhum servidor do IFCE havia tido essa experiência, e o conhecimento *in loco* do impacto financeiro e de tempo que a aluna sofria em seu cotidiano justificava sua preocupação com a permanência. A distância é de, em média, 4 km entre o IFCE e o sítio Moreias, mas, em meio a toda a dificuldade de acesso em decorrência das características geográficas, torna a viagem dispendiosa. No semestre seguinte, a discente desistiu do curso, entrando para a estatística da evasão escolar, o que gerou a sensação de impotência em face do grande desafio em trabalhar com os povos do mar.

Em diálogo com as famílias, identifiquei também outros dilemas e conflitos da vida estudantil. Um deles é que nem todos os familiares apoiam a continuidade dos estudos, às vezes por não reconhecerem o valor do curso ou mesmo por não poderem custear. Outro aspecto é a necessidade de priorizar as estratégias de sobrevivência, tais como: trabalhar, apoiar a família na vida doméstica, cuidar da saúde de familiares, sair do município em busca de oportunidade de emprego, e os estudos ficam em uma segunda prioridade. E, por fim, como consequência disso, a evasão escolar, reconhecidamente uma problemática dos discentes que também representa uma requisição socioinstitucionais.

Relevante observar que a evasão escolar é considerada uma das maiores demandas socioinstitucional nas instituições de ensino. O próprio PNAES, criado em 2010, representa o marco temporal e regulatório da Assistência Estudantil nos Institutos Federais de Educação,

Ciência e Tecnologia (IFs), que definiu a Assistência Estudantil como uma política pública educacional responsável por garantir acesso e permanência aos discentes.

Há, portanto, uma série de questionamentos, advindos da experiência como assistente social no IFCE de Camocim sobre como são as reais demandas dos estudantes do IFCE, inseridos nas comunidades dos povos do mar, tais como: De que forma o IFCE chega ao seu contexto? A formação dos alunos no IFCE gera transformações na realidade onde vivem? O que os povos do mar entendem sobre o IFCE? Como os objetivos de desenvolvimento, preconizados pela política de expansão dos IF's se concretizam? São estas perguntas que orientam a presente avaliação em tela neste trabalho.

Contudo, esta pesquisa avaliativa apresenta também uma justificativa acadêmica. Desde 2012, o IFCE *campus* Camocim atua no município com cursos técnicos, superiores e de Formação Inicial e Continuada em diversas áreas, mas a instituição nunca passou por estudos avaliativos ou por nenhuma outra análise acadêmica, o que gera uma lacuna diante da reflexão sobre a materialidade do processo de expansão, sua governabilidade e aprimoramento. Além disso, a pesquisa avaliativa em questão também tem o compromisso com um recorte social de enfoque sobre os resultados da política de expansão tecnológica e educação do IFCE numa parcela da população de Camocim com especificidades sociais, os povos do mar, que representa um ineditismo nas pesquisas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Na pesquisa bibliográfica realizada, por meio do levantamento *on line* em artigos acadêmicos, dissertações, teses e no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o tema “expansão do IFCE no governo Lula/Dilma e desenvolvimento” foi identificado em apenas duas dissertações.

A dissertação de Trigueiro (2014) realizou estudo de caso sobre o IFCE *campus* Juazeiro do Norte, e apontou que na reforma na educação profissional e tecnológica realizada pelo Governo Lula, pôde-se perceber que, apesar dos avanços, ainda não foram capazes de se contrapor às concepções neoliberais de educação, tão pouco foram suficientes para promover uma educação integral na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora. Já o trabalho de Oliveira (2017), por sua vez, estudou a expansão dos IF's e o desenvolvimento local e regional, além da transferência de tecnologia para a sociedade, e identificou que de fato ocorreram efeitos positivos nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os municípios que foram contemplados com a política de expansão e também para os municípios que estão na mesma microrregião. Além disso, existe uma probabilidade maior de municípios administrados pelo Partido dos

Trabalhadores (PT) ou Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir do ano de 2008, receberem um IF.

Estes estudos são de grande valor para analisar o tema, e como o IFCE cumpre seu papel no desenvolvimento do território do Estado do Ceará. Contudo, no formato de avaliação de abordagem de cunho mais interpretativo, com abordagem contextualizada, não há disponível nenhuma produção acadêmica. Portanto, a avaliação apresentada tem a especificidade de utilizar parâmetros distintos da avaliação de impacto e dos modelos técnico-formal de avaliação quantitativa. A diferença ocorre na medida em que se pretende avaliar a política pública em questão, a Política de Expansão do IFCE e a relação com os povos do mar em Camocim/CE com um olhar antropológico, reconhecendo-a como um processo de natureza sociopolítico e cultural e multidimensional. Será valorizado o conhecimento experiencial, o olhar dos atores sociais envolvidos nas políticas, tanto no contexto comunitário quanto no contexto institucional, de forma a compreender como essa política ocorre no cotidiano.

Este trabalho organiza-se inicialmente com esta introdução, abordando acerca das questões iniciais, dos objetivos e do problema da pesquisa avaliativa, bem como da delimitação o objeto, seguido da experiência pessoal com o tema e a justificativa acadêmica.

No item 2, analisa-se a perspectiva avaliativa da política pública de expansão do IFCE que norteará este trabalho, detalhando melhor os parâmetros de análise de políticas públicas segundo Lejano (2012), buscando embasar o objeto de estudo da avaliação no contexto, na complexidade e na experiência de situações políticas reais. Como autores associados às ideias de Lejano (2012), abordam-se os estudos de Rodrigues (2008, 2011,2016), Gussi (2014,2016, 2017) e Gonçalves (2008) no tocante às dimensões da avaliação em profundidade, presentes nas estratégias analíticas e metodológicas desta avaliação. Em seguida, discorre-se sobre os aspectos metodológicos da pesquisa, as etapas da pesquisa bibliográfica, documental, estatística, de campo, organização e análise dos dados, bem como as técnicas e instrumentos. Apresenta-se breve relato da observação de campo.

No item 3, “Uma discussão acerca da política de expansão dos Ifs, desenvolvimento e educação profissional”, tem-se a discussão teórica e análise das categorias desenvolvimento e conceitos de educação profissional. Destaca-se a contribuição de Celso Furtado para compreender o principal paradoxo apresentado neste trabalho: o aumento da eficácia do sistema de produção, comumente visto como um indicador principal de desenvolvimento, não está diretamente relacionado à satisfação das necessidades de sua população. Ancorado nessa perspectiva, apresentam-se as contribuições de Brandão (2007) e

a crítica ao desenvolvimento local e a proposta de Etnodesenvolvimento de Stavenhagem (1985). Pretende-se também, neste item, em associação à categoria desenvolvimento, aprofundar acerca das principais visões sobre a educação profissional e tecnológica, em especial a proposta existente nos documentos oficiais do governo federal e a proposta da politecnia, segundo Savianni (2007).

Em seguida, no item 4, “A expansão dos Ifs: contextos políticos e trajetória institucional” aprofunda-se, sob a inspiração dos eixos analíticos da “avaliação em profundidade” (Rodrigues, 2008), o contexto político, o conteúdo e a trajetória da política de expansão da rede de EPT brasileira a nível federal. Inicia-se com o delineamento das conjunturas dos governos Lula e Dilma (2003 a 2016), a fim de refletir sobre a política de expansão da EPT como parte de um conjunto mais amplo de ações das agendas governamentais. Discute-se igualmente, neste item, a análise de conteúdo da política de expansão dos institutos federais, considerando aspectos da formulação da política a partir dos fundamentos da nova institucionalidade e da nova territorialidade, quais sejam: os objetivos presentes nos documentos de institucionalização da política, novo ordenamento jurídico, critérios apresentados, os conceitos, ideias, noções e valores que conformam os paradigmas orientadores da política. No final, apresenta-se a trajetória institucional, a nível federal, da expansão dos IFs, considerando as três principais fases.

No item seguinte, o item 5, “O contexto: os povos do mar do bairro Praia de Camocim” descreve-se o contexto local para onde se deslocou institucionalmente o IFCE. Inicia-se com a reflexão acerca de visão geral acerca dos povos do mar, tratados nos termos conceituais de uma comunidade tradicional, considerando seus aspectos jurídicos, realidade escolar, intervenção governamental, relação com a educação profissional, relação com os organismos internacionais e o movimento político que os envolvem. Adiante, abordam-se os povos do mar de Camocim, especificamente moradores do Bairro Praia, *locus* da pesquisa de campo, a partir da descrição das dimensões territorial, históricas, socioeconômica, cultural e educacional encontradas na pesquisa.

Após, discorre-se, no item 6, “A experiência da política: trajetória institucional IFCE campus Camocim”, sobre a experiência da política a partir da análise da trajetória institucional do IFCE *campus* Camocim com base nos documentos institucionais, entrevistas e observação de campo. Abordam-se as seguintes dimensões: a instalação do Campus; a estrutura, chegada dos servidores e o funcionamento dos cursos; os dados institucionais e o atual perfil dos discentes; as atividades de pesquisa e extensão; os aspectos da política institucional. Como resultado do processo de implementação da política de expansão do IFCE

em Camocim, analisa-se as relações políticas, a expansão precarizada, o acesso à educação profissional e tecnológica e as concepções sobre educação profissional do IFCE *campus* Camocim.

No item 7, “A experiência do IFCE junto aos povos do mar de Camocim”, associa-se os objetivos de desenvolvimento, preconizados pela política de expansão dos IF’s, com a experiência da política junto ao contexto dos povos do mar em Camocim/CE. O item estrutura-se na apresentação de resultados da trajetória institucional do IFCE Camocim associando-se aos povos do mar, nos seguintes aspectos: perfil discente dos povos do mar; ensino, pesquisa e extensão e os povos do mar; dimensões pedagógicas e organizacionais do IFCE e os povos do mar; os povos do mar e o IFCE: percepções e mudanças.

Por fim, o item 8 “Síntese avaliativa: a fusão entre texto e contexto” apresenta uma síntese avaliativa dos resultados da integração dos dados acerca da política de expansão do IFCE Camocim e o desenvolvimento dos povos do mar realizada neste trabalho, contendo especificamente os indicadores de resultados da avaliação em relação ao texto e seu contexto local, qual seja, o da vida dos povos do mar de Camocim, de acordo com as múltiplas dimensões e as categorias de análise propostas nesta pesquisa avaliativa. Neste item realiza-se algumas recomendações políticas e institucionais ao IFCE para oportunizar tanto um processo reflexivo quanto de ação e resposta à sociedade sobre sua expansão e mudanças na comunidade local.

Por fim, nas considerações finais, retoma-se os objetivos da pesquisa, a importância da proposta metodológica no processo avaliativo e os indicadores de resultados que trouxeram à tona aspectos simbólicos da instituição. Reflete-se o potencial democrático do *campus* Camocim de rever os métodos pedagógicos e construir processualmente a coerência com a proposta de desenvolvimento do território.

## 2 O PERCURSO ANALÍTICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA AVALIATIVA SOBRE O IFCE E OS POVOS DOS MAR

A perspectiva avaliativa da política pública de Expansão do IFCE que norteará este trabalho será o parâmetro de análise de políticas públicas segundo Lejano (2012). Reflete-se a proposta e os objetivos do autor, que busca embasar o objeto de estudo da avaliação no contexto, na complexidade e na experiência de situações políticas reais. Como autores associados às ideias de Lejano (2012), abordam-se os estudos de Rodrigues (2008; 2011; 2016), Gussi (2014; 2016; 2017) e Gonçalves (2008) no tocante à avaliação em profundidade. Em seguida, apresenta-se a estratégia metodológica, com os principais métodos e técnicas utilizados, a pesquisa bibliográfica e documental, observação de campo e entrevistas semiestruturadas com alunos, docentes, técnico-administrativos, gestores e colaboradores.

Como ponto de partida, este estudo compromete-se com um parâmetro de avaliação que vai além de um modelo técnico-formal de avaliação e da sua agenda política. Como exemplo desse paradigma de avaliação técnico-formal na realidade brasileira, existe a avaliação nos moldes exigidos pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial, que passaram a condicionar os empréstimos a indicadores de resultados, a serem produzidos por avaliações sistemáticas (BANCO MUNDIAL, *apud* GUSSI, 2016, p. 84), marcada por uma agenda governamental afinada com as ideias neoliberais dos anos 1990, tendo maior influência das ideias do setor privado na formulação e implementação das políticas. Assim, um modelo de avaliação de cunho técnico-formal é baseado na proposição epistemológica funcional e positivista, com o objetivo de demonstrar o sucesso ou fracasso de uma política pública através de indicadores pré-definidos de eficiência, eficácia e efetividade, quase sempre reduzidos à dimensão econômica (GUSSI, 2015, p. 4).

No entanto, os anos 2000 foram marcados por um crescimento quantitativo de políticas sociais fomentadas pelo Estado, e paralelamente contando com mecanismos de controle social e participação da sociedade civil. O modelo tradicional de avaliação e sua formulação estatística alinhada ao *main stream* internacional (o “mercado” da avaliação) começou a ser questionado quanto a sua forma, uso e intencionalidade políticas. Compreendeu-se que esse padrão não é monolítico e homogêneo, outras dimensões conseguem também dar materialidade à avaliação das políticas, valorizando os aspectos invisíveis do trabalho de campo, incorporando-os nos resultados, pois são determinantes para a melhor compreensão da dinâmica da política. Questões como “Para que avaliar?”, “Como

avaliar?”, “Avaliar, para quem?”, “Qual o sentido de avaliar as políticas públicas?” indagaram os modelos tradicionais de avaliação e a agenda neoliberal (GUSSI, 2015, p. 20-21).

Dessa forma, considerando as especificidades dos sujeitos da pesquisa, IFCE e os povos do mar, decidiu-se que os parâmetros de avaliação contra-hegemônicos, mais especificamente a abordagem de cunho antropológico e experiencial de Lejano (2012), contemplam a complexidade do território. Isso porque a pesquisa avaliativa, ora apresentada, ocorreu em dois contextos, na pesquisa comunitária na comunidade tradicional da pesca do bairro praia em Camocim, e a pesquisa institucional no IFCE *campus* Camocim, que demandaram um estudo qualitativo visando apreender a complexidade e contradições da materialidade e uma política pública. Sendo, portanto, sensível às diversas especificidades locais e, portanto, à experiência no sentido de Lejano (2012).

## 2.1 Abordagem experiencial de Raúl Lejano

Apresenta-se, a seguir, com maior detalhamento a proposta da abordagem experiencial, que possui como autor de referência Raul Lejano (2012), professor da Universidade da Califórnia, autor do livro “Parâmetros para Análise de Políticas: a fusão de texto e contexto”. No livro, o autor faz o seguinte questionamento: “se nós nos arriscamos real e corajosamente fora do nosso cubículo e passamos um tempo em um lugar, como isso afetaria nossas análises?” (LEJANO, 2012, p. 18).

Lejano elaborou uma outra proposta para avaliar uma política pública, afastando-se da medição meramente quantitativa de indicadores econômicos do modelo clássico utilitarista. Parte da reflexão de que, em geral, os modelos clássicos de racionalidade positivista de análise de uma política estão distantes de seu campo de aplicação (contexto). As análises que partem de uma lógica de testes de hipóteses, numa visão instrumental da política, tornam-se abstratas, reducionistas, simplistas e destituídas de contexto, ou em outras palavras, descrições parciais de situações políticas que são mais complexas de que se pode expressar. A crítica de Lejano a essas avaliações dominantes é a de que:

O conceito dominante não é o de autorreflexão, mas sim o de análise, desenterrando e revelando, como na extração de ouro. Paramos o mundo, examinamos a distância e damos uma ou duas chacoalhadas até profetizarmos seu conteúdo. E assim, a análise política, desde o início, tem sido escrita e reescrita com o processo de busca e avaliação, comparação e escolha (LEJANO, 2012, p. 11-12)

Este modelo dominante dificulta a compreensão da forma como a política ocorre em sua complexidade e em relação à multiplicidade de atores. Com base nessa ideia, o autor

chama de “perigosa” a abordagem clássica que separa a análise do contexto, com a construção de sistemas fechados, em que se busca soluções que talvez estejam inseridas desde o início, levando o/a analista ignorar o contexto local que está à frente, “fantasiar a realidade” (LEJANO, 2012, p.12).

A partir dessa reflexão, o autor denominou sua proposta de abordagem experiencial. É dita experiencial pois Lejano acredita que para melhor compreender a questão política, o analista não pode se distanciar da experiência do cotidiano onde ela é executada. Segundo o autor, “por experiência queremos simplesmente dizer o modelo de conhecimento da pessoa (ou grupo) inserido na situação política”.

Assim, a análise da política deve ser embasada no contexto e na complexidade de situações políticas reais, ou seja, procurar ir além das fronteiras do modelo formal da política, pois, segundo o autor, o contexto onde a política acontece afeta seu funcionamento.

O seu objetivo, portanto, é partir da experiência e refleti-la como uma riqueza epistemológica de perspicácia analítica. Afirma que “as instituições reais não são apenas regras e estruturas organizacionais, mas se encontram entrelaçadas com cultura, história, personalidades e outras contingências de contexto” (LEJANO, 2012, p. 261). Portanto, o seu modelo respeita o conhecimento, sentimentos e até a moral daqueles que estão dentro da situação política.

E como bem observa Lejano, “o analista não é o pensador olhando para o movimento da maré. Em vez disso, é um peixe que nada no oceano” (LEJANO, 2012, p. 206). O analista assemelha-se mais com um etnógrafo do que com um observador. Valoriza-se a particularidade, o lugar e seus recursos. Ou seja, chegar mais perto da experiência da pessoa pela abertura da análise de diferentes conhecimentos e representações, contudo sem a pretensão de ser um “nativo”.

As ferramentas, para apreender essa experiência, podem ser técnicas de observação participante, narrativas pessoais (entrevistas), pesquisa participante, técnicas de multimídia (LEJANO, 2012, p. 214). Espera-se encontrar diferentes tipos de conhecimento, tais como os dados de publicações oficiais das instituições, regulamentos, brochuras, websites, o próprio espaço institucional, as conversações, os rituais e outros.

As hipóteses surgem durante o processo de pesquisa, na qual a teoria emerge na prática. A avaliação é feita sob o olhar diante de uma política pública em construção, ou seja, um objeto não estático, fluido, que requer metodologias flexíveis para trabalhar com os aspectos socio-históricos. Não há indicadores prontos, leva-se em consideração o que o campo diz, os significados atribuídos para os sujeitos envolvidos.

Em resumo, Lejano defende na sua proposta experiencial a integração do texto e contexto, ou seja, articular o texto da política (marcos legais, conceitos, objetivos e ações) e os distintos contextos onde aquela se materializa (econômico, político, social e cultural). Assim, a união do corpo consistente de conhecimento com os diferentes aspectos, quantitativos e qualitativos, perspectivas e dimensões que formam a experiência, é primordial para entender minuciosamente como a política funciona.

No caso deste presente estudo a pesquisa teve como compromisso compreender a experiência do IFCE com o contexto dos povos do mar no bairro Praia de Camocim. Para isso, a pesquisadora iniciou a observação de campo com os povos do mar, compreendendo as diferentes dimensões (econômica, política, social, cultural e de saúde), dialogando se essa comunidade conhecia as ações do IF para, em seguida, analisar a instituição IFCE *campus* Camocim e seu conjunto de leis, normas e objetivos.

Como se verá, isso fez toda a diferença nas reflexões, nitidamente mais sensíveis ao contexto comunitário, à sabedoria dos pescadores e seus familiares, e consciente de como a política se materializa de forma processual diante desta comunidade. De certo modo, também, foi uma perspectiva de pesquisa bastante desafiadora.

## **2.2 Dimensões da avaliação em profundidade**

De forma complementar a proposta de Lejano, utilizaram-se os estudos sobre perspectivas de Avaliação em Profundidade de Rodrigues (2008) e Gussi (2014; 2015; 2016), na medida em que se defende, respectivamente, uma pesquisa multidimensional e participativa com foco no contexto e a importância da trajetória institucional associadas, metodologicamente, com histórias de vidas. Por fim, foi congregada a esta avaliação a formulação de novos indicadores socioculturais, segundo Gonçalves (2008), construídos durante o trabalho de campo, com atenção para outras dimensões quanto aos resultados das políticas, tais como sociais, culturais, políticas e ambientais.

A Avaliação em Profundidade (AP) surge como referência, neste estudo, pois alinha-se a abordagem experiencial de Lejano (2012), ao defender o paradigma emergente e contra-hegemônico de avaliação. Reconhece a importante contribuição das ciências sociais, em especial a antropologia, para se ter uma visão crítica reflexiva sobre conceitos e paradigmas de interpretação e análise, bem como o fornecimento de instrumentais teórico-metodológicos nos estudos avaliativos de políticas públicas (RODRIGUES, 2008, p. 4). Considera-se a denominação “em profundidade”, pois busca um estudo em múltiplas

dimensões (sociais, culturais, políticas, econômicas, territoriais), extensa, detalhada, densa, ampla e interdisciplinar. Assim, para a autora, “quanto mais mergulhamos na situação estudada, mais ampliamos o campo de investigação” (RODRIGUES, 2008, p. 4).

Essa perspectiva de AP possui uma dupla dimensão, a analítica que se refere à compreensão das políticas públicas, no contexto nas configurações contemporâneas do Estado, e a dimensão metodológica, com a construção de metodologias que se filiem à perspectiva processual, multidimensional e analítica de avaliação. A dimensão analítica da avaliação de políticas públicas considera as novas configurações dos padrões contemporâneos de intervenção do Estado; o jogo de interesses sociais, no âmbito das relações de poder; o universo cultural, onde os diferentes sujeitos envolvidos nesta política se movimentam e se constituem; as agendas públicas e ações políticas dos distintos sujeitos (CARVALHO; GUSSI, 2011 *apud* GUSSI, 2017).

No aspecto metodológico, a AP propõe estudar quatro dimensões para uma avaliação em profundidade: a análise de conteúdo, o contexto da formulação, a extensão temporal e territorial e a construção de trajetórias institucionais (RODRIGUES, 2008, p. 5). Contudo, não se trata de modelos cristalizados *a priori*, mas sim uma construção processual do/a avaliador/a-pesquisador/a, que escolhe o conjunto de metodologias ao longo do processo avaliativo. Representa, portanto, uma “etnografia da experiência” desafiadora, por exigir uma constante reflexão para não cair em armadilhas da subjetividade, dos próprios interesses e da vinculação institucional, em um viés institucional (GUSSI, 2017, p. 6,7).

Isso posto, entende-se por “análise de conteúdo” três aspectos principais, a ser delineado nesta dissertação: formulação da política (objetivos, critérios, dinâmica de implantação, acompanhamento e avaliação) e bases conceituais (paradigmas orientadores e as concepções e valores que os informam, bem como os conceitos e noções centrais que sustentam essas políticas); coerência interna (não-contradição entre as bases conceituais que informam o programa, a formulação de sua implementação e os itens priorizados para seu acompanhamento, monitoramento e avaliação) (RODRIGUES, 2008, p. 5).

Já o segundo eixo “análise de contexto” da formulação da política considera a necessidade de levantamento de dados sobre o momento político e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política em estudo; articulação entre as instâncias local, regional, nacional, internacional e transnacional; modelo político, econômico e social que sustentou a política à época de sua formulação; marco legal que ampara a política, articulando-o ao contexto referido nos itens anteriores (RODRIGUES, 2008, p. 5-6).

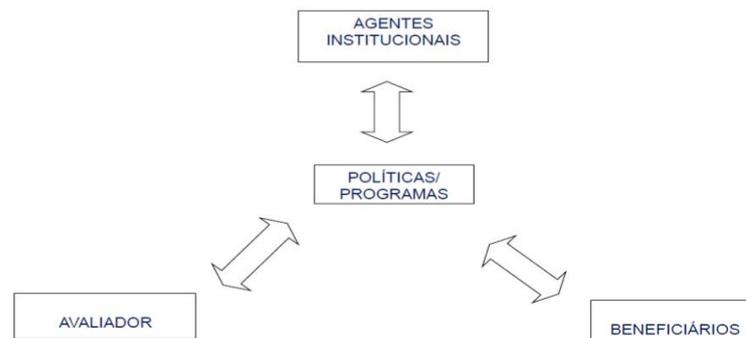
Por sua vez, o eixo “trajetória institucional” pretende analisar o grau de

coerência/dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais; as mudanças nos sentidos dados aos objetivos do programa e a sua dinâmica conforme vai adentrando nas hierarquias institucionais até chegar aos sujeitos receptores da política; aspectos culturais inerentes a esses espaços institucionais e organizacionais. Fundamental a realização de pesquisa de campo com a realização de entrevistas com diferentes agentes e representantes de instituições envolvidas na formulação e implementação de uma mesma política (RODRIGUES, 2008, p. 6).

Neste ponto, Gussi (2016) reflete sobre as trajetórias institucionais para compreender o contexto onde a política é implementada. O autor concebe que uma política não tem um sentido único, pois está marcada por ressignificações de acordo com os fluxos organizacionais, processos burocráticos e modificações interpretativas dentro e fora dos espaços institucionais. Deve-se, portanto, acompanhar o itinerário institucional, as trajetórias, os diversos deslocamentos entre os atores institucionais de todas as hierarquias e destinatários da política.

O autor aponta como primordiais as estratégias metodológicas participativas para construir metodologicamente a trajetória de uma política através da vivência em campo, associando o entendimento dos diferentes atores e a observação de campo das dimensões socioeconômicas, políticas e culturais, como representado no Diagrama a seguir:

Figura 1 - Diagrama Avaliação de Políticas Públicas



Fonte: GUSSI, 2016

A imersão em campo, portanto, é fundamental dentro da avaliação, e a proposta de avaliação aqui apresentada valoriza a experiência empírica dos distintos atores sociais, dentre eles o próprio pesquisador/avaliador.

O “espectro temporal e territorial”, logo, aprofunda as propostas/objetivos gerais da política e as possibilidades de articular às particularidades locais; as possibilidades de

implementação de políticas, de forma localizada, que levem em conta seu percurso temporal e territorial (RODRIGUES, 2008, p. 6), aproximando da abordagem experiencial de Lejano (2012).

Por fim, ressalta-se, nesta abordagem avaliativa, a importância de elaborar novos indicadores segundo os estudos de Gonçalves (2008). A autora, tendo em vista que mediações sociais e políticas influenciam o desempenho das políticas, argumenta sobre a necessidade de se criar indicadores socioculturais que articulem no tempo-espço as múltiplas dimensões de uma comunidade. É preciso, pois, mapear as dimensões econômicas, relações de poder, cultura, geografia, rede de proteção social, concepções e projetos de desenvolvimento local e sistema educacional local. A construção dos indicadores, nesse sentido, requer uma sensibilidade analítica e uma elaboração artesanal, é densa, pois revela os significados e remete a problemáticas locais inter-relacionadas a contextos mais amplos, como exemplo a melhoria das condições de vida (GONÇALVES, 2018, p. 23).

O modelo experiencial de Lejano, congregado aos estudos de Rodrigues (2008; 2011; 2016), Gussi (2014; 2015; 2016) e Gonçalves (2008), inspiram o olhar sobre o estudo em avaliação aqui realizado. Serão trabalhados, nesta avaliação, os eixos das dimensões de análise de conteúdo, o contexto da formulação e a construção de trajetórias institucionais, espectro temporal e territorial, ainda que os três primeiros de forma breve, tendo em vista o tempo e recursos disponíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

### **2.3 Aspectos metodológicos da pesquisa**

Para desenvolver a avaliação proposta, realizou-se pesquisa de campo em dois territórios, o bairro praia em Camocim e no IFCE *campus* Camocim, entre o primeiro e o segundo semestres de 2019. A escolha do campo de pesquisa ocorreu considerando a chegada do IFCE a um contexto com características comunitárias singulares, no caso, a presença de uma comunidade pesqueira cearense tradicional, aqui intitulada como povos do mar, ou povo da praia, uma das mais antigas colônias de pescadores do Estado e que conta com a maior produção de pescado da região. Igualmente, possui grande relevância cultural e econômica na cidade, que, por isso, é conhecida como a terra do peixe.

Em vista disso, a estratégia metodológica consistiu em uma interface entre o contexto comunitário, o contexto institucional e o texto da política de expansão dos IF's. Essa forma, baseada em Lejano, contempla a relação texto e contexto, a avaliação da materialidade da política perante a comunidade tradicional, valorizando a experiência de diversos atores

sociais. Para tanto, os sujeitos da pesquisa foram os pescadores, alunos do IFCE de famílias de pescadores, bem como os servidores docentes, técnico-administrativos e colaboradores do IFCE que de alguma forma tinham relação com os povos do mar, projetos desenvolvidos ou servidores mais antigos.

O método qualitativo serviu de referência para a pesquisa, apoiado também pela abordagem quantitativa, entretanto com maior evidência para a pesquisa qualitativa. Ao escolher a abordagem qualitativa na pesquisa avaliativa, houve o comprometimento com o estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões acerca de um determinado assunto. É, portanto, um produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam, como constroem a si mesmos. Além disso, permite desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, propicia a construção de novas abordagens, a revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. As abordagens qualitativas são, portanto, implementadas em investigação de grupos, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análise do discurso e de documentos (MINAYO, 2010, p. 57).

Por sua vez, a abordagem quantitativa também foi valorizada neste estudo e ocorreu durante a pesquisa documental e de campo. Em conjunto com a abordagem qualitativa, realiza uma construção da avaliação mais elaborada e completa possível, e ambos conduzem a resultados importantes sobre o contexto comunitário e o institucional (MINAYO, 2010, p. 57). Mas compreende-se aqui a abordagem quantitativa como, segundo Minayo, um indicador e parte da qualidade dos fenômenos, dos processos e dos sujeitos sociais, marcados por estruturas, relações, e subjetividade, culturalmente específicas de classes, grupos e segmentos profissionais, gênero, etnia e idade (MINAYO, 2010, p. 34).

Esta postura não se configura como uma decisão casual ou pacífica. Corresponde a uma contraposição a outras correntes de pensamento como, por exemplo, a positivista. Como lembra Minayo (1999), a principal influência do positivismo nas Ciências Sociais foi a utilização dos termos de tipo matemático para a compreensão da realidade. Para estes, a análise social seria objetiva se fosse realizada por instrumentos padronizados, pretensamente neutros. A linguagem das variáveis ofereceria a possibilidade de expressar generalizações com precisão e objetividade. Os positivistas atribuem à imaturidade das ciências sociais sua incapacidade de prever e determinar a ação humana (MINAYO, 1999, p. 23-24).

Contrapondo a essa abordagem positivista, a compreensão de uma pesquisa de avaliação é aqui definida como técnica e estratégia investigativa, um processo sistemático de fazer perguntas sobre o mérito e a relevância de determinado assunto, proposta ou programa.

Um processo de avaliação de programas que, na sua dimensão ética, tem como objetivo fortalecer o movimento de transformação da sociedade, através da correção de rumos, desconstruir ideias, alinhar conceitos, corrigir rumos, mudar prioridades, abrir mão de iniciativas que não se mostram frutíferas, reorientar estratégias de ação, em prol da cidadania e dos direitos humanos (MINAYO, 2005, p. 19-20).

Uma outra contribuição dos novos paradigmas de avaliação, que será bastante explorada neste estudo, é a relação entre teoria e prática. Na abordagem qualitativa nas Ciências Sociais, compreende-se que uma teoria desligada da prática não chega a ser teoria, pois não diz respeito à realidade histórica, ou seja, a prática é condição de historicidade. Teoria, por sua vez, é a maneira de ver, não de ser. Nem por isso uma é inferior à outra, cada uma tem seu devido lugar.

Portanto, ao avaliar a materialização dos objetivos de uma política, parte-se do princípio de que a realidade é complexa, que a história concreta nunca é o que a utopia sonha, o que a teoria constrói, mas é a maneira concretamente possível de acontecer. E o fato de a prática ser mais complexa do que a teoria não é defeito, representa uma marca da historicidade dialética, e não há outra forma de se fazer na prática a não ser comprometendo-se com opções políticas concretas, com o que foi possível ser feito com as pessoas e as condições existentes (DEMO, 2012, p. 100). Mas vale destacar que toda prática pode ser avaliada e comparada diante de outras práticas, ou seja, a comparação entre práticas pode ser uma forma de saber o nível de coerência de uma política pública, por exemplo.

E a relação teoria com a prática traz novas dimensões do conhecimento científico e social que são essenciais para sua construção: obriga à revisão teórica; torna a teoria muito mais produtiva porque a obriga a adequar-se a uma realidade processual, inquietada, conflituosa, que pouco tem a ver com visão arrumada formalmente em excesso; submete a teoria ao teste saudável da modéstia, porque em contato com a realidade concreta e política, se descobre facilmente que uma coisa é o discurso, outra é a prática; não esgota a realidade nem tem a verdade na mão, são apenas pesquisadores e atores sociais, gente que duvida, que erra, que deturpa, mas que, sabendo disso, quer reduzir o desacerto; leva ao questionamento constante da formação acadêmica; repõe a importância do componente político da realidade social, que na prática está a chance de construirmos, até onde possível, a nossa própria história (DEMO, 2012, p. 100). Isso demonstra novamente o mérito deste estudo ao valorizar a experiência do contexto de Camocim para avaliar a política de expansão dos IF's, no caso, a partir das dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas dos povos do mar.

Outro fator marcante na avaliação qualitativa é o diálogo construído entre avaliador e comunidade. É preciso a superação da posição estereotipada de um avaliador formal, superior, distante de um lado, e de outro, a comunidade como objeto. Para construir esse diálogo, contudo, é mister ter consciência crítica à autocrítica da desigualdade, que não será camuflada, mas tornada transparente. É necessário haver um consórcio entre o conhecimento científico do avaliador e o saber popular, sem populismos e purismos.

Nessa perspectiva, o ponto qualitativo desta abordagem é precisamente na produção de conhecimento por meio do diálogo. Busca-se um dado construído no decorrer deste diálogo, muito diverso do dado empírico clássico. É um dado que aparece como produto do processo de discussão, um dado discutido e construído em consórcio entre o pesquisador e o pesquisado (DEMO, 2012, p. 100).

Alguns desafios foram identificados nesta pesquisa. O fato de já ter uma experiência prévia de cinco anos no município, de estar envolvida com a política pública (IFCE), dos sujeitos (povos do mar) serem considerados uma comunidade “desconfiada”, “fechada”, e majoritariamente masculina, bem como pela pesquisadora já ser conhecida por alguns sujeitos da pesquisa (estudantes e servidores do IFCE), são aqui assumidos criticamente e foram cuidadosamente enfrentados nesta avaliação, buscando marcar a qualidade através das melhores ferramentas teóricas, conceituais e metodológicas que orientem a avaliação de projetos sociais de uma perspectiva mais ampla, com base em Lejano (2012) e na Avaliação em Profundidade.

## **2.4 Etapas da pesquisa, técnicas e instrumentos**

Foram realizadas três etapas da pesquisa, a saber: 1) pesquisa bibliográfica, documental e estatística; 2) pesquisa de campo; 3) organização e análise e interpretação dos dados.

Entende-se, neste estudo, pesquisa bibliográfica como estudo desenvolvido a partir de material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos. Sua principal vantagem é possibilitar ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente, sendo indispensável para os estudos históricos (GIL, 2014, p. 50).

A pesquisa bibliográfica, documental e estatística ocorreu ao longo de 2018 e 2019, com a coleta de variadas informações qualitativas e quantitativas, respeitando a natureza multimodal do conhecimento do modelo experiencial. Para tanto, consideramos o

espectro temporal de 2004 a 2016 acerca a política de expansão dos institutos federais a nível nacional, e de 2011 a 2018 a trajetória institucional do IFCE *campus* Camocim.

Nesta pesquisa, congregaram-se os conceitos norteadores das categorias povos do mar, desenvolvimento, conceito de educação profissional e expansão da EPT/ IFCE; sites e livros sobre a história de Camocim; estudos sobre análises da conjuntura política do Governo Lula e as condições socioeconômicas em que foi formulada a política de expansão da EPT em estudo; artigos que abordavam a história da educação profissional e tecnológica, articulação entre as instâncias local, regional e nacional da expansão da educação profissional e tecnológica, como necessidade da análise de contexto.

A pesquisa documental é entendida como exploração das fontes documentais que não receberam tratamento, tais como documentos oficiais, reportagem de jornal etc., e documentos de alguma forma já analisados, como relatórios institucionais (GIL, 2014, p. 51). Neste estudo, realizou-se a análise do material institucional tanto em âmbito nacional, através do site do Ministério da Educação, especificamente da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), e a nível local nos arquivos do gabinete do IFCE *campus* Camocim. Foram analisadas leis, portarias, documentos internos, projetos, relatórios, atas de reuniões, ata de assembleia de escolha dos cursos. Os dados a nível nacional foram coletados em relatórios, atas, boletins, resoluções, planos, leis, portarias, decretos, material eletrônico, dentre outros documentos oficiais e institucionais.

De maior referência foi a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. As publicações oficiais foram, em destaque, os Planos de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, os cadernos da SETEC/MEC sobre o histórico da educação profissional e tecnológica, o documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010”, site do MEC, bem como o site do IFCE.

A nível local, os documentos analisados foram diário oficial, ata das reuniões a partir de 2012, ata da assembleia pública para escolha dos cursos, portarias, levantamento dos projetos de extensão que envolvam os povos do mar, territorialização do município de Camocim/CE do IFCE, blog do IFCE *campus* Camocim, Blog do IFCE *campus* Acaraú, redes sociais do *campus* Camocim, sites, Estudo de Potencialidades (2019), dentre outras fontes.

Os dados estatísticos foram coletados através do sistema “IFCE em números”<sup>5</sup>, do sistema “Q-acadêmico”<sup>6</sup> de 2012 a 2018 e do Anuário Estatístico do IFCE, com recorte

---

5 O IFCE em Números é iniciativa da Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal do Ceará (Proen/IFCE), no qual se apresentam os dados do sistema acadêmico da instituição para subsidiar a execução de ações para a permanência e para o êxito dos estudantes da instituição, tornando transparente as atividades de ensino.

espacial de 2013 a 2017. Esta coleta buscou conhecer a trajetória do *campus* Camocim no ensino, pesquisa e extensão, bem como o número de alunos do bairro praia.

Seguidamente à análise documental, foi realizada a pesquisa de campo<sup>7</sup> no bairro Praia em Camocim/CE, onde se localiza a comunidade tradicional de pescadores e as embarcações, e o IFCE *campus* Camocim. Dentro da proposta da abordagem experiencial de Lejano, a pesquisa em campo visa entrar no contexto da política no campo da prática. Teve como intuito aproximar a avaliação qualitativa da política com o complexo corpo da experiência, respeitando o conhecimento, os sentimentos e a vivência de cada sujeito.

Assim, no período de 2019, e com mais intensidade em novembro e dezembro de 2019, foram observadas as dimensões culturais, políticas, geográfica, econômicas, saúde e de trabalho da população do bairro Praia, em Camocim/CE.

No geral, foram acompanhadas situações rotineiras envolvendo as comunidades pesqueiras onde os estudantes filhos de pescadores moram, visita às casas de alunos, como é a comunidade, a dinâmica social, conversas esporádicas, encontros, eventos. Também se observou com mais detalhe a cultura laboral dos pescadores em terra e no mar para melhor compreensão do contexto. Foi verificado também o significado do IFCE para estes, suas múltiplas parcerias, demandas sociais, conflitos e embates, o que tem e o que não tem, e as redes de apoio nas quais os estudantes dos povos do mar estão inseridos.

Diante disso, ressalta-se que a estratégia de pesquisa consistiu em primeiro experienciar o contexto dos povos do mar, e conhecer a visão comunitária, para, só assim, realizar, de fato, a pesquisa na instituição. A intenção foi trazer a análise para mais perto do contexto, observando e valorizando o conhecimento popular e, assim, encarar processualmente o desafio de renunciar às presunções enquanto servidora/mestranda, ou seja, ter uma análise menos viciada e mais sensível acerca de como a comunidade percebe a política e como a toma para si.

A lógica da prática desafia o formal, e por isso foi preciso desapegar do olhar institucionalizado de servidora para olhar a natureza não formal da política, o que está além das legislações, do cotidiano institucional. Em suma, foi determinante a pesquisa de campo começar pelos povos do mar para haver uma maior sensibilidade aos saberes e demandas locais.

---

6 Sistema acadêmico aglutina as informações das atividades escolares, tais como matrícula, notas, frequências, informações pessoais, histórico, dentre outros.

7 Parte-se do conceito de observação participante como a participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada, no qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior deste (GIL, 2014, p.103).

As técnicas utilizadas na pesquisa de campo consistiram em diálogos informais com os povos do mar, pessoas que moram e trabalham na beira mar, com observação em terra e no mar, bem como visita a duas casas de alunos, e elaboração de um mapa do bairro contendo os principais aspectos sociais, econômicos, de lazer e cultura do bairro Praia. As ferramentas de registro utilizadas nessa etapa foram o diário de campo, entendido como um caderno de notas sobre impressões pessoais, observação de falas, comportamentos, relações (GIL, 2014, p. 295), como também foi realizado registro fotográfico.

Já na pesquisa no âmbito institucional no IFCE *campus* Camocim centrou-se na análise documental, análise do banco de dados estatísticos (como já abordado), e a realização de entrevistas individuais semiestruturadas.

Ao realizar as entrevistas foi possível compreender em profundidade de que forma ocorreu a expansão do IFCE para o contexto de Camocim e dos povos do mar. Os sujeitos da pesquisa responderam perguntas abertas, com base em um roteiro de perguntas subsidiado pela pesquisa de campo, com o apoio de um roteiro de questões (GIL, 2014, p. 267). Os instrumentos utilizados foram o gravador e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), preservando o anonimato e critérios éticos da pesquisa.

Segundo Lejano (2012, p. 213), no modelo de experiência, uma das ferramentas utilizadas é a narrativa pessoal por meio da entrevista. O analista deixa o entrevistado falar, encorajando-o a incrementar suas respostas quando assim o desejar, mas tomando o cuidado de não estruturar a resposta. Diante dessa orientação, foram realizadas entrevistas com a proposta de serem as mais abertas possíveis, e contando com um roteiro guia.

Delimitou-se, como público entrevistado, os estudantes e egressos do IFCE *campus* Camocim integrados aos povos do mar, no caso os pescadores ou seus familiares (filhos, cônjuge, netos etc.), pois estes vivenciam diretamente as consequências da política de interiorização e expansão do IFCE.

No total, foram entrevistados três alunos egressos e três alunos estudantes regularmente matriculados (população de 531 estudantes com matrícula ativa), escolhidos por meio de pesquisa nas fichas de matrícula e indicação dos próprios alunos filhos de pescadores. Ressalto que, desses seis, três alunos entrevistados são ex-moradores do bairro Praia. O objetivo foi conhecer as características históricas e territorial de Camocim e dos povos do mar do bairro Praia, e qual a visão desses sujeitos sobre a atuação ou não do IFCE nesse contexto. No caso dos pescadores, optou-se por dialogar de um jeito mais informal com um roteiro de perguntas de campo.

Também foram escolhidos nove servidores do IFCE *campus* Camocim, incluindo técnicos administrativos, docentes, colaboradores e Diretor-Geral, sujeitos que operacionalizam a política de EPT em seu cotidiano e que tiveram uma relação direta ou indireta com projetos voltados para os povos do mar. Teve como objetivo compreender a trajetória institucional do *campus*, a interseção entre IFCE e povos do mar.

A escolha de diferentes sujeitos para a entrevista justifica-se, pois, segundo Gussi (2016), o avaliador deve buscar a compreensão dos diferentes atores envolvidos acerca das políticas, descobrir como estes entendem os seus resultados e impactos a partir de referenciais próprios de sua cultura. É necessário contemplar os vários destinatários das políticas e os significados que dão a elas (GUSSI, 2016, p. 95). Segundo o autor, um programa não tem um sentido único e está circunscrito a ressignificações, segundo seus distintos posicionamentos nos vários espaços institucionais que percorre, ou seja, de acordo com seus deslocamentos na instituição (GUSSI, 2008, p. 34).

Fundamentadas por estes autores, as entrevistas ocorreram entre dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, com os seguintes sujeitos:

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

(continua)

Nº	Entrevistado	Sexo	Função	Idade	Tempo no IFCE
1	A1	F	Egresso	55	Turma 2012
2	A2	M	Egresso	52	Turma 2012
3	A3	M	Egresso	24	Turma 2014
4	A4	M	Aluno	22	4 anos
5	A5	F	Aluno	22	1 ano e 6 meses
6	A6	M	Aluno	31	2 anos e 6 meses
7	G1	M	Gestor	41	8 anos
8	D1	M	Docente	36	8 anos
9	D2	M	Docente	54	5 anos
10	D3	F	Docente	41	8 anos
11	D4	M	Docente	45	8 anos

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

(conclusão)

Nº	Entrevistado	Sexo	Função	Idade	Tempo no IFCE
12	C1	M	Colaborador	39	10 anos
13	C2	M	Colaborador	51	7 anos
14	T1	M	TAE	31	3 anos
15	T2	F	TAE	52	6 anos

Fonte: Aniely Silva Brilhante

Portanto, as entrevistas dos sujeitos acima citados, aliadas à experiência na comunidade, permitiram perceber onde os alunos moram, conhecer as demandas da comunidade, como a comunidade entende o IFCE *campus* Camocim, a trajetória da política de expansão do IF em Camocim, quais atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvem o desenvolvimento para os povos do mar, a mudança na vida do estudante e sua família, o conceito de educação exercido pelo IFCE, e as mudanças nos sentidos dados aos objetivos da política de expansão da EPT.

## 2.5 Relatos breves da pesquisa de campo na comunidade

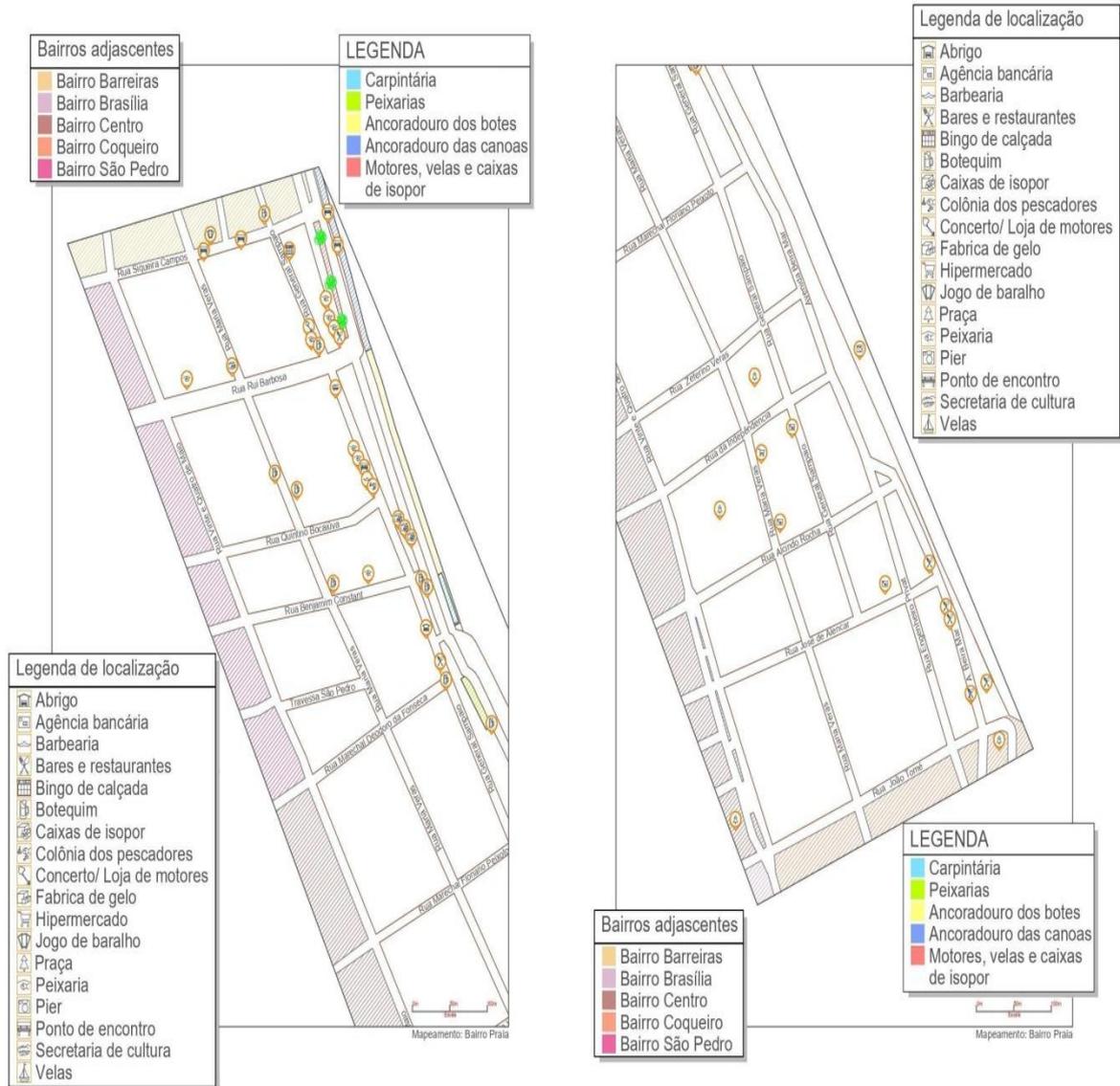
A experiência com o território do bairro Praia iniciou gradativamente entre 2018 e 2019, através da participação dos festejos de São Pedro (2018 pelo mar e 2019 pela terra), vivências no bairro, eventos científicos e diálogo com pescadores e suas famílias.

Contudo, no mês de novembro de 2019 a observação no bairro Praia foi intensificada e alguns dias serão relatados aqui para exibir a riqueza do processo de campo e a forma como se deu a coleta de dados.

A ideia da pesquisa, portanto, teve início por uma afinidade pelo povo da praia, mas era impossível de prever que seria uma experiência tão única, desafiadora e cheia de surpresas, com a entrada em campo começando pela comunidade para só depois ir à instituição.

A seguir apresenta-se, brevemente, um relato das experiências da pesquisa no campo da comunidade do bairro Praia em Camocim, com seus perrengues, alegrias, pescas em alto mar, em resumo, muitas histórias de pescador! E acima de tudo, muito respeito e admiração pelos pescadores e suas famílias.

Figura 2 - Mapa do Bairro Praia



Fonte: Vitória Monteiro; Organização: Anieli Silva Brilhante

Observam-se as várias atividades econômicas além da pesca. Dentro do contexto comunitário existem bares, quiosques, lanchonetes, restaurantes, indicando um cenário também envolvido com o turismo e serviços.

Mesmo com toda a motivação, o início da pesquisa de campo foi postergado diversas vezes. O motivo era a fato de ser uma pesquisadora mulher nos espaços majoritariamente masculinos. Dessa forma, esse foi o primeiro obstáculo, envolvendo a questão de gênero, que se estendeu por toda a experiência sem ser superada, e representou o primeiro indicador sociocultural observado. Não dá para negar a sensação de medo enquanto mulher diante dessa interação com os sujeitos da pesquisa.

Figura 3 - Mosaico Abrigo, Guarderia, Pesqueira e Centro de Artesanato



Fonte: Anieli Silva Brilhante

Em um determinado dia, um jovem pescador, visivelmente alterado, andou em direção à pesquisadora, com o interesse de se sentar ao seu lado. A sensação do momento foi de risco pela integridade. Temendo pelo assédio, de pronto foi possível sair do local. De início houve o estranhamento por parte deles com a presença da pesquisadora. Foi possível presenciar o cotidiano da pesca, a chegada das canoas e dos botes com a produção do dia, muitos homens na beira mar com as bicicletas, movimentação de saída de barcos, abastecimento de gelo, movimentação nas ruas paralelas com a volta dos pescadores para casa, e mais a frente, alguns marisqueiros.

Figura 4 - Cotidiano da pesca em Camocim

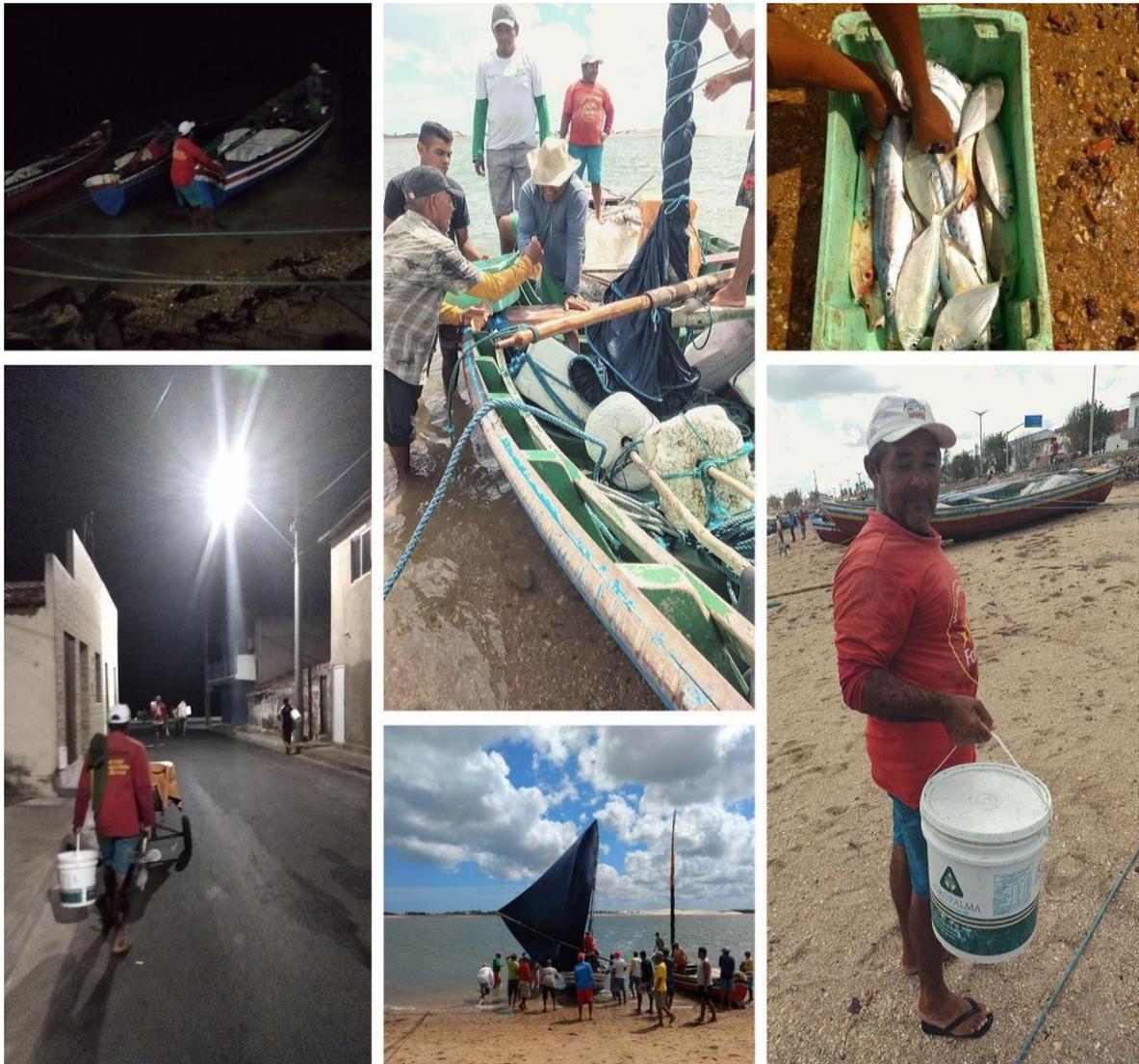


Fonte: José Airton (2019)

No dia 22 de novembro, à tarde, foi possível visitar a casa de uma aluna filha de pescador, e pedir apoio para fazer a observação e tirar dúvidas. A mãe da aluna fez diversas considerações sobre a forma e os lugares mais seguros para observação na beira mar. Aproveitou-se para dialogar com o pai pescador; na ocasião ele não lembrava de que se tratava o IFCE. Depois lembrou e falou que já viu alunos do IFCE e outras escolas fazendo limpeza da praia. Combinou-se de acompanhá-lo em um dia de trabalho, e assim, o pescador agendou para o mesmo dia à meia-noite de uma sexta-feira. Ao chegar na casa dessa família, observou-se a rotina deste pescador desde o começo, no caso, a preparação do material de trabalho.

A família mora numa rua sem saída a dois quarteirões da praia. Dois ajudantes chegaram em seguida. A mulher ajudou o esposo a preparar o material. A rua é a mais tradicional da pesca, com muitas casas de pescadores e seus motores de rabeta guardados na frente das moradias. Ruas e becos movimentados pelos pescadores, e as calçadas são ponto de encontro. Homens esperavam na esquina para o início da jornada de trabalho. Pescadores com seus baldes e afiando suas facas.

Figura 5 - Mosaico observação de campo cotidiano da pesca



Fonte: Aniely Silva Brilhante

Ao chegar à beira mar, o pescador foi para o porto das canoas. Observando o pai da estudante preparar a embarcação, percebeu-se que paralelo ao trabalho da pesca existe a movimentação noturna do turismo, dos bares e restaurantes da cidade, ou seja, a diferença entre o labor dos pescadores de um lado e a diversão da “sociedade camocinense” do outro. Essa foi uma oportunidade de ver de perto o preparo da embarcação, a colocação do motor, da vela de pano, conversando e tirando dúvidas sobre a questão econômica, os tipos de peixe, os instrumentos de trabalho. Por fim, a saída de sua canoa, bem como as outras embarcações, até às 2h30 da madrugada.

Ao retornar ao bairro praia, às 8h30 a canoa chegou em terra e rapidamente negociou a produção de peixe, a espécie de leilão de quem dá mais pela produção inteira do dia para os atravessadores, o preparo da canoa até a volta para casa. Este pescador e os

pescadores auxiliares foram bem receptivos e responderam todas as perguntas de forma bem solícita. Essa foi a observação em terra com mais diálogo.

A próxima aventura foi a observação em alto mar, por intermédio de um colaborador do IFCE. A ida foi em um domingo às 4h da madrugada, seu dia de folga, para não atrapalhar o dia de trabalho da semana. O pescador também optou por não usar o método de pesca com a rede grande estilo caçoeira<sup>8</sup>, apenas a pesca de linha. Esta saída ao mar fora da dinâmica do trabalho é rara, ocorre somente em casos especiais.

No total foram cinco pessoas, sendo a pesquisadora acompanhada de uma amiga, o pescador mestre dono da embarcação e dois ajudantes. A proteção da pele era a roupa e um boné. Uma madrugada tranquila, pois o domingo não é dia de trabalho, para eles aquele momento era um passeio, e para nós a oportunidade de conhecer pelo menos em parte a rotina laboral dos pescadores no mar.

Com certeza, esse momento foi uma experiência com mais afinidade e maior vínculo possível com os povos do mar, que até antes era um vínculo no geral distante. Cada explicação do pescador foi uma aula, e a atitude corajosa inspiradora diante das manobras, o costume com o sobe e desce da maré, tudo junto foi intenso para valorizar ainda mais esses trabalhadores. Ali também se desconstruiu uma pretensão de possível sabedoria de pesquisadora mestranda diante dos sujeitos da pesquisa.

Na aurora, a canoa saiu do ambiente do rio e chegou ao mar, e começou um movimento forte contra as ondas. Ir contra as ondas fazia levantar a frente da canoa até o alto e depois descer, na força do mar, e a reação foi com gritos. Uma cena forte para estreantes. A seguir, alguns registros fotográficos:

---

<sup>8</sup> Segundo o pescador, caçoeira é uma rede de arrastão para pesca em alto mar.

Figura 6 - Observação de campo em alto mar



Fonte: Aniely Silva Brilhante

Como primeira experiência em alto mar, o sentimento de força da natureza junto à força do homem foi impactante, tanto que o entusiasmo de principiante reduziu a sensação de enjojo, tamanha contemplação. Esse pequeno fato chamou a atenção de forma positiva dos pescadores, o não enjoar é um motivo de elogio, de força, e contaram que até engenheiros de pesca, trabalhadores da marinha, homens fortes enjoavam ao ir em alto mar e ficavam no fundo da canoa, e uma mulher, considerada mais “frágil”, não enjoou. Aprendeu-se rapidamente a mensagem deles, o grande respeito pelo mar. Assim falou “o mar ensina, não tenho estudo, mas o mar ensina”.

Ao chegar ao ponto indicado pelo Sistema de Posicionamento Global (GPS), o pescador surpreende com uma constatação, a pesquisadora foi a primeira mulher que foi em alto mar pescar com ele. Conseguimos pescar alguns peixes, mas a maré estava maltratando as duas iniciantes, e após uma hora de pesca retornamos.

Na volta antes do previsto, uma situação inédita aconteceu, uma verdadeira história de pescador. A maré estava baixa e a canoa encalhou no banco de areia que se formou

próximo a ilha do amor. Os pescadores desceram para empurrar a canoa, sem sucesso, era preciso esperar a maré subir. Duas horas encalhados no mar, e aproveitou-se para conversar mais. Perguntou-se, por exemplo, se eles presenciaram alguma aparição sobrenatural, e eles disseram que sim, lembraram terem visto uma bola de fogo brilhar no céu. Muitas histórias ao mesmo tempo em que encontravam na areia sururu, estrela do mar, água viva, caranguejo, uma experiência também única e inédita para os próprios pescadores.

Figura 7 - Mosaico pesca, canoa encalhada e chegada em terra



Registro Fotográfico do Campo Fonte: Anieli Silva Brilhante

Ressalta-se que nesse momento foi possível realizar a etapa de vínculo maior com os pescadores, e a oportunidade de conhecer a sabedoria popular da pesca junto à natureza.

Passou-se pelas fases da pesquisa de campo segundo Gil (2014), menos a fase final de uma pesquisa de cunho antropológico em que ocorre o vínculo total com os sujeitos, por exemplo, de estar junto aos pescadores como um deles, sem o estranhamento, andar com eles, sentar nos abrigos com eles, isso não ocorreu na pesquisa de campo do bairro Praia, mas a observação participante no mar cumpriu o papel de maior vínculo e identificação possível

com os povos do mar. Dali em diante, o respeito pelos povos do mar chegou a outro patamar. Esse respeito pelos povos do mar está presente nos resultados deste trabalho.

## **2.6 Organização e Análise dos dados**

Após a coleta de dados, a fase seguinte da pesquisa é a da análise e interpretação dos dados. Segundo Lejano, a análise no modelo experiencial significa integração, a fusão de diferentes linhas de informação de modo a termos uma percepção mais completa do todo, realizando uma descrição densa da questão, nos moldes de Geertz. O autor defende que é preciso de algum modo unir o intervalo que há entre experiência, natureza, contexto, campo, objeto, de um lado, e análise, teoria, texto, centro e sujeito, de outro (LEJANO, 2012, p. 259).

A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados visando o fornecimento de respostas ao problema proposto de avaliação. A interpretação busca o sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos. Representa um processo composto pelas seguintes etapas: estabelecimento de categorias, codificação, tabulação, análise das generalizações, interpretação dos dados (GIL, 2014, p. 156).

O analista, portanto, deverá fazer uma ligação destes conhecimentos, e assim elaborar uma descrição densa das situações políticas (GEERTZ *in* LEJANO, 2012, p. 208), de modo que terá uma percepção mais completa do todo. Alerta que não é apenas um mero improviso com a junção de teorias e métodos, nem um processo livre no qual tudo e qualquer coisa contam. Para Lejano, o pesquisador necessita de um sincretismo metodológico para o modelo experiencial, pois “não se trata apenas de uma questão de agrupar diversos pedaços de informações e simplesmente espremê-los em um só pacote. O que é preciso é [...] a operação pelo qual diferentes conhecimentos se tornem coerentes” (LEJANO, 2012, p. 214). Portanto, a integração é uma faceta de análise, é uma reflexão em que se recria a integridade da experiência das pessoas como um todo coerente.

Para Lejano, coerência institucional descreve o nível a que uma iniciativa política organizacional e comportamental pode ser ou não incorporada em um determinado lugar. Diz respeito a estruturas de governança, como é coerente com o dia a dia das pessoas, como é modelada e adequada em um determinado local, se os diferentes elementos de uma instituição sustentam um ao outro, a que nível a nova política pertence a um local, ou é estranho à comunidade (LEJANO, 2012, p.230).

Para haver a avaliação com esses pressupostos, realiza-se, neste estudo, a ordenação e interpretação dos dados por meio da análise hermenêutica dialética. Na pesquisa bibliográfica e documental, o material fundamentou as três categorias analíticas: Avaliação, Desenvolvimento e Educação Profissional. Na pesquisa de campo, a ordenação dos dados considerou a compreensão das categorias empíricas história de Camocim e bairro Praia, aspectos econômico, social, cultural, político e de saúde dos povos do mar do bairro Praia, de acordo com as anotações de campo, imagens e gravações. Os relatos das 15 (quinze) entrevistas semiestruturadas foram organizados por etapas: 1) transcrição dos áudios; 2) revisão das transcrições; 3) classificação por categorias empíricas, a saber, história de vida, história do bairro Praia (discentes, colaboradores), características dos pescadores, características da expansão do IFCE *campus* Camocim, projetos para o desenvolvimento dos povos do mar, conceito de educação oferecido pelo IFCE *campus* Camocim, e sugestões para atuação do IFCE no desenvolvimento dos povos do mar; 4) organização dos relatos por segmento, ou seja, a junção das falas de todos os estudantes, em separado de todos os docentes, da mesma forma com os técnico-administrativos e colaboradores, visualizando o que cada entrevistado expôs de acordo com as categorias empíricas; 5) comparação dos dados entre os segmentos de acordo com as categorias empíricas.

A partir daí, em contato com o material de campo e com os outros textos e documentos, a pesquisadora anotou as primeiras impressões na busca pela coerência interna das informações. O objetivo é apreender as estruturas de relevância dos atores sociais, as ideias centrais, os momentos-chave e as posturas sobre o tema expansão IFCE e povos do mar (MINAYO, 2010, p. 358). O momento seguinte foi de uma leitura transversal de cada segmento e depois do conjunto em sua totalidade, ou seja, a integração entre as categorias observadas nas entrevistas com as categorias empíricas da observação de campo no bairro Praia e as categorias analíticas. O processo é de “unidade de sentido”, percebendo as partes semelhantes, percebendo as conexões, e classificando as categorias, indicadores, dimensões e indicadores de resultado, concatenando as ideias numa lógica unificadora. E por fim, numa dinâmica de leitura que vai do campo para as categorias analíticas, com a criação de categorias e indicadores, apresenta-se as bases compreensivas da unidade reflexiva que está sendo avaliada, que é o objeto de estudo (MINAYO, 2010, p. 371).

Na construção de indicadores socioculturais, a autora de grande importância para a pesquisa, como apresentado anteriormente, foi Gonçalves (2008), que traz a reflexão sobre a construção de indicadores socioculturais a partir de uma perspectiva etnográfica no processo de avaliação das políticas públicas.

Dessa forma, o modelo propõe a apresentação dos resultados da integração das informações, com os principais fenômenos observados, e em seguida a exposição de recomendações políticas para oportunizar um processo tanto de reflexão como de ação, em outras palavras, de resposta à sociedade (LEJANO, 2012, p. 225). Não há, portanto, uma neutralidade, pois esta pesquisa está fundamentada na intenção de aprimorar a política por meio da criação de novos indicadores na área de desenvolvimento, visando sensibilizar a comunidade acadêmica sobre as demandas dos povos do mar.

A seguir, nos próximos itens, dá-se prosseguimento aos resultados e análises a que se chegou com a avaliação realizada neste trabalho.

### **3 UMA DISCUSSÃO ACERCA DA POLÍTICA DE EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

A relação entre educação e desenvolvimento entrou na agenda política brasileira pelas condições favoráveis da retomada do crescimento econômico do país nos anos 2000. Gerou, portanto, a exigência de trabalho qualificado e elevou a importância da formação em todos os níveis.

Nesse sentido, Rezende (2013) apresenta as principais razões para alavancar a EPT: o fato de que a ciência e tecnologia são fatores determinantes do desenvolvimento econômico e do bem estar social das nações; que o desenvolvimento científico e tecnológico não é privilégio de países centrais, que já possuem tradição; e que o desenvolvimento científico e tecnológico de cada país depende diretamente de investimento em políticas, atitudes e ações de seus governos.

Se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia o governo anterior e o fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social. Essa marca de um projeto de nação fundamentado pelo desenvolvimento com inclusão social, na perspectiva de enfrentamento da pobreza e da desigualdade, distribuição de renda, como se verá adiante, é o tom dos documentos oficiais, textos e normatizações dos IFs do governo Lula.

Os Institutos Federais são vistos como espaços estratégicos de qualificação da mão de obra, uma frente estratégica visando o desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões do país. A relação da educação com as necessidades do desenvolvimento econômico e social é, portanto, a bandeira de modernização do país levantada pelo governo da época.

Nos marcos do capitalismo brasileiro, a educação profissional não foi universalizada na prática até os anos 1990. Antes dos governos petistas dos anos 2000, discutidos a seguir, a educação não havia sido considerada uma dimensão estratégica para o Estado. Ao contrário, o Decreto nº 2.208 de 1997 que estabeleceu as bases da reforma da educação profissional negociou empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, como parte integrante do projeto de privatização por meio do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). O orçamento foi sendo reduzido, houve o impedimento de se criarem novos campi, e as instituições teriam que arrecadar recursos com relações empresariais.

Assim, os princípios do desenvolvimento local com inclusão social, um dos princípios fundamentais e razão de ser da referida política aqui avaliada, são reivindicados

como originais deste período político do governo Lula, diferente da governabilidade passada de Fernando Henrique Cardoso.

Acima disso, no que se referem à geopolítica, as teorias do desenvolvimento ganharam importância social e política após a Segunda Guerra Mundial. Naquele momento os países eram divididos em Primeiro Mundo, Segundo Mundo e Terceiro Mundo. Destaca-se a criação de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), visando a consolidação de uma governança global, acordos internacionais para o crescimento do comércio internacional, criação da Organização Mundial do Comércio, fundação do Banco Mundial. Depreende-se que o cenário se tornou propício a um compromisso global com a estabilidade econômica pró-crescimento, tendo a liderança dos Estados Unidos. Iniciativas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), Mapa do Desenvolvimento da ONU, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e outros parâmetros embasam as definições de um país mais “desenvolvido” ou “em desenvolvimento”.

Dessa forma, pretende-se, neste item, discorrer analiticamente acerca das categorias de desenvolvimento e educação profissional, basilares para a avaliação a ser realizada. A discussão teórica dedica-se a compreender que tipo de desenvolvimento está sendo proposto no contexto da política, e de que forma influencia o conceito de educação profissional implantado nos IFs.

### **3.1 Conceitos acerca do desenvolvimento**

O item que se inicia consiste num levantamento das fontes teóricas e políticas acerca de alguns aspectos do desenvolvimento brasileiro. Também será feito um estudo dos contextos históricos da realidade brasileira que foram essenciais para a elaboração da política de expansão dos IFs. Tais reflexões são fundamentais para o entendimento da necessidade histórica e das possibilidades e limitações a serem identificadas no objeto da pesquisa.

Para compreender em que teoria de desenvolvimento esta política representa, utilizamos os estudos Celso Furtado (1980; 1995; 1998), Bresser-Pereira (2010, 2016) e Rostow, através da publicação *Introdução às Teorias do Desenvolvimento* (2016).

As distintas abordagens sobre o desenvolvimento possuem duas correntes, uma liberal e uma estrutural. A primeira corrente tem como representante Walt Rostow, e a teoria dos estágios do desenvolvimento. Considerado um historiador economista, Rostow trabalhou como assessor para assuntos de segurança nacional dos Estados Unidos no governo John Kennedy. Em sua obra “As etapas do crescimento econômico: um manifesto não-comunista”,

publicada em 1960, estabelece a possibilidade de desenvolvimento econômico em cinco estágios. São fases que um país deveria atravessar para atingir o desenvolvimento, o que permite classificar as sociedades de acordo com seus estágios econômicos específicos. Os estágios básicos da economia são: sociedade tradicional; as condições para o arranco ou decolagem; o arranco; a marcha para a maturidade; e a era do consumo em massa. Essa perspectiva aponta quais seriam as condições necessárias para se alcançar a modernização. Reproduzindo uma reflexão mais ortodoxa, acreditava que os países “subdesenvolvidos” chegariam ao desenvolvimento, ou seja, que estes países estavam em uma etapa atrasada do processo histórico de desenvolvimento econômico e progresso industrial. Isso porque, para o autor, crescimento industrial se traduziria em modernização (CONCEIÇÃO *at all*; 2016, p. 11-13). Essa teoria geral e universal do desenvolvimento como etapa, nas lentes de uma visão capitalista, é o ponto chave para compreender a diferença de visão de mundo dessa corrente de pensamento. Até aqui a concepção de desenvolvimento está atrelada ao desenvolvimento econômico, o que a torna distinta em comparação ao autor brasileiro Celso Furtado, como analisado a seguir.

Inicialmente, Celso Furtado (1980) dedicou seus estudos para compreender como a ideia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo. O homem é visto como um fator de transformação do mundo, e seu comportamento social assume a forma de processo, no empenho de efetivar suas potencialidades humanas. Quando a capacidade criativa do homem se volta para o descobrimento de suas potencialidades humanas, ele se empenha em enriquecer o universo que o gerou, produz-se o que se chama de desenvolvimento. Este somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na sociedade. No geral, entende que o estudo de desenvolvimento envolve a invenção cultural, ou os processos de criatividade. Diz respeito à técnica, ao empenho do homem de se instrumentalizar, de aumentar a capacidade de ação, e ao significado de sua atividade, os valores, os fins ou objetivos. Assim, a reflexão sobre a teoria do desenvolvimento é iniciada, apreendendo desenvolvimento como um processo global, que se confunde com a dinâmica da sociedade, o progresso técnico, o comportamento do sistema produtivo, trabalho, dentre outros.

Para o que interessa aqui na avaliação que se pretende realizar, a noção de desenvolvimento de Celso Furtado (1980) torna-se um conceito chave. O autor aprofunda a economia política do desenvolvimento latino-americano numa fórmula que “desceu” ao estudo de situações concretas e incluiu a dimensão cultural na sua análise. Discorre sobre a

teoria do subdesenvolvimento ao examinar a gênese do subdesenvolvimento nacional brasileiro e, posteriormente, sugere alternativas.

Furtado (1995), economista brasileiro, fez parte da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), grupo que analisou os processos econômicos dos países periféricos, considerando as particularidades históricas. Possui como matriz teórica o marxismo, keynesianismo e estruturalismo, e construiu um conjunto de conceitos e categorias analíticas.

Em sua obra “Formação Econômica do Brasil”, apresenta as contradições dos ciclos econômicos brasileiros, com destaque para a agricultura tropical da cana-de-açúcar, a economia escravista mineira do ciclo do ouro, a transição para o trabalho assalariado com o fim da escravidão. Emerge um modo de produção dual, caracterizada pela convivência entre um setor de alta produtividade, a agricultura ligada às exportações, ancorado em uma estrutura social interna arcaica, baseada na precarização das relações de trabalho, excessiva concentração da propriedade de terra e riqueza, atraso das condições tecnológicas.

Essa dualidade, que impediu o crescimento do mercado interno, responde pelas dificuldades do processo de desenvolvimento brasileiro, como a baixa capacidade de investir, as recorrentes crises fiscais e do balanço de pagamentos e a inflação. Acabaram reproduzindo continuamente a dependência externa e a assimetria social interna, com uma discrepância entre as economias centrais e periféricas<sup>9</sup>.

E para entender essa característica brasileira de dependência externa, Furtado tem como ponto focal entender a persistência histórica do subdesenvolvimento dentro de um todo, de um movimento do sistema econômico mundial e sua lógica da acumulação. Assim, aprofundou seus estudos sobre uma Teoria do Desenvolvimento, cujo campo central encontra-se nas malformações sociais, as limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial (FURTADO, 1998).

Diante disso, ao longo de sua obra buscou desmistificar algumas crenças, principalmente o argumento de que o fenômeno do subdesenvolvimento está relacionado à

---

<sup>9</sup> Esse desnível, em parte, se deu igualmente pela ausência de mão-de-obra especializada, forçando a importação deste segmento de trabalhadores no Brasil. A grande massa de empobrecidos é vista, ao mesmo tempo, como fortalecedora e limitadora do desenvolvimento autônomo do país, no momento em que representa mercado interno de grande proporção, porém com um padrão de consumo baixo que impedia a realização do potencial do país (FURTADO in SINGER, 2012, p. 18). Sem ter emprego, a massa miserável tornava-se uma espécie de sobrepopulação “trabalhadora superempobrecida permanente”, na opinião de André Singer, ou subproletariado, segundo Paul Singer.

idade ou fase de um país, e que a adoção do receituário ortodoxo do sistema econômico mundial seria a saída para conquistar o desenvolvimento nos países periféricos.

Em resumo, Furtado defende que é um mito achar que as teorias dominantes do desenvolvimento econômico e seu modelo de consumo possam ser universalizadas, gerando o desenvolvimento das economias periféricas, como aponta Rostow. Ou seja, que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos se executarem os modelos de desenvolvimento hegemônicos. O fenômeno do subdesenvolvimento é estruturalmente funcional para o próprio desenvolvimento, numa relação desigual entre centro-periferia.

Concluiu que, dentro desse cenário do sistema econômico mundial, o subdesenvolvimento não é uma etapa para o desenvolvimento, mas uma forma específica deste último, na coexistência entre setores modernos e atrasados. Portanto, o autor defende que as causas do subdesenvolvimento estão interligadas ao processo de modernização periférica e a tendência à concentração de riqueza, sonegação de direitos sociais, precarização do mundo do trabalho, submissão à divisão do trabalho e a inserção internacional subalterna (FURTADO *apud* PAULA, 2013, p. 16).

Já em sua obra “Pequena Introdução ao Desenvolvimento”, afirma que o conceito de desenvolvimento na literatura tem sido utilizado em dois sentidos distintos. O primeiro diz respeito à evolução do sistema de produção que eleva a produtividade do conjunto da sua força de trabalho, mediante acumulação de capital e progresso das técnicas. Já o segundo sentido realiza-se com a satisfação das necessidades humanas elementares, tais como a alimentação, a habitação, a saúde, a educação, a vestimenta, além do aumento da expectativa de vida. Assim, para o autor, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica (FURTADO, 1980, p. 16).

Assinala, em seguida, os paradoxos do desenvolvimento. Ele parte da ideia de que o aumento da eficácia do sistema de produção, comumente visto como um indicador principal de desenvolvimento, não está diretamente relacionado à satisfação das necessidades da população<sup>10</sup>. E, por outro lado, a criação de valor no sistema capitalista envolve um custo mais caro do que se divulga, por ter como contrapartida a exploração de recursos naturais de

---

10 Furtado (1980) exemplifica esse paradoxo ao citar que mesmo os países onde se avançou no processo de acumulação econômica, parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que se considera como sendo necessidades elementares. Isso porque o aumento do salário envolve a diminuição do acúmulo. Outro exemplo de desigualdade está na subordinação da inventividade técnica aos interesses da reprodução do capital, sem intenção de diminuir o subdesenvolvimento. Nesse sentido, ocorre a modernização sem desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos.

forma irreversível. Diante disso, a visão corrente do desenvolvimento enquanto evolução econômica pretende ignorar esse custo incalculável para a natureza, tendendo para uma visão de curto prazo de apropriação privada dos recursos não renováveis, fazendo do processo econômico uma ação crescentemente predatória (FURTADO, 1980, p. 17)<sup>11</sup>.

Na sua obra “Capitalismo Global” (1998), Furtado aponta que a teoria do subdesenvolvimento traduz a tomada de consciência das limitações impostas ao mundo periférico, pela divisão internacional do trabalho. Assim, o conceito de dependência pode ser atrelado, por exemplo, à dependência tecnológica e financeira. Para este estudo, é fundamental compreender a teoria da dependência na perspectiva da dependência tecnológica (inovação). O desenvolvimento tecnológico é dependente quando se limita a introdução de novas técnicas nos países periféricos e impõe a adoção de padrões de consumo neles sob a forma de novos produtos finais, que correspondem a um grau de acumulação e de sofisticação técnica, que só existem na sociedade “desenvolvida”. O que se universalizou não foi a nova tecnologia industrial, e sim os novos padrões de consumo surgidos nos países que lideram o processo de industrialização (FURTADO, 1998, p. 48-60).

O desafio que se coloca é deslocar o curso da civilização do eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação para a lógica dos fins em função do bem estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos. Estabelecer novas prioridades para a ação política, em função de uma nova concepção do desenvolvimento. O principal objetivo deixaria de ser a reprodução dos padrões de consumo para ser a satisfação das necessidades fundamentais do conjunto da população, e a educação concebida como desenvolvimento das potencialidades humanas nos planos ético, estético e da solidariedade (FURTADO, 1998, p.65).

Desenvolver significa modernizar tanto as relações de produção quanto as formas sociais de convivência, envolvendo nesse percurso produção, técnica, arte, cultura, educação, organização e participação política, remodelação da função do Estado.

E como efetivamente desenvolver-se a partir de um nível relativamente baixo de acumulação, e tendo em sua história malformações sociais e constrangimentos impostos pela mundialização do capital?

Para Furtado, são três modelos, tentativas de superação do subdesenvolvimento: 1) coletivização dos meios de produção, controle coletivo das atividades econômicas de maior peso, em nível de unidades produtivas; 2) prioridade à satisfação das necessidades básicas, um

---

<sup>11</sup> A desigualdade no desenvolvimento será abordada no item 4 deste trabalho.

conjunto de necessidades que uma comunidade considera prioritárias, que o excedente da economia seja canalizado para modificar o perfil de distribuição de renda para que a população possa satisfazer as necessidades, tais como alimentação, saúde, moradia, educação; 3) ganho de autonomia externa. Ou seja, uma mudança de estrutura, só é possível a partir da criação de uma vontade política capaz de pôr em marcha esse projeto (FURTADO, 1998, p.50).

Em resumo, a sugestão, o conceito de desenvolvimento segundo Furtado é o desenvolvimento econômico como processo de transformação estrutural visando a construção da sociedade plenamente humanizada. Para superar o subdesenvolvimento, o autor aponta um projeto nacional através de reformas do Estado que contemple o fortalecimento do mercado interno, o desenvolvimento da indústria e a inovação tecnológica, atrelado ao desenvolvimento na dimensão cultural, compreendida como diversos aspectos onde são gestados os símbolos valores que regem a vida política e cultural das nações. A educação e a formação, portanto, representavam um dos caminhos para esse modelo de desenvolvimento (FURTADO *apud* PAULA, 2013, p. 18-43).

Ancorado na perspectiva de Furtado, Carlos Brandão (2007) também fornece reflexões para o objeto de estudo dessa pesquisa a partir da crítica ao padrão de desenvolvimento construído totalmente no âmbito local, ou seja, a concepção de desenvolvimento local. Essa concepção é bastante utilizada no conjunto de leis e normas da política de expansão dos IFs. Para o autor, esta ideia superestima os microprocessos e as microdecisões, que dependem apenas da força de vontade dos agentes empreendedores que mobiliza as potências endógenas. O desenvolvimento deve ser compreendido como uma manifestação concreta em um determinado espaço-tempo, portanto, devemos levar em consideração as condições histórico-sociais e culturais do processo de desenvolvimento. Observa-se, assim, a crítica à concepção do local como espaço privilegiado de intervenção política para a solução de todas as desigualdades socioeconômicas, enquanto autodeterminação da escala micro. A proposta de desenvolvimento local parece não atentar para a importância do Estado na formulação de políticas que possam transcender esse espaço restrito e que tenham nexos com os objetivos nacionais de desenvolvimento. Esquecem que nenhuma escala é melhor ou pior e as microdecisões não podem solapar os macroprocessos, como pensam os seguidores desta teoria do desenvolvimento local (BRANDÃO, 2007).

Brandão (2007) aponta que o país só sairá dessa condição de malformação estrutural a partir da construção de uma política nacional de desenvolvimento que aperfeiçoe a capacidade de promover ações multiescalares, ou mesmo supralocal, de forma articulada entre

as escalas local, microrregional, macrorregional e nacional. Ou seja, faz-se necessário reconstruir a escala nacional, elaborando, contudo, políticas públicas e ações transversais que aumentem o poder de diálogo, pressão e negociação. Cada problema tem a sua escala espacial específica, e nesse caso é preciso articular os níveis de governo e das esferas de poder pertinentes a cada problemática, buscando maior coesão e solidariedade no sentido do desenvolvimento regional.

Um exemplo dessa visão sobre o desenvolvimento que respeita as tradições culturais, identidades e meio ambiente e as políticas sociais correlatas é o etnodesenvolvimento. Segundo Gonçalves e Gussi (2011), este se refere a uma noção de desenvolvimento desvinculada da perspectiva economicista baseada na noção de progresso, aumento do Produto Interno Bruto (PIB). O desenvolvimento proposto mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade ou grupo social.

O conceito de etnodesenvolvimento foi formulado por Rodolfo Stavenhagem (1985). O autor se opõe às propostas da teoria econômica do desenvolvimento mais “institucional” ou estrutural em sua abordagem, que não consideram os fatores sociais e culturais, chamados de não-econômicos. A unidade de análise desse tipo de teoria costuma ser o indivíduo, a firma, ou talvez o Estado. Não é o grupo social, nem a comunidade. Assim, etnodesenvolvimento, como o desenvolvimento de grupos étnicos no interior de sociedades mais amplas, deve tornar-se a principal questão da reflexão sobre o desenvolvimento. Defende a reavaliação do papel dos valores culturais e dos sistemas sociais no desenvolvimento. Demanda-se o respeito à identidade cultural, por um processo de desenvolvimento harmonioso com as tradições culturais, respeitando o poder decisório sobre o seu território, recursos naturais e liberdade para negociar com o Estado segundo seus próprios interesses (STAVENHAGEM, 1985, p. 41).

O outro debate importante sobre desenvolvimento encontra-se na relação entre aparato estatal e as políticas econômicas. Reflete-se sobre o papel do Estado nas mudanças sociais, na perspectiva desenvolvimentista (1930-1970) e o neodesenvolvimentista (a partir de 2000), com as contribuições de Bresser-Pereira (2010, 2016).

A ideia de Estado desenvolvimentista no Brasil ocorreu entre os anos 1930 e 1970, em que o país cresceu em ritmo extraordinário, o chamado nacional-desenvolvimentismo. Pode ser definido como um processo de industrialização dirigido pelo Estado por meio da substituição de importações pela produção doméstica. Teve seu início no governo Getúlio Vargas, e seguida com Juscelino Kubitschek e João Goulart, sem ser interrompido no Golpe de 1964. O termo nacional se deve ao apelo para o nacionalismo,

criando alianças entre classes, grupos, partidos políticos, para promover as mudanças. O Estado atuou vigorosamente para introduzir um padrão agrícola centrado em poucas *commodities* (soja, café e cana-de-açúcar), em poucas regiões (Sul e Sudeste). Entre 1957 e 1961, a taxa de crescimento real da economia brasileira foi de 7% ao ano. Assim, o Estado buscou maior autonomia para o país, defendendo o crescimento e a modernização da indústria, do comércio e da agricultura visando o mercado interno, assim como maior investimento em obras de infraestrutura (NIEDERLE, *at all*, 2016, p. 79-80)

O declínio do desenvolvimentismo ocorreu a partir dos anos 70, com a crise da substituição de importações, crise da dívida externa e com o fortalecimento do neoliberalismo como uma nova ideologia econômica e política. O Brasil não obteve êxito da substituição de importações, e destaca-se aqui o motivo da baixa incorporação de progresso técnico, que consequentemente reduziu a produtividade em vários setores.

Assim, na década de 1990, o governo de Fernando Henrique Cardoso fortaleceu a abertura do capital do mercado brasileiro para o capital internacional. Defendia a associação, mas na prática a subordinação dos países subdesenvolvidos às potências imperiais modernas. Para Bresser Pereira (2016), o projeto de industrialização é abandonado por ser julgado pelos neoliberais como “desnecessário” para o crescimento econômico.

Seguindo as recomendações do Consenso de Washington<sup>12</sup>, o Brasil de FHC integrou-se ao movimento mundial do capitalismo financeiro e a forma de imperialismo norte-americano, interessados em construir um modelo onde o mercado desempenhasse o papel fundamental e o Estado fosse fortemente reduzido.

Para tanto, era preciso promover a estabilização da economia através de metas de inflação, câmbio flutuante, superávit primário e contenção do gasto público. Com o aumento da presença de importados houve uma desindustrialização do setor produtivo nacional, sem expansão do emprego formal, na medida em que a renda interna vazou para o exterior e decréscimo das exportações geradoras dos elevados déficits comerciais (POCHMANN, 2013,

---

12 Uma espécie de consenso sobre a natureza da crise latino-americana e sobre as reformas que são necessárias para superá-la. Segundo Bresser Pereira (2015), o diagnóstico neoliberal sobre a crise latino-americana aponta a indisciplina fiscal (populismo econômico) e o estatismo (protecionismo nacionalista). O “consenso de Washington” é constituído de 10 reformas: a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro.

p. 155). O Estado era visto como um entrave ao desenvolvimento, sendo alvo de privatizações, em prol de um “Estado mínimo”. Seu objetivo é deixar a mão de obra desprotegida, reduzir os salários reais diretos e indiretos.

A lógica de dominação desse modelo capitalista afeta não somente a economia e a política, mas impõe seus critérios peculiarmente aos valores, à cultura e à educação. Atua nas novas formas subjetivas de dominação social, cada vez mais vinculadas ao individualismo, impessoalidade, cultura de descartabilidade das mercadorias, bem como das pessoas e dos afetos. Uma mercantilização sem limites, polifacetada e propositalmente indefinida, sem que seja aparente quem domina e quem é dominado. Como exemplo, tem-se a noção cultural de que os direitos deixam de ser uma prerrogativa e se transformam em benefício, acessado aos que se esforçarem, com caráter de recompensa pelo desempenho individual ou culpabilização do indivíduo quando isso não ocorre (CARVALHO, 2010, p. 176).

No entanto, durante a primeira década dos anos 2000, evidencia-se a decadência das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Brasil. Ficou evidente que o Consenso de Washington não estava provocando o crescimento mas, antes, a instabilidade financeira e aumento das desigualdades. Assim, uma reação tomou conta da América Latina com a eleição de uma sucessão de líderes nacionalistas e de esquerda, começando na Venezuela e incluindo a Argentina, o Brasil e a Bolívia. As forças progressistas, antes tidas como “inimigas do desenvolvimento”, viram no *boom* dos *commodities* a grande oportunidade para se libertarem da desigualdade dentro do sistema mundial, historicamente tratados como países periféricos e de desenvolvimento dependente (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 16).

Para Bresser-Pereira (2010), essa estratégia alternativa é chamada de “novo desenvolvimentismo”. O novo desenvolvimentismo é um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alavancar o desenvolvimento. Permite-se aos países em desenvolvimento declinar das propostas e pressões dos países ricos por reformas enquanto tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17).

Representa o “terceiro discurso” entre o velho discurso desenvolvimentista e a ortodoxia convencional. Fundamenta-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. O autor aponta três instrumentos do novo desenvolvimentismo: uma política macroeconômica consistente, baseada em equilíbrio fiscal, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas; concebe os mercados como o

mecanismo principal, com um mercado interno forte; os programas sociais universais, em especial os programas de transferência de renda.

Dessa forma, não há mercado forte sem Estado forte. Cada país teve a possibilidade de adotar estratégias nacionais de desenvolvimento. São estratégias que ampliam o papel do Estado como regulador e estimulador dos investimentos privados e da inovação, que aumentam a competitividade internacional do país ao mesmo tempo em que protegem a mão-de-obra, os pobres e o meio ambiente (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 36).

Vale lembrar que, dentro dessa proposta, há um consenso que cabe ao Estado o incentivo à inovação e ao progresso técnico, com geração de empregos e qualificação de mão de obra.

Em síntese, os conceitos de desenvolvimento são distintos. A proposta do novo desenvolvimentismo atua como Estado interventor, como uma alternativa ao neoliberalismo, mas não se compromete com a mudança de estrutura que supere a lógica de acumulação, no nível de forças do sistema produtivo capitalista. Diferente, portanto, de como propõe Celso Furtado, que critica os outros modelos de desenvolvimento que se fundam na ideia da lógica da acumulação, prevalecendo sobre o conjunto de processos sociais. Furtado (1980) reflete a necessidade de superar o subdesenvolvimento e a pressão externa destruidora causadora da dependência cultural, e para isso indica uma mudança de estrutura na lógica econômica, que priorize as necessidades humanas ao invés da acumulação de capital. Para o autor, isso só é possível com uma mudança na dimensão cultural da sociedade, ou seja, a mudança de valores e de conhecimento, da percepção das pessoas sobre as opções em função das suas necessidades naturais, aspirações e ideias, e com isso construir uma coerência do sistema de cultura de um país. Isso porque a melhoria de vida nem sempre está relacionado à riqueza material. Somente uma clara percepção da identidade cultural pode instalar sentido e direção ao esforço permanente de renovação do presente e construção do futuro. É sobre este prisma que compreende-se a proposta de desenvolvimento, efetivamente posta em prática, no projeto de expansão do IFCE.

No Brasil, o representante do novo desenvolvimentismo foi Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), um ex-operário que no final de seu último mandato conseguiu a aprovação de 80% dos cidadãos. Deixou confusas as elites conservadoras, ao mesmo tempo em que decepcionou a esquerda mais radical e maravilhou a grande massa de trabalhadores pobres. Isso porque o resultado do seu governo foi uma política econômica de natureza híbrida, não diferiu substancialmente do modelo das políticas macroeconômicas

introduzidas pelas reformas neoliberais de seu antecessor, no entanto, operou uma institucionalização parcial das propostas novo-desenvolvimentistas.

No tópico a seguir, serão reconhecidas as noções de educação profissional e tecnológica existentes nos documentos oficiais do governo Lula e de autores renomados nos estudos de educação. O objetivo é saber como a educação profissional se articula com o projeto de desenvolvimento e de sociedade no momento da sua formulação.

### **3.2 Conceitos de educação profissional**

O termo educação profissional contemporâneo foi introduzido com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), (Lei n 9.394/96, Cap. III, Art. 39): “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 2003).

O conceito de educação, por sua vez, corresponde à formação geral que tem como objetivo fundamental o desenvolvimento humano integral com base em valores éticos, sociais e políticos, de modo a preservar a dignidade intrínseca do ser humano e a desenvolver ações junto à sociedade com base nos mesmos valores. Possibilita uma leitura atualizada do mundo nas dimensões econômicas, culturais e científico-tecnológicas (BRASIL, 2003, p.13).

Educação é entendida como um processo que liberta o homem, tornando-o sujeito de suas aprendizagens e produtor de conhecimento a partir de suas próprias experiências e valores (humanos, políticos, socioeconômicos, culturais e religiosos), com sólida base científica e tecnológica, formando-o para a vida e para o mundo do trabalho (PPI, 2018, p. 30-31).

Essa perspectiva mais ampliada de fins e objetivos da educação contida nos documentos oficiais aparece com persistência. É evidente que com a mudança de governo há uma busca por se diferenciar. Na perspectiva ideológica, uma mera educação profissional não caberia, pois o próprio mercado moderno reconhece que os trabalhadores necessitam ter acesso à cultura e formação, portanto, à educação básica.

Assim, o governo da época procurou se distanciar da tradição anterior da formação profissional para os fins e valores do mercado, ao domínio de métodos e técnicas, aos critérios de produtividade, eficácia e eficiência dos processos, afirmando serem projetos políticos distintos.

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), presente no documento “Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica – Concepção e

Diretrizes”, representa os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão. Baseia-se numa educação que possibilita ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade (BRASIL, 2010).

Entende-se que essa educação profissional seja voltada para a formação de cidadãos capazes de compreender a realidade, para pensar e agir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível. Assim, potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação e não o simples adestramento em técnicas produtivas. Uma concepção de educação em sintonia com os valores universais do ser humano, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura (BRASIL, 2010, p.33).

Essa compreensão mais ampla da educação se diferencia das concepções ideológicas dominantes de educação para o mercado, privilegiando uma minoria da elite econômica supostamente apta (CIAVATTA, 2005). Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos (PACHECO, 2010). A educação profissional e tecnológica, nessa nova proposição, é:

a vertente da educação que forma e qualifica profissionais em todos os níveis de ensino, com vistas ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, em todos os setores da economia. Estrutura-se na compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos, socioeconômicos, culturais e do trabalho, conduzindo a uma formação técnico profissional de caráter integral, relacionando a teoria com a prática, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, criativo e de cidadania, preponderantes para que os egressos desempenhem o papel de agentes de transformação social; Caracteriza-se pela articulação e integração vertical entre os diferentes níveis e modalidades de ensino e horizontal com o setor produtivo e os segmentos sociais (BRASIL, 2004, p. 4).

O novo conceito desenvolveu a questão da organização curricular com a regulamentação da EPT em diversas modalidades distintas de formação, em termos de formação inicial e continuada de trabalhadores, educação profissional técnica de nível médio, da educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, de

cursos de formação de docentes e capacitação de gestores e técnicos administrativos, bem como o desenvolvimento de atividades de pesquisa científica e tecnológica e de extensão. De forma complementar, estimula a criação de redes estaduais de educação profissional.

Essa concepção é fruto de uma significativa mobilização dos setores educacionais vinculados ao campo da educação profissional no Governo Lula, seguido de grande efervescência nos debates. Contudo, acreditava-se que a conjuntura era favorável para uma possível materialização de propostas mais progressistas, tais como a politécnica, a concepção marxista de educação profissional (MOURA, 2007, p. 19).

O campo de esquerda tentou agregar na construção da EPT diversas concepções de educação profissional, a politecnicidade, formação omnilateral, ensino tecnológico e a educação integrada. Todos têm em comum tratar-se da união entre formação intelectual e trabalho produtivo.

A politécnica é compreendida como uma especialização com domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas que caracterizam o processo de trabalho moderno. Não significa a formação de técnicos especializados, mas de politécnicos (SAVIANI, 2007, p. 161). Busca, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade.

Há, no entanto, embates entre os “idealistas” e os “realistas”. Alguns analisam que o governo atendeu essencialmente aos setores conservadores, restando ao povo algumas migalhas, e outros compreendem como o limite da possibilidade nas fronteiras capitalistas.

Para Ramos (2016), a expansão dos IFs pela aproximação Instituição-Sociedade, orientada para o empreendedorismo e para formação em massa do sujeito trabalhador especializado, fundamenta-se nas concepções que procuram transformar as IES em “agências” de desenvolvimento e solução de problemas locais calcadas na Teoria do Capital Humano.

A proposta no âmbito educacional da Teoria do Capital Humano, tendo como referência Schultz, nos moldes contemporâneos, corresponde às noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, pedagogia das competências e empregabilidade. É um investimento em habilidades e conhecimentos que aumenta as rendas futuras, semelhante a qualquer outro investimento em bens de produção. O investimento básico em si mesmo (saúde e educação) era um ‘capital humano’ em que aquilo que constituía basicamente este capital era o investimento na educação. Essas noções acabam por atribuir aos indivíduos, na sua liberdade de escolha individual, a responsabilidade por sua condição, seu desemprego ou

subemprego, e assim, oculta a desigualdade estrutural, uma proposta tecnicista (FRIGOTTO, 2009). Segundo o autor:

Coube para a educação uma dupla tarefa: gerar capital humano e capital social, ou seja: manter o processo educativo voltado para o atendimento das demandas do mercado e do rápido ingresso dos filhos da classe trabalhadora no mercado de trabalho, seja formal ou informal, acrescido da tarefa de transmitir mensagens culturais de solidariedade, cooperativismo, empreendedorismo, na perspectiva da formação de uma consciência cívica em prol do “bem-estar da coletividade”, porém no âmbito das necessidades econômicas imediatas; unindo esforços coletivos para a criação de arranjos produtivos alternativos, como forma de sobreviver autonomamente, em relação aos benefícios sociais do Estado (FRIGOTTO, 2009)

O percurso entre as propostas de governo Lula em 2002 e as ações e omissões no exercício do poder é considerado pelos autores controvertido, com alguns saldos de boas intenções e estratégias que se tornam obstáculos ao avanço da efetiva democratização da educação nesse período de governo (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 1090).

Há que se ressaltar aqui, que no contexto político do período de expansão do IFCE associa-se ao novo desenvolvimentismo de Bresser-Pereira, que, por sua vez, coaduna-se à noção de capital humano, onde a cultura do individualismo e concorrência impera sobre os valores humanos. Não há uma mudança de cultura mais solidária e social, sendo que cada indivíduo é responsável pela sua condição social.

Contudo, a política de criação e expansão dos IFs pode também ser entendida nos marcos conceituais de uma política pública de bases conceituais fundamentadas na formação integral, pelas concepções de desenvolvimento com inclusão social, com a incorporação de conceitos até então inéditos, como a perspectiva da base técnico-científica-humanística, desenvolvimento do espírito crítico, luta por soberania e justiça social, adaptação às demandas sociais, emancipação do cidadão, arranjos produtivos, sociais e culturais locais, mapeamento das potencialidades, preservação do meio ambiente, dentre outros (MEC, 2010).

Voltemos para os objetivos desta pesquisa avaliativa. A questão central diante das discussões teóricas, apresentadas neste item, é compreender que os conceitos de desenvolvimento partem do paradoxo entre desenvolvimento econômico e necessidades humanas, dentro de um jogo político internacional, no âmbito das relações de poder. São relações que influenciam as agendas públicas (CARVALHO; GUSSI, 2011 *apud* GUSSI, 2017).

Celso Furtado concebe o desenvolvimento como uma mudança de estrutura do modelo econômico, priorizando as necessidades humanas e levando em consideração a cultura. O subdesenvolvimento, para o autor, ocorre não por acaso, mas intencional, pois

acompanha o projeto de sociedade das lideranças econômicas mundiais, que se desenvolveram e “jogaram a escada fora”.

Os autores que analisam o neodesenvolvimentismo, como Bresser-Pereira, indicam que esse modelo é semelhante ao que ocorreu nos anos 2000, ou seja, a busca por uma alternativa ao modelo neoliberal, por meio de um Estado forte dentro dos moldes capitalistas. Assim, não se compromete com a mudança de estrutura, o que, na prática, gerou contradições ao modelo e um crescimento limitado. Estas duas reflexões de maior importância são utilizadas para compreender a influência internacional para a concepção do tipo de educação profissional que foi idealizada nos anos 2000, uma vez que o novo desenvolvimento é afinado à proposta de capital humano, e, pode-se assim dizer, a proposta de politecnia mais coerente com as ideias de Celso Furtado.

No geral, a política de expansão dos IFs nos anos 2000 teve como pano de fundo um projeto de desenvolvimento democrático e popular, ainda que limitado, uma vez que a concretização desse projeto idealizado nas gestões do Partido dos Trabalhadores, dentro dos moldes neoliberais, foi complexa e contraditória, marcada na prática pelo novo desenvolvimentismo segundo Bresser-Pereira, como será aprofundado no tópico a seguir.

E a noção de educação profissional não ficou imune, igualmente se iniciou com uma visão de educação profissional para a emancipação humana e transformação social, com a proposta da politécnica, mas mesmo com os esforços de reformular a EPT, a implantação dos IFs necessitou de mediações em sua execução ao ponto de se aproximar às noções de empreendedorismo, Arranjos Produtivos Locais, desenvolvimento local, capital humano, conforme aponta Ramos. A proposta de Politécnica está mais vinculada, portanto, ao conceito de Desenvolvimento atribuído a Furtado.

Assim, entende-se que a EPT foi implementada em um ambiente favorável para mudanças, mas, na prática, as ações implantadas visam não transformar, mas sim reformar a política pública de EPT. No geral, o projeto de reformulação da EPT, em um cenário contraditório, não avançou como se esperava, mas ocorreram, sim, avanços. E, por fim, as distintas concepções de EPT, progressistas e tecnicistas, coexistem no cotidiano da política de expansão dos IFs, em constante conflito, como será apresentado, mais adiante, no item 6 deste trabalho.

## **4 A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: CONTEXTOS POLÍTICOS, CONTEÚDOS E TRAJETÓRIAS INSTITUCIONAIS**

Neste item, apresenta-se o Governo Lula e Dilma, considerada o contexto de formulação da política de expansão dos IFs. Busca-se, nesse ponto, o levantamento de dados sobre o momento político, condições socioeconômicas, a apreensão do modelo político/econômico vigente no país, do lugar que ocupa a educação profissional neste modelo, ou seja, uma análise de contexto na proposta de Rodrigues (2008).

Além disso, discute-se a considerada nova institucionalidade e a nova territorialidade da política de expansão, por meio da análise de conteúdo da política. Segundo a avaliação em profundidade, consideram-se os aspectos da formulação da política a partir de seus marcos regulatórios, quais sejam: os objetivos presentes nos documentos de institucionalização da política, critérios apresentados, os conceitos, ideias, noções e valores que conformam os paradigmas orientadores da política.

E em seguida, apresenta-se a trajetória institucional a nível federal da expansão da EPT, contendo a descrição das três principais fases executadas nos governos Lula e Dilma, com o intuito de compreender como a política foi gestada nas esferas superiores e seus marcos regulatórios.

### **4.1 Os contextos políticos da expansão dos IFs**

O período em que se delimita o objeto desta avaliação tem como recorte os anos de 2003 a 2012, que cobrem os dois mandatos do Governo Luiz Inácio Lula da Silva e parte do primeiro mandato do Governo Dilma Rousseff.

Para Singer (2012), o período eleitoral de 2002 passou por uma mudança do comportamento dos eleitores de diferentes camadas sociais. Isso porque a vitória do fenômeno do lulismo, após três tentativas sem êxito, surgiu através de um processo de metamorfose das raízes ideológicas de Lula e do seu partido, que Singer classifica como “primeira alma” e “segunda alma”. A primeira “alma” do Lulismo, entre 1989 e 1998, representava a imagem de Lula no período de surgimento do PT, vinculado a um Programa Democrático Popular<sup>13</sup>, aos anseios de revolucionar a sociedade, tendo uma postura radical e comprometida com a conexão de classe social. A base de apoio a Lula da época estava entre os eleitores dos níveis

---

13 O PDP foi aprovado em 1987, no 5º Encontro do PT, como parte das suas Resoluções Políticas. A referência dos petistas no socialismo era muito forte, influenciada por Cuba e União Soviética. Tal programa foi a base da definição da linha para a campanha presidencial de 1989.

superiores de escolarização nos Estados mais urbanizados e industrializados do Sul e do Sudeste, cercada pela atmosfera eufórica da redemocratização que ajudou a construir. As diretrizes do PT almejavam, portanto, um novo programa de governo que representasse a ruptura com o modelo econômico neoliberal.

No entanto, a parte da nação mais pobre, conhecida como subproletariado<sup>14</sup>, pendia para a ideologia de direita, votavam em maioria contra o PT e rejeitavam as greves, provavelmente atomizados pela sua inserção no sistema produtivo. Desse modo, buscavam alguém que, do alto, pudesse implementar as suas aspirações.

A segunda alma, há tempos já arquitetada, teve o seu marco na campanha eleitoral de 2002, com o “Lula paz e amor”. Através da “Carta ao Povo Brasileiro” e do Programa de Governo 2002, suspende-se o discurso radical e incorpora-se um outro tom em relação ao capital. Compromete-se com a ordem, com a estabilidade das contas públicas e com sólidos fundamentos macroeconômicos. Afirma nesta nova fase, que governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional. A luta de classes perdeu o lugar de honra e é substituída por um projeto nacional-popular, um programa capitalista com forte presença estatal, de distribuição de renda sem confronto (SINGER, 2012, p. 123).

Assim, houve o deslocamento do subproletariado para a base social de Lula, com importante peso eleitoral, mas destaca-se que a classe popular não necessariamente deixou de ter afinidade com a ideologia de direita e as ideias conservadoras, mas representa acima de tudo a popularidade do lulismo.

Dessa forma, é eleito em 2002 Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Ex-metalúrgico e ex-sindicalista na região do ABC em São Paulo, agregou um conjunto de características peculiares, tais como a força pessoal e liderança política, a sensibilidade social afetuosa e frio cálculo político (ANDERSON, 2011). É considerado o político de origem mais humilde a ter chegado ao topo do sistema. Foi também o primeiro presidente que viveu a experiência da miséria, o que não é irrelevante, dada a sensibilidade que demonstrou em programas de combate à extrema pobreza (SINGER, 2012, p. 61-63).

Sobre os aspectos econômicos, a política do governo Lula foi favorecida pelo *boom* das *commodities*. O mundo todo cresceu e puxou o Brasil com ele, e é este o principal

---

14 Subproletários são aqueles que oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. Estão nessa categoria “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos das condições mínimas de participação na luta de classes” (SINGER, in SINGER, 2012).

fator responsável pelo bom desempenho de indicadores econômicos exibidos pelo governo nos primeiros anos.

Aproveitando a onda de expansão mundial, optou por um caminho intermediário ao Neoliberalismo da década anterior, bem como se distanciou do programa mais radical do PT. Seria um Estado investidor e financiador, capaz de ajudar aos mais pobres sem confrontar a ordem do capital.

No geral, as principais marcas dos oito anos de governo foram a manutenção da estabilidade econômica, a retomada do crescimento do País e a redução da pobreza extrema. Sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica, construiu uma política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos. No entanto, há diferenças entre o primeiro e o segundo mandato, como será refletido a seguir.

No primeiro governo Lula (2003-2006), mantiveram-se os pilares da macroeconomia neoliberal visando acalmar os mercados financeiros. O compromisso do novo governo era reorganizar o capitalismo no Brasil e não aboli-lo nos moldes pós-neoliberais. Para isso nomeou uma equipe econômica indiscutivelmente ortodoxa no Banco Central e no Ministério da Fazenda, que elevou as taxas de juros e fez cortes no investimento público para atingir um *superávit* primário maior do que o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI) havia recomendado.

De acordo com Pochmann (2013), a recuperação do papel do Estado trouxe resultados positivos, principalmente nas políticas sociais. Com a complementação de renda pelas políticas de transferências, o Brasil registra 18,7 milhões de pessoas com até um quarto de salário-mínimo mensal, e 21,8 milhões de pessoas que conseguiram ultrapassar a linha de pobreza extrema (até 25% do salário-mínimo per capita). Segundo o autor:

A despeito da ampliação da cobertura e dos valores pagos aos aposentados e pensionistas, da incorporação de mais de 12 milhões de famílias no programa Bolsa Família e da inclusão bancária e creditícia de milhões de brasileiros, o endividamento público caiu de mais de 55% do PIB, em 2002, para cerca de 40% do PIB, em 2010. Simultaneamente, a pobreza caiu mais de 30% desde 2003 e o Brasil conseguiu voltar a permitir a ascensão social para milhões de brasileiros, após mais de duas décadas de congelamento das oportunidades educacionais, de renda e de ocupação (POCHMANN, 2013, p. 154).

A ênfase nas políticas sociais, portanto, serviu para desmistificar o alarmismo do receituário neoliberal, que pregava o gasto social como algo perigoso para as finanças públicas, de possível quebra da seguridade social, em que somente a desregulamentação das leis sociais e trabalhistas permitiria aumentar os postos de emprego e melhorar as condições dos trabalhadores.

Porém, em 2015, o governo passou por grande crise política. O líder de um dos menores partidos do congresso denunciou que o governo comprava o voto dos deputados de modo sistemático, pagando 7 mil dólares ao mês para cada um, assegurando a maioria da câmara. Conhecido como Mensalão, o dinheiro era proveniente de fundos ilegais do PT, “caixa dois”. A exposição de uma ampla rede de corrupção foi um choque desmoralizador, sinal de uma corrupção estrutural e um oportunismo do legislativo. O governo teve a perda de dois grandes líderes do PT condenados no Mensalão, e em seguida foi salvo pela volta do crescimento econômico e as iniciativas dos programas de renda mínima Fome Zero seguido do Programa Bolsa Família, de grande impacto político.

Em meio à crise política, o governo seguiu seu modelo de Estado atuante. Segundo Perry Anderson (2011), desde 2005 os gastos do governo com a educação triplicaram, e o número de estudantes universitários dobrou. Diferente dos anos 1990, em que o ensino superior tinha deixado de ser em grande parte uma função pública, com três quartos de todos os estudantes indo para universidades privadas.

No segundo mandato, esta sensação de melhoria da qualidade de vida das classes populares fortaleceu o lulismo, tendo maior índice de aprovação de seu governo, maior apoio das classes populares nas eleições de 2006 e maior confiança e liberdade de gestão. Ou seja, além de ter o legado do social, agora controlava de modo completo a sua própria administração, segundo Perry Anderson.

Considerada uma fase de “ativismo estatal”, foram consolidadas mudanças nas políticas econômicas e de desenvolvimento, com destaque para o aumento recorde do valor real do salário mínimo (14%). O governo também ampliou seu investimento em infraestrutura, principalmente através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2017<sup>15</sup>. Considerando que no primeiro mandato o Programa Bolsa Família foi o maior destaque, no segundo a valorização do salário mínimo foi a marca social, com o grande fator de combate à pobreza. No geral, acumulam-se experiências importantes como Bolsa Família, Fome Zero, Territórios da Cidadania, Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, e vários outros.

Esse período marca a ampliação do centro político e das alianças partidárias, quando Lula incorporou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ao seu governo. Modificou sem embaraços a polarização existente no período de FHC. Reconstruiu

---

15 O PAC consiste em uma série de investimentos prioritários em infraestrutura econômica e social que procura elevar a taxa de investimento da economia e começar a eliminar os principais gargalhos logísticos do país.

a polaridade ideológica, que tira o atrito entre esquerda e direita, e passa para o conflito entre ricos e pobres. Fato este que explica o grande volume de votos nas regiões Norte e Nordeste.

Entretanto, passou novamente por uma crise, proveniente de uma das mais graves crises financeiras internacional de 2008 nos Estados Unidos, com a quebra de Wall Street por causa do banco Lehman Brothers. As consequências foram uma restrição do crédito, além da queda da produção industrial e do comércio, e abateu-se sobre a economia brasileira. As políticas de combate aos efeitos da crise do governo Lula foram medidas expansionistas na área fiscal, ampliar o consumo popular, dada a dificuldade da exportação.

Em 2008 também ocorreu a elevação dos preços internacionais das *commodities* (produtos "*in natura*"), que ganhou caráter de bolha especulativa e passou a pressionar a inflação para cima, no Brasil e no mundo. Devido à redução das taxas de juro por parte dos Estados Unidos da América (EUA), à pressão de demanda decorrente do acelerado crescimento da China, e o aumento nos preços das *commodities* foi tão alto no primeiro semestre de 2008 que superou a apreciação do real e, dessa forma, aumentou a “inflação importada” pelo Brasil do resto do mundo. No campo doméstico também houve aumento nas pressões inflacionárias no setor de serviços que, por não estar sujeito à concorrência internacional, sentia mais o impacto da aceleração do crescimento e das políticas do governo de combate à pobreza e valorização do salário-mínimo (BARBOSA, 2013, p. 76).

No que se refere à educação, o presidente Lula desenvolveu uma política de ampliação do acesso à educação superior, processo que ganhou especial força desde que Fernando Haddad assumiu a gestão do Ministério da Educação (MEC), em 2005. O que chamou atenção foi o reconhecimento da importância da ampliação das universidades federais e a expansão da rede de ensino profissional como estratégias de larga repercussão no país e no Nordeste. As principais medidas foram: Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2005, que concede bolsas de estudo integrais e parciais em universidades privadas; o programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, que expandiu o número de campi universitário de 43 para 230; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) de incentivo ao ensino técnico e à qualificação da mão de obra; ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES); implantação das cotas raciais; consolidação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em substituição ao vestibular; e a criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, que será aprofundada nos próximos tópicos.

No campo da política de educação, as principais ações foram conduzidas pela conciliação de classes. O governo almejava alcançar as metas estabelecidas no Plano Nacional

de Educação (2001), como a que é exigida pelo FMI, a qual previa a oferta de educação superior até o final do ano de 2010 para 30% dos jovens de 18 a 24 anos. Assim, em conformidade com a política do Banco Mundial para a “educação terciária”, as principais ações se referem: a) ao estímulo ao empresariamento da educação superior (estímulo à Educação à Distância); b) à ampliação da privatização interna das universidades públicas (autofinanciamento das instituições federais de ensino superior) e c) ao estabelecimento de contratos de gestão que alteram o financiamento e às diretrizes político-pedagógicas das universidades públicas, especialmente das universidades federais.

O ponto central deste contexto político é o de que o Brasil teve o privilégio de possuir ao mesmo tempo três poderosas frentes de expansão, um momento raro do desenvolvimento: 1) Um amplo mercado interno de consumo de massa; 2) Uma forte demanda nacional e mundial por seus abundantes recursos naturais; 3) Perspectivas favoráveis quanto à demanda estatal e privada por investimentos em infraestrutura (econômica e social). E dentro dessa estratégia, incluíram-se dois "turbinadores" desses motores do desenvolvimento, a inovação tecnológica e reativação de encadeamentos produtivos tradicionais (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 730).

A inovação tecnológica se destaca nesse contexto político. Sua função essencial era potencializar as três engrenagens do investimento, na medida do crescimento, inaugurar ou reforçar a existência de encadeamentos produtivos com alta densidade tecnológica. Isso significava ampliação dos efeitos das três frentes, sendo multiplicadores de renda e emprego e reduzir a vulnerabilidade externa da economia brasileira (BIELSCHOWSKY, 2012, p. 730).

O Governo de Dilma Roussef, a primeira mulher presidenta da República, foi marcado pela continuidade do Governo Lula, mas permeado por crises, até chegar ao seu impeachment em 2016. Após os estímulos adotados em 2009 e 2010, o governo decidiu por uma política macroeconômica menos expansionista, mas dando continuidade às conquistas sociais já planejadas. Assegurou as medidas “macroprudenciais” que visavam desacelerar o crescimento do crédito do Brasil e reduzir o aumento na Selic, necessário para combater a inflação. O PIB brasileiro diminuiu para 1,8% ao ano no período 2011 a 2012, resultado da retração do investimento e da queda no crescimento do consumo.

No âmbito da educação, iniciou um amplo programa de incentivo ao ensino técnico e à qualificação da mão de obra, através do Pronatec, mediante a ampliação da concessão de bolsas de estudo e auxílio financeiro aos estudantes.

No segundo mandato, assumiu 2015 com o lema “Pátria Educadora”, reconhecendo a importância do tema para o país. Não por acaso o tema da expansão dos

Institutos Federais tenha sido amplamente divulgado na campanha eleitoral. Mas, após a eleição, agrava-se o cenário de crise política, que é, segundo Gomes (2016), uma das mais graves ameaças à democracia desde o fim do período ditatorial militar.

Como ponto negativo, a crise econômica do governo federal foi agravada por uma série de acontecimentos: a compulsão pela corrupção de grande parte do Congresso Nacional, a divisão resultante do resultado das eleições de 2014, a tentativa de barrar as investigações da operação Lava Jato e da Polícia Federal e aos interesses do capital especulativo e de interesses internacionais, dentre outros. Um conjunto de fatores políticos foi o motor para o desencadeamento da aprovação do impeachment da presidenta Dilma no ano de 2016. A presidenta perdeu a interlocução e o apoio popular que a levaram ao segundo mandato, e se desestabilizou com os governadores, pela contemporização da presidenta com o vice-presidente Michel Temer, da direita política nacional (GOMES, 2016, p. 35).

Na Política de Expansão dos IF's, que no governo Lula teve um aumento de investimentos com 500 campi novos, e que após o governo de Temer, enfrenta sucessivos cortes e contingenciamentos de recursos que paralisou os novos investimentos, segue um projeto de desmonte dos programas do Ministério da Educação, que sofreu um bloqueio de 5,8 bilhões de reais. E como as Universidades e Institutos Federais são responsáveis por grande parte da verba gasta pela pasta, pois grande parte do investimento no ensino básico é de responsabilidade de Estados e municípios, foram essas as instituições que mais sofreram (EL PAÍS, 2019).

Delineia-se um futuro incerto para a EPT com a crise política e econômica. O governo de Michel Temer (2016-2018) descontinuou a expansão da EPT e congelou os gastos para saúde, educação e assistência social por 20 anos, assim como uma diminuição da verba de custeio para os Institutos Federais.

Diante desse contexto histórico, em linhas gerais, Singer aponta que, quando o governo Lula iniciou as medidas, o povo estava em um grau tão elevado de miséria e desigualdade, que as mudanças realizadas, embora tênues em relação às expectativas, tiveram grande efeito para os que foram beneficiados, o subproletariado. Tal efeito político motivou a criação da tese de realinhamento eleitoral, ou seja, a mudança do voto da classe social mais baixa para partidos de esquerda. Contudo, uma das contradições do lulismo é ter sido um governo com “reformismo suficientemente fraco” para desestimular conflitos, e ao mesmo tempo ter reduzido a tremenda desigualdade nacional, em favor de uma política conduzida pela conciliação (SINGER, 2012, p. 21-22).

Diferente da análise de Singer, Alves (2013) aponta que o ciclo do lulismo é considerado neodesenvolvimentista, semelhante ao conceito de Novo desenvolvimentismo de Bresser-Pereira. O Estado neste contexto era o regulador, seja como Estado financiador, seja como Estado investidor, capaz de constituir grandes corporações de capital privado nacional com a capacidade competitiva no mercado mundial. Um novo capitalismo que impõe um novo modelo de desenvolvimento burguês através do Estado interventor, agora não mais orientado pelos parâmetros neoliberais da década de 1990.

Um exemplo está na atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, no financiamento e investimento em todos os setores da economia brasileira, e na expansão das instituições públicas de modo geral. Cumpriu o papel fundamental na indução do crescimento econômico, como visto após a construção de grandes obras de infraestrutura, como as do PAC, e legitimado perante a população pelas políticas de caráter social (ALVES, 2013, p. 3).

Assim, os efeitos sociais, políticos e ideológicos do lulismo são notáveis dentro de uma afirmação de força e poder do neodesenvolvimentismo, nas palavras de Alves (2013), ou novo desenvolvimentismo, como aponta Bresser-Pereira. O vasto programa de transferência de renda para a classe trabalhadora pobre tinha como lógica social transformar o indivíduo em pessoa monetizada com capacidade aquisitiva e disposta a se colocar veementemente à disposição da reprodução política da ordem burguesa. O “milagre” da demanda agregada produzia uma miragem da “nova classe média”. Visa o fortalecimento da perspectiva de ascensão social das camadas populares, tendo em vista o crescimento da economia com impacto no mercado de trabalho urbano, ao lado do aumento da taxa de formalização dos contratos de trabalho, oferta de crédito incentivando o consumo.

A terceira interpretação sobre o contexto político, por fim, é de Plínio de Arruda Sampaio Jr (2012). Este afirma que a nova tendência do pensamento econômico do neodesenvolvimentismo não ultrapassa as fronteiras da “província”, e circunscreve-se a pequenos círculos acadêmicos. Argumenta que a onda neodesenvolvimentista está diretamente relacionada a intrigas e conspirações de duas facções que disputam o controle da política econômica: a monetarista enquanto braço direito do neoliberalismo, e a autoproclamada desenvolvimentista, enquanto braço esquerdo da ordem.

A modesta retomada do crescimento econômico, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário após décadas de arrocho, o *boom* de consumo e a aparente resiliência do Brasil perante a crise de 2018 dão um lastro mínimo de melhoria, mas não se considera um ciclo de desenvolvimento. O autor critica o argumento de que o crescimento econômico

constitui a chave para o enfrentamento da desigualdade. Desenvolvimento confunde-se com crescimento. Não se coloca em questão, por exemplo, a dependência externa e a segregação social, responsáveis pela continuidade do capitalismo. O impacto devastador da ordem global sobre o processo de formação da economia brasileira não é considerado. Para o autor, a discussão não ultrapassa o horizonte da conjuntura imediata.

Assim, a ideia de neodesenvolvimentismo representa uma grosseira apologia da ordem. A relação indissolúvel entre desenvolvimento e barbárie características do tempo atual converte-se por um passe de mágica no seu contrário: o desenvolvimento capitalista virtuoso capaz de conciliar crescimento com equidade social.

Estas três análises, Singer (2012), Alves (2013) e Plínio Jr (2012), têm algumas visões contrastantes, mas ajudam a compreender o caráter progressista e contraditório, que marcou a expansão da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Diante disso, este trabalho parte da análise que o contexto político da expansão da educação profissional e tecnológica possui duas premissas, a seguir expostas:

- (i) A primeira de que esta política foi implementada em um Estado desenvolvimentista, segundo Bresser-Pereira, que possibilitou uma janela de oportunidades na agenda das políticas públicas para a educação profissional e tecnológica. Isso pode ser observado dado o grande volume de investimento na interiorização dos Institutos Federais (mais de 500 novas escolas), na convocação de novos servidores e abertura de novos cursos, avançando inegavelmente os indicadores educacionais.
- (ii) Contudo, a segunda premissa é o paradoxo entre desenvolvimento e educação profissional na lógica do funcionamento do capitalismo, que impossibilita as políticas públicas de garantir plenamente o bem viver. A educação, enquanto direito e pautada na valorização do homem e não do capital, sofre com a imposição da lógica do neoliberalismo, encontra-se em um contexto de conflitos e disputas no campo da economia política global, tendo como exemplo a interferência de organismos internacionais nas diretrizes da educação nacional.

Mas, segundo Frigotto (2011), o governo Lula foi, sobretudo, uma retomada, ainda que de forma problemática, da agenda do desenvolvimento. Como pontos relevantes teve a recuperação, mesmo que relativa, do Estado na sua face social; diminuição do desemprego aberto, mesmo que tanto os dados quanto o conceito de emprego possam ser questionados; aumento real do salário mínimo (ainda que permaneça mínimo); relação distinta

com os movimentos sociais; e ampliação intensa de políticas e programas direcionados à grande massa não organizada que vivia abaixo da linha da pobreza ou num nível elementar de sobrevivência e consumo (FRIGOTTO, 2011, p. 240).

#### 4.2 O conteúdo e a trajetória da política expansão dos Institutos Federais

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pública federal no Brasil possui uma trajetória centenária. São 110 anos de existência, passando por diferentes orientações de governos, propostas curriculares e de financiamento. Mas as transformações que essa política passou nos últimos 15 anos foram mais significativas que os noventa anos anteriores, como mostra o quadro abaixo. A política de expansão da EPT, administrada pelo governo da União, caracterizou-se basicamente por introduzir na sua organização estrutural e espacial uma outra institucionalidade (desenvolvimento com inclusão social) e uma nova territorialidade (interiorização). Portanto, considera-se um desafio compreender em profundidade a Expansão da EPT de 2003 a 2016 e seu processo de interiorização na contemporaneidade.

Quadro 2 – Demonstrativo de Escolas Técnicas construídas

(continua)

Período	Governo	N.º de escolas técnicas entregues
1909 a 1910	Nilo Peçanha	21 Escolas Técnicas
1910 a 1914	Hermes da Fonseca	01 Escola Técnica
1914 a 1918	Wenceslau Braz	01 Escola Técnica
1918 a 1919	Delfim Moreira	01 Escola Técnica
1919 a 1922	Epitácio Pessoa	01 Escola Técnica
1922 a 1926	Arthur Bernardes	02 Escolas Técnicas
1930 a 1945 e de 1951 a 1954	Getúlio Vargas	21 Escolas Técnicas
1946 a 1951	Gaspar Dutra	11 Escolas Técnicas
1954 a 1955	Café Filho	4 Escolas Técnicas
1956 a 1961	Juscelino Kubitschek	4 Escolas Técnicas
1961 a 1964	João Goulart	6 Escolas Técnicas
1964 a 1967	Castelo Branco	4 Escolas Técnicas
1967 a 1969	Costa e Silva	9 Escolas Técnicas
1969 a 1974	Emílio G. Medici	3 Escolas Técnicas
1974 a 1979	Ernesto Geisel	1 Escola Técnica

Quadro 2 – Demonstrativo de Escolas Técnicas construídas

(conclusão)

Período	Governo	N.º de escolas técnicas entregues
1979 a 1985	João B. Figueiredo	2 Escolas Técnicas
1990 a 1992	Fernando Collor de Mello	3 Escolas Técnicas
1992 a 1995	Itamar Franco	27 Escolas Técnicas
1995 a 2003	Fernando Henrique Cardoso	11 Escolas Técnicas
2003 a 2010	Luiz Inácio Lula da Silva	240 Escolas Técnicas
2011 até o final de 2014	Dilma Rousseff	47 novos campi universitários e 208 novos IFETS

Fonte: LEITE, 2013, p. 28.

Na fase entre 2003 e 2016, no governo Lula e Dilma, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica vivenciou a maior expansão de sua história. Passou de 900 mil calouros para quase 1,7 milhão de ingressantes, o que nos desafia a refletir sobre as configurações desse processo (MEC/SETEC, 2018).

É elevada ao estatuto de política pública e considerada direito e bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometida com a redução das desigualdades sociais e regionais e deve ser incorporada à educação básica como requisito mínimo a todos os trabalhadores (SOUSA, 2011, p. 45).

Assim, a política de educação profissional e tecnológica deverá efetivar-se mediante ações desenvolvidas pelo governo e pela sociedade. No âmbito do governo federal, destacam-se nesse estudo quatro ações (SOUSA, 2011) que foram definidas para consolidar essa política:

- Política de financiamento, modernização e expansão;
- Constituição de um novo ordenamento jurídico legal;
- Fortalecimento das redes federais e estaduais de educação profissional e tecnológica e valorização do educador e do educando;
- Criação de uma rede federal de educação profissional e tecnológica;

O início da formulação dos pressupostos da nova perspectiva de EPT ocorreu com a participação da sociedade civil, na busca pela modernização e expansão da EPT. Em 2003, o esforço democrático de reformulação da EPT desencadeou a realização de eventos, em especial o “Seminário Nacional de Educação Profissional – Concepções, Experiências, Problemas e Propostas”, promovido pela antiga Secretaria de Educação Média e Tecnológica SEMTEC/MEC e realizado em Brasília, de 16 a 18 de junho de 2003. Ele é importante para este estudo, no intuito de perceber que a sociedade civil pressionou o MEC por melhorias na EPT. A expansão não ocorreu somente por uma ampliação quantitativa e territorial, faz parte

de um movimento maior da EPT que historicamente questionava as bases da política anterior. Os resultados desses eventos apontaram para a necessidade de revogar os instrumentos normativos da EPT, pois representavam um retrocesso na esfera educacional.

Os diversos atores sociais, conscientes da importância histórica do momento político, construíram um conjunto de valores pressupostos para promover a modernização e a expansão da modalidade EPT. De acordo com os anais do “Seminário Nacional de Educação Profissional”, os profissionais da EPT elencaram os pressupostos gerais “com que nos comprometemos?”, uma posição explícita do projeto de sociedade que defendem:

- a) Comprometer-se com a redução das desigualdades sociais existentes no país que se manifestam na distribuição de renda, de bens e serviços, na discriminação de gênero, de cor, de etnia, de acesso à justiça e aos direitos humanos;
- b) Assumir que o desenvolvimento econômico é fundamental para reduzir as desigualdades extremas, consolidar a democracia e assegurar um mínimo de soberania para o país;
- c) Assumir a educação básica (fundamental e média) como um direito garantido pela oferta pública e gratuita, democratização de acesso e garantia de permanência;
- d) Comprometer-se com uma escola pública de qualidade, com a democratização da gestão e com a valorização da função docente;

Apesar de serem questões muito gerais, é preciso destacar a importância desse posicionamento. A concepção de desenvolvimento não é explicitada, mas observa-se um interesse em vincular desenvolvimento à satisfação das necessidades humanas desde o início da proposta de reformulação e expansão dos IFs. Na ata do seminário, por sua vez, consta a fundamentação de desenvolvimento como princípio utilizando os estudos de Celso Furtado, como um modelo de desenvolvimento alternativo do modelo vigente até o momento. Os profissionais da EPT presentes no evento, nesta perspectiva, apoiaram a ideia do autor de que não há um desenvolvimento econômico que não seja também desenvolvimento cultural, um projeto justo, igualitário e sustentável, que pressupõe a revitalização do sistema produtivo nacional, congregando a produção de conhecimentos nas diversas áreas, bem como a absorção e a produção de tecnologia na ampliação dos espaços de participação popular (BRASIL, 2003).

Além dos pressupostos gerais que delimitam a posição política, a sociedade civil organizada formada por gestores, sindicalistas, docentes, Conselho Nacional de Educação (CNE), profissionais do Sistema S, estudantes, assessores, elencou os pressupostos para a

expansão da educação profissional e tecnológica: Articular educação profissional com a educação básica de características humanistas e científico-tecnológicas ou politécnicas, condizente com os requisitos da formação integral do ser humano; Articular a educação profissional com o mundo do trabalho; Articular a educação profissional com outras políticas públicas, de desenvolvimento, geração de trabalho e renda, educação de jovens e adultos; Formação e valorização dos profissionais de educação profissional.

O Seminário, portanto, gerou a expectativa de uma construção coletiva da EPT. De certo, mostra que o ambiente governamental iniciou com amplo debate sobre as políticas públicas, em especial a EPT. Algumas propostas foram materializadas, como a ideia da EPT ser concebida como um sistema público, ou subsistema (Rede); retirar das normatizações o modelo da qualidade total empresarial para o modelo da qualidade social, as novas legislações, humanização e democratização da EPT.

Para Sousa (2011), em nível de formulação, houve avanços conceituais e de referencial teórico-político inegável, e a ocupação de cargos de gestão por profissionais oriundos do movimento progressista “de esquerda”. Por outro lado, essa “frente” de trabalho se torna impeditivo para decisões mais avançadas nas ideias democráticas e populares.

O MEC, por sua vez, inicia uma Proposta de Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica, embasada numa concepção de mundo, de nação, de homem e de trabalho onde o ser humano é o parâmetro primeiro e principal, cujos processos produtivos e relações sociais devem eticamente reafirmar e respeitar (BRASIL, 2005).

Destacam-se as diretrizes que justifiquem a oferta de cursos e a criação de instituições de ensino, a serem definidos em articulação com os diversos agentes sociais envolvidos. Para tanto, pressupõe:

- Estabelecimento de uma política pública para a expansão, aplicável, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, tendo como referenciais os correspondentes planos de desenvolvimento social, econômico e tecnológico;
- Identificação dos cursos a serem ofertados, levando-se em consideração as outras políticas públicas, especialmente de abrangência local e regional;
- Condicionamento da criação de cursos e instituições de ensino às características, potencialidades e necessidades de recursos humanos de âmbito local e regional, preferencialmente em Estados e localidades que ainda não dispõem de cursos e instituições desta modalidade educacional;
- Condicionamento da criação de cursos à disponibilidade de docentes, de preferência com experiência profissional no âmbito dos cursos propostos;
- Condicionamento da criação de cursos, preferencialmente, as instituições já credenciadas para atuar nesta modalidade da educação (BRASIL, 2004).

Para materializar a proposta de expansão, a partir de 2003, o debate sobre uma reformulação da EPT demandou a necessidade de articular um novo ordenamento jurídico,

que garanta a nova perspectiva pautada na ampliação da política social nos IFs como agências de desenvolvimento local e lócus de formação de professores.

Isso porque na década de 90, posterior à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), uma série de instrumentos normativos emanados do executivo federal restringiu a oferta de ensino médio e técnico a expansão da rede de EPT, a redução do orçamento, estimulando o autofinanciamento. Essas medidas tornaram-se alvo de duras críticas por parte de entidades científicas e sindicatos da categoria.

Em síntese, ao longo do processo de expansão da EPT, os principais ordenamentos jurídicos foram, conforme apresentado no quadro abaixo:

Quadro 3 - Novo Ordenamento Jurídico

(continua)

Ação	Descrição
1) Revogação do Decreto nº 2.208/97 que separava a EP e a educação básica e publicado Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, desenvolver educação integrada	Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 permite novamente a oferta da modalidade de ensino médio integrado ao ensino técnico. Criou três níveis de classificação: Formação Inicial e Continuada FIC; educação profissional de nível técnico; educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
2) Revogação da Lei nº 8.948/94 que impedia a construção de estabelecimentos de ensino pertencentes à rede federal de EPT	A Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, permite à rede federal de EPT a sua expansão.
3) Expansão da Rede Federal por meio da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005	A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, delineada pela SETEC/MEC.
4) Decreto n. 6.095/2007	Evidenciou as primeiras diretrizes e fundamentos e anuncia o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica pautado pelo modelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs

Quadro 3 - Novo Ordenamento Jurídico

(conclusão)

Ação	Descrição
5) Lei nº 11.892/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.
6) Definição de políticas que assegurem aos servidores da rede de EPT condições efetivas de trabalho e salário	Reativação e fortalecimento da mesa setorial de negociação permanente; criação de uma classe especial para o servidor docente na rede federal; Autorização para concurso público.
7) Decreto Nº 7.234, de 19 de Julho de 2010	Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, com finalidade ampliar as condições de acesso e permanência dos jovens na educação superior pública federal.
8) Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011.	Cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de FIC ou qualificação profissional.
9) Lei Nº 12.711/2012	A Lei de Cotas, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e IFs para autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.
10) Lei nº 13.005/2014	Aprovou o novo Plano Nacional de Educação prevê “oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional”. E, prevê “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”.

Fonte: Antonia de Abreu Sousa (2011); MEC; Adaptação: Aniely Silva Brilhante

Assim, o quadro mostra o histórico de mudanças jurídicas que transformaram a educação profissional. O diferencial das legislações anteriores para a nova legislação é a preocupação com o desenvolvimento e inclusão social. Segundo o MEC, esse conjunto de mudanças ideológicas é a nova institucionalidade da política, que pretende corrigir distorções de conceitos e de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita

“dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores” (BRASIL, 2004).

O fortalecimento da educação profissional e tecnológica, portanto, ocorreu mediante os planos de expansão “Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica” de 2005, a chamada pública MEC/SETEC n. 01 (BRASIL, 2007b), a chamada pública MEC/SETEC n. 2 (BRASIL, 2007c). Estes estabeleceram os objetivos e critérios da expansão dos IFs.

Na lei de criação dos IFs (nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008) no que diz respeito à implantação dos Institutos, observa-se a proposta de nova territorialidade ao levar em consideração às bases territoriais definidas, como dimensão geográfica e as características históricas, culturais, sociais e econômicas (Art. 01, § 3º). A finalidade é atuar em favor do desenvolvimento local e regional.

O documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010” define o desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (BRASIL, 2010, p. 14).

Para Pacheco (2011), o desenvolvimento local significa o diálogo vivo e próximo dos IFs com a realidade local e regional. Requer uma atenção mais criteriosa em busca de soluções para a realidade de exclusão que ainda neste século castiga a sociedade brasileira no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. Assim, cada IF deve ter a agilidade para conhecer a região em que está inserido e responder mais efetivamente aos anseios dessa sociedade, com a temperança necessária quando da definição de suas políticas para que seja verdadeiramente instituição alavancadora de desenvolvimento com inclusão social e distribuição de renda.

Parte do princípio de que no local e no regional concentra-se o universal, pois nada no mundo seria em essência puramente local ou global. Assim, a interferência no local propicia alteração na esfera maior. Esse cenário exige que se supere a dimensão apenas geográfica de território e se passe a percebê-lo como espaço de rede de relações sociais em permanente movimento e, conseqüentemente, em constante mutação. É no território que se materializa o desenvolvimento local e regional na perspectiva da sustentabilidade (PACHECO, 2011, p. 79).

Numa perspectiva metodológica, a forma como materializar o desenvolvimento local, para Pacheco (2011), é o diálogo e abertura de toda comunidade acadêmica para o contexto local, o que exige um perfil de profissionais da educação e estudante diferente dos

modelos tradicionais, mais comprometidos com a pesquisa e extensão e com a população local. Exige uma postura que supere o modelo hegemônico disciplinar, o que significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos. Em seu artigo, o autor detalha também as características do trabalho da EPT para o desenvolvimento, a saber: extrair e problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo, influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus, elevar o padrão do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes, aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico, político e cultural de sua região de abrangência.

Nos estudos de Silva e Terra (2013) sobre a expansão dos IFs e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional, identificam-se três dimensões ou critérios que o MEC adotou para nortear a expansão da Rede EPT, no caso as dimensões social, geográfica e de desenvolvimento.

A preocupação social do governo se deu a partir da escolha de municípios a serem contemplados com o IF, que tivessem como características serem municípios populosos e com baixa receita per capita, além de um percentual elevado de extrema pobreza. No caso, o foco foi: a universalização de atendimento aos Territórios da Cidadania, programa do Governo Federal, lançado em 2008, tendo como objetivo promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável; o atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita, integrantes do G100, grupo das 100 cidades brasileiras com receita per capita inferior a R\$ 1.000,00 e com mais de 80 mil habitantes; e municípios com percentual elevado de extrema pobreza (SILVA; TERRA, 2013, p. 4).

Eliezer Pacheco (2010), por sua vez, defende que essa preocupação com o social é exclusiva do governo Lula, tendo em vista o compromisso de intervenção nas regiões de maior carência, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável atrelado à inclusão social.

Já a dimensão geográfica ocorreu de várias formas, mas no geral, com a escolha prioritária dos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não atendidas, universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras, municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais e interiorização da oferta pública de EPT.

E por fim, quanto à dimensão de desenvolvimento, elucida-se que os novos campi devem ser em municípios com arranjos produtivos locais (APLs) identificados e que estejam envoltos de grandes investimentos (SILVA e TERRA, 2013, p. 4).

O trabalho com o aperfeiçoamento dos Arranjos Produtivos Locais introduz a parceria no desenvolvimento do território em que as unidades dos institutos federais operam, em que a comunidade acadêmica pode auxiliar a desenvolver as potencialidades locais. Para os autores LASTRES e CASSIOLATO (2004)

arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2004, p. 21).

Os autores apontam que a dimensão institucional e regional são elementos cruciais do processo de capacitação produtiva e inovativa. Por meio de uma visão sistêmica, é possível estimular as múltiplas fontes de conhecimento, assim como as interações entre os diferentes agentes, visando potencializar o aprendizado e a inovação.

Esse conceito de Arranjos Produtivos Locais, entretanto, possui como origem a proposta econômica de desenvolvimento, ao priorizar os arranjos mais valorizados pelo mercado, e defende aspectos que priorizam as relações econômicas de produtividade e competitividade. Assim, a proposta de fortalecer os APLs insere-se na proposta de novo desenvolvimentismo de Bresser-Pereira, que apresenta um projeto progressista complexo e contraditório, na medida em que apresenta ao mesmo tempo conceitos de transformação social e conceitos de modernização conservadora, como é o caso dos APLs.

Finalmente, ressalta-se que, na perspectiva do financiamento, a política de expansão necessitava de um bom “parque tecnológico”, com infraestrutura adequada. Para a concretização de tal política foi preciso um financiamento consistente, na formação dos quadros docentes, na carreira, nas condições de permanência dos alunos, no incentivo a pesquisa, na tessitura mais acurada entre oferta e as demandas do território, na ampliação da oferta e numa articulação mais profunda que garanta um real ensino médio integrado (RAMOS, 2016). Assim, na primeira fase da expansão teve um orçamento por volta de R\$ 57

milhões (SOUSA, 2011), na segunda fase, segundo as projeções da SETEC/MEC, o investimento estimado foi da ordem de R\$ 750 milhões.

Em síntese, essa proposta de nova institucionalidade e nova territorialidade traz como principal questão o projeto político do governo de desenvolvimento com inclusão social, descentralizando a educação profissional nas regiões antes desassistidas. Os IFs assumem a missão da perspectiva de transformação social por meio da educação no contexto local, utilizando a proposta de desenvolvimento local e regional.

#### ***4.2.1 Marcos regulatórios das fases da expansão***

Como política do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o plano de expansão, previsto pelo MEC, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), foi dividido em Fase I e Fase II. Tendo lançado o 1º Plano de Expansão no final de seu primeiro mandato (2003-2006), este governo concentrou a maior parte das ações no segundo mandato (2007-2010), sem conseguir alcançar todas as metas previstas. Contudo, a eleição da Presidente Dilma Rousseff, em 2010, garantiu não só a conclusão das metas previstas para o período entre 2005 e 2010, mas também a sua continuidade através do lançamento da Fase III (TAVARES, 2012).

De forma geral, a iniciativa teve como objetivos: consolidar e democratizar a EPT para reduzir desigualdades de oportunidades entre os jovens; ofertar uma educação alinhada com as necessidades locais; e estimular a fixação e a permanência de profissionais qualificados no interior do país (PACHECO *apud* FAVERI, PETTERINI e BARBOSA, 2018, p. 126).

##### **a) Fase I de Expansão da EPT (2003-2006)**

Dentro da reformulação da EPT está um conjunto de leis e decretos. O primeiro Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Este teve o papel de substituir o Decreto nº. 2.208/1997, que estabeleceu uma série de restrições na organização curricular e pedagógica e na oferta dos cursos técnicos (BRASIL, 2004a).

Oficialmente, a Fase I concretiza-se em 2005, quando a SETEC/MEC anuncia a construção de 50 novas escolas de EPT. O objetivo era ampliar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criando mais 38 unidades, que formarão e

educarão cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica (MEC/SETEC, 2005).

O número da expansão foi ampliado para 64, para atender grandes áreas sem escola federal (Brasília, Mato Grosso do Sul, Amapá e Acre) e UNEDs (Unidade de Ensino Descentralizada) em estados que já tinham escolas, mas possuíam largos espaços sem cobertura. Nessa expansão ainda não havia a estrutura multicampi (IPEA, 2014).

O 1º Plano de Expansão reconhece que as instituições federais de educação profissional trabalhavam no limite da capacidade instalada, com potencialidades de expansão limitadas por algumas deficiências estruturais, principalmente a inadequação dos quadros funcionais. A proposta é a eliminação das carências de servidores, por meio da realização de concursos públicos, iniciados em 2003.

Esta abertura de novas escolas foi possível através da Lei 11.195 de 2005, considerada um marco histórico pelo fato de possibilitar a retomada da expansão da rede. Ela dá nova redação ao § 5 do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Diferente da lei anterior, que congelou a criação de novas escolas e barrou a expansão por causa da obrigatoriedade das parcerias para sua manutenção, agora a nova redação regulamenta que a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais. Assim, houve o fomento à expansão, mas é válido destacar que permanece a parceria público-privado.

Sobre a defasagem de servidores, de 2003 a 2006, foi autorizada a contratação de 3.433 docentes e técnicos administrativos. Comparando com o governo anterior, de 1995 a 1998, não foi autorizada a contratação de um único docente ou técnico para o sistema de 140 unidades (PDE, 2007).

Ressalta-se também outros acontecimentos que marcaram a EPT em 2006. Houve o lançamento do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, trazendo a organização da educação profissional e tecnológica através de 98 denominações de cursos por eixos tecnológicos. E por fim, organizaram-se as conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, até o momento a única, com a participação de 2.761 participantes (SETEC/MEC 2010).

## b) Fase II de Expansão da EPT

A segunda fase da expansão compreende o período de 2007 a 2010, no segundo mandato do governo Lula. Com o lema “uma escola técnica em cada cidade polo do país”, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II foi articulado por intermédio da chamada pública MEC/SETEC n.º 001/2007.

Segundo o documento, a iniciativa da chamada pública do Ministério da Educação teve como objetivo implantar, em quatro anos, 150 (cento e cinquenta) novas unidades na Rede Federal de Educação Tecnológica. Propõe a análise e seleção de propostas de apoio à implantação de Instituições Federais de Educação Tecnológica, visando ao estabelecimento de uma ordem de prioridade na implantação das novas instituições de ensino.

Os critérios para a definição das localidades contempladas orientou-se por variáveis geográficas, demográficas, socioambientais, econômicas e culturais, com destaque para as seguintes finalidades: a) distribuição territorial equilibrada das novas unidades de ensino; b) cobertura do maior número possível de mesorregiões em cada Unidade da Federação; c) proximidade das novas unidades de ensino aos Arranjos Produtivos Locais instalados e em desenvolvimento; d) interiorização da oferta pública de educação profissional e de ensino superior; e) redução dos fluxos migratórios originados nas regiões interioranas com destino aos principais centros urbanos; f) aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; g) identificação de potenciais parcerias (BRASIL, 2007b).

O financiamento ocorreu com a elaboração e execução do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (2007-2010), também conhecido como “PAC da Ciência”, ou Pacti. O PAC de Ciência e Tecnologia colocou R\$ 41 bilhões entre 2007 e 2010 para investir em ciência e tecnologia.

Como resultado no site oficial, consta o número de 336 escolas entregues até 2010 (fruto da pressão dos Estados), mais de 340 mil matrículas, contratação via concurso público de mais de 15 mil professores e 14 mil técnicos administrativos (MEC/SETEC, 2009).

O Pacti tinha como prioridade a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, inovação tecnológica nas empresas, pesquisa em áreas estratégicas e desenvolvimento social (REZENDE, 2013, p. 266-268).

No mesmo ano o governo utilizou os decretos para dar continuidade ao plano de expansão, tendo em vista a dificuldade de aprovação dos projetos de lei no Congresso Nacional. O Decreto 5.773 trata sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais

no sistema federal de ensino, que engloba Universidades e IFs. Este decreto simbolizou a realização de uma nova reforma universitária.

O Decreto 6.095/2007 estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. O Decreto 6.302 de 2007 institui o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional.

No que se refere ao financiamento da expansão, ao final de 2010 o orçamento para custeio (sem as despesas pessoais) e o capital previsto totalizou R\$ 41,2 bilhões, integralmente executados, esta contou com participação direta e com cooperação entre Estados e municípios, além da articulação com outros ministérios, empresas e sociedade. A Lei 11.249 aprovou a liberação de crédito extraordinário em favor do MEC no valor de R\$ 57 milhões (MEC, 2011).

Em 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892/08 (Lei que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) criam-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em substituição ao conhecido Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) (BRASIL, 2008). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) possui natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeito de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os IFs são equiparados às universidades federais (BRASIL, 2008).

As características e as finalidades das instituições que integram a Rede Federal de Educação Tecnológica são definidas de acordo com o artigo 6º da Lei nº. 11.892/2008. Dessa forma, o IF possui a finalidade de:

I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008)

Consideravelmente estas finalidades ampliaram e modificaram a identidade dos IFs, antes conhecidos prioritariamente pelo ensino técnico integrado, agora uma instituição mais complexa, abrangente, com diferentes modalidades de ensino integradas aos territórios.

A missão desses Institutos Federais, portanto, é o compromisso de intervenção em regiões mais afastadas das metrópoles, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento com inclusão social. A escolha dos cursos deve ser definida por meio de audiências públicas e estudo de potencialidades, almejando uma educação mais próxima às potencialidades de desenvolvimento regional.

Vale ressaltar que na referida lei é criado o Instituto Federal do Ceará (IFCE), mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE) e das Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu.

### c) Fase III de Expansão da EPT (2011-2014)

No que se refere à fase III, esta ocorreu no governo da presidenta Dilma Rousseff. Criaram-se mais 208 unidades de ensino (Brasil/MEC/SETEC, 2014), contudo, a crise econômica mundial afetou o financiamento da EPT, pois os orçamentos de 2011 e 2012 foram menores que em 2010, o que reteve a continuação da expansão.

O objetivo da expansão nessa fase é ampliar a presença, assegurando que cada uma das 558 microrregiões brasileiras possa contar com pelo menos um *campus* de instituto federal. Nesta fase, novos critérios, orientam a identificação das localidades a serem contempladas com as novas unidades:

- inserção no Programa Território da Cidadania, de modo que haja pelo menos uma unidade da rede federal em cada um desses territórios;
- municípios populosos e com baixa receita pública per capita, priorizando os municípios que compõem o grupo de cidades com mais de 80 mil habitantes e que possui receita per capita inferior a R\$1 mil, o chamado G100;
- municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais,
- preferencialmente, os que tenham mais de 50 mil habitantes;
- universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras, considerando que em todas elas haja uma ou mais unidades da rede federal;
- localidades que receberam investimentos vultosos do PAC;
- municípios com arranjos produtivos locais identificados;
- entorno de grandes investimentos; e
- os municípios com elevado percentual de extrema pobreza.

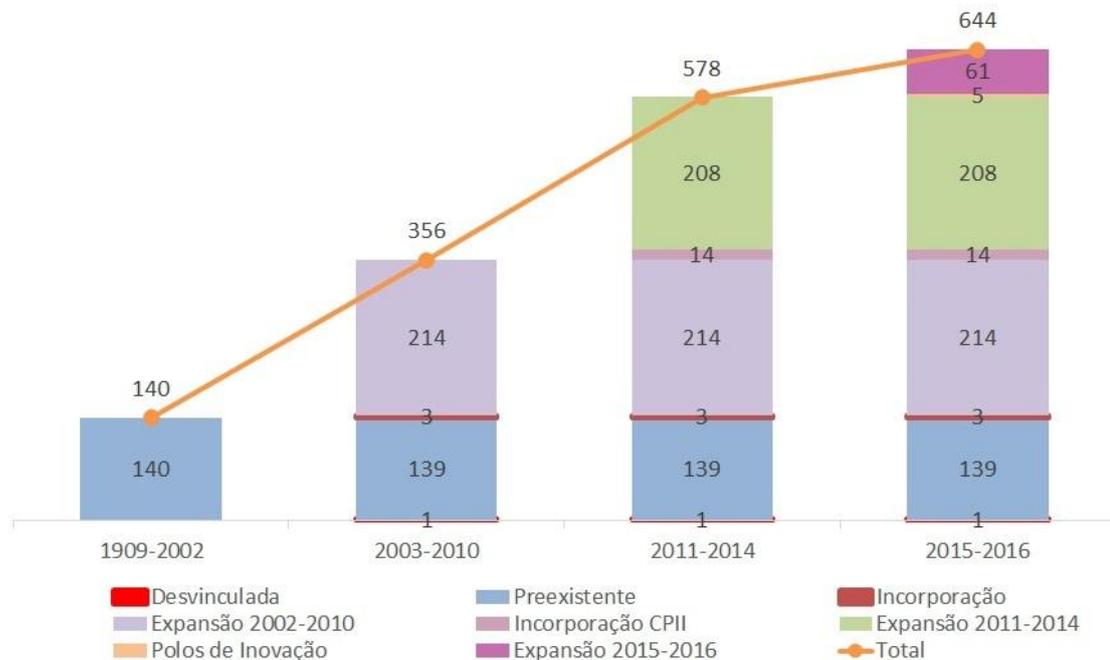
Na Lei nº 12.513/11, a Política de Expansão da Rede Federal passa a figurar como uma das cinco iniciativas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), entrando na terceira fase da expansão.

Por meio de uma nova chamada pública, o MEC/SETEC n.º 002/2007, como uma das propostas do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, ocorreu a constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Ou seja, a adesão para a mudança de CEFETs para IFETs.

Apontam-se as quatro maiores iniciativas deste período, a saber: a Lei das Cotas (Lei nº 12.711/2012), enquanto ações afirmativas, que dá direito a percentual de vagas aos estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, favorecendo dentro desse público os de baixa renda, negros, pardos e índios; o Programa Ciências Sem Fronteiras, com o objetivo de financiar os estudos de brasileiros no exterior por meio de intercâmbio, e assim internacionalizar a EPT; o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira; e a Empresa

Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, a EMBRAPPII, com vistas a acelerar a inovação tecnológica junto às empresas.

Figura 8 – Resultado da Expansão da Rede Federal de EPT



Fonte: site do MEC

Diante desta trajetória, parte-se do pressuposto de que a política de expansão dos IF's neste período (2003/2016) significou um marco histórico dessa rede. Houve tanto o aumento expressivo dos campi, quanto um diferencial das novas formas de organização político-administrativa, que a política identifica como nova institucionalidade e nova territorialidade, fatores estruturantes do projeto de expansão da EPT.

Buscou-se, portanto, neste item, integrar a análise do contexto histórico da política à análise do conteúdo da política, com destaque para a nova territorialidade e nova institucionalidade, e a trajetória institucional em suas três fases da expansão, todos no âmbito federal.

O ano de 2005 foi o marco para o início da implementação da política de expansão, tendo o acúmulo de debates com a efervescência da participação da sociedade civil, enquanto momento histórico nunca tido anteriormente na EPT.

A política perdurou por 12 anos na conjuntura do Governo Lula e Dilma, e teve resultados positivos na proposta de nova territorialidade. Nos três períodos previstos para a

implantação da política de expansão da rede federal de EPT, houve a construção de 405 novas unidades, as quais somadas às 140 escolas que já existiam, fizeram com que a rede passasse a contar com 644 campi vinculados à rede de EPT em 2016. Atualmente são 38 institutos federais presentes em todos os estados<sup>16</sup>.

A nova institucionalidade, a nível federal, teve como resultados o grande volume de investimentos, pois estava na pauta das políticas públicas como prioritária e considerada estratégica na promoção do desenvolvimento econômico de diversas regiões. Também se destaca pelo novo ordenamento jurídico, a partir da revogação, por meio da Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, da proibição de criação de novas unidades de ensino profissional federais prevista no § 5º do Art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. As principais legislações que foram referência para a EPT, são a criação dos IFs, e a proposta de verticalidade da oferta de cursos, que garantiram a expansão e reestruturação da EPT.

A limitação da política ocorreu na materialização de um modelo da EPT mais progressista da formação de cidadãos críticos, de acordo com a politecnicidade e educação integrada, atravessado pelas tendências das disputas políticas internas, que limitou o projeto de desenvolvimento local para reduzir as desigualdades sociais. Isso porque a redução das desigualdades sociais não ocorre exclusivamente em âmbito micro, requer um projeto maior de nação, como se pensa na superação das desigualdades estruturais de desenvolvimento proposta por Furtado (1980).

No item a seguir, inicia-se a compreensão sobre os deslocamentos institucionais, ou seja, como se configura e se transforma a política no nível local e territorial (GUSSI, 2017). Para tanto, apresenta-se os distintos aspectos dos povos do mar a nível nacional. Posteriormente, por meio dos depoimentos, busca-se compreender o contexto de Camocim e do bairro Praia, os sujeitos da pesquisa (os pescadores e suas famílias), e o cotidiano da pesca, a partir das dimensões histórica, territorial, socioeconômica, cultural e educacional.

---

16 Os dados quantitativos referente aos resultados da política de expansão estão no site oficial <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoas/expansao-da-rede-federal>

## **5 O CONTEXTO: OS POVOS DO MAR DO BAIRRO PRAIA DE CAMOCIM**

Este item dedica-se à compreensão acerca dos povos do mar em Camocim/CE por meio da descrição de seus diferentes aspectos e as dimensões histórica, econômica, social, cultural e de saúde.

Inicia-se com os diversos conceitos acerca de “povos do mar” e suas características a nível regional, nacional e internacional. Após essa introdução, descreve-se sobre o município de Camocim por meio de suas características históricas, territoriais, econômicas e culturais ligadas aos povos do mar.

Por fim, apresenta-se a descrição do contexto dos povos do mar do bairro Praia, parte deste estudo de avaliação experiencial (LEJANO, 2012) por meio das análises obtidas na pesquisa de campo e nas entrevistas com os sujeitos da pesquisa (pescadores, alunos, filhos de pescadores), complementado pelos servidores do IFCE que possuem alguma ligação com o tema (ensino, pesquisa e extensão).

### **5.1 Discussões acerca dos povos do mar**

Há múltiplas visões acerca dos povos do mar, a saber: a visão acadêmica, jurídica, realidade escolar, intervenção governamental, relação com a educação profissional, relação com os organismos internacionais e o movimento político.

Na visão acadêmica sobre os povos do mar, as pesquisas relacionam-se às comunidades tradicionais da pesca e à antropologia marítima e da pesca. No entanto, muitas expressões foram identificadas na revisão bibliográfica para definir a comunidade que vive da pesca, tais como: povos do mar, comunidades pesqueiras marítimas, comunidades humanas marítimas, gentes do mar, comunidades tradicionais de pesca e comunidades costeiras (CALLOU, 2010). Ou seja, não há uma única nomenclatura. Mas, no que se refere ao conceito de pescador artesanal, a literatura especializada identifica uma concordância sobre o conceito desta comunidade da pesca. De acordo com Lima (2006):

historicamente, caracterizaram-se por um processo de trabalho artesanal que se dá no mar (a exemplo da pesca de peixe, de arraia e lagosta), marcado pela hierarquia baseada no “segredo”, e em terra, com a realização de trabalhos artesanais (bordados, labirintos, rendas, fabricação e reparos dos artefatos de pesca) e manuais (pequenos plantios de subsistência e o extrativismo vegetal) (LIMA, 2006, p.40).

Para a análise e avaliação dos povos do mar deste estudo, o maior destaque será dos povos do mar do ponto de vista da tradição, dos mais velhos, dos fundadores, mitos

fundadores e a categoria dos seus filhos, netos, parentes e aderentes como sentido de pertencimento, da identidade dada por eles mesmos. Os conhecimentos tradicionais e a dependência do mundo natural, de seus ciclos, bem como a relevância de sua oralidade e de seus produtos, são fundamentais para a sua sobrevivência.

Vejamos alguns dados sobre os pescadores marítimos a nível nacional.

Com base nos dados do Ministério da Pesca e da Aquicultura, o Brasil conta hoje com 1,084 milhão de pescadores que contribuem para a produção anual de 765 mil toneladas (2013) de pescado (MPA, 2015).

O Instituto de Ciências do Mar (LABOMAR), da Universidade Federal do Ceará (UFC), realizou uma pesquisa em 2008 com base nos cadastrados no sistema do Registro Geral da Pesca (RGP) sobre o perfil dos pescadores brasileiros. As regiões Nordeste e Norte concentram o maior número, representando 77,0% dos pescadores. A região Norte lidera a produção nacional de pescado oriundo da pesca extrativa, com 233.534 toneladas de pescado, seguida das regiões Nordeste (222.671 t). Os pescadores das regiões Sul e Sudeste são mais produtivos, com capturas médias de 2,61 t/pescador-ano e 1,83 t/pescador-ano, respectivamente, o que gera maiores valores de renda média anual. Quanto à distribuição por gênero, observa-se uma pequena presença das mulheres na pesca nacional, com 34,9% do total de pescadores (ALENCAR e MAIA, 2011, p. 12).

Quanto à escolaridade, a referida pesquisa apontou que o Brasil possui 56.218 pescadores analfabetos e 523.841 que têm ensino fundamental incompleto, o que corresponde à maior parte dos pescadores brasileiros (83,6%). Os autores do LABOMAR identificam que esta problemática ligada à educação pode ser responsável pela ineficácia na aplicação das políticas públicas pesqueiras, estando também relacionada à facilidade de aporte de pessoas que, por absoluta falta de opção, ingressam na atividade pesqueira, alimentando assim o paradigma da pesca e da pobreza (ALENCAR e MAIA, 2011, p. 12).

Outra característica importante dos povos do mar diz respeito aos diferentes tipos de pescadores, e como isso faz emergir conflitos de interesses. Rodrigues e Araújo (2016) mostram diferentes interesses em jogo no processo de expansão das atividades turísticas e projetos de desenvolvimento na região do Extremo Oeste do litoral do Ceará, *locus* desta pesquisa avaliativa. As autoras identificam diferenças do pescador artesanal em relação ao pescador vinculado à indústria pesqueira, trazendo sob a luz de Diegues alguns critérios de classificação dos pescadores da produção artesanal, a saber:

[...] relações de trabalho, tecnologia, tradição de pesca, comercialização e ambiente ecológico. O pescador artesanal trabalha sozinho ou em equipes formadas por familiares e tem controle total ou parcial dos meios de produção e do processo de trabalho. Ademais, é o próprio pescador artesanal que faz ou conserta os aparelhos de pesca, movimenta a embarcação, procura os locais apropriados para a captura, pesca e vende o produto. (DIEGUES *in* RODRIGUES e ARAÚJO, p. 14).

Outros aspectos apontados no artigo são a amizade, o companheirismo e a solidariedade existentes na equipe, a pesca vista como um ofício, que necessita de uma filiação coletiva de transmissão de conhecimento, sua inclusão em um conjunto de regras e de hierarquias que devem ser respeitadas. Já, ao contrário, na pesca industrial, não há um controle total nem sobre os meios de produção nem sobre o processo de trabalho. Ou seja, o controle do processo de trabalho é o que distingue a pequena produção da grande empresa capitalista. A “taylorização” da pesca e sua transformação em atividade industrial implicou no ingresso de grandes capitais e na reconfiguração do ambiente, bem como de grupos sociais associados ao ofício (RIAL *et al.*, 2016, p. 08).

Segundo Silva (2014), a atividade se encontra historicamente atrasada em termos de tecnologias e políticas mais adequadas aos anseios dos usuários que ainda sofrem por serem pouco considerados nos processos de tomada de decisão. Assim, a pesca artesanal brasileira possui um histórico de produção equivocadamente trágico e mal planejado, e sofre com a falta de informação estatística de qualidade. Muitos estados adotaram seus próprios mecanismos de monitoramento, dificultando a consolidação e a padronização das informações (SILVA, 2014, p. 19).

No que se refere aos aspectos jurídicos, esta categoria recebeu mais atenção com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, que regula as atividades pesqueiras. O chamado Código da Pesca, Lei 11.959 de 29 de junho de 2009, define, entre outras questões, que a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, exploração e exploração, cultivo, conservação, processamento, transporte, comercialização e pesquisa dos recursos pesqueiros. No artigo 8º classifica a pesca como:

I – comercial:

a) artesanal: quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte;

b) industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial;

II – não comercial:

a) científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica;

- b) amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto;
- c) de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (BRASIL, 2009).

Ressalta-se que por meio da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, define, em seu decreto No 6.040/07- DOU 8.2.2007, os povos e comunidades tradicionais como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Dentro do conceito jurídico, o pescador representa mais que um profissional, pois trata-se de uma categoria identitária, ou seja, pertencente a uma comunidade tradicional. Ressalta-se que, neste estudo, considera-se o “tradicional” como marcos de construção de uma identidade cultural, que se transforma ao longo do tempo, e pode contemplar a mudança, o desenvolvimento, respeitando a autonomia do grupo, que nos remete Furtado (1980).

De acordo com a legislação previdenciária, os profissionais da pesca se dividem em quatro categorias: o empresário empregador, o empregado, o pescador artesanal (Trabalhador rural) e o cooperado. O empregado precisa ter a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada e sua contribuição é feita pela empresa onde trabalha; o empresário e o cooperado recolhem para a Previdência Social como contribuintes individuais. O pescador artesanal, como segurado especial, pode se aposentar se comprovar o mínimo de 180 meses trabalhados na atividade, além da idade mínima de 60 anos, se homem, ou 55 anos, se mulher, devendo comprovar que exerce a pesca individualmente ou em regime de economia familiar e que está cadastrado em colônia ou federação de pescadores (INSS, 2019).

O pescador também possui o direito ao Seguro Defeso pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), oficialmente denominado Seguro Desemprego do Pescador Artesanal. É uma assistência financeira temporária, no valor de um salário mínimo, pago ao pescador que não tenha outra fonte de renda durante o período de defeso, período em que não é permitido pescar devido à preservação das espécies (INSS, 2019).

A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, estabelece o conceito de pesca artesanal como aquele profissional que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de

forma artesanal e individualmente, ou em regime de economia familiar, que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Passando para a esfera da intervenção governamental, é criada a nível federal, em 2003, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR), através de medida provisória (Brasil, 2003a). Já em 2007, criou-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Icmbio), que passa a ter a competência perante as unidades de conservação (UC) geridas pela União. Em 2009, houve um avanço na política com a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e a edição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca (PNDSAP) (BRASIL, 2009). Tal plano teve como objetivos recuperar estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais, desenvolver a pesca oceânica e o grande potencial da aquicultura brasileira em águas da União e em estabelecimentos rurais.

Já na 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, promovida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e pelo Conape, com o tema “Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca”, é aprovada a proposta de centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor pesqueiro em um único órgão de governo e a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério (BRASIL, 2012), finalmente criado em 29 de junho de 2009.

Sob a ótica da educação profissional e os povos do mar, na fase de expansão em 2006, o governo federal elaborou o Programa de Formação Humana para área da Pesca e Aquicultura Familiar, beneficiando também a educação dos povos do mar. Em parceria com a Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR) e SETEC/MEC, firmaram o Termo de Cooperação Técnica nº 02, estabelecendo um projeto de cooperação com os objetivos de financiar núcleos de estudo, difundir informações técnicas, experiências e estudos sobre pesca e aquicultura e a capacitação dos trabalhadores desse setor, colaborando no combate à exclusão social. Isso porque, no geral, há poucas informações consistentes sobre a pesca no Brasil, e sem estudos não há como fomentar políticas públicas de melhoria de vida para esse público (Brasil/MEC/SETEC, 2006).

O intuito era atuar no aperfeiçoamento da pesca artesanal e aquicultura familiar, e assim elevar a qualidade de vida dos assistidos, agregar valor ao pescado e também melhorar o aproveitamento do imenso potencial do Brasil nessa área (MEC/SETEC, 2006).

Como resultado, esse programa teve a implementação de 72 cursos de formação inicial e continuada/cursos técnicos na área de recursos pesqueiros, criação de 28 núcleos de pesquisa aplicada à pesca, aquisição de 11 barcos escolas e 100 pescadores beneficiados com

o projeto Pescando a Cidadania. Este último projeto originado no Estado do Rio Grande do Norte foi desenvolvido como trabalho de formação continuada desenvolvido com quinze professores alfabetizadores, objetivando prepará-los para alfabetizar 100 pescadores e pescadoras no município de Macau e distritos (MEC/SETEC, 2010).

Outra visão sobre o conceito dos povos do mar encontra-se nos documentos dos organismos internacionais. Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), os povos do mar são habitantes tradicionais das áreas costeiras, reconhecidos pela como

[...] trabalhadores que se dedicam à captura de pescado e que exercem as funções de membros de tripulações dos barcos pesqueiros, executando diversas tarefas de pesca de altura – no caso dos pescadores marítimos – ou tarefas específicas da pesca de água doce e águas costeiras (CALLOU, 2010, p. 45).

Algumas iniciativas de articulação foram feitas, como exemplo, em 1982, quando foi organizada a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; pactuado o Convênio 188, adotado pela organização desde 2007, que pretende consolidar a legislação mundial trabalhista da pesca; a Convenção sobre Exame Médico (Pescadores), em 1959 (Nº 113); a Convenção sobre Artigos de Contrato de Pescadores, em 1959 (Nº 114), a Convenção sobre Acomodação de Tripulações (Pescadores), em 1966 (Nº 126), para atualizá-las e alcançar um número maior dos pescadores no mundo, particularmente os que trabalham a bordo de pequenas embarcações; Convenção do Trabalho na Pesca, 2007 (OIT, 2014).

Hoje a principal entidade internacional é a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), criada em 16 de outubro de 1945, que atua como um fórum onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. A convenção da OIT 188, referente ao Trabalho na Pesca, compreende que:

[...] pescador significa toda pessoa empregada ou engajada a qualquer título que seja ou exercendo uma atividade profissional a bordo de uma embarcação de pesca, incluindo pessoas que trabalham a bordo e que são remuneradas com base em participação da captura mas exclui pilotos, pessoal naval, outras pessoas a serviço permanente de um governo, pessoas baseadas em terra encarregadas de realizar trabalhos a bordo de uma embarcação de pesca e observadores de peixes (OIT, 2014)

Por fim, na perspectiva da organização dos pescadores artesanais, destacam-se muitas campanhas e reivindicações do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) ao longo da última década.

Na Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, conduzida pelo MPP em 2012, foi apresentado no site oficial um

texto com a justificativa dos povos do mar. Em geral, a mobilização ocorre porque os pescadores e pescadoras artesanais, embora sejam populações tradicionais com direitos garantidos na constituição e nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, não têm uma lei específica como os indígenas e os quilombolas que explicita o direito ancestral ao território e a garantia do seu modo de vida. Reforça a insegurança das comunidades pesqueiras tradicionais frente os grandes projetos econômicos da pesca industrial e que são subtraídos pelas obras de infraestrutura e pela especulação imobiliária. O foco dessa mobilização é o reconhecimento do pescador artesanal enquanto categoria identitária, e não apenas profissional, e por isso dá ênfase no Cadastro Geral das Comunidades Tradicionais Pesqueiras. O segundo foco é o reconhecimento dos territórios como áreas de preservação e de relevante interesse social, cultural e ambiental.

Outras demandas do movimento de pescadores podem ser observadas na matéria da Agência Brasil ligada a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), sobre a Assembleia Nacional do MPP no município de Aquiraz (Região Metropolitana de Fortaleza). O pescador mineiro Josemar Durães, da coordenação do MPP, critica os critérios de revisão do seguro defeso, que envolve os conceitos de pesca artesanal fixados nos decretos 8424 e 8425, ambos de março de 2015.

Segundo ele, a concessão do benefício leva em conta apenas os pescadores envolvidos direta e integralmente na captura, excluindo os trabalhadores que dão apoio à atividade, a exemplo de quem atua no beneficiamento do pescado. De acordo com o depoimento de um dos líderes, o pescador mineiro Josemar Durães, da coordenação do MPP:

Hoje a pesca artesanal é vista como empecilho para a implementação de projetos de desenvolvimento. Temos um jeito de fazer diferente. Somos donos do nosso trabalho, produzimos nosso próprio alimento, sem veneno. Temos uma soberania alimentar, e não queremos perdê-la (EBC, 2016)

Cita que há 8 milhões de pescadores artesanais no Brasil naquele período, entre profissionais envolvidos diretamente na pesca, aprendizes e trabalhadores de apoio, e que, segundo o Ministério do Planejamento, 1,1 milhão de pescadores recebem seguro defeso, mas estima-se que 70% deste total não tenha direito mais ao benefício.

Figura 9 – Assembleia do MPP em Aquiraz (2015)



Fonte: Agência Brasil<sup>17</sup>

A principal problemática, segundo este movimento, foi o não reconhecimento de direitos territoriais, diante da pressão de empresários e latifundiários pela flexibilização da legislação ambiental, a fim de favorecer a expansão do agro e hidronegócio, inclusive nas áreas de preservação permanente (manguezais e matas ciliares).

Em síntese, o contexto comunitário esbarra nos paradoxos de desenvolvimento econômico dentro de interesses de exploração econômica e merece uma atenção maior. As comunidades de pescadores ficam inseguras diante das relações econômicas desiguais com a pesca industrial, os conflitos pela propriedade dos territórios frente aos grandes projetos econômicos e pela especulação imobiliária, e o fato dos povos do mar ainda não serem considerados enquanto categoria identitária.

Mas, segundo Lima (2006), quando as próprias comunidades assumem a responsabilidade do seu projeto de desenvolvimento, logo descobrem que têm mais meios e possibilidades do que imaginavam possuir. Neste sentido, o conhecimento interno é fundamental e, mesmo considerando os diferenciados níveis de escolarização, pode-se organizar diagnósticos, fazer enquetes e atividades diversas.

## 5.2 Camocim e especificidades dos povos do mar

O município de Camocim possui atualmente 141 anos de emancipação política e uma população pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) de 60.158 pessoas, com densidade demográfica de 53,48 habitantes por quilômetro quadrado.

---

17 <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

Desse total, 29.770 são do sexo masculino e 30.388 do sexo feminino, e a maioria mora na zona urbana.

É constituído por 2 distritos, Amarelas e Guriú, e a sede Camocim. De área equivalente a 1.123.937 km<sup>2</sup>, possui 64 km de praias, 10% do litoral cearense, com diversas belezas naturais como as Praias das Canoas, Praia das Barreiras, do Farol, Praia das Caraúbas, Praia do Maceió, Praia das Imburanas, Praia do Xavier, Praia do Guriú, Praia de Tatajuba, Barra dos Remédios, Lagunho da Torta e Ilha do Amor, como mostra o mapa abaixo:

Figura 10 - Mapa Município de Camocim



Fonte: Estudo de potencialidades IFCE campus Camocim, 2019

Para melhor compreensão acerca dos povos do mar em Camocim/CE, a análise do contexto foi organizada por meio das categorias empíricas, dimensões histórica, cultural, educacional, econômica, social, política e de saúde.

### 5.2.1 A dimensão histórica

A história de Camocim é escrita por grandes homens e mulheres, mas também por inúmeros outros índios, pescadores, salineiros, agricultores e gente simples do povo que enfrentou as condições inóspitas de nossa região e, muitas vezes, no anonimato de suas vidas, deixou o patrimônio que permitiu erguer e compor a história desse lugar tão singular que é Camocim.

Figura 11 – Localização do município de Camocim no mapa do Ceará



Fonte: Anuário do Ceará 2018-2019

Para conhecer os aspectos históricos, será utilizada a obra do historiador camocinense Carlos Augusto Pereira dos Santos, professor de história da Universidade Vale do Acaraú (UVA), que escreveu diversos livros sobre a cidade, sendo o de maior referência neste estudo o livro “Historiando Camocim” (2017) resultado de décadas de pesquisa. Outras referências são os documentos do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Figura 12 – Imagem aérea do encontro rio Coreaú e mar em Camocim/CE



Fonte: site Prefeitura de Camocim

Para Carlos Augusto (2017), compreender a história da origem de Camocim é resgatar as características da ocupação cearense, e a variedade de povos que habitavam o

território. A própria etimologia da palavra Camocim é reveladora de sua origem, pois a versão mais aceita pelos pesquisadores é de que Camocim estaria associada a palavra da língua Tupi “Camucis”, que significa potes ou vasos de barro onde realizavam seus ritos de morte, espécie de urna funerária (SANTOS, 2017, p. 14-15).

A colonização do território provocou choques culturais advindos das lutas de conquista e sobrevivência dos povos, revelando não somente a dominação do colonizador, mas também as histórias de resistência. Os primeiros registros sobre a região de Camocim revelam a presença de indígenas Tremembés e Tabajaras (primeiros povos do mar), as tentativas de estabelecimento de colonos e os respectivos confrontos.

A história da ocupação dos europeus das terras onde hoje é Camocim tem origem nas chamadas Capitânicas Hereditárias, ou seja, a divisão de terras por Portugal na América como forma de colonização e para prevenir que outras nações as ocupassem. Porém, no caso do lote em que estava Camocim, os donatários portugueses não se interessaram de imediato em colonizar e proteger, abrindo espaço para corsários estrangeiros se relacionarem com os índios. Somente a partir da segunda metade do século XVII é que a cidade passa a ter alguma visibilidade, seja como lugar de descanso e reabastecimento de tropas portuguesas em direção à Serra da Ibiapaba, em expedições exploratórias holandesas ou realocação de grupos indígenas fugidos de outras lutas no interior da capital (SANTOS, 2017, p. 18).

Carlos Augusto (2017) ainda destaca como importante na conquista e colonização do território da Capitania do Ceará os vários caciques indígenas e as alianças com holandeses, franceses e, eventualmente, com portugueses. João Algodão (também conhecido como Amaniú, cacique Potiguara que viveu em Camocim após ser afugentado de sua aldeia nas margens do Rio Ceará), Cobra Azul (índio tabajara filho de Algodão, migrou para o Maranhão), e Tatupeba (cacique de Camocim) são mencionados pela historiografia como indígenas que tiveram participação ativa durante a presença estrangeira na região de Camocim<sup>18</sup> (SANTOS, 2017, p. 21).

Neste período, no rio Camocim (hoje Rio Coreaú), serviu como caminho natural para os colonizadores. O terreno foi dividido em sesmarias, ou seja, lotes de terra ao longo da praia e doado aos colonos aventureiros (sesmeiros), o que acarretou em conflitos destes com os índios, sendo esse confronto a base da colonização local. Dessa forma, os conflitos permaneceram por muito tempo, quase sempre envolvendo a questão da terra. Índios da

---

18 Para Carlos Augusto (2017), durante muito tempo a historiografia tradicional apresentou os índios com um papel passivo na história, manipulados pela esperteza do europeu. Em pesquisas recentes, os índios não são vistos como coitadinhos nem bárbaros, e sim compreendidos como povos movidos por suas necessidades e interesses.

região foram expulsos, dizimados ou incorporados ao trabalho nas fazendas de criação de gado (SANTOS, 2017, p. 22-23).

No que se refere à estrutura administrativa e política, somente em 1702 é que os primeiros sesmeiros tomam posse das terras da região, na margem do Rio Coreaú, onde hoje se situa o município de Granja/CE. Essa primeira povoação foi elevada à condição de vila em 1776 com nome de Granja, e dentro dessa vila estava o distrito chamado Barra do Camocim, com a população que corresponde hoje à Camocim (SANTOS, 2017, p. 34).

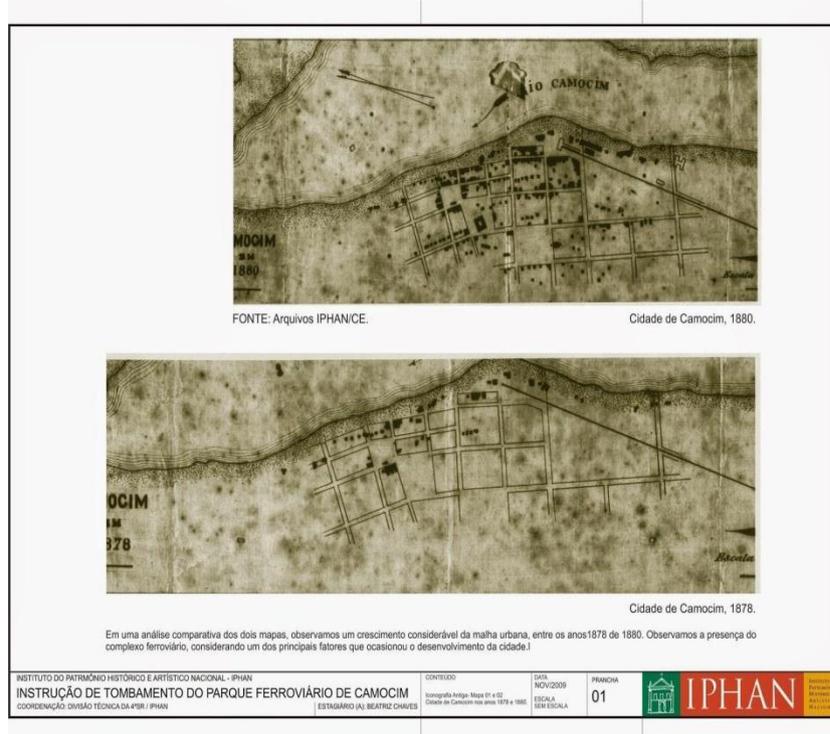
Camocim deixou de ser um distrito do município de Granja após uma sucessão de acontecimentos. Por sua localização geográfica e as características topográficas, a cidade foi favorecida por seu bom escoadouro e lugar de passagem para se alcançar diversos lugares, tais como a Serra da Ibiapaba e Maranhão, e despertou interesse. A enseada foi considerada muito bela com suas ilhas de mangue e dunas ao fundo, e de uma excelente navegabilidade. Do século XVI até o século XX foi considerado um dos mais importantes portos do Ceará (SANTOS, 2017, p. 34).

Ainda conforme Santos (2017), no século XVIII a fama do excelente porto atraiu desbravadores. Chegaram com o objetivo de trabalhar como “práticos”, ou seja, como guias para condutores de navios em áreas de trânsito naval difíceis ou desconhecidas. Contudo, eles somente conseguiram fazer a “praticagem” (trabalho do prático), com a ajuda de um velho índio Tremembé<sup>19</sup>, um dos únicos moradores do lugar (MONTEIRO *apud* SANTOS, 2017, p. 35). Novamente a figura do índio é reconhecida não como vítima ou passiva, mas como mestres, que através da sabedoria dos primeiros povos do mar, tiveram função primordial para o desenvolvimento de Camocim. A cidade se ergue à beira-mar, e o porto passa a ser um destino econômico dos navios de grandes companhias da época (SANTOS, 2017, p. 35).

---

19 Atualmente ainda existem povos indígenas dos Tremembés no Ceará, e estes residem em Acaraú, Itarema e Itapipoca.

Figura 13 - Início da ocupação urbana de Camocim - bairro Praia



Fonte: IPHAN/CE

Na foto acima aparecem duas plantas que refletem o crescimento urbano à beira mar. Segundo o IPHAN/CE, no ano de 1878 (planta inferior) havia o porto, e ao lado uma aldeia de pescadores. Já na planta superior, de 1880, dois anos depois, a ocupação quase duplicou próximo ao porto, o que demonstra que foi em torno deste espaço de trabalho, o porto e futuramente a ferrovia, que se desenvolveu a cidade de Camocim.

Dessa forma, além do porto, diante da preocupação com a estiagem entre 1887 e 1889, o Governo Imperial de D. Pedro II criou a Estrada de Ferro de Sobral – Camocim, e a Estação Ferroviária de Camocim. A ferrovia e o porto criaram empregos, impulsionaram o desenvolvimento do município, aqueceram o comércio e atraíram a população. E a partir daí, contribuíram para que o distrito de Barra de Camocim se transformasse em município seis meses depois, em 29 de setembro de 1879, pela Lei Provincial Nº 1.849 (SANTOS, 2017, p. 37). Logo, Camocim se tornou um município ainda no período imperial.

Ressalta-se que ali também existiu o partido comunista na cidade, expressando sua resistência política e ideológica durante anos a fio. Segundo o autor, a Revolução Russa de 1917, que difundiu a proposta de um novo tipo de sistema de governo, o socialismo e comunismo, teve influência nessa pequena cidade litorânea do interior do Ceará. Camocim foi considerada a mais importante célula comunista no interior do Ceará, registrada em 1928, sendo a primeira cidade do interior a instalar um comitê municipal. Isso ocorreu pela relação

com o mundo através do porto e a ferrovia, facilitando o contato com a militância comunista. Na cidade havia um grande volume de trabalhadores ferroviários, estivadores, portuários, salineiros, pescadores, agricultores, operários da construção civil e de pequenas fábricas, sendo propício para as lutas por melhores condições de trabalho. A história de Camocim, portanto, foi marcada por perseguição, embates eleitorais, denúncias de tortura da polícia contra os militantes, greves operárias (SANTOS, 2017, p. 39-40).

### **5.2.2 A dimensão socioeconômica: a pesca e os pescadores**

Acerca das características econômicas, segundo o IBGE, o município possui o PIB per capita de R\$ 10.535,09 (2017). Como principais atividades econômicas locais estão a pesca, aquicultura, comércio atacadista, educação, agropecuária, silvicultura, minerais não-metálicos, couro e calçados, produtos e madeira, indústria extrativista, comércio varejista, turismo, saúde (Estudo de Potencialidades IFCE Camocim, 2019). Em relação ao nível de instrução dos trabalhadores economicamente ativos, 59,74% possuem o fundamental incompleto, 16,60% fundamental completo e médio incompleto, 19,02% médio completo e superior incompleto, e 4,64% com superior completo (IPECE, 2017).

A cidade é reconhecida como o segundo polo pesqueiro do Estado. Além dos pescadores, atuam os “pegadores” de caranguejo e marisqueiros, que comercializam no mercado local. Segundo um dos entrevistados:

o bairro Praia sempre foi o top do Camocim porque onde os emprego era tudo focado lá. Todo mundo vindo do bairro tal para trabalhar lá trabalhar nas embarcações, porque na época que tinha lagosta em Camocim aí o bairro praia em si ... das Barreiras até onde é o Estaleiro hoje.... Ali tinha pescaria de lagosta, aí dava emprego para todo mundo fazer as armadilhas de pegar as lagostas conhecido como manzuar tudo era artesanal.... tudo era feito na mão, aí dava muito emprego a turma ganhava muito dinheiro (C2).

Nesse cenário, a tradição da pesca artesanal contava com um processo de sucessão maior nas famílias, ou seja, a transição de repassar o ofício e os saberes de pai para filhos e netos ocorria mais fortemente. Os depoimentos contam que ser pescador não era uma escolha, era a única alternativa de trabalho para muitos jovens. O ofício era repassado desde a infância, de acordo com os discentes:

Nasci em Tatajuba e me criei em Fortaleza (...) meu pai era pescador ... a gente voltou para cá desde 1984 (...) ele pescava para outra pessoa (...) Comecei a pescar à noite com ele (...) ele (pai) começou a pescar com 12 anos no RN ainda (...) Talvez por causa do pai dele já pescava também (A2)

meu avô era pescador e meus tios eram pescador, minha avó era marisqueira, aposentada como marisqueira, tenho dois tios que trabalham ainda com pesca e tenho um esposo de uma tia que é pescador também (...) não era uma escolha, você nasce ... pelo menos naquela época (...) os outros tios mais velhos e meu avô não tiveram escolha, nasceram e era o único trabalho que tinha, nasceram na família que o avô é pescador o pai é pescador todos os tios são pescador ... ou ele era pescador ou trabalha com alguma coisa relacionada a pesca, ficar na praia, eles chamam de baldeador, o cara que cuida da embarcação quando tá em terra (...) eu tive escolha, eu tive essa interação com meu tio ... o mais novo que tem 45 anos ele já teve escolha de não ser pescador (A6)

meu pai começou a trabalhar desde os 7 .. 8 anos de idade e ele era o mais velho de todos os irmãos ...aí ele tem irmãos e irmãs só que naquela época os irmãos trabalhavam no mar ou agricultura ... e as irmãs cuidavam da casa ... no caso como os irmãos eles eram quase que obrigado a escolher pela pesca que era serviço mais braçal mais perigoso ... as irmãs cuidavam da agricultura e de casa ... (A4)

ele fala que desde criança que ele trabalha no mar, ele fala que quer sair ... ele é novo tem 46 anos, mas quer sair porque tem doenças ... porque trabalha desde criança pra poder sustentar os irmãos a família (A5)

O papai que era pescador foi levando foi levando aí (irmãos) foram ser pescador (...) meu marido (...) casei com ele aí meu irmão era pescador aí começou a levar ele aí ele aprendeu ...Ainda hoje ele é pescador ... quando eu me casei com ele não era não (A1)

A cidade guarda as heranças da pesca e da mariscagem como importante fonte de subsistência das famílias de Camocim. Desde criança, quem nasce na família de pescadores carrega o tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, tem história e cultura de raízes profundas, passadas de geração para geração. A pesca era a única oportunidade de trabalho de muitos, não necessariamente porque se identificaram com a profissão, mas, sobretudo, porque desde cedo carregaram responsabilidades de prover a família.

Na pesquisa de campo realizada, as falas dos pescadores confirmaram o depoimento dos estudantes do IFCE quando dizem que ser pescador não foi uma escolha para eles na época, dentre eles o Sr. V., que durante a observação em alto mar contou que começou desde os 9 anos e não parou mais, e nesse momento ressaltou que “o mar ensina”. Percebe-se que é mais do que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é autônomo, familiar e coletivo (LIMA, 2006).

Cerca de 2.000 famílias vivem da pesca como principal fonte de renda, compreendidas neste estudo como povos do mar, e dentro desse conceito mais precisamente foi analisada a comunidade tradicional do bairro praia, conhecida também como o “povo da praia”. São trabalhadores e trabalhadoras que possuem atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações. Segundo um dos entrevistados da pesquisa:

Camocim é tão linda, tão maravilhosa, ela lida entre o mar e o céu, a figura do aviador Pinto Martins que sobrevoou os oceanos... então para o espírito da cidade às vezes não de forma tão consciente, esse sonhar, ser alto, tanto do ponto de vista do mar quanto o ponto de vista do céu, que são as duas grandes dimensões que nós compreendemos enquanto seres humanos... esse mar esse céu... e essas duas dimensões elas fazem parte dessa fundação desse ser camocinense, ela funda este ser do mar e do céu... tá lá os pescadores, os botes as canos.. (G1)

O bairro Praia é o mais antigo do município, onde se iniciou a ocupação urbana de Camocim, e é onde se localiza uma grande parcela dos pescadores artesanais e suas famílias. Os outros bairros com aglutinação de famílias de pescadores são os bairros vizinhos, São Pedro e Coqueiros. No bairro Praia encontra-se a Colônia de Pesca e Aquicultura Z1 de Camocim, popularmente conhecida por Colônia de Pescadores. Fundada na década de 1920 por Sotero Lopes da Silva, avô do atual presidente Francisco Xavier Filho, presidente da Colônia de Pesca e Aquicultura Z1 desde 1997. A colônia foi a primeira instituição de representação dos trabalhadores em Camocim, tendo poder equivalente ao sindicato. Atualmente, há 1800 filiados. Segundo o presidente da Colônia, a instituição tem como objetivos: desenvolver os aspectos sociais junto aos trabalhadores, representá-los junto aos órgãos públicos, buscar o desenvolvimento da classe e o desenvolvimento da cidade. Ao se filiarem, os pescadores pagam uma mensalidade.

Mas o que significa ser pescador nesse contexto? O que se observou na opinião dos sujeitos desta pesquisa é que os pescadores representam “guerreiros”, “heróis”. Os depoimentos refletem que:

eles são guerreiros viu... eu lembro que o meu avô acordava 1h da manhã, minha avó tava acordada arrumava o balde, antes era uru depois é balde de manteiga grande para não molhar alguma coisa que eles levavam... ele arrumava as linhas aí saía e chegava 2h da tarde às vezes chegava 4h da tarde ... a minha avó fala ... só almoçavam quando eles chegavam com o peixe no mar... só com todo mundo ... tinha umas 10 famílias ali perto... próximas uma das outras ... eles iam juntos... e todo mundo comia realmente só quando viam, eles produziam a própria farinha da mandioca e comia e o pescado que eles traziam (A6)

os pescadores eles têm a rede ... a rede de pesca como instrumento de libertação muito grande ... é um instrumento que é como se fosse a vida você tem que ficar sempre renovando ela... você não pode estagnar ... então você não pode usar a mesma rede várias vezes sem nunca ter dado a manutenção nela ... Então o meu pai (...) remendava a rede de tarde para usar ela de madrugada e aí quando chegava almoçava remendava a rede de tarde para usar de madrugada e era assim durante muito tempo ... então o pescador ele é uma profissão não tão valorizada ... Mas é uma profissão de libertação uma profissão de resistência porque eles tiram da natureza sem machucar eles conversam com a natureza ... como já relatei o caso do meu pai que sabe quando vai chover sabe onde é que tem o peixe melhor... sabe a época boa de pescar sabe a hora certa ... então ele conversa com a natureza ele tem interação com a natureza sem machucar ela e ele sabe que no outro dia ele pode voltar que a natureza vai estar lá para abraçar ele de novo ... e que meu pai dizia que era uma honra para o pescador se ele morresse no mar ... era assim... ninguém queria claro né nem o próprio pescador queria... mas se fosse para ele

morrer que fosse pescando então eles tinham a pesca mais que uma simples pesca mais do que uma simples profissão ... é um estilo de vida (A4)

é um local totalmente desprivilegiado, é um guerreiro o pescador uma pessoa que assim que é um herói nosso... que a gente vê todo dia indo para o mar (D4)

A profissão é vista como detentora de sabedoria da natureza, resistência, liberdade. Como dito anteriormente, a expressão “herói” ou “guerreiro” é utilizada para falar dos pescadores, por ser uma profissão que enfrenta todo tipo de adversidades no mar em seu cotidiano laboral.

No que se refere ao cotidiano da pesca no bairro praia, a atividade é considerada parte significativa para a economia local. A cidade registra os maiores rendimentos da pesca no Ceará, com grande abundância de desembarque de peixes. Os dados da estatística pesqueira nacional de 2011, últimos dados publicados pelo extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), aponta que a região Nordeste continuou registrando a maior produção de pescado do país, com 454.216,9 t, respondendo por 31,7% da produção nacional (MPA, 2011). No Ceará, Camocim se destaca como a terra do peixe, é o maior produtor segundo tabela a seguir:

Tabela 1 - Evolução do pescado marítimo e estuarino do Ceará e dos maiores municípios produtores (toneladas) - 1999 - 2008

<b>Municípios</b>	<b>1999</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
CEARÁ	17.472	17.093	18.947	18.421	16.552	17.920	20.538
Acaraú	2.139	1.966	1.775	1.761	1.911	2.589	3.130
Barroquinha	410	1.436	1.807	1.350	1.302	1.245	1.751
Beberibe	792	952	1.070	932	765	747	816
Camocim	4.260	3.889	5.327	6.138	4.368	4.681	5.080
Fortaleza	3.224	1.711	1.817	1.593	1.790	1.811	1.877
Icapuí	335	762	584	631	596	822	795
Itarema	2.126	2.011	2.040	1.468	1.555	1.574	2.299

Fonte: IBAMA/CEPEME, 1999; IPECE - Anuários Estatísticos; Lenilton Francisco de Assis

A participação do porto de Camocim no Ceará é expressiva, considerado juntamente com a capital Fortaleza, os dois principais pontos de desembarque de pescado na costa cearense, Estado onde a pesca marinha é um segmento produtivo de grande importância econômica. O porto é ligado ao mar por um braço de rio denominado Rio Coreaú, que tem a profundidade adequada para permitir o tráfego referente ao calado de embarcações de pequeno e médio porte, permitindo ainda que elas possam aportar em qualquer situação de maré (ARAÚJO, 2013 *in* ARAÚJO, 2019).

Tabela 2 - Produção de pescado por espécie em Camocim - 2003 e 2008

PESCADO (t)	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Peixe	3.083	5.092	5.997	4.240	4.503	4.975
Lagosta	74	233	137	122	177	104
Camarão	5	2	3	5	-	-
Moluscos	7	0	1	1	1	1

Fonte: IPECE - Anuários Estatísticos 2005, 2007 e 2009; Lenilton Francisco de Assis

O artigo da aluna de pós graduação do IFCE *campus* Camocim, Gessiane Gomes de Araújo, intitulado “A repercussão das leis ambientais para a realidade das atuais categorias do setor pesqueiro de Camocim - CE”, mostra que são exercidas no município as categorias de pesca artesanal e industrial, sendo a artesanal responsável pela maior parcela de produção do setor. As embarcações artesanais são classificadas em canoas, botes à vela e lanchas, já a pesca industrial possui barcos com o casco de ferro, como mostra a imagem a seguir:

Figura 14 - Mosaico tipos de embarcações em Camocim



Fonte: Araújo (2019), Aniely Silva Brilhante

Cada tipo de embarcação realiza a captura de sua produção em até determinado limite e utilizam diferentes apetrechos. Segundo dados da Capitania dos Portos, o número de

embarcações operantes não é igual à quantidade registrada, estando operantes durante o ano de 2017 aproximadamente 156 canoas, 42 botes, 100 lanchas e 11 barcos com o casco de ferro (ARAÚJO, 2019). De acordo com a autora:

Canoas – no mínimo de 2 a 3 milhas do porto, chegam no máximo a 40 milhas da costa, em profundidades de até 70 metros, usam redes, linha e anzol ou espinhel.

Botes a vela – operam no mínimo a 50 milhas do porto e no máximo a 160 milhas seguindo as correntes do litoral, realizando suas capturas no Ceará, Piauí e Maranhão chegando mais ou menos em São Luís. Utilizam apenas linha e anzol como apetrechos.

Lanchas – chegam a pescar até 500 milhas saindo do porto, no estado do Pará. Operam linha e anzol, redes, espinheis, e rede para lagosta.

Barcos com casco de ferro - trabalham em até 600 milhas do porto, no estado do Pará passando por Belém, chegando até o Amapá. Capturam sua produção com linha e anzol e espinheis (ARAÚJO et al., 2019, p. 51).

Destaca-se neste estudo a pesca artesanal de canoa, por ser a categoria mais observada nas famílias dos estudantes do IFCE. De acordo com a observação de campo, essa categoria caracteriza-se como uma pescaria de multiespécies, com inúmeras embarcações de madeira de pequeno porte, entre 3 e 8 metros, e tripulação em média de 3 pescadores por embarcação.

A forma como é feita a pesca permanece desde as antigas gerações, a única mudança observada foi a utilização de GPSs, a rede industrial em alternativa da rede costurada artesanalmente e o motor de rabeta. O investimento em uma canoa nova de madeira custa em média R\$ 14.000,00, o motor de rabeta R\$ 4.000,00 e em média R\$ 800,00 de materiais diversos. Segundo relatos de um dos pescadores observado na pesquisa de campo, o rendimento é incerto, no período do início do ano, chamado de inverno, a pesca é mais produtiva, a sua canoa já chegou a ganhar até R\$ 800,00 na produção de um dia nesse período, mas é uma exceção, geralmente a produção total é vendida entre R\$ 80,00 a R\$ 160,00 por dia (valor ainda a ser dividido), em outras ocasiões ele volta à terra só com os peixes para alimentar a família. A negociação ocorre na praia, no momento da chegada da canoa, os compradores interessados se aproximam da canoa e dão o preço pela produção inteira, quem der o maior preço fecha a compra. O proprietário dono da embarcação tem o ganho de 50%, os outros 50% são divididos entre os pescadores.

O cotidiano da pesca artesanal com canoa se inicia de madrugada. A maioria dos pescadores das canoas saem por volta de meia noite, com seus materiais – baldes de plástico de 15kg, motor da embarcação e as linhas – preparam a canoa e saem ao mar. O retorno é pela manhã, entre 7h às 10h em média. Os estudantes filhos de pescadores resumem o cotidiano da família:

essa viagem de canoa é ida e volta... sai de madrugada e chega de manhã e tem as que chamam de dormida ... que eles passam 3 noites no mar e volta, aí passa 2 dias na terra para acalmar e depois vai de novo... essas viagens de dormida é mais no inverno que é o período melhor por causa do vento... quando é verão eles vão ida e volta... porque o vento é muito forte... depende da pesca, as vezes passa um dia (...) um toma de conta de olhar, outro fica tirando a água... é assim, ficam no sol na chuva... (A5)

a gente começou a pescar na embarcação menor... de canoa menor, a gente passava só três dias e 3 noites ia num dia voltava no outro. Nas canoas, durante o verão ela vai no dia e volta no mesmo dia... as primeiras chegam 8h, e as outras 12h em diante... No inverno passam 5 dias 6 até 8 dias (...) O Artesanal ele é tantas toneladas ... o Industrial é tantas toneladas a mais...e outra industrial é motorizado ... e Artesanal é a vela, agora que estão usando um motorzinho ... mas é só para ajudar, as vezes o vento fica pouco não é constante... A pescaria artesanal é poucos dias, os barcos maiores de 15 metros (...) passa até 1 mês ... o artesanal usa gelo, o industrial tem camara frigorifica próprio... esse praticamente acabou (A2)

Essas são as múltiplas características da atividade da pesca marítima em Camocim, com diferenças de proporção entre embarcações maiores e menores, a permanência no mar, disciplina do processo do trabalho e a distinção entre pesca artesanal e industrial. Essa diferença influencia diretamente nos rendimentos e na dimensão econômica, no caso a venda da produção. Os depoimentos expõem a condição financeira das famílias que trabalham com as canoas, as diferenças de funções e hierarquias e a exploração econômica dos trabalhadores na indústria da pesca:

é muito sofrido não é fácil... acho muito pesado vão e não sabe se voltam... é muito suado... você é a dona da embarcação, você é só pescador ... se a embarcação faz R\$ 500,00 é dividido meio a meio ... R\$ 250,00 para o dono e R\$ 250,00 para os três pescadores... aí você vê o quanto o dono de embarcação ganha e quanto um pescador ganha.. e eles trabalham muito... então tem dias que ... quando você vê eles dividindo o dinheiro ... dá R\$ 10,00 pra cada... R\$ 20,00... R\$ 50,00 aí o dono recebe R\$ 100,00 ... e quando a pescaria não é boa eles não dão nada... pra sustentar a casa.. R\$ 20,00 não dá pra nada... pra pagar comida água luz... acho muito difícil muito duro... muitos não tem casa própria... (A5)

O atravessador pega e vende para outros lugares com o preço dele ... não é a coisa tabelada ... compra com o preço dele e vende com o preço dele (...) o pescador chega do mar, vende por R\$ 50,00 o cara 10 metros depois vende por R\$ 150,00 (A2)

uma atividade que é muito marginalizada ... que tem um atravessador ganhando fortemente e a gente ignora isso... uma atividade que não vai pra frente por causa disso ... a pessoa não tem tecnologia e tem que se submeter ao mercado, o mercado é cruel ... é muito precível tem que negociar rápido ... não tem uma outra capacitação além disso (D4)

os barcos de ferro são de empresas, os pescadores recebem o dinheiro que eles chamam de vale, cada pescador tem a posição no barco, quanto mais perto da proa mais o vale é maior... ele tem que produzir muito para pagar o vale, se não cobrir fica devendo a empresa... 1 tonelada de peixe, tenho um tio que fica 3 meses no mar, a esposa recebe por quizena... minha tia foi enganada algumas vezes... pesca do bote bastardo essa embarcação grande com uma vela... ele é parecido só que o pescador não é obrigado a pagar o vale, ele recebe R\$ 800,00 ... dependendo do

tamanho da embarcação vai 5 até 11 pescadores.. aí tem o mestre o guia e os pescadores ... tem o dono e tem o cara que abastece a embarcação para quando a embarcação chegar ele comprar todo o peixe no preço que ele quer comprar ... aí vem a baiteira um bote menor com a vela igual da canoa, passam 10 dias no mar, recebe o vale mas geralmente é menos, a quantidade de peixe menor, e a canoa que pesca de rede manzoar e linha artesanal. Na pesca de canoa gera vários empregos em torno ... não é só da pesca, na época da lagosta as mulheres lucram fazendo as redes, tecendo... compram o material nos comércios próximos, e pagam a elas ... preparam e dão manutenção da rede, uma rede dura 1 mês ... isso tudo gera lucro, aquela renda é dela, movimenta também o comércio (A6)

existe um negócio chamado rancho ... é o pagamento só que ele era feito em duas parcelas ... o pescador recebe antes de ir para o mar e recebe quando volta então ... é metade metade ... então exemplo se o meu pai fosse receber R\$ 500,00 ele ia receber R\$ 250,00 em terra e dois dias depois ele partia pro mar e quando voltava ele recebia mais R\$ 250,00 fora peixe essas coisas ... então ele já deixava o dinheiro com a minha mãe... já era uma garantia para ela alimentar a gente cuidar da casa comprar roupa enfim (...) era difícil (A4)

Percebe-se que a atividade da pesca em Camocim é uma das atividades mais expressivas na economia local, demanda um investimento com materiais e manutenção, dando grande relevância igualmente ao setor econômico de serviços, do comércio e turismo. Contudo, constata-se que a logística dos atravessadores causa a redução do ganho monetário do pescador artesanal e reforça o paradigma da pesca e da pobreza. Na observação de campo, a embarcação de um pai de uma aluna conseguiu vender toda a produção por R\$ 150,00, que seria dividido entre o dono da canoa e mais 2 pescadores. Ocorre uma desproporção entre a quantidade capturada e o benefício monetário recebido pelo pescador, ao permitir que o intermediário imponha um valor monetário sobre o produto, ignorando o valor pelo qual esse mesmo produto será vendido pelo intermediário numa segunda comercialização (NEVES, 2014). Contudo, não se observa nenhum tipo de articulação para superar esse tipo de parceria desigual, talvez pelos efeitos da baixa escolaridade, do analfabetismo e de incentivos do poder público.

Assim, a desvalorização da atividade da pesca faz parte do contexto da pesca, e isso é observado pelos servidores do IFCE:

o que a gente percebe é como se eles estivessem a deriva ... embora eles tenham na tradição o seu corpo ou âncora mas eles estão soltos ali por exemplo tem uma riqueza que vocês tem ali na praia das barreiras o que você recebe de pescado toda manhã o que aquele pescador recebe tira apenas o sustento da família e o restante entrega para o atravessador porque ele não sabe o que fazer ... (D2)

há um abandono muito grande com tudo mais com essas pessoas que produzem essa riqueza que é o que vem do mar lagosta camarão ... de repente você um dia um rapazinho ia passando numa bicicleta e me ofereceu uma corda de caranguejo com 8 caranguejos por 8 reais (...) ele se menospreza, menospreza o trabalho dele e enquanto pessoa ele vai só se degradando porque não existe vida naquela pessoa uma pessoa que mergulha no mangue e vende uma corda de caranguejo por 8 reais ... eu acho que o caranguejo tem mais vida que essa pessoa (D2)

continua se utilizando uma canoa de boca aberta que os portugueses desembarcaram aqui em 1500... não tem conforto durabilidade, não tem banheiro, passar frio na canoa chovendo, vai se abrigar onde... se cair raio como vai fazer... é um local totalmente desprivilegiado, é um guerreiro o pescador (D4)

A desvalorização econômica é um dado importante de ser analisado, uma vez que representa uma demanda para as políticas públicas de educação. No relato dos professores, os trabalhadores estão desmotivados e um dos motivos é que a atividade se encontra atrasada no que diz respeito às tecnologias, reconhecendo que a academia é um ator que pode contribuir para o aprimoramento da pesca. Outro fator é a própria organização dos pescadores, no sentido de que estes não se articulam para superar esse impasse, com a criação de uma cooperativa, por exemplo, com beneficiamento de pescado, dentre outros.

Socialmente, a imagem dos pescadores perante os entrevistados é o estereótipo do pescador desconfiado, ou mesmo bruto:

como uma comunidade tradicional, a primeira coisa que aprendi estudando lendo vivendo a cultura das pessoas é um lugar que você precisa pedir licença para entrar, quando você chega na casa das pessoas existe relações de respeito de entrada e de saída (...) essas comunidades elas aprenderam a compreender o outro exótico como um sujeito predador, relação predatória, vampiresca, milenarmente o cara vai lá pega o peixe, com muita dificuldade, vende o peixe e ele sabe que o cara vende o peixe dele por um preço 4 vezes maior que o valor que ele pescou... sabe que quando precisa do sujeito ele pode contar mas é uma relação descartável, essas pessoas vão se construindo na defensiva (...) se há essa desconfiança nas relações entre pessoas imagina com instituições, que historicamente ... o voto.. o cimento, o tijolo, o emprego pro meu filho... se historicamente é assim com as instituições ... o IFCE não é diferente não (G1)

A gente frequentava a avó, a gente ficava muito longe dele... a gente nunca conviveu com ele... a gente não tem muito aquele afeto, isso dificulta muitas vezes... sempre foi distante... ele saía com a gente mas não tinha muito afeto... mas a gente não deixa de gostar dele... só que é mais difícil a relação da gente com o pai da gente quando é pescador ... são mais bruto... são difíceis de lidar... não são muito carinhoso... essas coisas... só que ele faz tudo pela gente (A5)

Na construção de um “imaginário” desfavorável do pescador como pessoa “difícil”, é preciso considerar as relações sociais, para na primeira impressão não haver uma barreira para o diálogo. A pesquisadora tinha esse mesmo receio de não ser acolhida pela pré-concepção dos pescadores como “desconfiados”. O começo da relação, às vezes, pela postura de desconfiança, tem percalços, mas na pesquisa de campo os pescadores foram acolhedores. Nas entrevistas, alguns entrevistados expõem a dificuldade de dialogar com os povos do mar, mas o entrevistado G1 aponta a justificativa e uma possível solução. Diante de uma série de fatores, como o trabalho extenuante, a distância da família, as parcerias

exploradoras, há uma desconfiança inicial, mas a forma como se relacionar faz a diferença, em um processo gradual de confiança e respeito.

Outro aspecto social observado foi o grau de risco da atividade pesqueira, tanto para os pescadores de canoa, quanto para as embarcações de maior porte que pescam a distâncias maiores. A visão recorrente nas entrevistas é a pesca associada a uma profissão perigosa, considerada por muitos como de alto risco. Um pescador pai de uma aluna resumiu as dificuldades da pesca, dizendo que a pesca estava fraca e que era perigoso porque alguns pescadores já sofreram acidente. Diante dessas adversidades, foi recorrente nas falas dos alunos filhos de pescadores o fato de a profissão ser perigosa, com histórias, inclusive, de naufrágio, como indicam os entrevistados:

ele diz que reza para chegar na terra ... que quando eles pisam no chão ... que bota o pé no chão ele diz que é um alívio ... porque tá com bem dois anos que não sumia não mas sumia demais antes ... Tinha ano que faltava de duas canoa ... aí um aparecia um e dizia “olha Fulano se soltou de nois e morreu, foi simhora”, se solta, se desespera ... (...) com esse meu irmão já aconteceu uma vez ... ele se naufragou aí passou um dia naufragado e uma noite ... vieram pegar ele no outro dia aí levaram para Luís Correia ... ele disse que chorava tanto só se lembrava das filha dele ... quando a gente veio saber ele já tinha chegado no porto e ligou para esposa dele (...)Meu irmão disse que doía tanto as costas do mar batendo... o barco virado e eles segurando lá ... tem uns que choram (...) o dono do barco chorava tanto, não chorava nem pelo barco dele não mas pelos pescadores tudo pai de família (A1)

o mar ninguém sabe... já morreu muito pescador de canoa... de bote, morreu muito pescador, numa mesma família morreu 3, morreu a tripulação toda ... encontraram um dentro da caixa mas já tava morto... a embarcação afundou ... encontraram uns no PI e outros no MA ... é muito perigoso ... agora mesmo uma embarcação estava pescando em Itarema encontraram agora, muitos se salvaram... naufragaram... (A2)

é muito perigoso, presenciei algumas coisas que eu nem gosto de me colocar no lugar das famílias ... ir três pessoas da família um pai e dois irmão ir para o mar e nunca mais voltar desaparecerem né, isso aconteceu a uns anos atrás muito recorrente assim... algumas famílias perderam vários membros ... e não tiveram a oportunidade de enterrar ... e sem falar do outro lado a família que perde dois homens que... ainda é patriarcalista o homem provê tudo... aí perde ... e geralmente eles não são registrados aí não tem como receber a pensão ... perde a renda totalmente ... é o lado negativo que eu acho que é muito cruel ... e com toda a carga que um pescador trás, acordar ter uma vida sofrida... não ter tempo pra quase nada (A6)

Esses relatos foram confirmados durante a observação de campo, no momento em que três naufrágios aconteceram envolvendo pescadores de Camocim. Em maio de 2019, um barco estilo lancha com sete pescadores se perdeu e ficou 24 dias desaparecido, foram encontrados e resgatados no Pará. Uma matéria do Jornal Diário do Nordeste em 16 de setembro de 2019 intitulada “Embarcação de Camocim naufraga no Maranhão; oito pescadores são resgatados”, informou que uma embarcação estilo lancha que saiu de Camocim afundou no litoral do Maranhão e os oito pescadores foram resgatados sem

ferimentos graves. Os pescadores afirmaram que no dia 13 de setembro por volta de 7h30, o mastro da embarcação rompeu, arrebentou as tábuas e afundou o barco. Utilizaram o colete salva-vidas e sinalizadores até o resgate chegar (DIÁRIO DO NORDESTE, 2019). E por último, um caso de grande repercussão em dezembro de 2019, véspera de Natal, um barco saindo de Itarema-CE com 6 tripulando, sendo 4 camocinenses de uma mesma família, estava desaparecido. Segundo nota da Marinha do Brasil (MB), foram 8 dias de buscas utilizando navio de resgate, aeronave, mobilização de comunidades pesqueiras e navios mercantes até ser encontrada na costa do litoral paraense. São exemplos dos fatores negativos que fazem parte do contexto dos povos do mar que particularizam essa atividade, como aponta uma entrevistada “*a vida de pescador é sofrida... é que todo trabalho é sofrido mas a vida de pescador né...*” (A1).

No que se refere à saúde dos povos do mar, os pescadores estão vulneráveis a diversos determinantes na interação entre meio ambiente-saúde-trabalho. Os sujeitos da pesquisa descreveram esses riscos, as doenças adquiridas, o alcoolismo, a aposentadoria por invalidez, dentre outros:

ele diz que não é bom viver da pesca ... porque o sal essas viagens pro mar ela acaba que deixando muitas sequelas né ... tem pescadores que acabam perdendo a vida... tem pescador que perdem a visão por causa do sal ... tem pescadores que alimentam mal pq tem pescadores que eles tem que se alimentar no mar... dormem mal... tem que defecar no mar ... então ... É uma vida que ele dizia que não queria com os filhos dele. (A4)

tenho três irmãos que é pescador o P. o R. e tenho o irmão mais velho mas ele teve um AVC e não é mais não ... quando deu o AVC pode ir pro mar não ... foi bebendo ... bebeu tanto que adoeceu... deu um AVC... é o mais velho... ele era divertido ... tem dia que ele chora ... quando ele chegava do mar que encostava o carro aqui na porta era cheio de peixe... que ele acordava os vizinho e dava ... hoje em dia é ele quieto na cama sem andar aí eu acho que ele chora é que ele se lembra das coisa (...) tem um que ele vai para pro mar (...) quando ele chega do mar ele bebe tanto eu digo assim para a mulher dele “eu não sei como é que tu aguenta” Aí ele diz assim “é mas vocês não sabem um sofrimento que a gente passa no mar” Aí eu digo “é por isso mesmo que era para chegar e ficar dentro de casa e não para ficar bebendo” ... ele bebe todo dia ... quando ele tá em terra tá bebendo (A1)

Meu pai que bebia muito, a gente sofria muito com a bebida dele... por isso a gente viveu uma vida diferente da dele mas sem muita condição... não seguiu o mal exemplo dele tem que ter uma maior preparação para o pescador, como se proteger e essas drogas (A2)

bem próximo da aposentadoria dele, ele deu um problema quando ele foi puxar um peixe no ombro, aí ele não conseguiu mais pescar, porque era uma dor muito grande, ele não foi mais pescar e vendeu tudo (A3)

ele tem marcas brancas no rosto, pq ficam com o olho fechado aí você percebe ... de quem fica no sol...(A5)

eles estavam no mar na canoa ... ele sonhou que tinha caído um raio na canoa, e quando acordou ele viu um raio tão grande que a vista dele escureceu ... a claridade foi tão forte... caiu no mar mas pra ele foi tão perto que a claridade deu um choque na vista dele ... ficou vendo tudo escuro ... ele chega do mar e diz assim “a no mar foi desse jeito...foi o dia e noite de chuva... não parou não”... os pés e as mãos brancas..engilhado... de passar muito tempo na água... (...) As vezes nem dorme (A5)

envelhecer muito rápido de ficar doente muito rápido ... doenças físicas e mentais (A6)

Além do alcoolismo, das doenças crônicas e Acidente Vascular Cerebral (AVC), exposição a riscos de desenvolvimento de algumas doenças ocupacionais, como desidratação, insolação, estresse ocupacional, o esforço físico e até câncer de pele. Contudo, apesar de todos os riscos, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (2010) estabelece o Código A – 03 (Pesca e Aquicultura) com grau de risco médio (OLIVEIRA et al., 2017, p. 194).

### ***5.2.3 Dimensões da cultura: tradições e lazer dos povos do mar***<sup>20</sup>

Inúmeras manifestações da cultura local da cidade de Camocim são representadas por muitas festas em sua história. Uma delas chama atenção, a “Nau Catarineta”, uma manifestação de origem portuguesa, em Camocim, feita no auge do porto pelos trabalhadores do mar. Com cerca de trinta pessoas fantasiadas com personagens inspirados nas tripulações de um navio, dançavam ao som de música e versos rimados, e animavam vários pontos da cidade (SANTOS, 2017, p. 89). Infelizmente, esta festa, como também o Festival de Violeiros, Festival da Lagosta, Festival de Música, não foram preservados.

Uma outra espécie de folguedo, sendo cantado e dançado, é o Coco de Praia de Camocim. Feito por pescadores, “pegadores de caranguejo”, salineiros, portuários e estivadores, estes nas décadas de 1970 e 1980 receberam muito apoio do Serviço Social da Indústria (SESI), do Centro Social Urbano (CSU) e da então prefeita muito atuante na cultura, Sra. Ana Maria Veras. As vestimentas eram tingidas com tintas de árvores da flora local, tocavam caixa e ganzá, e era formado por 12 brincantes (SANTOS, 2017, p. 90). Hoje um grupo de brincantes reiniciou a dança do coco na cidade, tendo à frente do restabelecimento do grupo o artista plástico Eduardo Souza, e já fez apresentações em Fortaleza/CE no evento Encontro Sesc Povos do Mar em 2018, segundo o Blog Camocim Pote de Histórias (2018).

---

<sup>20</sup> Parte-se aqui da ideia de que, conforme Carlos Augusto (2017), a cultura não é apenas aquilo que está associado à produção artística, mas qualquer manifestação produzida pela inteligência humana traduzida nos costumes e valores de uma comunidade (SANTOS, 2017, p. 84).

Há também festas anuais que continuam no calendário local. Uma delas é o tradicional Carnaval, a festa que deu fama à cidade, e que foi acompanhando a história e se transformando de acordo com as mudanças em Camocim. Ocorria nos clubes sociais fechados para a elite local na década de 1980 (Camocim Club, Comercial Clube e Balneário *Sport Club*), passando pelos blocos (separados entre blocos populares e blocos da elite) até chegar na festa em praça pública organizado pela prefeitura e no “mela-mela” na pracinha do amor (SANTOS, 2017, p. 93).

Das danças folclóricas e atividades culturais, é válido destacar o bumba-meu-boi desde a década de 1980, sendo o mais conhecido o Boi Brilha Noite (SANTOS, 2017, p. 93). Hoje a Academia Camocinense de Ciências, Artes e Letras (ACCAL) vem recuperando esta tradição através do Mestre Luís Jovino, que também restabeleceu o Bumba Meu Boi Brilha Noite.

Há também o Grupo de Capoeira Regional Mestre Ávila na cidade de Camocim, com as rodas em praças públicas, em escolas, no próprio IFCE, na academia; os treinos na academia; os treinos na praia (CORDEIRO, 2015)

As festas que permanecem são os festivais das quadrilhas juninas, Aniversário de Camocim (setembro), o Salão de Artes Plásticas (setembro), a Regata Ecológica de Tatajuba (novembro/dezembro).

O padroeiro da cidade é o Senhor Bom Jesus dos Navegantes, que dá nome à igreja matriz de Bom Jesus dos navegantes, situada no centro do município, vizinho à Prefeitura, e construída em meados de 1919. Em 1938 foi construída a Igreja de São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Os pescadores e fiéis católicos organizam celebrações, novenas e festejos que mobilizam a cidade. Uma das mais antigas é a Procissão Marítima de São Pedro sempre no dia 29 de junho, organizada pelos pescadores e pela igreja.

Figura 15– Procissão marítima de São Pedro 2017



Foto: Vando Arcanjo

Acontece por meio de um cortejo das embarcações tendo a imagem do santo à frente conduzida pela primeira balsa, saindo do terminal pesqueiro e navegando próximo à beira mar por aproximadamente 4 km e, simultaneamente, a população a acompanha por terra, caminhando na beira mar, sendo uma das poucas procissões deste tipo existentes no Brasil, com 77 anos de existência.

Figura 16 – Procissão marítima de São Pedro 2017



Foto: Vando Arcanjo

Como parte dos festejos do aniversário de Camocim, a Regata de Canoa se destaca, pois é quando o litoral é invadido por velas multicoloridas e tomado pela população que já se acostumou a ter o evento no calendário cultural do município. Em média, a participação gira em torno de 20 canoas.

Figura 17 – Regata de Canoas de 2016



Foto: Robervaldo Monteiro.

A competição parte da Ilha do Amor, o trajeto segue até próximo do Porto Comercial de Camocim, onde uma boia que serve como marco para curva e retorno até o porto das canoas, próximo ao Museu do Pescador. Toda a atividade é organizada pelos pescadores (ICMBIO, 2011, p. 17).

Outro aspecto que carrega a história de Camocim são os patrimônios material e imaterial ligados ao porto e à estação. O IPHAN já realizou diversos estudos sobre o patrimônio ferroviário da cidade, mais precisamente o Parque Ferroviário e as embarcações de pesca.

Figura 18 – Cais do Porto e estação Ferroviária de Camocim



Fonte: Nosso museu online<sup>21</sup>

Os estudos de tombamento do IPHAN visam à valorização e reconhecimento da importância histórica vivenciado no país, e à necessidade de preservação dos bens ferroviários. Assim, o complexo Ferro-portuário e seu entorno são considerados patrimônio material, mas ainda não tombados.

Além da preocupação com o patrimônio material, há o interesse em valorizar o patrimônio imaterial. No contexto de Camocim, chamou a atenção do IPHAN o patrimônio naval dentro da categoria paisagem cultural. A cidade conta com uma orla marítima na foz do Rio Coreaú onde ficam ancoradas as embarcações, desde a praça do Odus até a Praia das Barreiras, cerca de 1,5 km , com barcos artesanais que já não existem mais em outros lugares do mundo.

Figura 19 - Embarcações na Praia do Odus (bairro praia)



Fonte: Blog Camocim Pote de Histórias

<sup>21</sup> <https://nossomuseuonline.blogspot.com/>

Como visto ao longo da história de Camocim, como nos mostra Santos (2013), a paisagem é típica de uma vila de pescadores numa cidade portuária. Por volta de 1960, a área localizada no bairro Praia em frente ao que é hoje o porto dos botes, o mar estava literalmente na porta das casas, não havia o calçadão da beira mar, nem as calçadas ou mesmo rua pavimentada. A quantidade de canoas e bastardos também era menor e dispersa, diferente do que se vê hoje, com as embarcações de forma mais concentrada.

Anos depois, nos anos de 1980 e 1990, o cenário de uma vila de pescadores na zona urbana ganha novas residências, novas ruas, o calçadão, praças, mas permanecem as características de vida social simples, como mostra a foto abaixo:

Figura 20 - Avenida Beira Mar , Bairro praia (1983)



Fonte: IBGE

O bairro praia é o principal lugar de lazer das famílias dos povos do mar, e essa fase foi descrita nas entrevistas dos estudantes do IFCE, filhos de pescadores, da seguinte forma:

antigamente as crianças que moravam ali no bairro da Praia, a praia era o nosso parque né, desde quando a mãe deixava, 6, 7 anos, eu tenho lembrança que eu aprendi a nadar com 4 anos, eu nunca esqueci, meus tios me levavam para praia e a gente brincava... 8, 10 anos ... eu estudava pela manhã e não tinha essa quantidade de canoa que tem hoje, a gente pescava jogava bola na praia passava o dia ali, não tinha essas casas que tem hoje, era um espaço aberto ali era nosso playground (...) não tinha os barcos, só essas canoas artesanais, eram poucas... era muito espaço eu lembro, mesmo com todas as embarcações em terra a gente conseguia jogar, hoje a gente não consegue, hoje não tem como. (A6)

Nota-se uma visão nostálgica nas lembranças do Bairro Praia, como a percepção de qualidade de vida e a liberdade. As brincadeiras, o encontro das famílias, a praia como parque de diversão:

Eu lembro que dificilmente você via um carro... Era pouquíssimas motos ... muita gente a pé e algumas bicicletas ... a gente cresceu e viveu na praia ... eu lembro que a praia era uma diversão ... era hoje o que é uma piscina era hoje o que é um parque de diversão... pra gente era a praia... então eu lembro que a gente reunia os nossos poucos brinquedos que a gente tinha ... colocava em sacolas ou bolsas ... a minha mãe fazia a comida cedo porque a gente ia cedo para praia então 5:30 6:00 horas da manhã minha mãe já levantava fazia um frango fazia uma farofa fazia um arroz um baião dividia tudo em panelas aí todo mundo ajudar para levar para praia e aí quando a gente chegava lá não ligava se tava sombra não tinha esse negócio de pano no chão não... a gente usava nossas próprias blusas colocava no chão colocava as panelas em cima e todo mundo corria pra água e aí muitas vezes o meu pai antes de sair de casa ele sabia se a praia estava cheia ou não... ele tinha uma concha em casa ... mais ou menos uns 15 a 20 cm e ele colocava a concha no ouvido e ele disse que sabia se a maré tava cheia ou não ... a gente só ia quando tava cheia e ele nunca errou ... (...) a gente sempre se divertia muito (...) então a gente tinha uma liberdade tão grande de 7 horas da manhã 6 horas da manhã tá saindo de casa e no meio da rua sem ter medo de vir um carro ou moto né (...) a praia ela foi fundamental para o nosso crescimento o crescimento de todo mundo que morava ali perto da praia. (A4)

Assim, os pescadores e suas famílias constroem o modo de vida e de sociabilidades em torno do mar, uma paisagem de rara beleza.

Figura 21 - Regatas de Canoas em Camocim bairro praia (1983)



Fonte: IBGE

Além da praia, alguns alunos lembraram experiências com expressões culturais, por exemplo, a contação de histórias e atividades artísticas com música e coral:

os grupos no qual eu participei eram grupos de pessoas que se reuniam para conversar mesmo em relação a lendas essas coisas então a gente se reunia pra isso (...) sei que eram algo rotineiro (...) tinha um certo ritual que era o que? as pessoas se dividiam .. faziam um prato típico conhecido como grolado (...) tipo uma farofa da tapioca (...) então a gente comia com a mão os peixes que eram pescados de dia então a gente ia para Praia de manhã (...) brincava e pescava ao mesmo tempo... e à noite daquele mesmo dia a gente se reunia com todo mundo em volta de uma

fogueira assava os peixes na fogueira e todo mundo já levava a sua vasilha e a minha mãe sempre fazia um grolado para todo mundo e a gente ia contar como tinha sido o nosso dia e aí os mais velhos vinham com lendas e histórias (...) isso muitas vezes próximo à praia ou na maioria das vezes depois já perto do fim quando a gente já tava mais velha que já ia se acabando esses movimentos já era na nossas casas mesmo (A4)

Já participei de algumas (atividades culturais) no bairro sempre teve essas ações... eu lembro antes 5, 6 anos lá funcionava uma colônia de férias propriamente para filhos de pescador, traziam cinema, livros, brincadeiras levava a gente pra outros lugares... e logo depois teve o coral Cantos do Mar participei com 8, 10 anos, a maioria era filho de pescador, era na praia ... a mulher que criou o coral criou porque via a gente na praia, a gente tinha mania de bater nas caixas e ela dizia que a gente não deixava ela dormir ... essas caixas de madeira dos pescadores que sempre estão ali... ela viu e teve a ideia de formar esse grupo ... esse coral era tudo, ou ia para rua ou para o coral (A6)

quando criança (...) com muita insistência ela (mãe) deixou eu participar do polo que ficava ali perto do ginásio aí lá eu participei da dança do coco, conhecida daqui, quadrilha, e acho que cultural esses dois, também jogava bola, desenhava e mexia no computador (A3)

Outras atividades de lazer foram observadas em campo, como, por exemplo, o jogo de dominó dos homens que ocorre nos abrigos e calçadas do bairro Praia, o costume de conversas na calçada nos pontos de encontro tanto masculinos quanto femininos, separados, e o bingo das mulheres, que ocorre em uma rua por trás da beira mar, organizado na calçada com várias mulheres de todas as gerações.

Portanto, as memórias contadas pelos discentes do IFCE pertencentes aos povos do mar, ocorridas no bairro Praia, reforçam a cultura de vida simples daquela época ligada intimamente à praia, à sabedoria na relação com o mar e na terra/mar passada dos mais antigos para os mais novos, que particulariza o seu modo de vida (LIMA, 2006, p. 40).

#### ***5.2.4 Dimensão educacional***

Ao revisitarmos a história da educação de Camocim, deparamo-nos com marcos importantes para compreender os potenciais e os obstáculos da formação dos cidadãos camocinenses.

Segundo as autoras Silva e Aguiar (2014), na década de 1960 não havia educação pública na cidade. A ação da sociedade civil foi crucial na ampliação do acesso à educação. Por volta de 1967, existiam apenas quatro escolas (José de Barcellos, Padre Anchieta, Colégio das Irmãs e Patronato São José), em sua maioria, particulares e localizadas no centro da cidade, sendo mais acessíveis para as famílias com maior renda. A taxa de analfabetismo chegava a 68% da população, tendo como causas principais: a falta de escolas; exigências de

materiais escolares e fardamento que a população, em geral, não podia comprar; e a falta de sensibilidade dos pais para a importância dos estudos para os filhos.

O Serviço de Promoção Humana (SPH), organização religiosa criada na década de 1960, foi o ator social que influenciou no desenvolvimento da educação de Camocim para a população empobrecida. Seu objetivo era incentivar a alfabetização e educação de adultos e crianças, mantendo escolas em vários bairros. Entre as décadas de 1960 e 1970, a entidade foi responsável pela criação e manutenção de seis escolas filantrópicas na periferia da cidade (São Francisco, São Pedro e Cruzeiro) e em localidades da zona rural, mediante a solidariedade e voluntariado. Essa iniciativa teve como fundamento pedagógico o “Método Global”, procurando atingir todos os aspectos da vida do estudante. Professoras, livros, merenda escolar, farda, prédio sede, enfim, toda a infraestrutura originou-se de doações locais e internacionais. Os estudantes eram, em sua maioria, filhos de pescadores, que demandavam uma atenção educacional e social. Outras instituições também tiveram iniciativas educacionais que apoiaram a política educacional, como o SESI, a Colônia de Pescadores, o Centro Social Evangélico de Camocim, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus e a Conferência de São Vicente (SILVA E AGUIAR, 2014).

Com o processo de redemocratização, a política de educação pública nacional avançou em sua estrutura, iniciando a escolarização através dos órgãos públicos. Atualmente Camocim conta com órgãos da política pública municipal, estadual e federal, responsáveis pela educação básica, educação para o trabalho e educação superior. No total são 58 escolas municipais de Ensino Fundamental, incluindo os núcleos anexos, 3 escolas estaduais de Ensino Médio, 1 escola de educação de jovens e adultos, 1 escola de ensino profissionalizante, 1 Instituto Federal e 4 polos de ensino superior à distância de maior relevância (UFC, IFCE, Universidade Anhanguera, Universidade Paulista) (Territorialização do IFCE *campus* Camocim, 2014).

Há muito ainda o que se fazer, tendo em vista que Camocim apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da educação de 0,578<sup>22</sup>, considerado médio. De acordo com o Atlas Brasil (2010), os dados apontam a expectativa de anos de estudo da população em média de 9,95 anos, semelhante aos dados do estado do Ceará (9,82 anos). Em 2010, o cenário da educação das crianças e jovens reflete essa condição mediana, como apontam os dados: a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do

---

22 De acordo com o Atlas Brasil (2010), representa as proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

ensino fundamental é de 86,06%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 61,18%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 36,91%.

Observando a escolaridade da população adulta<sup>23</sup>, público do IFCE, o Atlas Brasil (2010) analisa os índices baixos como uma grande inércia da educação em decorrência do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2010, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo é 39,49%, (54,92% no Ceará). A população municipal de 25 anos ou mais de idade tem 34,86% de analfabetos (11,82% no Brasil), 30,64% com o ensino fundamental completo, 19,60% possuem o ensino médio completo e 3,32%, o superior completo (11,27% no Brasil).

No contexto dos povos do mar, percebe-se que os anos de estudo são sacrificados pela rotina de trabalho que dificulta a inclusão na educação formal. Em geral, o começo da vida profissional como pescador se iniciava ainda criança. Assim, a sazonalidade com que estava ora no mar, ora na terra, influencia na baixa escolaridade dos povos do mar (sem indicadores formais), e conseqüentemente na limitação das oportunidades. Os depoimentos apontam que:

Terminei a 8ª, depois não estudei mais não (...) a gente ia para o mar, deixava de ir para o colégio... (A2)

começaram a pescar e abandonaram o estudo ... ainda estudaram ainda ...tudim aqui sabe escrever fazer o nome e ler alguma coisinha (A1)

aí meu pai sempre foi para o mar desde 8 .. 7 anos de idade e trazia os peixes e aí quando dava tempo estudava e naquele tempo os estudos era cartilha do ABC (A 4)

ele moleque já ia para o mar... ele morava no interior depois de tatajuba criança... o avô pescava também, como a única renda era a pesca ele não estudava tinha que escolher entre o estudo e a pesca (A5)

na escola eu tinha um amigo (...) ele é filho de pescador ... ele já pescava, quando a gente fazia a sexta série ele ia para o mar e não ia para a aula, eu nunca esqueço que uma vez ele chegou com cheiro de peixe, tinha ido pescar com os meninos chegou tomou banho rápido e almoçou, tinha uma professora que tava dando aula e umas meninas chegaram nele, e disse que ele estava com cheiro de peixe e tiraram até ele da sala, nunca me esqueci ... eu lembro que na escola eles chamavam a gente de índio, de quem morava na praia era os índios, tinham preconceito com aquela parte ali que eu moro, dali depois do fortim para lá porque, realmente a minha rua era a última rua que tinha casa, depois era só mato, depois que foram construindo casa, e o pessoal mas principalmente o povo do centro aquela parte ali do boa esperança, não se davam muito bem com o povo ali da praia não, meus tios iam para as festas (...) eles sempre brigavam só pelo fato de eles morarem na praia, tinham esse preconceito com eles, hoje mudou né hoje quem mora na praia é rico (A6)

---

23 De acordo com o Atlas Brasil (2010), representa o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo.

Ao analisar a dimensão educacional dos povos do mar, observa-se que os pescadores apenas começaram os seus estudos, mas não tiveram condições de dar continuidade pois precisaram trabalhar ao invés de estudar. Dessa forma, o dilema entre estudar e trabalhar está presente historicamente nas famílias de menor renda, mas nas famílias dos povos do mar ganha contorno peculiarmente desigual. Segundo estudos de Neves (2014), 45% dos pescadores são analfabetos nos municípios de Acaraú, Cruz e Camocim. Porém, a nível nacional se destaca que 85% dos pescadores são analfabetos ou não concluíram o ensino fundamental (IBGE, 2013).

A sazonalidade das idas ao mar, ausentes muito tempo, o preconceito com o modo de vida, fragilidade do ponto de vista da vulnerabilidade social, somados à políticas públicas de educação insuficientes explicam em parte um dado da época, o baixo índice educacional dos povos do mar de Camocim, com grande incidência de analfabetismo e ensino fundamental incompleto.

A falta de oportunidade na educação formal, portanto, deve ser considerada na análise, tendo em vista que reverbera nas políticas públicas, como aponta este depoimento:

os povos do mar, do ponto de vista da tradição, dos mais velhos, dos fundadores, eles tiveram alijados do processo da instrução formal, fora da instituição formal, são sabedores do mar e da terra, uma sabedoria extremamente eficaz mas ... tem frases como “isso não é pra mim não, não tenho cabeça pra isso aí não, não quero estudar não” às vezes tentam colocar os filhos, os filhos não vão ... às vezes vão... então a escola representa aquele saber instrucional, da lousa do sono do cansaço então é uma coisa que talvez eles até respeitem, até acha interessante para os filhos, mas para eles não ... (G1)

Assim, ao situar historicamente Camocim, procurou-se realizar a seleção de alguns fatos históricos mais importantes para a condução de uma linha narrativa de compreensão mais ampla dos povos do mar camocinenses, principalmente a relação com a cultura local, o saber popular, a importância econômica da pesca, para subsidiar a relação dos povos do mar e a educação.

No que se referem à formação profissional, os sujeitos da pesquisa apontaram como única formação profissional dos pescadores o curso ofertado pela Capitania dos Portos de Camocim, denominado de Curso de Formação de Aquaviários para Pescador Profissional Nível I, pertencente ao Programa de Ensino Profissional Marítimo (PREPOM). O objetivo do curso é o de habilitar o aluno com as competências exigidas para inscrição de Curso de Habilitação de Pescador Profissional (POP) para o exercício da capacidade exclusiva na

função de pescador em embarcações de pesca de qualquer tipo e porte. Segundo os depoimentos:

Só aquele ... era para ter né curso para os pescadores Só tem esse que a capitania faz para tirar carteira (A1)

(precisa) mais conhecimento na pesca ... porque eles não têm não, só o curso... e vai aprender indo, com os mais velhos, dão um curso depois você vai se virar... (A2)

Nota-se que a única preparação profissional para os pescadores atualmente ocorre no início com o Curso de Habilitação de Pescador Profissional (POP) da Marinha, obrigatório para o registro como aquaviário. Não há, contudo, a continuidade desses estudos, sendo um desafio para a política de educação profissional.

Em resumo, neste item, as dimensões apresentadas tiveram como objetivo compreender quem são os atores sociais da pesquisa, povos do mar, e o contexto do bairro Praia de Camocim. Parte-se do princípio de que os povos do mar, aqui entendidos como os trabalhadores da pesca, são antes de uma profissão uma comunidade tradicional, semelhante aos quilombos e tribos indígenas.

Dessa forma, o conceito de povos do mar se estende aos familiares, filhos, esposas, netos, dentre outros. E, enquanto comunidade tradicional, domina historicamente os saberes da pesca desde as primeiras povoações da cidade. Foi possível entender as raízes na cultura indígena dos Tremembés e a presença do famoso porto, que fortaleceram o desenvolvimento da cidade. A pequena vila de pescadores se transformou com a presença do porto e da estação.

Assim, Camocim aos poucos recebeu o título de cidade da pesca, sendo um ofício passado de pai para filho, tendo como maior professor o mar. As tradições culturais da procissão de São Pedro, as regatas, a dança do coco e as idas à praia como lazer fizeram parte da história de vida dos entrevistados.

Os pescadores são chamados de guerreiros e heróis, e isso não é por acaso, mas por atravessarem adversidades, como a dificuldade financeira, as parcerias desvantajosas, os naufrágios e acidentes, a falta de acesso ao aprimoramento e tecnologias que possam dar mais segurança e conforto e aumentar a produtividade, elevando a renda do pescador artesanal. Na dimensão educacional, observou-se o baixo nível de escolaridade e a falta de continuidade da formação após o curso de pescador POP oferecido pela Capitania dos Portos.

As percepções indicam demandas dos povos do mar que dificultam o desenvolvimento da comunidade como um todo, e que foram apresentados no intuito de fundamentar a avaliação sobre quais respostas, de fato, o IFCE realiza para essa comunidade.

É sobre isso que trata o item a seguir com o estudo da experiência da política de expansão do IFCE em Camocim. A proposta é apreender como ocorreu o deslocamento institucional da política de expansão dos IFs diante desse cenário, em Camocim, a partir da análise da percepção dos entrevistados, envolvidos na política.

## **6 A EXPERIÊNCIA DA POLÍTICA: TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL IFCE CAMPUS CAMOCIM**

Para ampliar a compreensão da política de expansão dos IFs, apresenta-se, neste item, o estudo sobre a trajetória institucional do IFCE *campus* Camocim com o objetivo de reconstruir as particularidades dos processos sociais da política a nível municipal e conhecer a experiência dos diferentes atores sociais com a implantação da política em Camocim.

Como pressuposto, entende-se que a trajetória da política pública não tem sentido único, pois constituem representações de distintos pontos de vista dos atores. Mas, sobretudo, entende-se que a trajetória representa os resultados da política e constituem dimensões fundamentais para aprofundamento da avaliação (GUSSEI, 2017).

Nesse intuito, neste item, leva-se em consideração os dados coletados a partir da imersão em campo, de documentos institucionais e de entrevistas, para abordar as seguintes dimensões: a instalação do Campus; a estrutura, chegada dos servidores e o funcionamento dos cursos, os dados institucionais e o atual perfil dos discentes; as atividades de pesquisa e extensão; os aspectos da política institucional. Como resultado do processo de implementação da política de expansão do IFCE em Camocim, analisa-se: o acesso à educação profissional e tecnológica; a expansão precarizada; as relações políticas e as concepções sobre educação profissional do IFCE *campus* Camocim.

### **6.1 A expansão no contexto do IFCE**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)<sup>24</sup> representa uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, e é equiparado às universidades federais (BRASIL, 2008).

Em 110 anos de existência, possuiu em média 3299 servidores e 39 mil alunos em 2019. O foco dos Institutos Federais é a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Tais instituições deverão responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais

---

24 A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, extinguindo o Centro de Educação Tecnológica do Ceará - CEFET CE.

(BRASIL, MEC/SETEC/MEC, 2008, p.5). Passou por muitas mudanças, de acordo com a cronologia e as principais denominações ao longo dos anos, mencionadas abaixo:

Figura 22 - Cronologia e denominação do IFCE



Fonte: site oficial IFCE<sup>25</sup>

No Projeto Político Institucional do IFCE incumbe como pressuposto da atuação acadêmica o diálogo vivo e próximo dos IFs com o contexto local e regional, tendo como objetivo provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a situação de exclusão que ainda castiga a sociedade brasileira no que se refere aos direitos sociais e, em especial, à educação. Parte do princípio de que a interferência no local propicia alteração na esfera maior, e dessa forma, o desenvolvimento deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento (PPI, 2017, p. 13).

A missão, visão e valores do IFCE encontram-se no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019/2023). De acordo com esse documento, a missão do IF é produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética. A visão para o ano de 2023 é ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e o desenvolvimento regional. E no que se refere aos valores, o IFCE valorizará o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de

<sup>25</sup> <https://ifce.edu.br/>

expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental (PDI, 2018).

No tocante à gestão, a Reitoria está localizada em Fortaleza, sendo o órgão executivo atuando nas áreas de Administração, Coordenação e Supervisão em todas as atividades institucionais. De acordo com o Estatuto (2014, p 21), o IFCE tem administração de forma descentralizada, por meio de gestão delegada. O reitor é aprovado mediante consulta aos servidores do quadro ativo – docentes e técnicos administrativos – e os alunos. Ele nomeia os representantes para as cinco Pró-Reitorias – de Gestão de Pessoas; Ensino; Extensão; Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; e Administração e Planejamento.

A expansão da EPT a nível estadual iniciou na primeira etapa com a criação do *campus* Maracanaú, ainda CEFET, inaugurado em 2007. A segunda fase do plano de expansão teve início também em 2007 e obteve êxito ao garantir a construção, a partir de 2008, com os processos de implantação, escolha do terreno, aprovação dos projetos arquitetônicos e licitação para início das obras de mais 06 unidades de ensino, localizadas nos municípios de Acaraú, Quixadá, Sobral, Canindé, Crateús e Limoeiro do Norte, tendo recebido para essa finalidade investimentos, em 2007, da ordem de R\$ 4.107.020,00 (quatro milhões cento e sete mil e vinte reais), como apontou o relatório de gestão (CEFETCE, 2007).

Ainda em 2007, em consonância com a política governamental, o então CEFET-CE estabeleceu parceria e fez gestão estratégica junto à bancada cearense no Congresso Nacional, contando com a participação do Governador do Estado, liberando por meio de emendas parlamentares mais recursos para a segunda fase de expansão, na ordem de R\$ 18,25 milhões, aplicados em 2008 na implantação (obras e equipamentos) de 10 (dez) unidades de extensão (dentre estes os campi avançados), a princípio com a proposta de serem instaladas em terrenos doados pelas Prefeituras dos municípios de Aracati, Baturité, Camocim, Caucaia, Morada Nova, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, São João do Jaguaribe e Ubajara. O objetivo inicial era a estruturação, em 2008, de 10 (dez) Centros Vocacionais Tecnológicos e 01 (um) Núcleo de Informação Tecnológica, iniciando como unidades de extensão do CEFETCE, e no futuro próximo transformarem-se em suas unidades descentralizadas de ensino (CEFETCE, 2007). Os municípios foram escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais<sup>26</sup>.

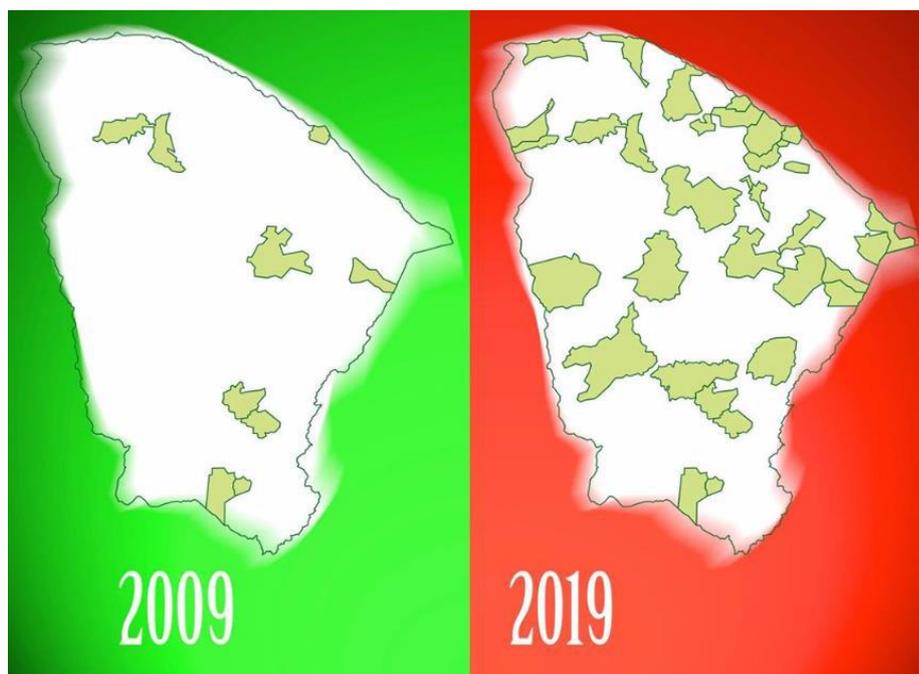
Atualmente, com base nas publicações do IFCE, o processo de escolha dos municípios a receberem novos campi segue requisitos norteados pelo MEC. Por meio de

---

26 Fonte: <http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-aco-es/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 10 fev.2020.

chamada pública do Ministério, são estabelecidos parâmetros, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para a seleção das cidades. As chamadas preveem uma contrapartida do município no sentido de cederem o espaço onde a unidade será construída. O Instituto acompanha todo o processo por meio de comissão formada por servidores da área da construção civil, gerando relatórios de compatibilidade com os requisitos do MEC (IFCE, 2016, p. 14).

Figura 23 - Expansão do IFCE



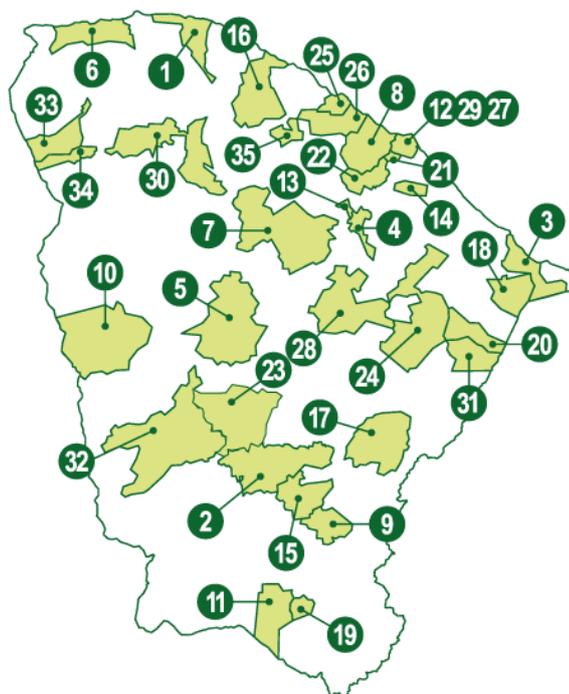
Fonte: Carlos Mauricio Dourado (2019)

A terceira fase de expansão do IFCE ocorreu em agosto de 2011, quando o Ceará foi contemplado com mais seis novos campi do IF nos municípios de Acopiara, Boa Viagem, Horizonte, Itapipoca, Maranguape e Paracuru, com obras orçadas em torno de R\$ 8 milhões, com o total de 31 unidades do IFCE.

No total, o IFCE chegou em 2020 com 35 campi, e implementando a 5ª fase de expansão com a construção do *campus* Mombaça. Dessa forma, na distribuição espacial do Instituto foram estabelecidos como critérios de atendimento, a cobertura mais ampla possível de mesorregiões, contemplando os seguintes municípios: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga (avançado), Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana (avançado), Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Paracuru,

Pecém (avanzado), Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Reitoria, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara, e Umirim.

Figura 24 - Expansão do IFCE



Fonte: Carlos Mauricio Dourado (2019)

Dessa forma, será apresentado a seguir como a expansão dos IF se materializou no contexto do *campus* Camocim, de acordo com dados quantitativos e qualitativos. Será analisado de que forma a expansão ocorreu, a relação com as demandas sociais, as peculiaridades regionais e os arranjos produtivos locais, política de pessoal, infraestrutura, fluxo escolar, perfil discente, pesquisa e extensão, dentre outros.

## 6.2 A trajetória do IFCE *campus* Camocim

Descreve-se aqui a trajetória do *campus* Camocim, desenvolvida por meio dos dados coletados na pesquisa de campo, pelos depoimentos de diversos sujeitos da pesquisa envolvidos, por documentos oficiais e notícias dos sites e blogs oficiais do *campus* Acaraú e Camocim.

É válido ressaltar que a proposta de trajetória institucional parte da ideia de que a política não tem um sentido único, ela não é etapista. Diferente disso, está suscetível à

ressignificações de acordo com os deslocamentos na instituição. Busca-se perceber, sobretudo, o grau de coerência e/ou dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais (GUSSI, 2017).

Dessa forma, a concepção, formulação e implementação do IFCE *campus* Camocim está fundamentada nos objetivos e critérios da política de expansão da EPT apresentada anteriormente, em sua segunda fase de implantação, correspondendo ao recorte histórico do período de 2003 a 2010. Segundo o gestor entrevistado, a etapa de implantação em Camocim é conhecida como “dois e meio” da expansão, oficializada no último mandato do governo Lula, tendo em vista a verba de emendas parlamentares.

### **6.2.1 A instalação do Campus Camocim**

O início do *campus* Camocim, na visão do colaborador mais antigo do *campus*, C1, data de 2007, quando se inicia a construção do prédio: “*naquele tempo era CEFET tinha placa do CEFET (...) o CEFET em Camocim começou em 2007, foram 2 anos de construção*”. O *campus* tipo avançado, de menor porte, era vinculado administrativamente ao *campus* do IFCE em Acaraú. Em 2008, as obras foram orçadas no primeiro momento em 960 mil reais, e com aditivos chegou a R\$ 1.089.217,57, e a construção foi concluída em 05 de dezembro de 2009, segundo dados da Reitoria. Teve inicialmente uma área construída de cerca de 1.595 m<sup>2</sup> nessa primeira fase de implantação e mais de 6 hectares para expansão. O terreno foi doado pela Prefeitura Municipal de Camocim.

Em 2010, começam a chegar os primeiros trabalhadores a compor a equipe de terceirizados do *campus*. O entrevistado C1 relembra a chegada ao trabalho:

Eu aqui já no CEFET no IFCE chegando em março de 2010 mais o Z., já tinha dois colaborador que era o F. e E (...) a casa não tinha nada, mas aí a gente começou a dar uma cara e eu sentindo assim aquela alegria mesmo sem ninguém mas eu senti aquela alegria, os vigilantes trabalhavam a noite e de dia a gente assumia ... a gente olhava para os quatro cantos, sem nenhum móvel sem nada ... só a casa ... muito mato aqui atrás, um matagal sem muro sem nada, só o prédio só tinha essa grade aqui na frente mas o muro de lado não tinha... tudo era aberto e a gente analisando pensando “ cara onde é que nós estamos” e ainda aquela impressão “será que essa obra vai impactar no município? Será que ela é só mais um elefante branco?”... eu não conhecia nem a história do que era CEFET ... eu não conhecia nem a história da instituição (...) A chegada desse *campus*... eu achava que não ia impactar na cidade... eu achei assim “para quê tá naquele prédio qual o ideal daquele prédio? O que que é que vai oferecer”(...)

O *campus* está localizado no bairro Cidade com Deus, considerado um bairro periférico do município, construído por famílias de classe trabalhadora de menor poder

aquisitivo, dentre eles inclusive famílias de pescadores. O historiador Prof. Carlos Augusto dos Santos teve a oportunidade de explicar o histórico do bairro durante o Seminário da Territorialização organizado pelo Setor de Assistência Estudantil do *campus* Camocim em 2014. Segundo ele, o bairro era popularmente apelidado de “Cidade sem Deus”, pois na região havia histórico de violência e tráfico de drogas, além do preconceito com as classes populares. A população do bairro, sentindo-se prejudicada e injustiçada com o apelido pejorativo, pressionou a prefeitura para uma solução, e propuseram o nome de “Cidade com Deus”.

O IFCE chegou a esse bairro após a mudança de nome para Cidade com Deus, e despertou curiosidades e dúvidas. Existia apenas uma informação, a placa “CEFETCE”. A partir da construção do *campus* em conjunto com a construção de uma outra escola estadual, a Escola Profissionalizante Monsenhor Expedito da Silveira de Sousa (de tempo integral), um movimento de mudança se iniciou:

eu cheguei nesse período de 2009 a 2010 com um ambiente com muito problema atrito de familiares... o pessoal disseram “rapaz você vai trabalhar no bairro perigoso daquele ... bairro do crime” mas graças a Deus de 2010 pra 2011 e 2012 toda a comunidade já foi mudando só pela chegada do prédio... a profissionalizante ainda estava em construção... nem sabia o que ia ser feito ali de lado... e aí a cara do *campus* do IFCE foi mudando a sociedade ... foi tipo caminhando junto com mudança no *campus*... aquela criminalidade a gente achava que ia aterrorizar quem ia chegar nessa casa mas não foi desta forma ... era uma briga caseira pode-se dizer ... não atingia aos colegas que tava vindo a essa casa (...) com a chegada do IF a polícia começou a trabalhar a nossa segurança pública começou a trabalhar ... dá uma tranquilidade a toda a comunidade (C1)

“o que é aquilo ali mesmo, aquela estrutura? O que vai trazer para o município? O que é aquele prédio vai ofertar” todo mundo já perguntava quando eu passava (...). a população já tava interessada né (C1)

O entrevistado C1 relembra que “*em 2009 o prédio ficou entregue ao município, mas sem inauguração (...) o município ficou se responsabilizando pelo prédio, que é federal, mas o município tomava de conta*”. Além de zelar pelo prédio, a prefeitura foi responsável com mão de obra e máquinas para limpeza do terreno, limpeza do prédio, transporte do mobiliário, os últimos acabamentos para a entrega do prédio, bem como a indicação de trabalhadores para os cargos terceirizados. O poder público municipal foi uma parceria necessária e influente junto ao IFCE a nível local, na medida em que facilitou as condições para a sua implantação.

O *campus* Camocim foi inaugurado em 27 de dezembro de 2010 em Brasília, como parte da 2ª fase da Política de Expansão, na transição entre CEFETCE e IFCE. Para os trabalhadores que cuidavam do prédio, foi um momento de entusiasmo:

eu já tava na casa quando ele foi inaugurar em Brasília... até falou para mim ... “J, eu vou inaugurar agora esse prédio em Brasília... o prefeito de Camocim vai tá com a gente, (...) quando chegar lá em Brasília, vou querer ligar pra você para você fazer intercâmbio com o secretário da infraestrutura vê se você consegue uma máquina para limpar o terreno” ( ...) limpar para poder impactar para a população para comunidade do município que não vai ter mais aquele mato (...) Já foi dando uma cara para a população (...) começa aquele trabalho de tirar a placa do CEFET ... e já veio o nome do IFCE, né? Que muda no Brasil todo... e aí começa a explicar (diretor) que aqui era um campus pequeno ... é um campinho que toda cidade... 36 cidades naquela época tinha sido contemplado com campus.... e a partir daquele momento passava a ser chamado IFCE (C1)

Juntamente com mais 30 *campi* de Institutos Federais de 13 Estados do país, o Diretor Geral do *campus* Acaraú e o então Prefeito de Camocim, Francisco Maciel Oliveira, participaram da solenidade de inauguração no dia 27 de dezembro, uma segunda-feira, às 15h, no Palácio do Planalto, em Brasília<sup>27</sup>. Entre outras autoridades, estavam presentes o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o Reitor do IFCE, Prof. Cláudio Ricardo (Blog IFCE Acaraú), como mostra a foto a seguir:

Figura 25 - Solenidade de inauguração



Fonte: Blog IFCE campus Acaraú

Após a sua inauguração, o *campus* Camocim permaneceu vinculado administrativamente ao *campus* de Acaraú, e com estatuto de *campus* avançado, sendo o Diretor Geral de Acaraú também responsável administrativamente por Camocim. Instalado na rua Dr. Raimundo Cals, nº 2041, bairro Cidade com Deus, representou um marco histórico na

<sup>27</sup> O ato conclui a entrega das 214 unidades previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, que teve a primeira fase lançada em 2005 e a segunda em 2007.

educação da cidade, ao ser a primeira instituição de ensino pública, presencial, gratuita e federal na região (IFCE, 2015).

Tem como abrangência de atuação o atendimento às microrregiões que integram a 4ª Coordenadoria Geral de Desenvolvimento da Educação (4ª CREDE), a saber, os Municípios de Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja, Martinópole e Uruoca (PDI, 2019-2023).

Entregue oficialmente à comunidade de Camocim em 2011, através da Portaria MEC nº 806 de 22/06/2011, o *campus* contou no início, entre outras dependências, com 5 salas de aula, 5 laboratórios, gabinete da diretoria, sala dos professores, secretaria, sala de videoconferência, auditório, biblioteca, área administrativa, portaria e recepção, cantina para merenda escolar, banheiros e estacionamento (Anuário Estatístico, 2018).

### **6.2.2 A estrutura, chegada dos servidores e o funcionamento dos cursos**

Em setembro de 2011 chegaram os primeiros servidores, sendo três docentes e dois técnico-administrativos. Além destes, o IF contava com cinco colaboradores dos serviços gerais, seguranças e um motorista. Na experiência de C1:

recebi no primeiro dia os professores J.P e P. ... no outro dia chegou o S., M. e o professor R.... e aí começa os trabalhos... já um trabalho mais familiar ... um trabalho que a sociedade já se espantaram que viu pessoas diferentes... de outras religiões... de outras culturas... já na casa já.

A partir desse momento o campus opera com quadro próprio de pessoal, mas contando com o apoio técnico dos servidores do *campus* Acaraú. Os depoimentos dizem sobre o início:

de início a gente ficou um pouco perdido sem saber qual curso abrir ... três professores de áreas completamente distintas, um engenheiro de pesca, uma bióloga e um profissional na área de marketing ... então como não havia uma perspectiva concreta de abertura de cursos regulares então começamos com os cursos Fics (D1)

o princípio, essa geratriz... a célula que gerou o campus tinha 3 eixos, turismo hospitalidade e lazer, (...) tecnologias eletromecânica,(...) e recursos naturais por causa da pesca... então quando foi criado o campus foi com esse propósito (D4)

Dessa maneira, mesmo com toda escassez, os primeiros docentes iniciaram suas atividades a partir de 2012, com a oferta de cursos na modalidade (extensão), Formação Inicial e Continuada (FIC) de Formação de Merendeira Escolar, Capacitação Comunitária em Ostricultura e Recepcionista de Eventos.

Nesta época de início do *campus* estavam previstos três eixos tecnológicos<sup>28</sup> que orientaram a abertura dos cursos a priori, o eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer, o eixo Controle e Processos Industriais e o eixo Recursos Naturais. Os eixos tecnológicos estão definidos no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e do Catálogo de Cursos Técnicos. Define-se eixos tecnológicos como a matriz tecnológica que aglutina um conjunto de opções de cursos da educação profissional a partir das características comuns, de acordo com o tipo de conhecimento científico e tecnológico. A partir da escolha do eixo tecnológico é possível definir quais cursos serão ofertados. Segundo o blog do IFCE *campus* Acaraú:

A unidade, focada no desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, voltados para a área da Pesca e Aquicultura, objetiva a implementação da formação de programas de extensão, de divulgação científica e tecnológica e a valorização da pesquisa aplicada, da produção cultural, do empreendedorismo e do cooperativismo. Descentralizando o ensino da capital, o campus avançado do IFCE em Camocim tem como intuito garantir a fixação dos estudantes em sua região de origem, acabando com a necessidade do camocinense deslocar-se para a capital a fim de dar continuidade aos estudos (Blog IFCE Acaraú, 2011)

Partindo dessas expectativas, realizou-se a aula inaugural no dia 28 de maio de 2012, no auditório do *campus*, iniciando as suas atividades com a oferta dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs) de Formação de Merendeira Escolar, Capacitação Comunitária em Ostricultura e Recepcionista de Eventos, os quais beneficiaram 75 (setenta e cinco) pessoas da comunidade. Segundo o Blog oficial do IFCE *campus* Acaraú, o Diretor do *campus* Acaraú, ao qual o *campus* avançado de Camocim encontrava-se vinculado, discorreu sobre os eixos tecnológicos<sup>29</sup>. Além disso, os professores do campus apresentaram as ementas dos cursos FICs. Compareceram ao evento o Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), a Capitania dos Portos, a Colônia dos Pescadores, o CAPACIT (Centro de Capacitação e Assessoria Técnica), a Escola Estadual de Educação Profissional Expedito da Silveira de Sousa, a Prefeitura Municipal de Camocim e o Deputado Estadual Sérgio Aguiar.

Nas primeiras turmas foi possível identificar a presença de estudantes dos povos do mar. No curso de Ostricultura, o trabalho de divulgação conseguiu trazer representantes

---

28 O eixo tecnológico é a linha central, definida por matrizes tecnológicas, que perpassa transversalmente e sustenta a organização curricular e a identidade dos cursos, imprimindo a direção dos seus projetos pedagógicos (MACHADO, Lucília. 2008)

29 O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é um instrumento que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, para orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral. Trata-se de um referencial para subsidiar o planejamento dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio. O CNCT na época instituído pela Resolução CNE/CEB nº 04/2012.

da comunidade ribeirinha do Sítio São Mateus, do distrito de Guriú (zona rural), local das aulas práticas, bem como pessoas do bairro Praia. Esposas de pescadores também estiveram presentes no curso de merendeiras, como apontam as entrevistas:

de ostreicultura tinha mulheres fazendo o curso e essas mesmas mulheres fazendo na área de alimentos cozinhava um peixe que era o marido que pescava e aí então fazendo novos pratos ... tudo aquilo que era uma novidade para ela e ela já era acostumada a fazer uma peixada para o marido e podia fazer muito mais coisas com peixe podia guardar podia conservar por muito mais tempo e era muito legal ver que ela se sentia viva no sentido de “puxa tô aprendendo” ... era tão bonito... ver que “ah você é aluna do IFCE ... olha que respaldo” eu sempre ressaltava isso para ela se sentir orgulhosa e realmente elas saíam muito orgulhosas de estudar no if (D3)

logo de prontidão veio o curso de ostreicultura para impactar na família do pescador que eu fiz parte também e muitos filhos de pescador naquela ocasião... uma família que eu admirei muito que tinha perdido uns parentes no alto mar, pai, tio tudo e tinha impactado ... quando veio participar do FIC aqui na comunidade de Sítio São Mateus... também lá no sítio São Mateus muita família de pescador marisqueira, aí já foi o início de um curso FIC de pequena duração, mas já deixando um legado dentro do município já dizendo para quê veio o IFCE... e aí nós sempre pegando aquelas pessoas da pesca, mais humilde mais carente e de lá começaram a expandir o nome do IFCE fazendo Fics... conversando com seus familiares seus parentes colegas... que a gente tava dentro da instituição Federal (C1)

Andavam anunciando na bicicleta aqui na rua ... o carro sempre passava anunciando ... meu genro que trabalhava na profissionalizante chegou e disse para nós ... aí foi eu e minha sobrinha se inscrever lá para fazer este curso... (...) daqui do bairro praia só quem foi fui eu... aí arrumei um bocado de amigos lá ... (...) era três vezes na semana... eu não perdi um dia... fui tudinho (A1)

Constata-se que no início dos trabalhos do *campus* estava em evidência o arranjo produtivo da pesca, ou seja, percebe-se um projeto institucional como ponto de partida que escolhe o eixo tecnológico de Recursos Naturais da área da pesca, convoca um docente com formação em engenharia de pesca, e oferta o curso de Ostreicultura, com a presença de alunos ligados aos povos do mar, e assim, o IFCE fortaleceu e valorizou as famílias dos povos do mar.

Em julho de 2012, novos servidores chegaram e começaram a ampliar a oferta de cursos FIC no semestre 2012.2. Ofertaram 70 vagas para os cursos: Inglês Básico – conversação e escrita (30 vagas), Programador Web (20 vagas) e Tópicos de Matemática Básica para Cursos Técnicos, Concursos e Vestibulares (20 vagas).

Os alunos matriculados nos cursos FIC também tiveram acesso à política de Assistência Estudantil, com a disponibilidade de auxílios transporte e bolsas para atuar auxiliando os docentes.

Contudo, o fato do IFCE ter 103 anos na época, ter um nome de grande notabilidade e reconhecimento da sociedade na capital e a nível nacional, não dispensou o

*campus* Camocim da necessidade de divulgar seu trabalho, pelo contrário, o *campus* passou por um processo para ser conhecido na cidade, como mostram os depoimentos a seguir:

desde de 2012 eu compreendi que o *campus* Camocim chegou na cidade e que ele dentro de uma proposta maior de interiorização dos institutos federais ele estava ainda tentando buscar um lugar nessa cidade, um espaço, uma visibilidade e aí a cidade de Camocim com o instituto federal eles começaram a se conhecer a um compreender mais o outro como se fosse um organismos vivos e aí acredito que isso está em um crescente (...) A partir do momento que entrei nesta instituição e pelo número pequeno de servidores eu fui me engajando pelo meu próprio ativismo, assim me engajando em questões burocráticas no campus tentando ajudar o campus a crescer do ponto de vista de assistência dos alunos do ponto de vista documento burocrático alguma coisa e fui começando a entender mais no que eu tinha me metido, no vespeiro que eu tinha me metido (G1)

o IF não era muito conhecido em Camocim... quando eu comecei a trabalhar a turma nem sabia onde era Instituto Federal quando eu falava Instituto o pessoal pensava que era o Colégio das irmãs...era o Instituto São José (C2)

(fazer cursos FICs) para começar a trazer a comunidade para o instituto, para a população de Camocim enxergar que nós não éramos a escola profissionalizante nem o Instituto São José ... muitas vezes a gente pedia “me leva para o instituto” o mototaxista levava para o Instituto São José ... demorou um tempo... aí a gente teve essa opção geral com outros docentes de a gente começar a fazer os cursos aqui e trazer aos poucos o pessoal pra cá encher aqui de gente (D4)

passou muito tempo para o Instituto ser totalmente conhecido pela cidade... a gente ia pras praças, levantar bandeira, mostrar, adesivar mas muitas vezes nos comércios se recusava a receber, achava que era uma escola particular ... achava que era um prédio que era mais uma coisa politiqueira, né? E aí veio o impacto aumentando a quantidade de colaboradores (...) na oportunidade a gente foi visitando também... o professor R. ele teve uma grande e forte parcela desse crescimento do IF... ele pegou o próprio carro dele... que nós não tinha carro ... botou na zona rural para divulgar o campus ali na Torta, Coité, sítio São Mateus... mas a gente divulgava mas não ganhava aquele potencial porque as pessoas estavam desacreditadas desconfiadas ...pessoal do interior (C1)

Nota-se duas questões importantes que marcaram o início do *campus*, o desconhecimento da população sobre o IFCE, que foi processualmente sendo conhecido como instituição federal de educação profissional e tecnológica que oferta cursos técnico e superior, e de forma interligada o compromisso dos servidores com a expansão, para que o IF conquistasse a credibilidade da população, buscasse ser reconhecido como um ator social na cidade, um movimento “de baixo para cima” de uma política pública construída pelos sujeitos. Questiona-se se instituições federais, como o INSS e a Receita Federal, tiveram essa mesma dificuldade ao chegar em Camocim. O fato da mudança de nomenclatura de CEFET para IFCE, ou o fato de ser uma instituição de ensino formal, dentro de um contexto de analfabetismo e baixa escolaridade, influenciam nesse desconhecimento? Ou será a pouca relação do IFCE com a comunidade?

De todo modo, mesmo diante da limitação institucional, do desconhecimento perante o papel da instituição, o IF contou com servidores pioneiros com um perfil de profissionais da educação diferente dos modelos tradicionais, pois o contexto exigiu um compromisso maior com a instituição, ou seja, o docente não somente lecionava, mas era comprometido com as inscrições dos FICs, com a divulgação, a articulação com entidades locais, compra de materiais, às vezes custeava por conta própria os materiais, em resumo, realizava um trabalho além do formalmente estabelecido.

Comprova-se como a expansão do IFCE ocorreu de forma precária, e os primeiros servidores se depararam com inúmeras limitações de infraestrutura, materiais e restrição orçamentária, ao ponto de descontinuar uma importante ação formativa para os povos do mar.

Mesmo com a precarização, os servidores visitaram vários órgãos no município em 2011, dando continuidade em 2012 e 2013, com o objetivo de consolidar o diálogo e parcerias, além de iniciar o debate sobre a oferta de cursos em nível técnico, superiores de tecnologia e licenciaturas no referido *campus*. As secretarias municipais, Sistema Nacional de Emprego (SINE) do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), Sindicato dos Professores e Servidores em Educação do Estado do Ceará (APEOC), Coordenadoria Regionais de Desenvolvimento da Educação (4ª Crede) e outras foram visitadas. De acordo com C1 “o J.P. (diretor da época), iniciou um trabalho junto com o município... consultando as secretarias... as pastas... o que o município precisava?”.

Os docentes elaboraram, além dos cursos FICs, o primeiro curso técnico na forma subsequente em 2013. Semelhante à experiência do *campus* Acaraú, criou-se o curso Técnico em Serviço de Restaurante e Bar (SRB) do eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer. Essa formação estava voltada para atividades referentes à oferta de produtos e à prestação de serviços de alimentação, e o estudante atuaria nas diversas áreas (formais e informais) ligadas aos meios de hospedagem, bares, restaurantes e espaços de alimentação (PPC SRB, 2012). A aula inaugural ocorreu no dia 5 de agosto de 2013.

Até então, os cursos FICs e o SRB foram elaborados por articulação interna dos servidores, executava-se o que dava com o corpo docente disponível. O *campus* necessitava realizar o planejamento da sua atuação na cidade, através de um processo de consulta à comunidade, principalmente sua audiência pública para escolha dos novos cursos na modalidade técnico-subsequente, licenciatura e superior de tecnologia, prezando por uma forma participativa e democrática. Assim, de acordo com pesquisa documental, verificou-se que os servidores iniciaram processo de consulta popular para escolha dos cursos na região, realizando no mínimo três reuniões prévias entre docentes, TAES, sendo uma dessas reuniões

com a contribuição do Reitor e Pró-reitor de Ensino. Uma enquete foi organizada pelo Departamento de Ensino com estudantes do ensino médio da CREDE 4, e dentro desta enquete incluíram o curso técnico de pesca, em aquicultura, em recursos pesqueiros. Depreende-se que os servidores estavam sensíveis aos arranjos produtivos locais ao incluir tais cursos, contudo, os cursos do setor da pesca aparecem como um dos menos votados na consulta com jovens do ensino médio. Ou seja, os jovens da cidade demonstraram desinteresse pelo setor da pesca como área de estudo e futura atuação profissional.

Após o processo de articulação e debate, ocorreu a Audiência Pública Consultiva para definição de novos cursos, no dia 12 de setembro de 2013, às 10h, no auditório do *campus*. Esta foi presidida pelo Reitor, com presença do Pró-Reitor de Ensino, Diretor Geral do *campus*, Prefeita, servidores e representantes do poder público, empresários e sociedade civil. Os docentes do IFCE apresentaram para a plenária uma proposta de ensino na área de formação docente (licenciaturas) e os eixos tecnológicos Controle e Processos Industriais, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação, Produção Cultural e Design, a título de sugestões dos servidores do IFCE.

O eixo Recursos Naturais, presente no primeiro momento do *campus* em 2012, não foi apresentado como eixo pré-selecionado pela equipe de servidores durante a audiência pública em 2013, pois os cursos da área da pesca tiveram pouca aceitação entre os jovens do ensino médio consultados e por ser considerado inviável, na época, diante das características do público, no caso, dos pescadores e da dinâmica sazonal da pesca (ficar dias e meses no mar), dificultando na adequação aos cursos regulares do IFCE.

Durante o debate, o representante da colônia de pescadores e a representante do Colégio Estadual Professor Ivan Pereira de Carvalho (CEPI) expressaram a necessidade de haver cursos na área da pesca, como processamento de pescado, para melhorar a qualidade do pescado de Camocim. No entanto, os cursos na área de pesca não receberam votos suficientes. O Pró-reitor de Ensino na ocasião sugeriu que a demanda da pesca fosse contemplada com extensão, através de FICs e de cooperação com o *campus* Acaraú.

Ao final dos debates, foram escolhidos na audiência os seguintes eixos tecnológicos do MEC e respectivos cursos: no eixo Controle e Processos Industriais foi escolhido o curso Tecnólogo em Processos Ambientais e Técnico em Sistemas de Energias Renováveis; Turismo, Hospitalidade e Lazer foram escolhidos em votação o Técnico em Eventos e Superior em Gastronomia; eixo Informação e Comunicação os cursos Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e superior em Gestão Tecnológica da Informação; eixo produção cultural e design, foram escolhidos os cursos Técnico em Instrumentos Musicais e o

Superior em Tecnologia em Produção Cultural e Design. Para os cursos de Licenciatura, foram aprovados o Licenciatura em Química e Letras Inglês. Observa-se que a área da pesca não foi priorizada dentro da agenda institucional do IFCE, e assim apenas o curso Tecnólogo em Processos Ambientais se aproximava indiretamente e poderia contribuir com os povos do mar.

Aqui, destaca-se a iniciativa de inaugurar o campus com atividades vinculadas ao eixo tecnológico Recursos Naturais<sup>30</sup> com cursos FICs para a área da pesca. Entretanto, a proposta de trabalhar com base nessa matriz durou apenas um ano. Este eixo, se levado a diante, poderia ter trazido para Camocim cursos na área de Aquicultura, Produção Pesqueira, além de Fruticultura, Horticultura, dentre outros. Isso porque o eixo de Recursos Naturais compreende tecnologias relacionadas à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção de recursos naturais e utilização de tecnologias de máquinas e implementos (MEC, 2017). Este eixo representou uma promessa inicial para o potencial da área da pesca em Camocim, mas não se concretizou. De acordo com a pesquisa documental, houve uma consulta à população da região acerca dos cursos de maior interesse, e no resultado dessa consulta, os cursos da área da pesca aparecem com poucos votos perante os jovens de ensino médio da região, ou seja, a juventude não vislumbrava a área profissional da pesca enquanto sucessão dos mais pescadores mais antigos. Além desse fato, esteve em debate na gestão do *campus* a concretização de cursos formais para os pescadores, tendo em vista as características dos povos do mar de sazonalidade, e assim, a provável não adaptação à organização pedagógica do IFCE.

Entre 2013 e 2014 a referida instituição passa pelo processo de sua autonomia administrativa e orçamentária enquanto *campus* convencional, segundo a Portaria nº 330, publicada pelo Ministério da Educação (MEC), no Diário Oficial da União (DOU), de 23 de abril de 2013. Transformou-se na tipologia IF Campus - 70/45, com direito a ampliação do um número de servidores: 8 TAES nível C; 22 TAES nível D; 15 TAES nível E; 70 docentes Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT); 1 Cargo de Direção 2 (Direção Geral); 2 Cargo de Direção 4 (chefias de departamento); 4 Função Gratificada 1; 8 FG 2 (PORTARIA No - 246, DE 15 DE ABRIL DE 2016).

---

30 Os cursos que abrangem este eixo tecnológico Recursos Naturais são: Agroecologia, Gestão do Agronegócio, Aquicultura, Beneficiamento de Minérios, Cafeicultura, Exploração Recursos Minerais, Fruticultura, Horticultura, Irrigação e Drenagem, Mineração, Produção de Grãos, Produção Pesqueira, Rochas Ornamentais, Silvicultura.

No semestre 2015.1 o *campus* inaugurou o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática (MSI), noturno, com 30 vagas. Tem como objetivo capacitar profissionais a realizar manutenção de equipamentos de informática, identificando os principais componentes de um computador e suas funcionalidades, além de dar suporte na utilização dos mais diversos softwares e na identificação da necessidade de substituição ou mesmo atualização tecnológica dos componentes de redes de computadores.

O curso Superior de Tecnologia em Processos Ambientais iniciou igualmente no semestre 2015.1. Um curso diurno destinado a formar o profissional da área ambiental para realizar a inter-relação entre as tecnologias de gestão ambiental e as tecnologias de saneamento ambiental, focando nas capacidades tecnológicas e competências profissionais aos processos ambientais. Este curso contemplou a pesca na sua matriz curricular. Este curso, contudo, foi extinto pelo MEC anos depois, e o *campus* Camocim foi obrigado a encerrar as atividades e passar por processo de escolha de um novo curso na área ambiental.

No semestre 2016.1, o *campus* iniciou as aulas de dois novos cursos: as licenciaturas em Letras (Português/Inglês) e em Química. A Licenciatura em Letras, Português-Inglês, ocorre no período matutino e tem a duração de nove semestres, e o curso de Química ocorre no período noturno, com oito semestres. O *campus* Camocim foi a primeira instituição pública a oferecer cursos de licenciatura presenciais e gratuitos na região (IFCE, 2016, p. 39).

Em 2015, foi inaugurada uma primeira expansão, com a construção do novo bloco didático. O novo bloco conta com nove salas de aula e banheiros no primeiro andar e um espaço de convivência, quatro salas e banheiros no térreo (IFCE, 2015). O investimento do IFCE na ampliação do campus de Camocim passou dos R\$ 3,3 milhões.

Atualmente, a área do campus é de 3.095 m<sup>2</sup>, sendo 1.595 m<sup>2</sup> do bloco administrativo e 1.212 m<sup>2</sup> do novo bloco didático. Ao todo são 15 (quinze) salas de aula, dependências de convivência, setor administrativo, almoxarifado, 7 (sete) laboratórios (3 de Informática, Química, Ciências Ambientais, Cozinha Experimental e Línguas), biblioteca e outras dependências.

Figura 26 - Mosaico ampliação do IFCE campus Camocim



Fonte: Anily Silva Brilhante (2020)

De forma complementar, a entrevistada T2 citou o impacto na região no entorno do campus: *“também vi o crescimento da cidade... pelo menos na região entorno do campus que tinham pouquíssimas casas (...) aumentou muito a estrutura do bairro onde está o IF... aumentou até na cidade... aluguel de apartamento”* (T2). O campus, portanto, contribuiu para a expansão territorial do bairro Cidade com Deus, que aos poucos se tornou um bairro com muitas unidades habitacionais. O estudante A2 reforça: *“tá bom agora viu... é tanto que depois o bairro cresceu ... Tá conhecido mesmo... mais conhecido o instituto aqui”* (A2).

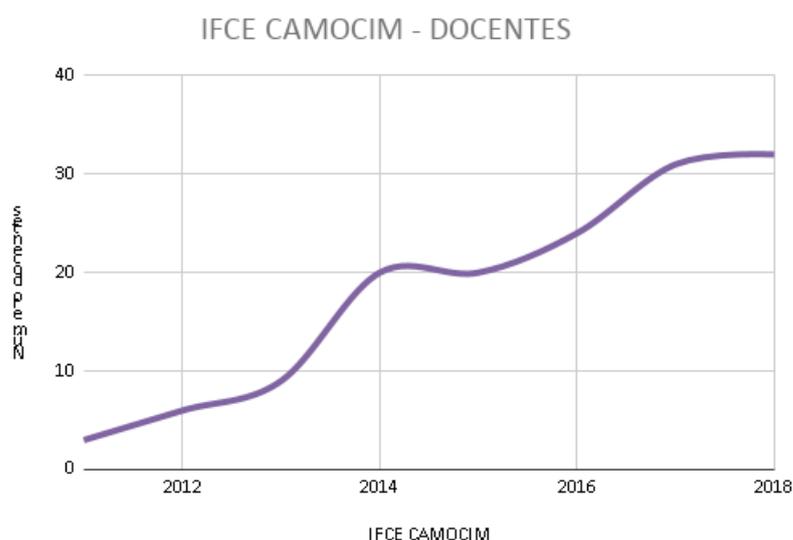
### 6.2.3 Dados institucionais e o atual perfil dos discentes

Acerca da organização e gestão da instituição, o *campus* é administrado pelo Diretor-Geral, e estão vinculados a ele diretamente a Chefia de Gabinete, Coordenadoria de Tecnologia da Informação, Coordenadoria da Gestão de Pessoas. Em seguida, pela hierarquia, estão dois departamentos, o de Ensino e o Administrativo. O Departamento de Ensino engloba a chefia, Coordenadoria de Controle Acadêmico, Coordenadoria Técnico Pedagógica,

Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, Coordenadorias de Cursos, Biblioteca e Setor de Assistência Estudantil. Já o Departamento de Administração e Planejamento reúne Coordenadoria de Aquisições e Contratações, a Coordenadoria de Almoarifado e Patrimônio, Coordenadoria de Infraestrutura e Manutenção.

Na política de pessoal, o quadro de servidores teve uma crescente histórica, iniciou com 3 docentes e 2 TAES em 2012 e em 2018 conta com 43 docentes, e 32 técnico administrativos. A evolução do quadro de pessoal é observada nos gráficos a seguir:

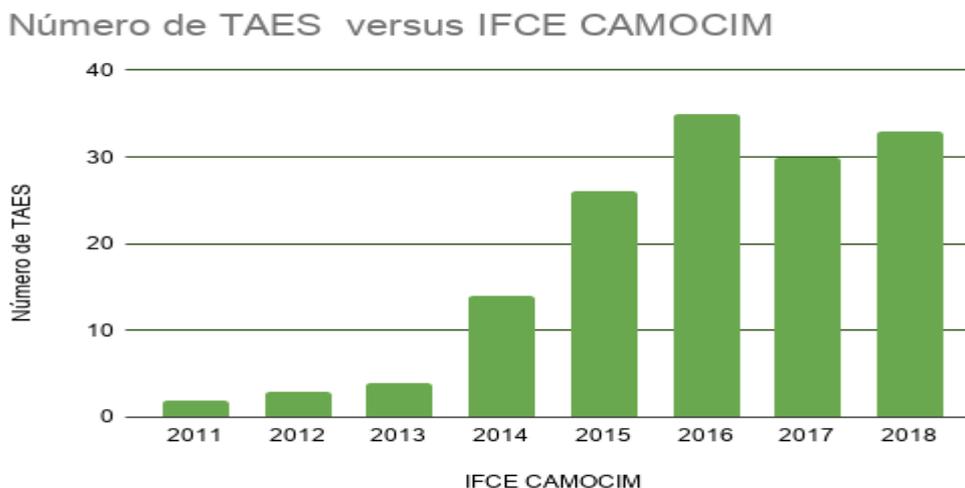
Gráfico 1 - Número de docentes no IFCE *campus* Camocim



Fonte: Anuário Estatístico IFCE 2018, pesquisa documental.

Os docentes recém-chegados em Camocim no período de expansão representam uma geração nova, faixa etária entre 30 e 40 anos, a maioria iniciando no serviço público federal, e em maior número com o título de mestre, todos com dedicação exclusiva (Anuário Estatístico IFCE 2018). O fluxo de posse e remoção, ou seja, de chegada e partida de um docente é considerado alto, tendo em vista a característica de ser distante da capital. Por vezes, há o déficit de docentes e TAES pelos pedidos de remoção, pedidos de transferência, em alguns casos, imediata, agravando um cenário já deficitário. Os docentes, no geral, exercem as atividades presencialmente concentradas em três dias. Em alguns casos, há docentes sem a formação em licenciatura, ou mesmo sem experiência prévia de sala de aula.

No que se refere aos TAES, o *campus* possui 32 servidores entre as categorias C, D e E. A maioria está na faixa etária de 25 a 40 anos, recém-chegados ao IFCE. A tabela abaixo demonstra o crescimento da categoria:

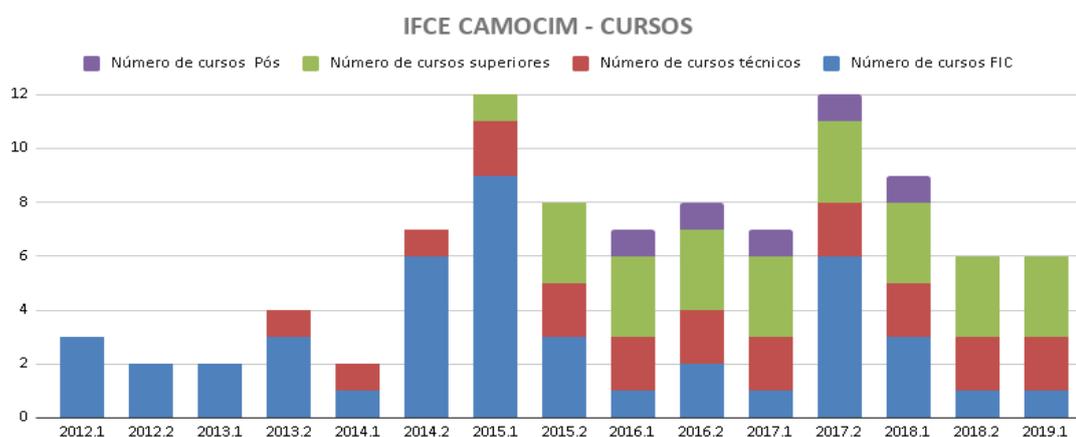
Gráfico 2 - Número de TAES no IFCE *campus* Camocim

Fonte: Anuário Estatístico IFCE 2018, pesquisa documental.

Dessa forma, o *campus* iniciou em 2012 como na maioria dos campi construídos na política de expansão ora estudada, em que se evidencia o déficit de professores e de funcionários e a falta de infraestrutura, em particular nos novos campi, sendo contornado progressivamente.

Assim, processualmente o IF foi se desenvolvendo em número de servidores, de cursos e de matrículas. Atualmente, na dimensão do ensino, o *campus* oferece os cursos técnicos em Serviço de Restaurante e Bar e de Manutenção e Suporte em Informática, os cursos superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental, Licenciaturas em Letras Português–Inglês e em Química, cursos FICs e a Especialização em Análise Ambiental (concluída). Segue, no gráfico abaixo, o histórico de cursos:

Gráfico 3 - Número de cursos por modalidade

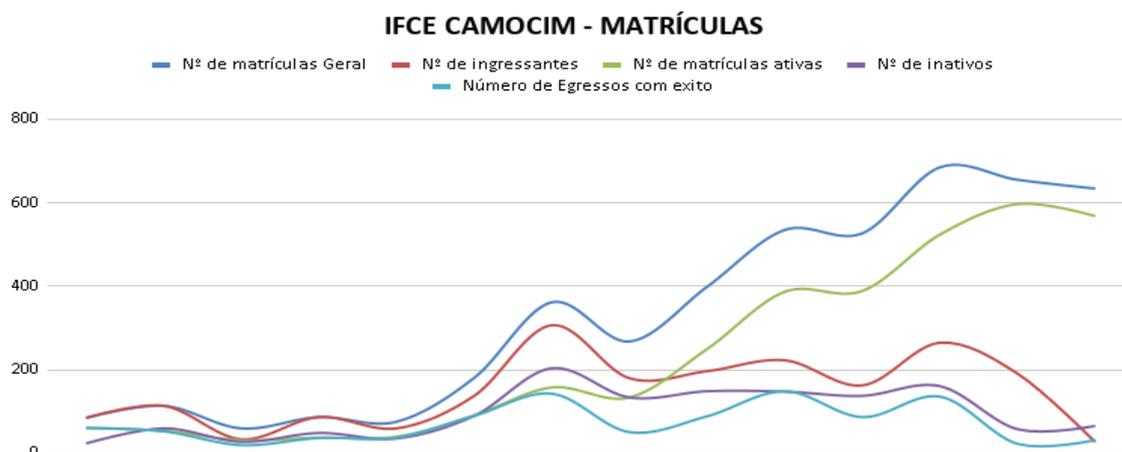


Fonte: IFCE em números e Plataforma Nilo Peçanha

Depreende-se que a oferta de cursos regulares se manteve desde 2015 até hoje e a variação na oferta ocorre com os cursos de extensão, os FICs. A ampliação de cursos regulares requer um longo processo, que no IFCE Camocim encontra-se em andamento desde 2018 e 2019. Os cursos de extensão são variáveis, dentre outros fatores, pela disponibilidade dos docentes. Em geral, o aumento de oferta de cursos FICs acompanhou o fluxo de chegada de novos docentes.

Com o desenvolvimento dos cursos houve gradativamente o aumento do número de matrículas e conseqüentemente o aumento do acesso ao nível técnico e superior na região. O *campus* iniciou em 2012.1 com 85 matrículas, e hoje a instituição contabiliza 594 matrículas (semestre 2018.2), como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Número de matrículas, ingressantes, egressos e evasão (inativos)



Fonte: IFCE em números e Plataforma Nilo Peçanha

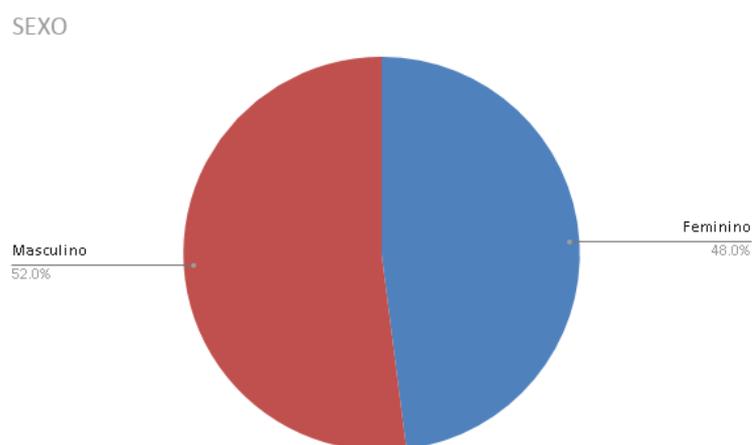
O gráfico mostra as taxas de fluxo escolar de 2012 a 2018, com as situações de matrículas segundo as classificações do IFCE de “Regularmente matriculados” e “Inativos”. O aumento de matrículas foi gradual, com oscilação de acordo com o número de cursos FICs. Dentro do número de matrículas inativas está o índice de evasão escolar, que significa a junção dos casos de abandono, cancelamento e transferência. Aumentou-se o acesso à educação profissional e tecnológica, mas também a evasão. No gráfico é evidente que em alguns momentos os inativos foram em média 50%, depois teve uma estabilidade, e atualmente um declínio da evasão. No *campus* Camocim, a taxa de evasão em 2018.2 é de em média 13%, e a taxa de evasão geral do IFCE é de em média 19,8% no semestre 2018.2 (IFCE EM NÚMEROS, 2019). Considera-se, portanto, na média do IFCE. Porém, os dados de evasão são preocupantes, a nível local, quando se observa a longo prazo a questão. Ao integrar os dados desde 2012.1 até 2018.2, com todas as modalidades de cursos, o histórico da

taxa de evasão no *campus* Camocim é maior, 21,3% de evasão (PLATAFORMA NILO PEÇANHA,2019).

De acordo com o documento interno “Tabela com Causas da Evasão por Curso” de 2016, compilado das causas por curso feito pelo Departamento de Ensino do *campus* Camocim, cada curso tem elementos que influenciam na evasão escolar. O curso de Restaurante e Bar possui como causas principais da evasão a mudança de curso (geralmente do técnico para o superior), incompatibilidade com horário de trabalho, problemas de saúde. Já para o curso Manutenção e Suporte em Informática está a dificuldade em acompanhar os estudos pelo nível alto, falta de infraestrutura de laboratório, muito tempo fora da sala de aula, jornada de trabalho exaustiva, falta de identificação com o curso e incompatibilidade com o horário de trabalho. No curso de Licenciatura em Letras é conciliar o trabalho e os estudos, falta de perspectiva de atuação profissional, deficiência de base no ensino fundamental e médio, dificuldade com os conteúdos das disciplinas. No caso da Licenciatura em Química, a falta de identificação com o curso, falta de opção de curso na cidade à noite, incompatibilidade com horário de trabalho, dificuldades na aprendizagem. Dessa forma, existem fatores individuais que se referem a aspectos inerentes ao próprio estudante, fatores internos à instituição e fatores externos à instituição que causam a evasão escolar.

No que diz respeito ao perfil discente de 2018, os dados da Plataforma Nilo Peçanha mostram os dados de sexo, faixa etária, cor e raça. Os estudantes do *campus* Camocim são majoritariamente do sexo masculino, como mostra o gráfico abaixo:

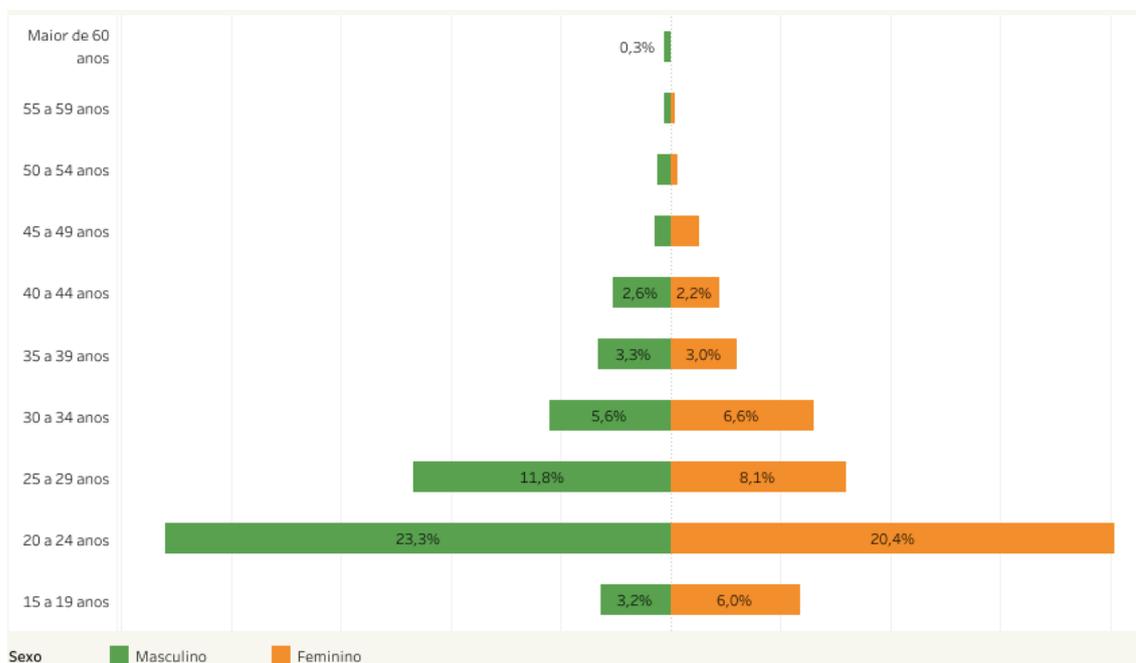
Gráfico 5 - Perfil discente em relação ao sexo



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2019)<sup>31</sup>

No que se refere à faixa etária, temos em maioria os discentes na faixa de 20 a 24 anos, como mostra o gráfico a seguir:

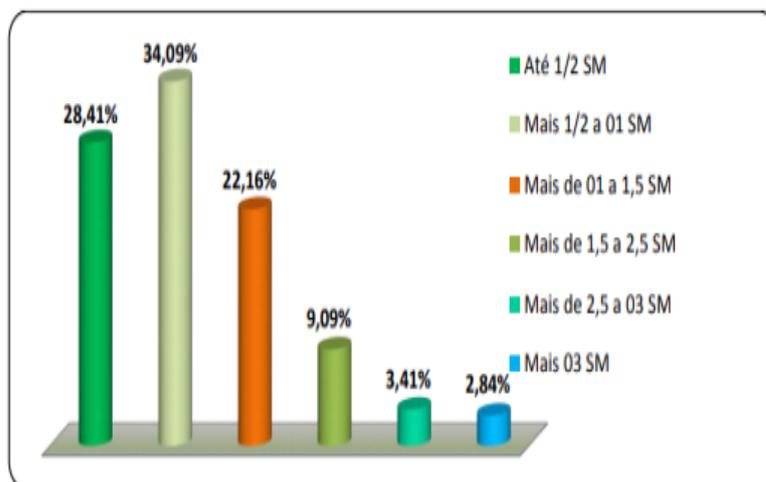
Gráfico 6- Perfil discente por faixa etária



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2019)

No que se refere à situação de renda familiar, o Anuário Estatístico do IFCE ano de referência 2017, mostra o perfil socioeconômico dos alunos, tendo o recorte de gênero:

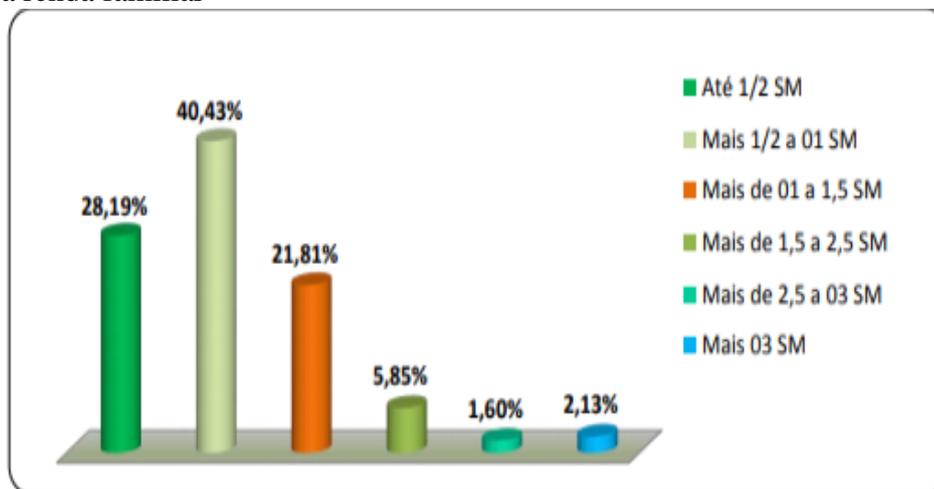
Gráfico 7 - Distribuição do percentual dos alunos do sexo masculino de acordo com a renda familiar



Fonte: Anuário Estatístico do IFCE 2018

Os discentes do sexo masculino possui em maioria a renda até um salário mínimo, perfil semelhante às discentes do sexo feminino:

Gráfico 8 - Distribuição do Percentual dos alunos do sexo feminino de acordo com a renda familiar

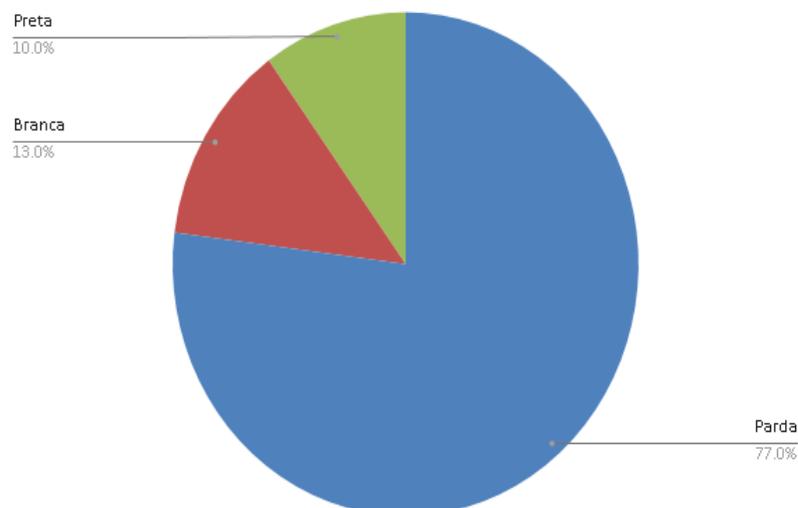


Fonte: Anuário Estatístico do IFCE 2018

Dessa forma, percebe-se que a maioria dos alunos é oriunda de classe social e poder aquisitivo baixo, com renda em média de um salário mínimo.

Ainda neste levantamento, a questão de cor e raça é evidenciada, como mostra o gráfico:

Gráfico 9 - Perfil discente em relação à raça e cor

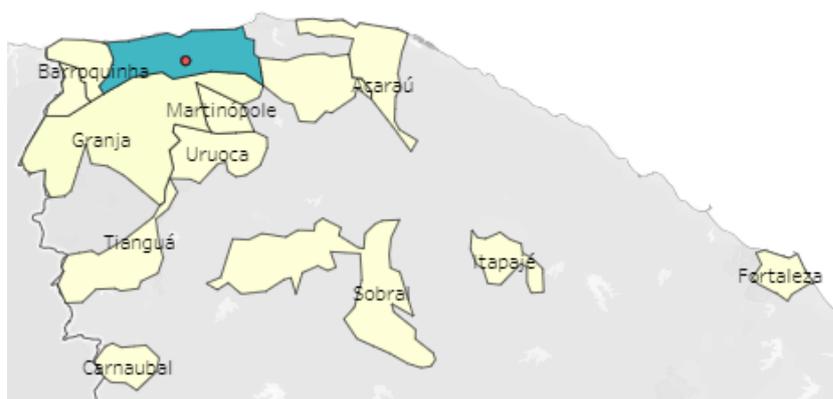


Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2019)

Em síntese, o perfil dos discentes do IFCE *campus* Camocim é formado em sua maioria por homens, cuja renda familiar em média é de um salário mínimo, e em maior número dos autodeclarados pardos. Outras características também foram observadas na pesquisa documental, como a grande maioria ser oriundo de escola pública, e a escolaridade dos pais, onde, na maioria dos casos, o nível escolar do pai e da mãe é entre analfabetos e alfabetizados. Ou seja, são estudantes da classe trabalhadora e representam a primeira geração com acesso ao nível superior.

Sobre a origem dos alunos desde 2012 a 2018, os estudantes que são nascidos em Camocim totalizam 86,7%, em Granja 5,4%, Barroquinha 2,6%, Não Informado 2,4%, Outros 2,9% (IFCE em números, 2019). O mapa a seguir identifica a posição geográfica dos estudantes:

Figura 27 - origem dos discentes 2012-2018



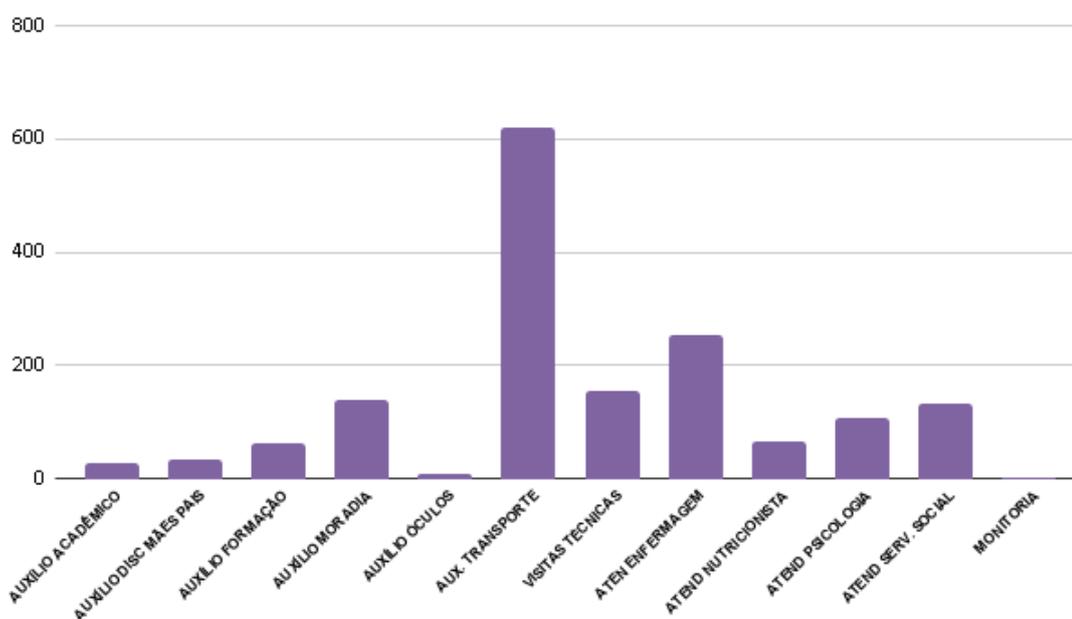
Fonte: Estudo de Potencialidades, 2019

Observa-se que o IF Camocim contempla tanto a região da CREDE 4 quanto diversas cidades da região norte do Estado e capital. Isso ocorre por diversos fatores, dentre eles o processo de seleção via Sistema de Seleção Unificada (SISU), e a disponibilidade, mesmo que precária, de ônibus estudantil das Prefeituras de Granja e Barroquinha, para nível técnico e superior noturno.

É compreensível que para estes alunos há um impacto financeiro nas famílias com a entrada do estudante no IFCE. A maioria dos estudantes tem o sonho de fazer o nível superior ou técnico, mas não possui condições financeiras de custear o transporte, ou custear as despesas com uma inevitável mudança para Camocim, e a permanência no curso só é possível através da Política de Assistência Estudantil. A grande maioria dos estudantes do

campus possui renda mensal per capita dentro da faixa de critério para o programa de assistência estudantil - PNAES<sup>32</sup>. Ofertam-se vagas para auxílio em forma de pecúnia para os discentes custearem despesas com transporte, moradia, além do auxílio formação para trabalhar em laboratórios, auxílio discente mãe e pai. Em 2018, o perfil específico de quem recebe auxílio estudantil em Camocim tem a renda familiar de zero a meio salário mínimo *per capita*, idade de 21 a 30 anos, maioria de mulheres, desempregados, na maioria a família recebe o Bolsa Família, e a renda familiar oriunda do trabalho informal. Somente em 2018, foram 1.169 auxílios concedidos, um número em crescente expansão comparado a 2017 (821 auxílios) e 2016 (519 auxílios). A alimentação escolar é fornecida para todos os discentes, e em 2018 foram distribuídas 31.423 merendas. No gráfico abaixo segue números de auxílios no ano 2018:

Gráfico 10 - Números de auxílios e serviços da Assistência Estudantil 2018



Fonte: Sistema Informatizado da Assistência Estudantil 2018

Em geral, evidencia-se o peso da origem social sobre a trajetória escolar dos sujeitos e a necessidade de instalação de programas de apoio estudantil, como apontou um dos entrevistados:

32 As ações da AE no IFCE possuem dois eixos norteadores, sendo o primeiro definido como “serviços”, e o segundo, os “programas”, que visam atender a toda a comunidade discente. Os programas são divididos em: Trabalho, Educação e Cidadania, Saúde, Alimentação e Nutrição, Cultura, Arte, Desporto e Lazer e Auxílios em Forma de Pecúnia. Os programas são de caráter universal, somente o programa de auxílios em forma de pecúnia é restrito apenas para os discentes em vulnerabilidade social.

acho que é a pressão para ajudar em casa, a prioridade da família é primeiro trabalhar para ajudar, se der para conciliar trabalho e estudo ... era isso que eu era cobrado... meu avô não queria que eu trabalhasse, só estudasse quando ele morreu eu sentia aquela pressão de trabalhar ... eu fui trabalhar e vi que não ia ter futuro “não, vou ter que estudar porque só assim não vai dar não” ... a gente vê exemplos na família da gente, acho que é isso... mesmo que a família não pressione a pessoa, a pessoa se pressionada sozinha por conhecer a realidade da família, a pesca não tá dando dinheiro como antes (A6)

Dessa forma, os estudantes procuram bastante a Assistência Estudantil com esse dilema, e muitos discentes necessitam da referida política para ter condições reais de permanência. Esta política, portanto, busca, no contexto de Camocim, oferecer a igualdade de oportunidades para o acesso à educação de estudantes das classes populares, tais como os filhos dos pescadores, filhos de desempregados, de agricultores, autônomos, dentre outros.

Diante do contexto do IF Camocim, que abrange as famílias das classes trabalhadoras, apesar da relevância dos programas de assistência estudantil, é fundamental um olhar institucional voltado para a qualidade do ensino, um reforço em atividades de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem a participação dos estudantes e assim, um percurso exitoso de formação acadêmica e profissional, no sentido de garantir reais condições de permanência (IFCE, 2017).

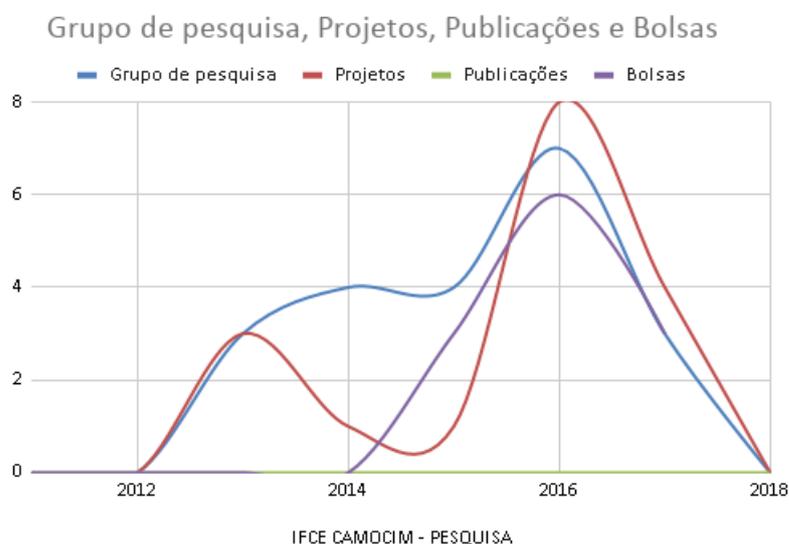
#### **6.2.4 Atividades de pesquisa**

Dessa forma, no que se refere à área de pesquisa (2012-2018) do IFCE *campus* Camocim, os dados mais atuais são de 2017, e nesse período apenas 6 docentes realizavam atividades de pesquisa em Camocim, com apoio de 4 bolsistas. Há 1 (um) grupo de pesquisa na área de Linguística, Letras e Artes e 2 (dois) na área de Ciências Exatas e da Terra. No total são 4 (quatro) projetos de pesquisa, e apenas 1 (um) projeto tem fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com 3 (três) bolsas de iniciação científica (Anuário Estatístico do IFCE, 2018). O único projeto com financiamento pela CNPQ é o BHoIA - Boia Holonômica para Investigação Ambiental, uma plataforma robótica flutuante com sensores de baixo custo, usada para o monitoramento da qualidade da água (avaliar fatores como pH, turbidez, oxigênio), contando com três discentes que apresentaram a experiência em diversos eventos científicos.

Durante a pesquisa de campo observou-se a presença de mais experiências de pesquisa do *campus* Camocim, a saber: as publicações de trabalhos não aparecem nas estatísticas oficiais, mas os docentes entrevistados indicaram que o curso de pós-graduação

em Análise Ambiental organizou um livro com os artigos das pesquisas; alunos na Ilha do Amor realizando coleta de amostras da água para fins de pesquisas; artigo publicado na Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as), em janeiro de 2018, "É A de atabaque, B de berimbau, C de capoeira: capoeira e letramentos de resistência no bairro Cidade com Deus em Camocim - CE" sobre projeto de extensão do *campus* Camocim; um entrevistado ressaltou a importância do prêmio na Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (Mostratec) 2019, em que um professor e um aluno do curso Técnico em Restaurante e Bar conquistaram o 2º lugar na área de engenharia de materiais com o projeto "Ossogran: produção de granito alternativo a partir de osso bovino". No geral, as pesquisas ocorrem nos laboratórios (Informática, Química, Ciências Ambientais e Cozinha Experimental). Contudo, requer maior fomento e divulgação tendo em vista que as estatísticas oficiais não refletem o que é observado na pesquisa documental e de campo deste estudo. Abaixo seguem os dados quantitativos da pesquisa na trajetória do *campus* Camocim:

Gráfico 11 - Atividades de pesquisa no IFCE *campus* Camocim



Fonte: Anuário Estatístico IFCE 2018

As iniciativas encontradas representam resultados qualitativos, porém em menor quantidade comparado ao potencial de 32 docentes do *campus*, como mostra a tabela.

### 6.2.5 Atividades de extensão

Já as atividades de extensão ocorrem em maior fluxo. O IFCE subdivide as atividades de extensão entre programas, projetos, cursos e eventos. O *campus* Camocim possui 17 (dezessete) docentes atuando com extensão e 15 (quinze) técnico-administrativos (Anuários Estatístico IFCE, 2018). Tem na sua fundação os cursos de extensão FICs, regulamentados por meio da Resolução N° 15 de 18 de fevereiro de 2019 do IFCE. São cursos de caráter teórico e prático, destinados a atender a demandas da sociedade, de oferta não regular, em todos os níveis de escolaridade, de curta duração, em média 160h, para a comunidade externa e interna. Estes devem estar em sintonia entre os arranjos sociais, culturais e produtivos locais. Assim, os cursos de extensão foram os pioneiros, como Ostreicultura, merendeiras escolares, e depois os cursos de línguas como Inglês, Espanhol, Libras, da área de alimentos como auxiliar de cozinha, marmitas, de informática básica, fisiologia do exercício, dentre outros. Há atividades pedagógicas de oficinas culinárias de um dia, caracterizadas como eventos, tendo como exemplo a atividade “minicurso de massas: panificação”, “minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local”.

Acerca dos projetos de extensão, iniciaram com o projeto Camocine de cinema para a comunidade em 2012. Em seguida, em 2015, realizou-se um trabalho com crianças e adolescentes do bairro Cidade com Deus. Este grupo surgiu através do trabalho da Assistência Estudantil, que observou o movimento de jovens e crianças na calçada do *campus* à noite em busca de utilizar a rede wifi, ou seja, o IFCE era o ponto de encontro desses jovens do bairro. A equipe percebeu também a presença de adultos e uma possível situação de risco (tráfico de drogas, exploração sexual), e decidiu convidar os jovens e crianças que ficavam do lado de fora para entrar no *campus*, conhecer o espaço e assistir a um filme no auditório. A partir daí, começou um grupo que participou de diversas atividades educativas e culturais uma vez por semana com a equipe da Assistência Estudantil. Após um ano houve a proposta de criar o projeto Capoeira e Letramentos de Resistência, que agregou às atividades educativas a capoeira, chegando a atender 50 crianças do bairro.

Dessa forma, o *campus* constrói diversos projetos de extensão, como por exemplo: o Encantus do mar com aulas de canto e produções teatrais; If Acontece, de divulgação, comunicação e audiovisual do *campus*; projeto Mãos na Massa em que os estudantes promovem oficinas culinárias em parceria com as associações comunitárias, em um processo de ensino e aprendizagem, construção/ação do conhecimento no ensino profissional para não-evasão no curso técnico em restaurante e bar, com a participação de

mulheres de agricultores e pescadores; Projeto Avançar, de alfabetização e letramento de jovens e adultos do bairro Cidade com Deus e colaboradores terceirizados do campus, com presença de pescador aposentado e esposas de pescadores; Oficinas de Educação Ambiental sobre Manguezal; Ações de apoio ao uso sustentável das praias de Camocim e os mutirões de limpeza da praia; Projeto “Trilhas Urbanas: Camocim, um pote de histórias”, que apresentava a história de Camocim *in loco* por estudantes do curso TPA.

Os eventos de extensão envolvem oficinas, seminários, encontros e minicursos, nas áreas de arte, cultura, educação ambiental e social. Em seu histórico, o *campus* realizou várias ações, a exemplo, a participação no Salão de Artes do município, Fórum de Estudantes, Semana da Química e da Letras, dia das crianças com participação de 200 crianças do bairro, Natal na Escola Ideuzuite Tavares do bairro, Festa de São João, além de Campanha de limpeza na Ilha do Amor e Maceió 2017, minicurso de beneficiamento de pescado com oficina de bolinha de peixe, de bolo de pote, dentre outros. Os programas, por sua vez, tiveram menor número, e o destaque foi o Programa Comunidade no IFCE, que organiza visitas guiadas de jovens do ensino médio ao *campus* para efetivação de ingresso e permanência de alunos.

As atividades de extensão foram bastante citadas pelos entrevistados, como uma mudança positiva ao longo da trajetória do *campus*:

O ambiente do campus eu noto uma grande diferença de 2016 pra cá ... porque nós nos consolidamos dentro da cidade de Camocim ... o campus tem um potencial muito grande principalmente com relação à extensão ... um dos tripés da educação como um todo ... de ensino pesquisa e extensão... extensão vai fazer com que essa população das circunvizinhanças conheça de fato o campus veja o potencial que o campus tem de contribuir com essa determinada comunidade ... ofertando cursos FIC o campus realiza sempre natal solidário , o dia das crianças na comunidade, sempre sendo utilizado como espaço público para apresentação de peças palestras (T1)

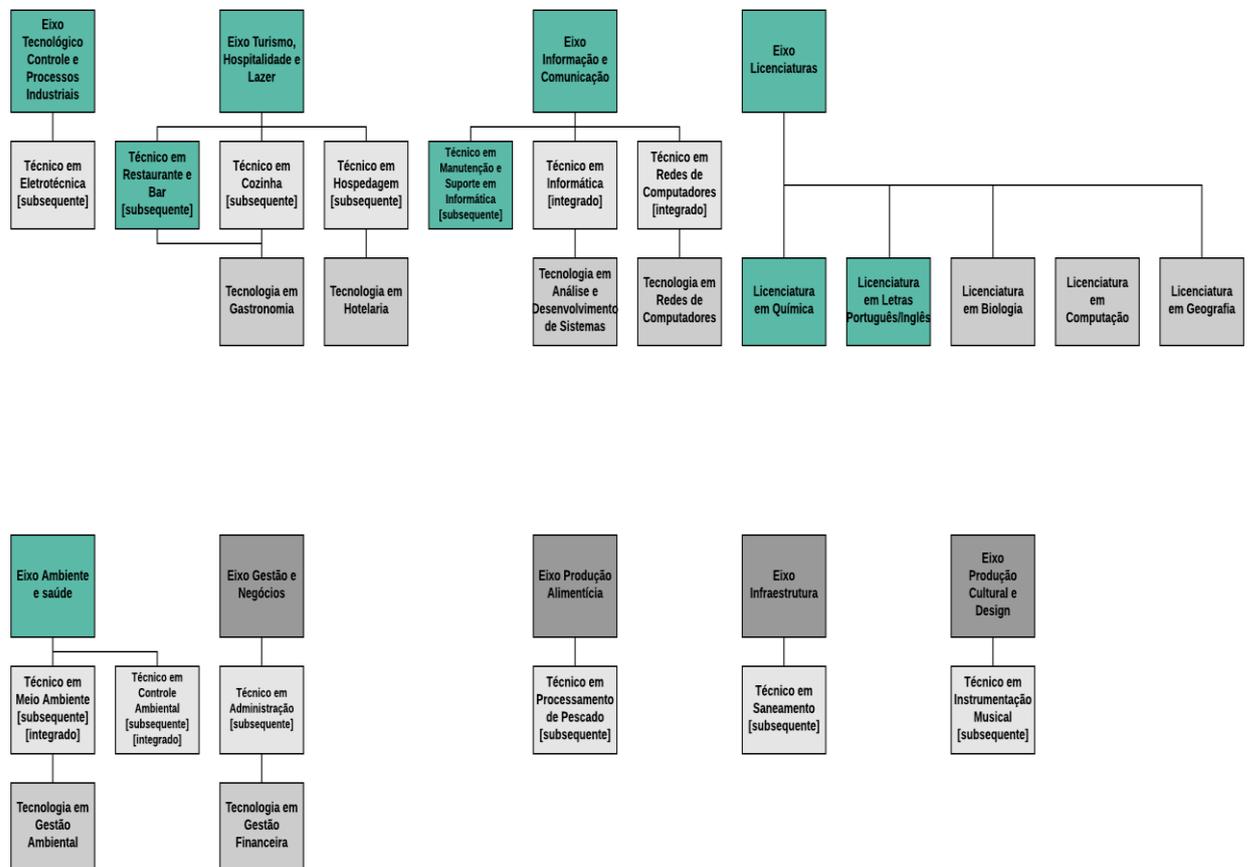
A extensão deu um salto enorme porque se abriu espaço para a extensão e com a extensão a gente tem atingido muitas comunidades (...) ele já tem outra cara as parcerias que ele tem feito (...) um dia desses um aluno de restaurante e bar viajou ganhou um prêmio de uma amostra internacional, uma das maiores mostras da américa latina ... uma coisa que onde é que se pensava, um aluno do técnico então eu acredito que se ampliou (D2)

de 2012 pra cá eu percebo mudanças (...) um conjunto de fatores (...) mais credibilidade do IF dentro da comunidade (...) visibilidade e diálogo com a comunidade e com o poder público municipal (...) qualidade com a consolidação da dessa expansão (...) dos laboratórios, das salas (...) provimentos de docentes (...) e pluralidade dentro do campus (...) mulheres homens, trans, humildes, pessoas com poder aquisitivo (G1)

A responsabilidade social do IFCE apareceu nas entrevistas como uma identidade marcante, segundo a visão interna dos servidores, especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Atualmente, o *campus* encontra-se no processo de criação de novos cursos técnicos e de graduação. Em 2019, finalizou-se o estudo técnico de potencialidades da região, com a aplicação de questionários para conhecer as demandas dos diversos setores públicos e privados, das empresas e indústrias, escolas, com os alunos do 3º do ensino médio Barroquinha, Camocim, Chaval e Granja, com o total de 377 alunos entrevistados em 8 escolas visitadas. O estudo analisou também a empregabilidade da região, o índice de desenvolvimento do município e do produto interno bruto, arranjo produtivo local, vocação predominante na região, descrição detalhada da escolaridade, mapeamento dos cursos já existentes na região e candidatos em potencial. O gráfico abaixo mostra os cursos com maior viabilidade para a implantação, que ainda serão submetidos à votação em audiência pública:

Figura 28 - Cursos pré-selecionados para audiência pública futura



Fonte: Estudo de Potencialidades (2019)

Nesta primeira proposta de novos cursos desenvolvida pela comissão do estudo técnico de potencialidades, o eixo tecnológico de Recursos Naturais que contempla o arranjo produtivo da pesca artesanal não foi incluso.

### **6.2.6 Aspectos da política institucional**

E por fim, outro aspecto relevante na trajetória do *campus* Camocim é a democracia interna, ou seja, a participação dos segmentos da comunidade do IFCE nos processos decisórios. O *campus* iniciou suas atividades em 2012, mas apenas em 2018 houve a primeira consulta para Diretor-Geral do *campus* Camocim, a votação ocorreu no dia 21 de fevereiro e elegeu o diretor que já ocupava a posição desde maio de 2017 como diretor *pro-tempore*.

O Estatuto do *campus* prevê a criação do Conselho Acadêmico, órgão de caráter consultivo que objetiva buscar junto à sociedade seus anseios, contribuindo para melhoria dos serviços da Instituição e avaliar as metas de atuação de sua política (ESTATUTO DO CAMPUS, 2017).

Contudo, na observação de campo, a gestão informou que houve uma tentativa de criação do conselho na gestão anterior, no entanto reconheceu a necessidade de refazer o processo de escolha de tal conselho devido a algumas falhas técnicas de condução. Observa-se que as decisões ocorrem em reuniões com a gestão e chefias, bem como nos colegiados dos cursos, que ocorrem duas vezes no semestre. O diálogo com os discentes ocorre com o projeto “Conversa com a Gestão” que ocorre esporadicamente, a proposta é realizar uma vez por semestre. Ou seja, o Conselho Acadêmico é um órgão importante, contudo é um aspecto do *campus* que desde o início das atividades em 2012 ainda não foi efetivado, há uma espécie de improvisado de iniciativas para democratizar as decisões do IF. Isso impacta igualmente no planejamento e na avaliação.

Sobre organização democrática do *campus*, esta dimensão surgiu durante as entrevistas, diante das percepções dos sujeitos sobre as mudanças do *campus*. Um elemento citado foi a mudança de gestor:

tinha um diretor que foi indicado ... não houve eleição na época, era um diretor que estava sempre se deslocando ... quando eu cheguei a gente vai enfrentar algumas dificuldades já nesse sentido ... no sentido de gestão... da visão do gestor... eu não sei se poderia ser uma coisa estrutural do próprio modelo de gestão... indo vindo com vício daquele modelo de avançado ... e o campus estava começando se libertar dessa dependência de ser um câmpus avançado (D2)

foram tantas mudanças... não só mudanças de pensamento das pessoas que administravam a instituição pros atuais...porque quem começou a administrar a dirigir esses *campi* avançados foram diretores que estavam na instituição de Fortaleza há muito tempo então eles tinham um pensamento um pouco fechado em relação a muitas coisas ...e de uns tempos para cá, depois que entraram esses novos professores e técnicos administrativos a gente vê que tem um novo modelo... é totalmente diferente... é um novo pensamento a gente vê que realmente a democracia ela acontece mais vezes dentro da instituição ... nós temos poder de voz ... eu como professora me sinto com poder de voz dentro da instituição... com total autonomia para fazer o que eu quero... claro que sob o aval da direção porque a gente não pode esquecer que existe uma hierarquia que tem que ser respeitada mas que é muito bom a gente poder ser ouvida da nossa ideia dizer o que a gente acha que pode ser melhorado a gente pode discutir com todo mundo isso é maravilhoso né que na discussão o grupo decide sobre algo então não vem só de um superior decidir (...) é maravilhoso ... até a própria maneira de pensar o crescimento da instituição (D3)

criaram mecanismos de planejamento do IFCE, o estudo de potencialidades é isso, várias normativas, então esse controle do ponto de vista macro, do ponto de vista da unidade precisamos consolidar os mecanismos democráticos, o conselho acadêmico, a participação estudantil (...) o campus avançou muito... conseguiu chegar em lugares que ele não tinha chegado (G1)

Depreende-se que em termos de democracia interna, alguns fatores são importantes para a avaliação. De acordo com o PPI do IFCE, a instituição fundamenta-se nos princípios relacionados à escola democrática, com destaque para:

**GESTÃO DEMOCRÁTICA:** estratégias institucionais atentas às dimensões pedagógica, política, administrativa e financeira, visando à sustentabilidade, à transparência e à participação da comunidade em suas escolhas e decisões quanto às demandas da Instituição;

**LIBERDADE:** assento na relação entre discentes, servidores e administradores, de cunho dialógico e humanizador, respeitando os limites e as possibilidades de cada elemento no ambiente acadêmico. Associa-se à ideia de autonomia consciente e responsável e, portanto, faz parte de um ato político e pedagógico(PPI, 2018, p. 18).

Diante disso, as questões apontadas pelos depoimentos indicam aspectos de avanço da democracia interna e fragilidades. No que se refere ao fortalecimento da democracia institucional, observa-se que o processo de escolha do novo diretor pela comunidade acadêmica, a construção de uma cultura institucional de maior autonomia dos atores sociais, bem como o processo de estudo de potencialidades para escolha dos novos cursos, representam indicativos de coerência interna com a proposta do PPI IFCE (2018).

Os entrevistados apontaram a ausência do Conselho Acadêmico e da entidade do movimento estudantil como fragilidade para a democracia e a cooperação mútua entre estudantes, servidores e comunidade.

### 6.3 Resultados da expansão do IFCE em Camocim

Durante a pesquisa de campo e as entrevistas, foi possível apreender com os sujeitos da pesquisa quais eram as suas percepções e dimensões sobre a implementação da política de expansão do IFCE Camocim e os seus resultados no nível local.

Apresentam-se aqui estas dimensões no que dizem respeito aos aspectos políticos, à expansão precarizada, acesso à educação e concepções sobre educação profissional do *campus*, que particularizam a experiência institucional da política em Camocim.

#### 6.3.1 Relações políticas

A expansão dos IFs e o compromisso com o desenvolvimento estão dentro de um campo de interesses econômicos e políticos em disputa a nível nacional, e isso faz emergir conflitos e incoerências institucionais. O estado do Ceará salta aos olhos dentro desse processo de expansão dos IFs, pois representa o segundo estado com maior número de unidades no Brasil, só atrás do estado de São Paulo. Isso ocorreu pelo envolvido em articulações políticas da reitoria e emendas parlamentares dos políticos cearenses. De acordo com os entrevistados:

se nós considerarmos que o estado de São Paulo é o estado mais rico porque é o estado mais industrializado e é o estado que tem a população que tem várias vezes maior que o estado do Ceará, é desproporcional o porque o estado do Ceará ter tantos campi sendo que outros estados são maiores (...) mas o modelo que foi adotado aqui no Ceará foi o seguinte: quando da época do governo do Cid Gomes veio uma verba muito interessante para o estado do Ceará a partir de emendas parlamentares, um exemplo, se viesse 30 (trinta) milhões para construir 3 (três) campus, seriam 3 (três) campus de 10 (dez) milhões, quando na verdade optou-se por construir 10 (dez) câmpus de 3 (três) milhões, então uma coisa é um campus de 10 (dez) milhões outra coisa é um campus de 3 (três) milhões, porque esse é um terço desse daqui, então o quê que aconteceu? Aconteceu alguns gargalos como por exemplo, campus em tanguá do lado do campus de ubajara, sendo que a diferença entre as cidades não chega a 20 (vinte) km, (...) e se você for analisar a origem histórica disso, é porque em uma determinada região havia representação política de mais de um deputado ou de mais de um senador (...) o problema da expansão nos moldes em que ela se dá que o instituto tem mais de 33 (trinta e três) campi é justamente isso, campus que foram colocados em algumas cidades que não tinham a quantidade de habitantes suficientes que não tinham potencial sócio econômico (...) mas não é garantia de que aquele determinado político vai continuar revertendo emendas para aquele determinado campus... para aquele funcionamento ... no atual cenário de 2020 nós vemos uma crise muito grande econômica e uma crise governamental (...) então a política de expansão é justamente essa proximidade perniciosa entre o elemento político e o direito social a educação ... sempre que o elemento político e o direito social a educação se entrelaçaram tivemos muitos prejuízos na educação nacional, a minha preocupação com a expansão é essa (T1)

esses campus expansão 2 ½ eles nasceram de uma proposição orçamentária meio que pelo que entendi a época eu não sei se 2009 por aí havia uma proposição

orçamentária e um projeto pronto de unidades em que o governo federal em que uma articulação da reitoria, acho que a época era o professor V., ele conseguiu aportar esse recurso para alguns municípios que tinham alguns critérios dessa expansão obviamente, nós estamos numa conversa não é crítica, sempre tem o viés que não é ruim que não é bom mais que faz parte desse jogo, um viés de política de atração dessas unidades para as regiões o que não invalida a importância dessas unidades (G1)

eu sei também que por exemplo no Piauí nos outros estados essas expansões foram menos agressiva que no Ceará ... agressiva eu digo no sentido bom da coisa, de se expandir mais e mais. A título disso nós temos 35 campi o Piauí está com 27 ... e um estado bem vizinho ... eu acredito que nós só perdemos mesmo para São Paulo (D2)

Dessa forma, o *campus* Camocim iniciou com estrutura de *campus* avançado, uma estrutura de menor proporção, no valor inicial de R\$ 1.089.217,57 para a edificação, mas que poderia ter tido um investimento maior, de acordo com as reflexões acima. Dessa forma, o estudo sobre a política de expansão perpassa sobre o processo decisório com conotação político-partidária, interligada com o jogo de interesses sociais, no âmbito das relações de poder, como apontam Gussi e Carvalho (2011).

Segundo a instituição, a distribuição de orçamento e organização espacial no IFCE foi estabelecida por critérios, atendendo principalmente os municípios com mais de 50 mil habitantes, e a cobertura mais ampla possível de mesorregiões e uma relação direta com os arranjos produtivos e socioculturais locais.

Contudo, apesar desses critérios, a escolha dos locais de implantação tem-se dado, muito mais, no sentido de atender aos interesses políticos, que em virtude da localização geográfica e possibilidades de crescimento e desenvolvimento da região de entorno (FIGUEIREDO, 2012, p.108). É possível supor que o interesse pela quantidade de campi em detrimento da qualidade da infraestrutura está de algum modo vinculado a interesses políticos dos parlamentares cearenses da época, mas que inevitavelmente limitou a capacidade do IFCE *campus* Camocim.

No momento atual, em que o *campus* necessitou de aporte de recursos para expandir sua capacidade (falta de salas para o número de matrículas), a consequência da expansão precarizada chegou com maior força, deparou-se com um grande obstáculo com crise econômica e política em 2016 que prejudicou a continuidade da expansão nos moldes desejados.

Um entrevistado também citou as relações políticas a nível municipal, a doação do terreno pela Prefeitura Municipal de Camocim, a indicação de colaboradores, o apoio logístico para conservação do terreno, dentre outros.

### 6.3.2 A expansão precarizada

A forma como foi materializada a política de expansão em Camocim é semelhante aos resultados de outras pesquisas sobre expansão do IF. Em comum, tem-se o ritmo acelerado que iniciou o funcionamento sem a condição ideal, o descompassado face à estrutura existente e demanda criada, principalmente em Camocim com o modelo de menor padrão “campus avançado”, sem infraestrutura física adequada de laboratório, de salas, a indeterminação na direção que se iria tomar, dentre outros.

Para os entrevistados desta pesquisa a visão sobre a expansão em Camocim não foi diferente:

mas acho que é perceptível em todos os campi que essa expansão aconteceu de forma rápida ... que é bom para um lado mais que foi um crescimento que aconteceu muitas vezes de forma fragilizada sem muita estrutura física de laboratório de salas ideais que é um desafio que temos tentado superar aos poucos ... não estou criticando a expansão ...de forma alguma né, eu acho que tinha que acontecer ... talvez fosse a forma como nós teríamos que acontecer essa expansão para depois trabalhar essa estruturação não foi o ideal mas foi o que se conseguiu fazer e acho que foi positivo o resultado final (D1)

Então esse modelo a crítica que faço ele é justamente essa, talvez a estrutura pudesse ser um pouco mais enxuta com no máximo 15 (quinze) campus, mais 15 (quinze) campus robustos em que tivesse o bloco didático, com mais salas com estrutura melhor elétrica, com quadra, com piscina campus que tivesse uma estrutura razoável adequado para o recebimento de alunos de uma determinada micro região, a quantidade de alunos seria a soma desses outros campus que já existem se tem 04 (quatro) campus com 500 (quinhentos) alunos, você faz um campus que comporte 2000 (dois mil) alunos, só que tem uma estrutura. Então o que aconteceu, a meu ver, a expansão ela precarizou eles pequenos campi que foram criados (T1)

quando eu cheguei aqui em Camocim sem nem conhecer a cidade... o campus ainda estava bem no começo só tinha um professor que era o prof J.P., a direção ainda não ficava aqui porque a direção era responsável por três campi de Acaraú era o maior e os avançados que eram o daqui de Camocim e de Tianguá ... então ele não tava aqui sempre ... a gente ficou aqui meio que... no aguardo para saber o que a gente deveria fazer... porque tudo muito no começo... tinha estrutura mas ainda não tinha telefone, ar condicionado .. então ainda tava tudo chegando então meio que eu e o professor J. P. fomos capinando as coisas do começo mesmo de atrair, de organizar a instituição para a gente pensar em alguns cursos ... aí depois chegou o professor R. aí nós três lançamos os primeiros FICs do campus foram voltados para comunidade mesmo, as necessidades da comunidade (D3)

com pouco ainda de coisa de modernidade... de grande relevância do pessoal, mas a sala aconchegante (...) e aí o pessoal dizia aqui na portaria passava os 15 alunos que tavam fazendo o curso dizendo “que ambiente aconchegante, que ambiente harmônico (...) é bom demais tá aqui”... não tinha nem essas plantas ainda não ... era só chão e terra batida e o prédio aqui firme e forte (C1)

Portanto, entende-se que a expansão do IFCE em Camocim teve resultados positivos, mas a forma como ocorreu gerou críticas às falhas de organização e infraestrutura que reverberam até hoje. Falhas de organização no que se refere às escolhas políticas da

gestão em nível de reitoria (mais informações no ítem c), que limitaram o orçamento para a construção dos campi, oferecendo à cidade de Camocim uma unidade de menor dimensão física por ter recebido um investimento menor para a edificação. O *campus* ainda não possui refeitório, ginásio poliesportivo, e as salas estão próximas do limite da capacidade.

A gestão não era presente fisicamente no *campus*, o que dificultava a comunicação e as orientações. Para iniciar as atividades foi necessário um improvisado dos servidores, apenas com salas de aulas e salas administrativas, sem telefone, sem ar condicionado, pouco apoio para as aulas práticas.

Assim, acarretou um crescimento desregulado e precarizado por algumas deficiências estruturais. A proposta de expansão e o movimento de criação dos IFs reforçaram a exigência primordial da excelência na formação, mas simultaneamente não forneceram condições favoráveis, especialmente no início.

Uma questão não apresentada nas entrevistas, mas observada em pesquisa de campo, foi a dificuldade com a construção predial do *campus* Camocim, pois a forma como ocorreu a expansão específica do IFCE se deu pela implantação de um modelo único predial para os municípios selecionados na fase 2 de expansão, chamados de “*campus* avançado”. Assim, a padronização prejudicou Camocim, um município localizado em uma cidade litorânea, que demanda mais investimentos em materiais que sejam mais resistentes para suportar o vento e a forte maresia. Nesse sentido, não foi respeitada a especificidade do local na política de expansão do IFCE.

No entanto, mesmo com falhas organizacionais, o *campus* se destacava na comunidade como positivo, um lugar agradável para os estudantes que nunca tiveram acesso a uma instituição de ensino federal antes.

### **6.3.3 Acesso à educação profissional e tecnológica**

Os entrevistados analisaram a expansão do IFCE em Camocim, de forma geral, como positiva, tendo como principal característica o acesso à educação profissional pública gratuita e federal como a materialização do direito à educação, para diversos municípios que antes não tinham:

Imagina que antes você tinha que ir pra Sobral ou Fortaleza, aí o pessoal ficava com o pé atrás, como eu também fiquei, eu vou dar custo de aluguel, comida, transporte, tudo isso pra mãe? Eu pensei não, vou me segurar mais um tempo, vou trabalhar e depois vou, aí apareceu oportunidade do IF e eu acabei pronto “ Vou morar com a minha mãe e estudar no IF” pra que melhor? Foi perfeito pra mim. (A3)

o IFCE contribui porque ele está diretamente ligado à praia ... aqui no IFCE tem muitos filhos de pescadores que acabaram tendo um norte quando não tinham para onde ir então... no meu caso o meu pai não tinha dinheiro pra me bancar em outra cidade ... mas eu não vim pra cá perdido ... eu vim pra cá sabendo o que eu queria ... e atualmente meu pai ... eu já vi já peguei meu pai se orgulhando de mim conversando com os amigos “e teu filho estuda aonde? Porque meu filho estuda no IFCE” então ele se orgulha demais dizer que o filho dele estuda aqui... eu acho que o IFCE está deixando um legado muito grande para os filhos de pescadores e para pescadores que querem ver ainda seus filhos formados ... querem ver seus filhos sempre perto deles (...) a mudança que o IFCE pode fazer na minha vida foi aproximar o meu pai cada vez mais de mim a minha família mais de mim e não me deixar ir para um lugar mais distante né então eu vejo meu pai todo dia e eu estudo todo dia no Instituto Federal então essa foi uma mudança maravilhosa que o IFCE fez na minha vida e na vida da minha família (A4)

porque também eu não tenho condições de me manter fora ... aí eu não ia deixar meu pai se matando de trabalhar pra mim tá fora ... porque é caro estudar fora em Sobral no Piauí ... um pescador ver o filho entrar na faculdade é tudo né... é lógico que ele ia se esforçar mas eu ia ver que ele tava se matando ... e é muitos anos... então se eu tenho a oportunidade na minha cidade então eu achei melhor ... poder dentro de casa eu posso trabalhar aqui e me virar ... não depender tanto dele (...) acharam bom, eu queria história, mas aqui não tem história aí eu fui para a letras mesmo assim eles apoiaram (...) se até quem tem condições fala que tem dificuldades que as vezes é caro demais imagine pra uma pessoa que tem um emprego né... depender do mar (A5)

a gente observa que realmente muitas cidades foram beneficiadas trouxe esse ensino público para diversos municípios que antes não tinham essa estrutura presencial de ensino público superior então acho que foi muito positiva a expansão (...) muita gente está sendo beneficiada aí, Camocim a gente tem 700 e poucos alunos atualmente aqui no campus e de qualquer forma eles estão sendo beneficiados por esse ensino público e gratuito (D1)

essa política foi uma política eu acho para reparar dentro da própria história da educação o que o estado ficou devendo as famílias e as pessoas que não tinham o acesso (...) considera as potencialidades locais, consultas populares democráticas, uma das políticas mais concretas no sentido de promover o desenvolvimento cultural tecnológico educacional (D2)

em termos para a comunidade em geral eu vejo com bons olhos eu não sei se todos veem assim... trouxe muitas oportunidades para muita gente ... desde para os profissionais (...) com abertura do IFCE abriu-se uma porta gigantesca para esses recém formados com doutorados (...) para comunidade então nem se fala (...) hoje em dia são muitas oportunidades algumas estudantes que têm a oportunidade de ter bolsa para estudar ...recebem auxílio... na minha época enquanto estudante (...) não existia isso (D3)

Eu acredito que a expansão ela deve acontecer sim porque muitas cidades, muitas regiões precisam dessa estrutura de educação profissional de educação superior, por exemplo aqui em Camocim, a única instituição que vai oferecer educação superior gratuita presencial vai ser aqui o campus do instituto(...) Então essas populações têm o direito desse acesso à educação (T1)

o estudante, ele recebe o serviço do instituto federal e dentro de uma perspectiva histórica de esquecimento (...) de abandono, dentro de uma política macro de precarização, de sucateamento das universidades os institutos federais na era anterior (...) o aluno que tava lá na ponta que recebeu o laboratório de química, faltando o equipamento X caríssimo, mas ele recebeu um professor de qualidade, ele recebeu um prédio limpo, ele recebeu um professor bem pago, ele recebeu um compromisso social, ele recebeu coisas muito boas (...) na política de expansão tem com todas as

suas falhas mas de compreender o estudante como ser completo que é as rubricas voltadas para a assistência estudantil, expansão também veio com cuidado com o estudante (G1)

Dessa forma, em uma cidade com o nível de escolaridade historicamente baixo como apresentado anteriormente, o acesso à educação profissional em Camocim gerou resultados positivos. Aproximam-se do objetivo da política de interiorização da EPT, pelo menos no aspecto de se chegar a regiões distantes dos centros urbanos, que ainda não tinham sido contemplados com escola federal, um dos critérios da expansão da RFEPCT. Foi apontada a inclusão das classes trabalhadoras, em especial os povos do mar, na instituição, que antes não teriam condições de ingressar sem essa expansão. Isso foi ressaltado pelos alunos, pois antes da chegada do *campus* Camocim, fazer uma faculdade era algo distante, somente as famílias com mais condições financeiras da região custeavam uma faculdade para seus filhos em Sobral, Parnaíba (PI) ou Fortaleza.

Ou seja, há uma virtude que a interiorização traz no acesso à educação de qualidade no interior, é um o instrumento de redução da “dualidade estrutural” entre a desigualdade de acesso, da diferença entre educação “de ricos” e a educação “de pobres” apresentada na nova concepção de educação profissional. A expansão merece ser avaliada, no entanto, como um processo, de avanços progressivos no tocante ao desenvolvimento, como bem apontou Arcary (2015), pois há também falhas, como aponta o indicador a seguir.

#### ***6.3.4 Concepções sobre educação profissional do IFCE campus Camocim***

Os embates entre as concepções sobre educação profissional circunscrevem os resultados do IFCE Camocim. Trata-se de ideias que permitem compreender se a expansão da educação profissional cumpre, de fato, o objetivo de oferecer uma educação emancipadora, ou seja, se a apropriação dos saberes será levada em consideração, ou se a educação está fazendo o efeito contrário e mais tradicional, que beneficia os grandes produtores, a elite da indústria da pesca numa lógica do desenvolvimento apenas na dimensão econômica.

Durante as entrevistas, no entanto, emergiu em maior número a visão geral da educação do *campus* Camocim como sendo de qualidade. Ressalta-se que dois entrevistados reconhecem a educação como libertação dentro do *campus*. De acordo com os entrevistados:

Gostei muito foi muito bom ... teve um dia que a gente fez até bolo ... tinha um dia de escrever e tinha o dia pra fazer comida (...) era muito bom.... ela (docente) era muito educada, ela chegava lá falava muito bem, tratava a gente muito bem (...) fiquei (satisfeita) sim, lugar muito bonito a festa muito bonita ... Onde ela me vê a professora fala comigo até hoje (A1)

É... Eu vejo que os professores daqui tentam olhar muito pro lado do aluno e pra onde a gente mora, sempre nas aulas eu observava que pontos fortes para o crescimento de Camocim, eles sempre tentavam tirar o conhecimento que “No Camocim como se aplica isso? Como será o futuro de Camocim com esse conhecimento?” Eles incentivaram assim, pro crescimento do Camocim, mostravam como a gente poderia crescer aqui dentro de Camocim, de que forma e o que outras cidades tem que Camocim poderia investir e a gente poderia fazer o diferencial (...) quando eu fui estudar fora imaginei assim “poxa um cara do interior do Ceará vai estudar fora eu vou sentir uma grande dificuldade, como eu vou conseguir estudar com mentes brilhantes como as que estuda na Europa?” Aí quando eu fui pra lá eu vi que não, a diferença não era tão grande, até eu me destacava mais do que eles. E a gente conseguia ter essa comunicação era muito bom então eu não me sentia inferior a eles, eu sentia que eu tinha uma boa carga de conhecimento muito grande. E até conseguia compartilhar o que tinha aqui com eles lá, como eles fizeram o mesmo comigo. Então pra mim meus professores foram excelentes (A3)

é uma educação extremamente de qualidade porque desde os cursos técnicos até a graduação a gente tem uma facilidade imensa de falar sobre, e é sempre pontos positivos... você se assegura demais... porque tem professores capacitados para tá ali em sala de aula ... você nunca teve um caso extremo de um professor que não era capacitado nunca houve... a grande maioria dos professores são doutores mas independente do título você percebe na fala com grande propriedade no que eles estão ensinando... a educação do IF é sensacional eu nunca vi em nenhum outro campus... e puxando a sardinha para o IFCE Camocim (...) é completamente normal você tirar dúvidas com os professores nos corredores você sair com os professores né (...) você ir para a sala dos professores e conversar com eles então IFCE ele te aproxima do núcleo gestor do IF e também do corpo docente em si (...) então a educação daqui é de extrema qualidade (A4)

é bom... o que a gente comenta em relação ao IFCE é que a gente pensava que era cada um da sua forma, que era liberal, que não ia puxar tanto, mas aqui é assim você tem que meter a cara, porque senão você fica... a gente pensava que era uma coisa tipo faculdade paga... “ah não vou poder fazer isso” você paga pra fazer a prova de novo... aqui não, se você não fez você fica sem a nota... é uma coisa diferente é uma coisa certa não é brincadeira ... é firme no que eles dizem no que eles fazem e pronto... se aprendeu ok se não aprendeu você se vire ... então foi isso que eu notei... tem que fazer valer a pena senão... você não aguenta e você sai (A5)

particularmente acho legal, uma coisa independente, não é muito preso aos padrões que a gente vê, vários professores diferentes com vários pensamentos, alguns professores são ligados a parte social, alguns não são, a maioria se preocupa com o social, olhar mais com o próxima, ajudar, aqui é legal, quando eu converso com o diretor e professores tem a preocupação, já é um bom passo, se preocupar com as pessoas (A6)

eu vejo muito potencial dos professores (...) tem aula prática e aula teórica, eu vejo muito Prof. R. o Prof O. (...) se for só conversar, só passando matéria... quando eu for lá eu vou ficar perdido eu não vou ter confiança em mim porque eu acho que tem que ser as duas coisas ... o conhecimento em prática e a parte teórica (...) porque o Instituto Federal ele é mais contato com as coisas... ele não é escola uma faculdade ... o Instituto ele tem laboratório (...) hoje aqui o campus Camocim eu avalio muito positivo esses pontos do ensino dentro do campus IFCE ele é muito também atento para a prática não fica só no papel (C1)

o ensino do IFCE ele na época que eu estudei é um ensino muito puxado, é mais avançado, você tem que se dedicar mais (C2)

os IF sem geral no Brasil eles precisam se libertar do ranço daquela educação para o mercado de trabalho ... essa ideia de projeto que fizemos aqui com o P. o Mãos na

Massa já é uma proposta dentro da linha marxista de ensino e aprendizagem na educação é para o trabalho mas nesse contexto que a educação para o trabalho o sujeito é omnilateral o sujeito tem suas subjetividades ...o sujeito está ali no contexto de ensino e aprendizagem ele precisa ir no cinema ele precisa ter aula de arte dentro dos seus componentes curriculares (...) conectar com tudo com arte com ciências com tecnologia leva para a comunidade (...) o Camocim eu acredito que se fosse pegar dentro do ensino aprendizagem já há uma libertação muito grande (...) se formos falar do IFCE camocim as ações emancipativas atrelar ensino tecnológico e científico, a educação com cultura, tem sido um avanço muito grande, ajudou muito na não evasão (D2)

ele pode formar alguém com curso de graduação, licenciatura, cursos rápidos, várias formações, tem vários outros tipos de educação, o IFCE é diferente o aluno participando como monitor, os meninos da extensão da capoeira, tem formação também, envolve a educação formal e educação não formal, todo mundo percebe que o IFCE é diferente... tem várias atividades, palestras no intervalo, alguém vai depois do lanche no mesmo espaço fala-se sobre diversos assuntos que são importantes de ser citados... isso também é formação (D3)

Ela é de qualidade, né? (...) eu percebo pra um dos cursos o MSI o nível dele é muito elevado o projeto em si... ele é elevado mais para superior (...) tem também a questão de professores porque tem uns que já são mestres e doutores aí já vem com experiência de universidade vem com aquela cabeça aí quer implantar do mesmo jeito aqui não tem aquela preocupação de ver “ah aquele menino tá meio triste tá meio retraído” de se preocupar em procurar saber (...) não vou dizer que são todos mas a maioria não faz isso não tá nem aí ... ele vem para dar a aula dele e pronto (T2)

eu acho que o instituto contribui significativamente para educação aqui em Camocim pelo fato de que ele abarca pessoas de diferentes idades diferentes formações diferentes segmentos sociais (...) as vezes isso é o diferencial entre um emprego com e sem carteira assinada (...) além de pegar essas pessoas que muitas deles nunca iam conseguir adentrar nessa instituição porque nunca terminaram o ensino médio (...) essas pessoas que entram aqui elas são as que melhor divulgam o campus (...) no instituto as metodologias de ensino são abertas pra que o professor possa identificar a melhor maneira de transmitir compartilhar o conteúdo com os seus alunos... como muitos professores são egressos da universidade eles em sua maioria adotam modelos mais tradicionalistas de metodologia de ensino, que é a ideia de fazer as provas e a partir daquelas provas aferir uma nota ... só que nós já temos muitos professores que utilizam metodologias ativas de educação... muitos professores que trocam a prova por seminários por trabalhos em grupo que tentam romper com esse tradicionalismo ... com essa coisa mais pragmática (...) utilizam como metodologia de ensino o relatório de uma aula de campo (...) de sair do lugar comum faz com que estimule aquele aluno a vislumbrar novos horizontes faz com que aquele aluno se motive mais com relação ao curso dele, faz com que aquele aluno permaneça no curso (T1)

eu acredito enquanto uma utopia uma educação para libertação (...) eu acredito que a educação do IF enquanto utopia para libertação e enquanto pragmática é uma educação voltada para a rede tecnológica ... formação tecnológica dos seus alunos (G1)

O intuito da expansão de oferecer a melhoria do padrão de qualidade da educação profissional e tecnológica foi indicado como satisfatório, desde o começo do *campus* até hoje, a partir do momento em que tanto estudantes egressos de 2012 e estudantes ainda matriculados em 2019 disseram estar satisfeitos com a educação do IF. Os entrevistados avaliaram a educação do *campus* Camocim como sendo de qualidade, que relaciona teoria e

prática, o rigor acadêmico, com professores qualificados, incentivo ao saber contextualizado, uma educação inovadora que agrega ciência e cultura, uma formação de várias formas, e alguns docentes indicaram a educação voltada para uma emancipação.

Contudo, a pesquisa identificou na observação de campo que a proposta de educação mais emancipadora é materializada apenas por uma parte dos docentes, não representa um discurso único. Coexistem modelos de ensino mais tradicionais, e modelos com uma percepção mais ampliada de educação profissional integrada à cultural, além de profissionais mais sensíveis à área social e professores pouco comprometidos.

Em síntese, neste item, identifica-se que a expansão dos IFs, no contexto de Camocim, iniciou-se com inúmeros percalços, dentre eles a falta de infraestrutura adequada, o déficit de professores e de funcionários, a centralidade das decisões e a pouca comunicação interna.

Ao longo dos anos, houve uma reestruturação física com a construção do novo bloco didático, a posse de novos servidores, ampliação de cursos e das matrículas e o fortalecimento das ações de extensão. Nota-se, contudo, que ainda há deficiência em projetos de pesquisa e conseqüentemente poucos projetos de inovação tecnológica, o que fragiliza a proposta de desenvolvimento e fortalecimento dos arranjos produtivos locais.

Assim, este estudo aponta que, mesmo sendo uma instituição centenária, o IFCE em sua interiorização precisou intensificar a divulgação e articulação com a comunidade para ser gradativamente reconhecido na região.

Contudo, a forma de expansão teve uma característica comum aos demais estudos da política, a expansão precarizada, sem as condições ideais e com poucos servidores. Em seu histórico, o campus escolheu os seus cursos de forma democrática com audiência pública, mas desvirtuou a expectativa inicial de trabalhar com a área da pesca. Ainda que, no geral, esteja em constante evolução e aprimoramento das ações de ensino, pesquisa e extensão, ampliação da matrícula e ofertando maior oferta de cursos.

Dessa forma, a coerência institucional<sup>33</sup> entre os objetivos de desenvolvimento local e a experiência da política na prática em Camocim, se deu em parte. Isso porque o governo federal preconiza uma política com finalidades e objetivos grandiosos, tais como a identificação de problemas e criação de soluções tecnológicas para o desenvolvimento local e regional, inovação tecnológica e redução das desigualdades sociais, mas, em contrapartida, oferta investimentos limitados. Tais características são fundamentais para entender como se

---

33 Para Lejano (2012) a coerência institucional é a aproximação entre as bases conceituais que informam o programa, a formulação e a sua implementação com a aproximação aos contextos locais.

dá a interface dos resultados dessa expansão da EPT para os povos do mar, pois eles potencializam e limitam os resultados da implementação da política no contexto local.

A seguir, apresentam-se os resultados da política de expansão dos IF's no contexto de Camocim, e como se materializou a proposta de desenvolvimento socioeconômico local em relação ao contexto da pesquisa avaliativa, sobretudo no tocante aos povos do mar de Camocim.

## 7 A EXPERIÊNCIA DO IFCE JUNTO AOS POVOS DO MAR DE CAMOCIM

Neste item, associam-se os objetivos de desenvolvimento, preconizados pela política de expansão dos IF's, como são concretizados, à experiência da política junto ao contexto dos povos do mar em Camocim/CE. Ou seja, avaliar a estrutura institucional do IF, formada por suas normas, fundamentos e legislação da expansão dos IFs frente ao campo da prática, do arranjo produtivo da pesca, desenvolvido pela comunidade tradicional dos povos do mar no bairro Praia em Camocim-CE.

Retomam-se, inicialmente, as contribuições de Lejano sobre avaliação de políticas públicas. O autor aponta que uma política é um cenário em movimento, com sua estrutura administrativa, regulatória e política, denominado texto. O texto da política é construído por autoridades, pessoas dotadas de poder e tomadores de decisão.

Dessa forma, para lembrar o texto da política aqui estudada, faz-se necessário pontuar os objetivos e as bases da expansão dos IFs, ou seja:

- a) ampliar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que formarão e educarão cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica, na medida em que a construção do conhecimento e sua socialização será resultado do trabalho social e das relações que são empreendidas entre o mundo do trabalho, da cultura e das ciências;
- b) implantar escolas de EPT nos estados ainda desprovidos destas instituições, preferencialmente em periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujo cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (BRASIL, 2003);
- c) estabelecer como um dos critérios na definição das cidades-polo a distribuição territorial equilibrada das novas unidades, a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com os arranjos produtivos sociais e culturais locais; consolidar o comprometimento da educação profissional e tecnológica com o desenvolvimento local e regional.

Assim, o IFCE assume o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (BRASIL, 2010).

Isso posto, a política de expansão da RFEPT, administrada pelo governo da União, caracteriza-se basicamente, no seu intento, em introduzir na sua organização estrutural

e espacial uma outra institucionalidade, pautada pelo desenvolvimento com inclusão social, e uma nova territorialidade por meio da interiorização.

Assim, neste item, serão apresentados os resultados da avaliação, trabalhados neste estudo de acordo com o contexto da pesquisa, como o propósito de sair do plano conceitual do texto da política e adentrar no plano da prática, no mundo real da política, para melhor analisar e avaliar a política de expansão do IFCE, nos termos da avaliação experiencial de Lejano (2012), junto aos povos do mar em Camocim.

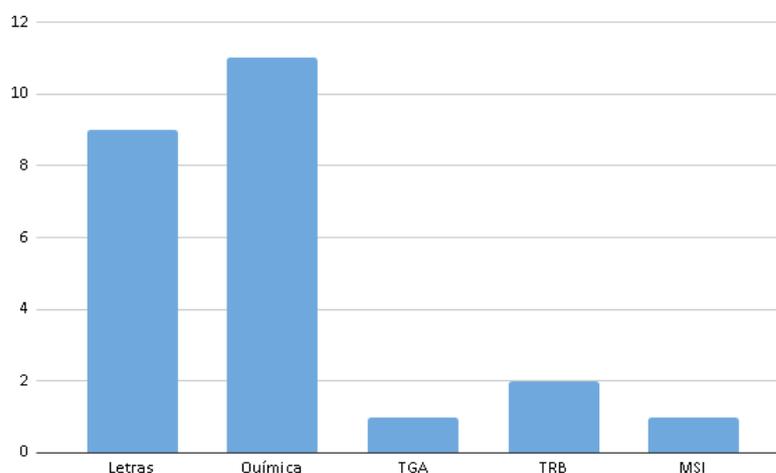
Para tanto, o item estrutura-se em dois eixos: (1) a apresentação de resultados da trajetória do IFCE Camocim para os povos do mar, nos seguintes aspectos: perfil discente dos povos do mar; ensino, pesquisa e extensão e os povos do mar; dimensões pedagógicas e organizacionais do IFCE e os povos do mar; os povos do mar e o IFCE: percepções e mudanças; (2) na perspectiva de realizar a fusão entre texto e contexto, no sentido de Lejano (2012), com a apresentação de indicadores e resultados para os povos do mar.

## 7.1 A trajetória institucional do IFCE Camocim e os povos do mar: resultados

### 7.1.1 Perfil discente dos alunos dos povos do mar do IFCE

Em pesquisa de campo no IFCE *campus* Camocim, identificou-se a presença de 24 alunos dos povos do mar, filhos, esposas ou netos de pescadores. Abaixo apresenta a divisão dos alunos dos povos do mar por curso em 2019.

Gráfico 12 - Número de estudantes dos povos do mar por curso

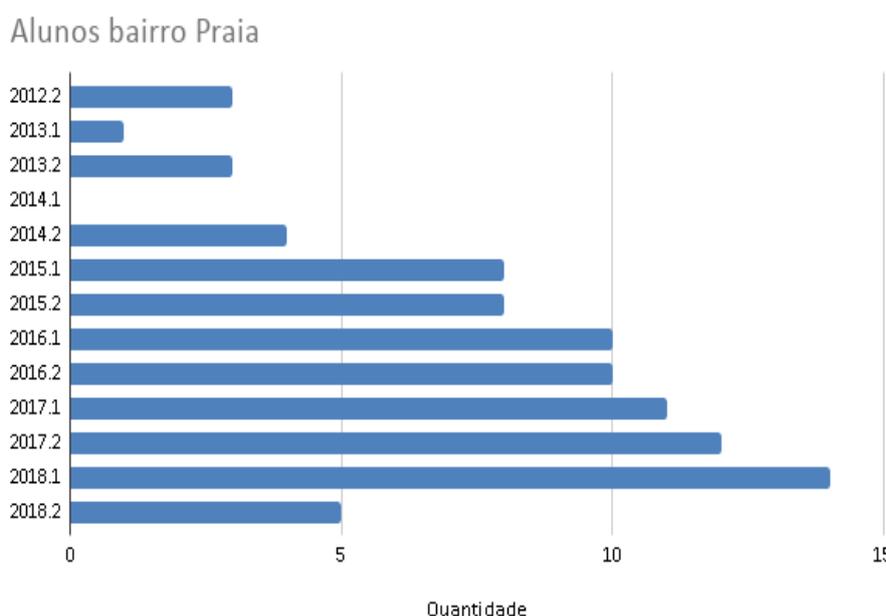


Fonte: Aniely Silva Brilhante

Destes, 4 (quatro) foram identificados como residentes do bairro Praia. Os demais estudantes são residentes dos bairros Rodagem do Lago, Brasília, Olinda, Jardim das Oliveiras, Boa Esperança, Km 5.

Igualmente foi feito levantamento acerca do número de alunos do bairro Praia, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 13- Histórico do número de alunos bairro praia



Fonte: Sistema QAcadêmico; organização: Anuely Silva Brilhante

Percebe-se que em 2018 houve o maior número de estudantes do bairro praia no IFCE, nos cursos regulares e FICs. Estes estudantes têm origens sociais distintas, envolvem as classes de pescadores, como também as classes com maior poder aquisitivo, que marcam as características do bairro.

Como resultado desse perfil discente dos povos do mar e do bairro Praia, depreende-se que são poucos estudantes dos povos do mar do bairro tendo acesso a esse ensino de qualidade, apenas 24 alunos dos povos do mar e 4 estudantes dos povos do mar do bairro Praia no universo de 658 estudantes regularmente matriculados. Isso demonstra que ampliar o acesso não necessariamente promove a democratização da educação, outros fatores interferem nesse processo. As desigualdades com relação às oportunidades educacionais persistem, por exemplo, com estudantes dos povos do mar que residem na comunidade Tatajuba, Guriú, Sítio Moreias, todos da zona rural de Camocim, que precisam utilizar todos

os dias lancha ou balsa para atravessar o rio, carro de horário, moto, para chegar ao IFCE, ou de forma alternativa se mudar para a sede do município. E os casos em que há aspectos subjetivos para não procurar os cursos do IFCE, alguns pescadores alegam que “estudo não é pra mim”, não se sentem estimulados a participar. São aspectos dos povos do mar que precisam ser levados em consideração na execução de uma política pública de educação.

No que se refere ao perfil de faixa etária, dos seis estudantes entrevistados, dois alunos egressos são da faixa etária de 40 a 50 anos e chefes de família. A maioria é da faixa etária de 20 a 30 anos, considerados jovens que moram com as famílias e são estudantes trabalhadores, oriundos de escola pública, um perfil semelhante aos demais estudantes do IF. O perfil jovem pode ser interpretado como a primeira geração dos povos do mar a ter acesso ao ensino técnico e superior, uma geração que está tendo oportunidades de escolhas na vida profissional, o acesso a novos debates e vivências.

Ao serem questionados se há diferença entre um estudante dos povos do mar para os demais estudantes, em resumo, estes responderam que as diferenças são de poder aquisitivo, o conhecimento da sabedoria popular sobre a pesca e o mar, e o perfil de estudante esforçado e participativo, como mostram os depoimentos a seguir:

são pessoas que vivem dessa cultura do mar mas que na atualidade pela conjuntura maior do Brasil já tem uma aspiração de formalização maior educacional (...) e vem para o IF e quando eles voltam para casa eles são arautos eles levam a boa nova... “olha eu fui respeitado lá é bom eu aprendi” aí a mãe diz “lá não tem uma coisa pra mim não?” (...) esses agregados dos povos do mar não são os fundadores... acredito que eles (pescadores) tenham mais dificuldade de permanência e êxito, por conta da dinâmica de ser povos do mar, pai ausente muito tempo... tem uma fragilidade maior nesse aspecto... deve haver uma fragilidade do ponto de vista da vulnerabilidade social, por outro lado são pessoas que tem tanta vontade de estar num lugar diferente do que tradicionalmente os pais tiveram, eles tem uma garra são sujeitos muito aguerridos, tem uma firmeza de propósitos muito grande ... então quando eles desistem é porque não dá mesmo ... não são facilmente dobráveis não ... estão localizados geograficamente perto, infelizmente muito propício às vezes a violência, alcoolismo, outras adições, geograficamente dificulta, fica longe do IF... isso causa uma certa dificuldade. (G1)

nesses anos até hoje eu não percebi... eu percebi a forma de como aprender ... mas diferença assim em termos de conhecimento de como eles se relacionam com ensino aprendizagem eu não notei ...até aprendi muito os peixes que existem os nomes dos peixe as particularidades como é que aquele peixe é pego qual a rede se pega com rede se não pega o que é que traz de certa forma e isso fez foi somar dada a especialidade do curso e isso é bom porque a gente as vezes uma lagosta que não vinha no tamanho legal a gente já recusava e eles só acrescentavam obviamente a forma de aprender se recuam mais porque eles sempre tiveram uma coisa os empurrando para margem então muitas vez uns são mais inibidos falam menos opinam menos mas às vezes com o contato com o professor só ele e o professor eles se soltam mais ... dão mais opinião nós temos o C. ai que hoje está fazendo gastronomia (...)é um aluno que fez o curso técnico de restaurante bar e filho de pescadores (...) então eu não os vejo menores que os alunos por exemplos que não são filhos ou parentes de pescadores (...) nós temos até mais deficiências nos outros

do que nesses alunos eu acredito também porque eles começam a quebrar o ciclo... o pai é, mas o filho opta pela opção de não ser mais pescador e ele não quer seguir a tradição mas ele quer quebrar o ciclo de pobreza de falta de assistência (...) eles levaram até matéria prima para a aula (D2)

se for da parte de conhecimento da marítima, essas coisas, teve, porque meu pai me repassa o conhecimento empírico que ele tinha de reconhecer o tempo, como pescava, como navegar... e isso, no meu curso, existe uma disciplina de geoclimática onde mexia muito na parte de mapa, as cartografias, leitura de mapa, e isso fez uma diferença. Se for nessa parte fez diferença, eu conhecia bastantes partes e dava pra se destacar em algumas coisas (A3)

Uma coisa que eu sempre observei é a questão socioeconômica ... a família está muito carente ... aqui os empregos no comércio eles pagam muito mal ... as vezes é menos da metade do salário mínimo ... as vezes eles querem estudar ele querem crescer adquirir conhecimento... infelizmente a situação financeira deles é tão difícil que eles são obrigados a parar de estudar para ir trabalhar...as vezes não ganha nem meio salário (T2)

são pessoas que estão ali muito humildes... que muitas vezes tem dificuldade financeira de vir ao campus dificuldade de vestimento porque a maioria dessas atividades é de subsistência ... então o sujeito pesca para manter sua família (...) eu tenho conhecimento que são filhos de pescadores são pessoas que pelo fato de serem menos assistidas socialmente são pessoas que são engajadas em muitas coisas dentro do campus, pesquisa, extensão, ensino, boas notas para serem contemplados com programas de intercâmbio, nós temos um caso de aluno que o pai trabalha com conserto de redes, que ele tá sempre sendo contemplado com monitorias e auxílios estudantis e outros, pelo fato de que ele tem um fator social que é precário ... mas ele também tem contrapartida de notas de desempenhos porque ele entende que é (...) ele acendendo a partir da educação (...) esses alunos eles se esforçam apesar da precariedade, apesar das dificuldades que eles tem pra vir pra cá eles se esforçam em permanecer ... muitos entram em cursos técnicos de nível médio e depois passam para o nível superior aqui dentro da instituição... são pessoas que apesar dos percalços se esforçam para concluir porque muitos deles veem uma oportunidade da melhoria da qualidade de vida do pai e da mãe (T1)

Eu não percebi ... tinham bons alunos filhos de pescadores e maus. Também os que não eram filhos de pescadores também da mesma forma. Não encontrei nenhuma característica particular desse grupo não ... (...) eles são no mesmo nível ai dos outros alunos ... o que a gente percebe de forma geral não específica dos povos do mar mas de todos os alunos aqui da região é uma certa deficiência no ensino básico ai de português matemática física decorrente talvez do ensino básico e isso dificulta um pouco as vezes (...) a gente observa com praticamente com todos os pescadores que a gente conversa, é natural da fala deles dizerem que não querem que os filhos sejam pescadores. . porque é uma vida muito sofrida ... querem que eles estudem que eles sejam gente né... (D1)

Em geral, quem vem da escola pública de uma cidade do interior, independente de ser filho de pescador... tem maior dificuldade, diferente de quem teve uma maior oportunidade de estudo... não é porque é filho de pescador... no geral tem um grau de dificuldade grande ainda, porque a formação de base foi ruim ... não tem como ele chegar num curso técnico num curso superior mesmo no curso FIC, em que a gente acaba tendo diversos tipos de estudantes, sentem uma dificuldade (...) já fiz 3 cursos de merendeiras, auxiliar de cozinha, todos eles sempre tinham alguma mulher de pescador ... filho de pescador, sempre tinha alguém relacionado... é tanto que quando a gente fazia as aulas envolvia algo da pesca ... e como não tinha como comprar, porque tem muita nota fiscal, eu acabava comprando aí a gente se ajudava, “eu consigo professora, a sardinha pode deixar é tão barato que não tem valor comercial é jogada fora professora então a gente vai pegar”... e justamente, um produto que não tem valor comercial “valha, professora a gente faz tudo isso com a

sardinha...faz conserva igual aquela que a gente compra"... "claro gente, é a mesma coisa, agora vocês podem fazer aqui" ... a gente vai se virando assim (D3).

muito difícil o pessoal não gosta de se identificar como filho de pescador, ou são pescadores eventuais, a família tem barco (...) dei muita aula para gente que tem relação com a pesca (...) muitos têm famílias com a tradição ... um que foi meu estagiário o pai tem uma canoa, ele vai para o mar pescar, uma eventualidade, tá precisando de recurso a época tá boa (...) acho difícil de trazer esse público pra cá, quem vive essencialmente da pesca, tem capacidade financeira menor, dificuldade de chegar aqui, não consegue chegar no ensino médio (...) as gerações nem todas vieram (D4)

o filho do pescador para outra pessoa sem ser pescador ... eu vejo uma diferençazinha... se iguala ao correr do tempo do curso... as vezes eu acho assim que eles se sentem diferenciado porque muitas vezes "ah, o filho do pescador... a qualificação do pescador do pai... o pai não teve estudo para dar para o filho" aí quando o filho chega aqui pra ele já é uma conquista muito grande ... tá dentro de uma instituição federal ... aí quando ele percebe que o objetivo dele é se formar é melhor ainda... mas aí tá aquele outro que não é filho de pescador ele acha mais fácil ... ele tem outra criação, o pai foi estudado a mãe foi estudada ... e o cara muitas vezes no trajar da roupa que muitas vezes o pai não tem condição de comprar roupa boa ou uma bolsa boa pra trazer ... um livro bom porque aqui tudo é de graça... mas aí muitas vezes a pessoa procura vir com elegância melhor um traje melhor .... muitas vezes nem o café da manhã não tem... enquanto o outro tá melhor alimentado... tudo tem diferença tá entendendo? (C1)

acho que tem ... mais bem financeiramente... o pai do pescador faz tudo para os filhos dele, bota em escola particular, compra roupa boa, ele não quer que o filho seja pescador, quer que seja policial advogado, quer que o filho tenha outra profissão... quase não vê diferença... os meninos que vem aqui... pode ser filho de gari... vem normal, ninguém olha pra parte social dele, ele é aluno (C2)

Em síntese, os depoimentos mostram uma representação social dos filhos de pescadores como estudantes esforçados, que carregam saberes tradicionais e, assim, conseguem da sua maneira serem participativos nas aulas, contribuírem com os docentes, mesmo com todas as adversidades em termos de condição econômica, familiar e base educacional. São características que se distanciam de um vitimismo, pois apontam a uma potencialidade diferente dos demais, uma sabedoria única muito importante para desenvolver projetos e ter maior engajamento social.

## **7.1.2 Ensino, pesquisa e extensão e os povos do mar**

### **7.1.2.1 Ensino**

Como relatado no item anterior, na implantação do *campus* Camocim havia a expectativa da instituição atuar no arranjo produtivo da pesca. Isso se confirma na divulgação feita nos blogs oficiais do IFCE e quando um docente engenheiro de pesca foi convocado para atuar no *campus* Camocim. A justificativa, para o docente graduado em Engenharia de Pesca, foi o interesse do *campus* em atuar no eixo tecnológico "Recursos Naturais", área profissional

que compreende cursos relacionados à extração e produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira (MEC, 2016).

Este eixo possui um amplo número de cursos, de acordo com os catálogos nacionais de cursos do MEC. Caso tivesse sido implementado, o IFCE poderia ter ofertado em Camocim alguns cursos na área da pesca, tais como: Técnico em Aquicultura<sup>34</sup>, Técnico em Equipamentos Pesqueiros<sup>35</sup>, Técnico em Pesca<sup>36</sup>, Técnico em Recursos Pesqueiros<sup>37</sup>. No âmbito dos cursos superiores de tecnologia, as alternativas são: Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura<sup>38</sup>, Curso Superior de Tecnologia em Produção Pesqueira<sup>39</sup>.

Como possíveis explicações para a retirada do eixo tecnológico Recursos Naturais no *campus* Camocim, observou-se o método de escolha dos cursos em 2013 e as relações de poder da instituição. Acerca do método de escolha dos cursos, os servidores organizaram uma pesquisa local e os cursos da pesca não apareceram como de interesse dos entrevistados da região, e, diante disso, não foi apresentado como sugestão da instituição na audiência pública de escolha dos cursos em 2013.

---

34 O profissional formado em Técnico de Aquicultura realiza projetos de implantação de sistemas de cultivos continentais e marinhos com base no manejo e na qualidade dos produtos e das águas, de acordo com as realidades locais e com a aptidão dos ambientes naturais. Utiliza tecnologias e sistemas de produção e manejo aquícola e de beneficiamento do pescado. Analisa a viabilidade técnica e econômica de propostas e projetos aquícolas. Opera equipamentos e métodos qualitativos de análise de água utilizada em sistemas de cultivo (MEC, 2016).

35 O profissional formado em Técnico de equipamentos pesqueiros aplica tecnologias de operação e manutenção de máquinas e equipamentos empregados diretamente na pesca. Realiza a manutenção e operação de equipamentos pesqueiros, motores, sistemas de transmissão e de propulsão além de cascos de embarcação (MEC, 2016).

36 O profissional formado em Técnico em pesca planeja e executa atividades relacionadas à pesca extrativa, operações de embarque e desembarque. Conduz embarcação. Utiliza procedimentos de armação. Constrói e mantém apetrechos de pesca (redes, iscas, armadilhas e anzóis). Realiza procedimentos de beneficiamento e processamento do pescado nas embarcações. Opera equipamentos como radares, bússolas, GPS, barômetros (MEC, 2016).

37 Realiza operações do setor pesqueiro com base no manejo e na qualidade dos produtos. Aprimora a sustentabilidade dos recursos naturais e da biodiversidade aquícola. Analisa e avalia os aspectos técnicos, sociais e econômicos da cadeia produtiva do setor pesqueiro. Monitora o uso da água com vistas à exploração dos recursos pesqueiros. Planeja, organiza, dirige e controla as operações de pesca. Monitora instalações, montagens, operações e manuseios de apetrechos, máquinas e equipamentos, processamento e refrigeração dos produtos (MEC, 2016).

38 O profissional formado no curso Superior em Aquicultura elabora, executa, supervisiona e avalia planos, projetos, programas e ações aquícolas. Cultiva peixes e outros animais aquáticos desde a produção de alevinos, engorda, processamento até a comercialização e distribuição dos produtos para o mercado consumidor (MEC, 2016).

39 Planeja, projeta, gerencia e executa empreendimentos de coleta, beneficiamento, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de pescados e seus derivados. Elaborar diagnósticos de potencialidades pesqueiras. Realiza análises socioeconômicas e tendências de mercado do setor pesqueiro. Elaborar projetos de viabilidade econômica na produção pesqueira. Estuda e analisa os impactos ambientais na produção pesqueira (MEC, 2016).

Durante a audiência pública, dois participantes sugeriram cursos na área da pesca, como processamento de pescado, mas não receberam votos suficientes. Na opinião do entrevistado D4, a causa dos cursos na área da pesca não ter sido escolhidos foi:

não tinha nenhum representante da pesca, o pessoal é tímido ... a pesca nunca foi representada apesar de ter o pessoal da colônia, os diretores, mas são pouco expressivos em relação a número...e audiência pública é numérica... aí ficou difícil (...) nós tínhamos o eixo recursos naturais que era o eixo para dar suporte a essa estrutura mas aí não foi estruturado (...) depois teve uma audiência pública e mudaram os eixos ficou uma coisa solta e prejudicou muito (D4).

Segundo o entrevistado, a forma de escolha por meio de votos quantitativos no momento da audiência não contemplou a comunidade tradicional da pesca. O Pró-Reitor de Ensino sugeriu que a demanda da pesca fosse contemplada com atividades de extensão, através de FICs e de cooperação com o *campus* Acaraú. Após a audiência pública, outros cursos foram ofertados com a participação dos povos do mar, no entanto, nota-se que foram ações incipientes e não integradas ao ensino, pesquisa e extensão.

Mesmo considerando que o processo de escolha de cursos foi democrático, entende-se que não contemplou uma visão mais comunitária e social dos arranjos produtivos locais, e voltou-se para os aspectos mercadológicos. A exclusão da comunidade tradicional da pesca, na cidade da pesca do Estado do Ceará, é uma incoerência institucional, e limitou a intervenção nessa comunidade.

O processo de tomada de decisão de excluir cursos regulares, mais formais, para os pescadores ocorreu igualmente por relações de poder. Sabe-se que a principal dificuldade corresponde ao formato pedagógico dos cursos regulares que não se adaptam às características laborais dos pescadores. Depreende-se, portanto, que a instituição não se colocou disponível para adequar sua estrutura pedagógica às particularidades da comunidade tradicional da pesca. Parte-se da compreensão que a oferta de cursos acessíveis para os pescadores é exequível, da mesma forma que a oferta de cursos para as comunidades tradicionais, utilizando critério especial de escolha de cursos. Como exemplo, tem-se a iniciativa dos IFs com a população indígena apresentada pelo entrevistado D4. Igualmente, quanto ao exemplo da iniciativa, criada em 2006, Política de Formação Humana na área de Pesca Marinha e Continental e Aquicultura Familiar, desenvolvida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR) e SETEC-MEC, para os povos do mar, em respeito à cultura local (Termo de Cooperação Técnica nº 02, 2006). Como apresentado anteriormente, esta cooperação tinha como compromissos o estímulo à criação de núcleos de pesquisa regionais,

para difusão de informações técnicas, experiências e estudos sobre pesca e aquicultura, e a capacitação dos trabalhadores desse setor, colaborando no combate à exclusão social. Além disso, pretendia atuar no contínuo processo de aperfeiçoamento das atividades de pesca artesanal e aquicultura familiar, no intuito de elevar a qualidade de vida dos povos do mar, bem como na agregação de maior valor ao pescado e no melhor aproveitamento do imenso potencial do Brasil nessa área.

Dessa forma, entende-se que, com isso, o *campus* Camocim poderia se adequar melhor por meio de um projeto institucional para a área da pesca, priorizando o apoio principalmente à pesca artesanal, mais necessitada de aprimoramento e formação profissional.

Diante de todos os dados, percebe-se um descompasso entre as características locais da pesca e as iniciativas do IF. O campus, portanto, atuou na comunidade tradicional através dos familiares dos pescadores que conseguiram se adequar aos cursos abertos. De acordo com os entrevistados:

não tem nenhum curso voltado especificamente para o setor pesqueiro pro setor apico dos povos do mar (...) mesmo assim os cursos que existem aqui dá pra gente melhorar essa atenção a esse povo (...) acho que é muito incipiente ainda né... deixa a desejar né claro que a oportunidade pros cursos regulares aqui é aberta a todos inclusive pra eles né mas quando se fala de povos do mar a gente sabe que a gente tem aí um índice muito grande de pessoas com pouca escolaridade (D1)

muito incipiente ainda muito incipiente (...) vamos pegar os docentes do IF por exemplo pela bagagem todo seu repositório cultural científico e de educação ... nós ainda somos muito incipientes em termos de promover esse desenvolvimento econômico social e cultural ... Sobretudo com os povos do mar porque eles eu vejo nesses povos do mar assim uma riqueza (...) as pessoas comuns ... as riquezas das histórias as vivências das experiências (D2)

mas eu relatando todo esse assunto da história do início do IFCE através da pesca, o que é que ele impacta? o que é que ele traz? O que é que ele hoje tá trazendo? O que ele tem a ver com a pesca em Camocim... eu digo ... que a pesca em Camocim junto com o IFCE eu acho pequeno o impacto com todo esse grande potencial que nós temos aqui (...) acho que ele iniciou bem, mas ainda deixa a desejar um pouquinho ... Acaraú acertou vários cursos com o professor de carteira para pescador tá entendendo? Camocim ainda não atingiu uma parceria com a Capitania dos Portos ... ainda não atingiu... tem várias coisas que fez para a pesca... mas é uma parceria muito ainda distante lá no final do poço mesmo... IF Camocim deveria... com esse potencial da praia... com o potencial da pesca potencial da embarcação... potencial da colônia bem aí ... a capitania (...) já estamos em 2020, já temos quase 10 anos de casa que era para ter já cinco anos para cá já era para nós termos impactados essa praia (C1)

agora tem que saber qual projeto que o IF tem para os pescadores, nenhum ... tem em Acaraú ... aqui em Camocim não tem nenhum ainda, tem que ter... hoje todo pescador sabe ler e escrever... o IFCE não tem um projeto fixo... não vejo... teve o curso FIC, pra ostras e nem era para pescador era criação de ostra... mas para pescador tem que ser uma coisa bem planejada mesmo, pro alto mar (C2)

Essa questão com relação aos povos do mar, o campus historicamente sempre teve essa proximidade... porque como é uma região litorânea nós recebemos muitos alunos que são filhos de pescadores... no começo do campus (...) um dos nossos prof fez um curso de ostras, nós já tivemos outros cursos que trabalha com pescado com higienização, nós já tivemos a presença de professores e a nutricionista fazendo visita as praia, falando da questão da conservação dos alimentos ... que direta ou indiretamente influencia essas pessoas que trazem esses frutos do mar para ser vendido naquela barraca naquele restaurante ... o aluno G primeiro aluno que o IFCE mandou para o programa IFCE Internacional para Portugal é filho de pescador (...) confesso que fora isso eu não conheço (T1)

Camocim é o ponto da pesca no Estado do Ceará (...) porque não tem nada da pesca aqui no campus? ... porque o reitor não viu ... porque o Pró Reitor não articulou... não sei... faltou... é uma falha gravíssima... a gente vem falando a bastante tempo (...) inclusão da pesca no curso TPA é uma visão, é outro eixo tecnológico, era voltado para o estaleiro, era tecnologia com viés ambiental, e inserimos dentro do viés ambiental a questão da pesca (...) Acaraú tem construção naval... tem outro caráter, tem até curso fora do catálogo voltado para o pescador mesmo (...) não estou desenvolvendo muita coisa para a pesca, gostaria de fazer mais, trazer tecnologia para a pesca ... mas fomos cerceados com essa transição entre TPA para TGA ficou um hiato grande (...) os cursos ambientais tiveram um viés relativamente importante mas a gente deixou muito a desejar como campus ... porque a atividade pesqueira é a principal da região (...) em Acaraú tem o POP... nós fizemos uma força para trazer para cá e não conseguimos (...) hoje em dia acontece na capitania (...) nós tínhamos o eixo recursos naturais que era o eixo para dar suporte a essa estrutura mas aí não foi estruturado ... conheço outros campi (...) geralmente você tem um eixo que acopla com outro eixo ...você consegue ter uma interseção entre os eixos até para a otimização de recursos ... aqui em Camocim foi disparado para tudo quanto era lado...surgiu TRB MSI licenciaturas e área ambiental... não houve um encontro ... talvez o eixo original não tenha sido muito bem planejado depois teve uma audiência pública e mudaram os eixos ficou uma coisa solta e prejudicou muito (D4)

Perante isso, este estudo avalia que a proposta do IF de trabalhar somente o âmbito da extensão para o desenvolvimento da pesca na região, sem nenhuma proposta articulada, foi uma forma hesitante diante do desafio de fazer cursos para a comunidade local. Na audiência não houve uma iniciativa de organizar um projeto institucional, ou mesmo uma equipe integrada, para atuar nesse eixo. O *campus* contava apenas com um docente da área, com poucos recursos disponíveis. Gerou entraves ao desenvolvimento dessa atividade, e restringiu a atuação do *campus* com os povos do mar. Ressalta-se que os cursos ofertados na trajetória institucional foram relevantes para as famílias dos pescadores, mas constata-se que esse desenvolvimento para os povos do mar na dimensão educacional não foi um projeto intencional destinado à pesca, no sentido de não ser um projeto de intervenção que tenha compromisso com o desenvolvimento dos povos do mar, foram cursos abertos em que alguns integrantes dos povos do mar conseguiram se adequar ao IFCE. Dessa forma, o fato de estudantes dos povos do mar serem atraídos pelo ensino regular não é garantia de um desenvolvimento para a atividade da pesca.

No que se refere às ações realizadas do ensino em Camocim e a relação com os povos do mar, o curso Superior de Tecnologia em Processos Ambientais, com iniciativa dos docentes diante da retirada do eixo Recursos Naturais, contemplou a pesca na sua matriz curricular. Destaca-se a oferta das disciplinas voltadas para a pesca, a disciplina de Recursos Pesqueiros, sobre os avanços tecnológicos na pesca e aquicultura, as várias artes de pesca, desde a confecção até o seu funcionamento e os avanços tecnológicos. E a disciplina de Arranjos Produtivos Locais (APL), que aprofunda acerca dos APLs do Município de Camocim, APL da Pesca, APL da Carcinicultura, conceitos de desenvolvimento local e sustentável. Oportunizou aos discentes o debate concernente à realidade social local, com o etnoconhecimento, com a valoração da cultura tradicional, as expressões das organizações produtivas/extrativistas familiares, como as comunidades de pescadores artesanais (PPC TPA, 2013). No entanto, atualmente o curso foi extinto e em seu lugar foi criado o curso Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Atualmente, o *campus* Camocim iniciou o processo de criação de novos cursos técnicos e de graduação, mais precisamente em 2019, e a comissão pré-selecionou o curso de Técnico Subsequente em Processamento de Pescado, do eixo tecnológico Produção Alimentícia. Considera-se o embrião de uma atuação mais consistente com os povos do mar. De acordo com o entrevistado:

no estudo de potencialidades foi colocado “tem que ter um curso na área da pesca” tem que ter porque a gente deve historicamente a esse pessoal, aí entrou no estudo de potencialidades o curso de processamento de pescado ... ok eu tava lá (...), politicamente tá visibilizado, mas talvez não seja por aí...talvez a forma de diálogo seja outro exemplo exitoso o prof O. com as marisqueiras, trazer e propor uma valorização do seu trabalho, elas têm um saber, esse saber é importante para nós ... diálogo... eu não sou o cara que sabe e vai te ensinar como fazer...eu sei uma coisa ... o que eu sei te interessa? porque o que tu sabe me interessa vamos conversar? É por aí... (G1)

O fato dos servidores reconhecerem a importância de haver um curso que contemplasse a pesca, e ter pré-selecionado um curso técnico mais formal, já se torna um indicador político coerente enquanto projeto embrionário que visa o desenvolvimento para os povos do mar, pois demandará docentes, projetos e investimentos nessa área.

#### 7.1.2.2 Atividades de pesquisa

Na perspectiva dos povos do mar enquanto pesquisadores, dos seis estudantes dos povos do mar entrevistados, apenas um teve experiência com pesquisa, este foi bolsista no

laboratório de Ciências Ambientais e teve a experiência de intercâmbio em Portugal com pesquisas internacionais, como explica o entrevistado A3

quando eu entrei aqui ele (Prof. G) me deu oportunidade de ir para os laboratórios, aí eu consegui bolsa, a gente ainda desenvolveu dois projetos tanto no Bhoia e um sensor pra qualidade da água pra viveiro de camarão (...) e pra me manter no laboratório eu tinha que ter excelentes notas, aí apareceu a oportunidade de uma bolsa pra estudar fora, em Portugal, aí minhas notas me deram oportunidade de conseguir (...) foi uma oportunidade excelente, pra mim foi um grande diferencial na minha vida. Estando estudando lá eu tive contato com pessoas, mentes brilhantes, meus professores gostaram bastante de mim, meu desempenho lá foi muito bom (...) e sobre conhecer outra cultura, eu achei excelente, foi muito bom, não esperava isso na minha vida (A3)

esse leque de oportunidades que o campus abre é muito vasto ... desde a pessoa que entra com o FIC de merendeira até o aluno que é filho de pescador que vai para Europa...para poder estudar no intercâmbio... essa realidade não existiria em Camocim sem o IF, porque se você fizer o levantamento das outras instituições nenhuma delas tem esse potencial financeiro esse investimento que o instituto tem (T1)

Diante desse relato, nota-se que a oportunidade do intercâmbio para um filho de pescador representa um grande avanço, o fato de o estudante ter um bom nível das notas, conseguir ir para o intercâmbio concorrendo com vários campi, inclusive da capital, ter acesso às pesquisas a nível internacional é um indicador positivo. Ao retornar, o discente compartilhou a experiência, e concluiu o curso. No entanto, é uma experiência limitada, os demais estudantes não possuem experiência com pesquisa, nem intercâmbio. Serve como incentivo e valorização do ensino superior, no entanto, não foi observado um retorno direto de projetos para a comunidade enquanto coletivo.

Outra experiência de filhos de pescadores como pesquisadores está no projeto BHoIA - Boia Holonômica para Investigação Ambiental, em que dois discentes dos povos do mar integraram a equipe de construção da boia e apresentaram a experiência em diversos eventos científicos.

As demais pesquisas são dois Trabalhos de Conclusão de Curso do curso TPA sobre a produção da pesca e sobre o trabalho dos pescadores, aguardando a defesa, e as atividades das disciplinas do extinto curso TPA, como explica o entrevistado A3 *“na disciplina de oceanografia, a gente já chegou a ir a campo pra gente conhecer o ambiente do nosso povo daqui (...) conhecer as espécies, que tipo de peixes eles conseguiam pescar”*.

Acerca dos povos do mar como tema de pesquisa, há uma pesquisa de uma discente do curso de pós-graduação em Análise Ambiental sobre *“A repercussão das leis ambientais para a realidade das atuais categorias do setor pesqueiro de Camocim - CE”*, publicada no livro *“Tópicos Em Análises Ambientais”*.

Segundo o entrevistado G1, “*pesquisa a gente precisa avançar mais*”. Para o entrevistado D4, “*Tem muito pouca pesquisa voltada para essas comunidades ...de que forma esse produto dos povos do mar influenciam no turismo nos restaurantes locais de que forma isso favorece uma identidade gastronômica... de um prato identitário essas coisas todas*”. Diante desses depoimentos, depreende-se que houve experiências de pesquisas, mas aquém da capacidade do *campus* e dos docentes.

Em atividades de pesquisa científica, o *campus* necessita avançar, a partir da compreensão de que o IF tem o compromisso de incitar os sujeitos da educação profissional para que se coloquem verdadeiramente como sujeitos da reflexão e da pesquisa, abertos ao trabalho coletivo e à ação crítica cooperativa, o que se traduz como um lidar reflexivo que realmente trabalhe a tecnociência (BRASIL, 2010).

Avalia-se que a participação do estudante filho de pescador em intercâmbio, bem como as experiências com pesquisa e apresentação de trabalhos científicos é um avanço progressivo, com potencialidade de se expandir. Observam-se poucos estudantes dos povos do mar do IFCE com acesso a essa experiência de pesquisa, e não houve um retorno direto à comunidade tradicional da pesca no sentido de inovação tecnológica. Entende-se que o acesso à ciência e à tecnologia é o acesso a um poder antes concentrado nos grandes centros urbanos. Contudo, cabe lembrar o histórico de precarização da expansão do IF, fator esse que atrasou a construção dos laboratórios e limitou a atuação dos docentes.

#### 7.1.2.3 Atividades de extensão

As ações de extensão do *campus* com os povos do mar foram os cursos FIC de Ostreicultura e Aquicultura em 2012 e 2013. Em maior número são os eventos, a palestra da campanha Novembro Azul em 2014, oficina de aproveitamento de pescados em 2016, minicurso de aproveitamento integral do pescado na perspectiva de uma culinária local em 2019. E de projetos executados somente a Campanha de limpeza na Ilha do Amor, Praia do Maceió, projeto executado nos anos de 2016-2018.

Sobre o FIC de Ostreicultura, o entrevistado D1 descreveu a ação:

tivemos vários alunos do sítio São Mateus que vieram frequentar aqui as aulas... de 160 horas mas que a maior parte da carga horária era prática, pouca sala de aula, exatamente por conta do perfil dos alunos que pra eles é dificultoso ta vindo e ta assistindo essas aulas muito teóricas né... e aí a gente fez toda uma logística para se deslocar lá para o sítio São Mateus e montar toda uma estrutura de cultivo de ostra lá do zero... montamos a estrutura fixa de mesa de madeira no local que a gente escolheu ... coletamos as sementes de ostras no ambiente natural fabricamos os

travesseiros de cultivo né, tivemos o apoio ai do campus Acaraú que forneceu esses materiais e vimos todas essas etapas de forma prática pra eles até que finalizamos o curso ... Depois vieram outros cursos fic é dessa vez em aquicultura né que é um curso mais geral ... convidamos e entramos em contato com fazenda de camarão né, para saber se eles teriam o interesse de liberar funcionários para vir fazer o curso de Auxiliar de aquicultura. Ai tivemos ai uma das fazendas que liberou um trabalhador pra vim fazer o curso (...) eu não tive mais contato com o pessoal do curso.. eu sei que depois de um tempo eles comeram as ostras (risos) comeram com cachaça provavelmente e não botaram para frente o cultivo (...) depois eu até cheguei a encontrar um dos alunos ... mas ele conseguiu fazer uma faculdade de matemática e ta lecionando no município. Outro desses ele tava ajudando aqui no transporte da lancha ... a gente as vezes nunca não sabe o impacto que vai ter né as vezes a gente pode até ter algum impacto mas pode nem saber ... Outro aluno de fic de aquicultor era trabalhador de uma fazenda ne então ele veio pra ampliar os conhecimentos e retornou lá pra posto dele de trabalho certamente deve ter tido algum impacto positivo no dia a dia do trabalho dele. Mas o resultado concreto eu não tenho como te dizer (D1)

Esse relato demonstra que a atuação diretamente com pescadores e marisqueiras é desafiador. O curso FIC tinha como critério de seleção o ensino fundamental incompleto, para ser mais acessível. O docente prezou por mais aulas práticas e garantiu o custeio das despesas por meio de parceria com a prefeitura para conseguir a lancha, e materiais com o *campus* Acaraú. Apesar de todo o esforço, o curso teve como resultado o acesso desta comunidade a novos conhecimentos, mas não gerou um impacto na dimensão econômica.

Figura 29 - Mosaico aula de campo FIC Ostreicultura (2012)



Fonte: Régis Vasconcelos (2012)

Em 2017 o *campus* de Camocim realizou uma série de atividades ligadas à limpeza das praias, iniciativa que mais foi reconhecida nas conversas informais da pesquisa de campo e na entrevista com os estudantes moradores do bairro Praia (item h). O projeto de extensão é intitulado “Ações de apoio ao uso sustentável das praias de Camocim”, e foi criado por estudantes do curso TPA com apoio da docente Profa. C. do IFCE. Estes observaram que nas lagoas interdunares da Ilha do Amor, as pessoas que visitavam o local para lazer realizavam o descarte irregular de resíduos sólidos.

Figura 30 - Mosaico projeto limpeza das praias Camocim CE



Fonte: Caroline Loureiro Vitor (2017)

O projeto teve como objetivo, além de mutirões de limpeza nas praias, conscientização dos frequentadores das praias de Camocim quanto à responsabilidade sobre o resíduo gerado, proposição de atitudes responsáveis aliadas à lógica da sustentabilidade, que resultou em pesquisas de TCCs dos discentes com publicação de artigo em revistas do IFCE (IFCE, 2018, p.33).

Sobre a atuação do eixo tecnológico Turismo, Hospitalidade e Lazer para os povos do mar, as oficinas de beneficiamento de pescado tiveram como resultado:

Na extensão aí nós tivemos agora umas oficinas voltadas para a turma do Maceió ... marisqueiras das Barreiras .. beneficiar o pescado (...) essa última turma agora que a Ematerce trouxe praticamente 70 por cento são mulheres (...) que nós certificamos

agora no minicurso (...) agora mesmo eu estava nas barreiras e fui abordado na praia pelas alunas do maceió, “professor o negocio ta pegando, as pizzas estão saindo de um jeito as bolinhas, tá um sucesso” então a gente ouvir isso... uma oficina de 10h pode mudar esse contexto... as oficina com a Ematerce, formada aqui ... eu fazia o projeto de extensão, solicitava o ônibus, o ônibus pegava as mulheres no local.. ia deixá-las, um mini curso de 2 dias, pegava o pescado do zero, como filetar esse pescado como conservar, ai ia fazer o produto, bolinha de peixe peixada, como fazer vários tipos de peixada vários pratos mas o que mais impactou elas foi a forma de como fazer as bolinhas de peixe (...) não usando mais a farinha de trigo ... usando agora macaxeira... Então isso hoje elas estão vendendo (...) veja isso um açõzinha pequena (...) perceba ai se a colônia fizesse o trabalho que era para fazer o papel, uma cooperativa (...) o que eu percebo com essas mulheres maioria mulheres que estão vindo pra cá é ganhar ou aumentar a renda familiar porque o que o marido pesca às vezes não é o suficiente porque quando ele chega lá na praia os atravessadores já estão ali... o que ele vai fazer com aquele peixe (...) eu fui fazer um balanço do TRB, fizemos 35 projetos de extensão ... desses 35 nós temos cinco ou seis voltados para os povos do mar precisamos fazer mais esse ano ... eu quero me aproximar mais (D2)

Assim, os cursos da área de alimentos com participação de marisqueiras e esposas de pescadores tiveram mais resultados na geração de renda, tendo em vista o potencial turístico da cidade, por meio das barracas de praia e parcerias, e contam com vários docentes da área. Apesar desse resultado positivo, o próprio entrevistado reconhece que o número de projetos é reduzido.

Figura 31 - Mosaico minicurso aproveitamento de pescado



Fonte: Orlando Cantuário (2019)

Outros projetos de extensão acolhem estudantes dos povos do mar, como o projeto Mãos na Massa de oficinas culinárias em parceria com as associações comunitárias, e o Projeto Avançar, de alfabetização e letramento de jovens e adultos do bairro Cidade com Deus e colaboradores terceirizados do campus, com presença de pescadores aposentados e esposas de pescadores. São, portanto, ações que não foram pensadas diretamente para os povos do mar, mas contemplam e geram resultados para esse segmento.

Abaixo, segue quadro resumo sobre as ações do IFCE campus Camocim e os povos do mar:

Quadro 4 - Síntese IFCE e povos do mar

IFCE	POVOS OS MAR	RESULTADOS
PESQUISA	Intercâmbio, Projeto Bhoia, Pesquisas sobre a pesca, trabalhos de disciplinas	Experiência dos estudantes filhos de pescadores com o saber tecnológico e científico; pesquisas incipientes.
ENSINO	Retirada do eixo tecnológico Recursos Naturais; disciplinas do extinto curso TPA	Nenhum curso regular para a área da pesca; os estudantes filhos de pescadores se adequaram aos cursos ofertados.
EXTENSÃO	Cursos FIC Ostreicultura e Aquicultura, eventos oficina de aproveitamento de pescados em 2016, e projeto de limpeza das praias 2017; mini-curso de aproveitamento integral do pescado na perspectiva de uma culinária local	Maior acesso a conhecimentos para os povos do mar; geração de renda; consciência ambiental, resultados pontuais.

Fonte: Aniely Silva Brilhante

Avalia-se, portanto, que a extensão foi o eixo que mais avançou em ações para os povos do mar, mas ainda são ações consideradas pontuais, visto que as iniciativas mais relevantes – FIC Ostreicultura, Projeto de limpeza das praias e minicurso de aproveitamento de pescado – ocorreram uma em 2012, outra em 2017 e outra em 2019. Essas atividades são relevantes para os povos do mar, mas atuam em especial para os familiares dos pescadores. Desse modo, infere-se que não houve uma aproximação maior entre os pescadores e o IFCE.

Assim, o desafio de fomentar soluções técnicas e gerar novas tecnologias para o desenvolvimento econômico, social e cultural requer um esforço maior do que apresentado até esse momento no IFCE *campus* Camocim. No que se refere à organização institucional, a escolha inicial acordada na audiência pública, em 2013, de fortalecer o setor produtivo da pesca através da extensão não se consolidou institucionalmente até o presente momento.

Na pesquisa de campo no bairro Praia, esse resultado se confirma, ou seja, o trabalho do IFCE é incipiente para os pescadores, pois, apesar de haver os projetos de ensino, pesquisa e extensão, com resultados qualitativos para as famílias dos povos do mar, os pescadores conhecem pouco o IFCE, na maioria dos casos eles só ouviram falar e não sabem identificar seus os cursos e as ações.

### ***7.1.3 Dimensões pedagógicas e organizacionais do IFCE e os povos do mar***

#### **7.1.3.1 Diálogos junto aos povos do mar**

Durante as entrevistas, alguns servidores do IFCE justificaram a baixa atuação da instituição com os povos do mar, principalmente a normatização dos cursos formais que não respeitam as especificidades da natureza dos povos do mar tradicionais, e as relações de poder dentro das instituições da pesca. Para os entrevistados:

Então os povos do mar com o instituto federal e por extensão com a educação formalizada ... existe uma grande dificuldade de entrada ... o cara não vai vir fazer o curso técnico ... a gente colocou aqui o curso de processamento de pescado... o profissional é difícil vir fazer o curso, primeiro porque precisa do ensino médio completo, como ele vai pro mar? o curso é segunda a sexta-feira a noite de 18h30 às 22h, ele passa um mês dois meses no mar... então existe uma normatização do ensino formal que não dialoga... o modelo logístico... com a natureza dos povos do mar tradicionais ... então a forma de se aproximar deles, não por que a gente queira...porque é romântico se aproximar...não... porque o IF enquanto missão e legislação não tem que dialogar com as potencialidades produtivas locais? Não faz parte da criação da política de expansão do instituto? O campus Camocim veio pra cá e tem a potencialidade do mar e do turismo...tem que dialogar com esse povo (G1)

é um pouco difícil né, querendo ou não eles se sentem invadidos ... “tu sabe pescar” ah vocês só sabem no papel, realmente a prática a gente não sabe... como vai confiar em ti que não tem a vivência prática... não sabe como é difícil o negócio (D3)

eu estou aqui a 5 anos e não vejo nenhuma ação sustentável que pudesse trazer desenvolvimento cultural social, econômico para essas pessoas né e o que a gente sabe que é uma terreno muito tenebroso muito perigoso para que a gente procure fazer dentro desse contexto alguma revolução já estive conversando várias vezes, mas a coisa é muito movediça então né recuamos um pouco e vamos ver como as coisas funcionam. (...) então eu vejo que principalmente nós temos um problema muito grande inclusive eu procurei a colônia de pescadores depois procurei também a associação de pescadores para ver o que poderíamos fazer no sentido de que formássemos essas pessoas minicursos oficinas (...) cinema (...) a gente queria muito que o pessoal da colônia da associação tivesse uma cultura maior para essas coisas que eles entendessem que isso não vai tomá-los a presidência nem vai tirá-los lá do local que só vai ajudá-los (...) então eu acho um grande abandono primeiro do poder público a colônia e a associação, são inapetentes nesse sentido, que não dão assistência a seus associados (D2)

A gente percebe que eles querem desenvolver algumas coisas para garantir o sustento da família deles ... acho que é a preocupação básica de qualquer ser

humano ... e eles têm essa preocupação ... de querer se envolver em alguma coisa que traga o retorno financeiro ... acho que o brasileiro tem essa visão muito imediatista de fazer uma coisa e querer ver os resultados logo e o pescador não é diferente nem os filhos de pescadores ... é o dia a dia deles né ... pesca o peixe e vende pega o dinheiro e compra a comida Então assim a gente percebe uma certa dificuldade de fazer um projeto mais logo com eles né porque talvez eles fiquem com essas ansiedades de querer logo os resultados mas são pessoas aí que tem um conhecimento acumulado aí por uma vida toda que tem um potencial (D1)

houve curso de aquicultura e ostreicultura, o curso na modalidade de extensão conseguiu diminuir essa necessidade de instrução formal, e conseguiu trazer uma boa comunidade e fazer o diálogo interessante, mas o problema é a continuidade desse diálogo porque fica muito pontual... vai faz o diálogo vai embora e não volta (G1)

(...) notei no IF uma grande falha, no Norte tem e não tem em outros lugares, que é a política de alternância, a gente vê que aqui o problema é com o pescador... como é que um pescador vai tá vindo para uma aula? O nosso calendário não funciona para eles, tem que completar o semestre certinho ... isso não funciona... lá no norte a gente vê nas aldeias indígenas, tive a oportunidade de conhecer São Gabriel da Cachoeira o IF de lá muito interessante, eles tem a política da pedagogia da alternância, os indígenas têm uma frequência um modo de vida, cada etnia tem seu modo de vida e eles conseguem adaptar os cursos para as etnias, lá o estudante não precisa se moldar ao instituto, é o instituto que vai se moldar aos estudantes e vai dar benefícios gerais para a comunidade, a gente vê que aqui isso é uma grande falha, a gente não vê o pescador tendo essa oportunidade, a gente não oportuniza pra ele tempo horário uma condição que possa realmente se fazer presente e ver aquela história da sucessão, o pescador continua pescando com a mesma linha, com a mesma canoa, se bobear a canoa tem 80 anos, 100 anos, um patrimônio histórico jogado ali (...) continua utilizando a mesma metodologia (...) “ah mas a pesca evoluiu (...) mas não alcançou a população tradicional e não conquistou as novas gerações (...) a ideia é essa instruir os estudantes para que eles tivessem a capacidade de ter a tecnologia a seu dispor e ter a sucessão, eles poderem fazer a sucessão (...) mas se ele tiver essa capacidade ele vai valorizar, pergunta para algum filho de pescador se ele quer ser pescador (D4)

Nesse sentido, a atividade da pesca é uma área de grande desafio metodológico e pedagógico, a nível regional, para a instituição e para os servidores. Os relatos indicam um diálogo com os atores sociais da pesca a princípio com certa desconfiança, a não continuidade das ações do IFCE com os pescadores e a expectativa dos pescadores por resultados em curto prazo.

No entanto, tem potencialidade e capacidade para realizar um trabalho exitoso com os pescadores, na medida em que já houve o começo de diálogo com as instituições que representam os pescadores, os docentes já ofertaram cursos para os povos do mar, mesmo que pontuais, uma parte dos servidores está com a energia do interesse e disposta a construir, o *campus* teve uma expansão do número de docentes e de discentes, contando com servidores comprometidos com a extensão e que possuem a visão ampliada de desenvolvimento que envolve inovação tecnológica com arte e cultura, e uma afinidade com projetos de extensão.

### 7.1.3.2 O compromisso institucional dos servidores

Há um engajamento de alguns servidores, em especial dos docentes, para promover o desenvolvimento dos povos do mar. Contudo, os entrevistados sinalizaram que não é unanimidade entre os servidores o engajamento com as atividades comunitárias:

(...) então nós precisamos entender que é a partir das coisas pequeninhas que as grandes podem acontecer sem dúvida (...) as vezes tem o status ... sou professor do IF... a formação como indivíduo ... eu não posso querer que as coisas que eu venho fazendo determinado professor fazer porque não é da formação dele (...) eu sei que tem muitos professores comprometidos e aqueles que ainda não são acho que com o tempo vão perceber que é necessário porque a essência de ser professor se não for (comprometido) ele logo logo vai entrar numa depressão que eu não desejo para ninguém ou vai ficar muito amargurado se você não vier para cá para ajudar a transformar e ser transformado quanto eu fui transformado nesses 5 anos é incrível ... eu acho que a satisfação ela passa por isso (D2)

tem também a questão de professores porque tem uns que já são mestres e doutores aí já vem com experiência de universidade aí quer implantar do mesmo jeito aqui não tem aquela preocupação de ver “ah aquele menino tá meio triste tá meio retraído” de se preocupar em procurar saber apesar que não é nenhum nível fundamental não tem nenhuma criança mas mesmo assim não tem essa preocupação de ver “ a gente tá aqui em Camocim numa cidade pequena vamo ver aqui como é que tá, o que tá acontecendo” ...não tem ...não vou dizer que são todos mas a maioria não faz isso não, tá nem aí ... ele vem para dar a aula dele e pronto cumprir a carga horária dele e pronto acabou, aluno quiser que se vire não tem a preocupação de saber como tá aquele aluno porque o rendimento dele caiu será que tem alguma coisa por trás família ou será que tá passando fome... como já teve aluno de desmaiar aqui próximo do setor (...) essa é a realidade daqui infelizmente (T2)

essa arrogância acadêmica... e para isso é preciso uma formação nossa ... porque as vezes não é porque o cara não queira...é porque não tem formação ... taes docentes... formação de aproximação.. não é uma formação antropológica (G1)

professor no IFCE é um professor mesmo... não é um educador, professor é uma coisa educador é outra... porque tem professor que chega dá aula é isso aquilo aquilo e você tem que tá estudando... o educador chega, bora fazer isso, bora sentar conversar, vamo ter uma rodinha aqui, sentir o aluno, porque tem muito aluno tá precisando de uma conversa, mais de um educador não de um professor... que chega dá aula sai, pronto, é como se fosse uma aula normal... faz o trabalho dele (...) tem aqui professor no instituto termina a aula vai embora não sabe qual o problema que o aluno tem... tem muitos alunos do IF com problemas sérios... a gente trabalha aqui vê o dia a dia... mas é muito bom as aulas aqui... mas é um professor (C2)

Nesse cenário, a formação no campus Camocim é visto como de qualidade, porém, na realidade, se deparou com outros desafios. Com o aumento dos concursos, as vagas atraíram professores com alto grau de formação para o interior, mas em alguns casos, percebeu-se a postura de insensibilidade quanto à realidade comunitária, ao contexto social dos estudantes, sem a formação em licenciatura, não comprometidos com o desenvolvimento da cidade, prezando por metodologias mais tradicionais. Da mesma forma, na observação de campo pôde-se incluir ainda o desinteresse em lecionar para cursos técnicos e a

descontinuidade das ações por motivo de remoção do docente. Esse é um ponto chave na análise sobre as ações não terem resultados em longo prazo dentro da instituição, pois são poucos servidores atuando com pesquisa e extensão voltados para o desenvolvimento local, e quando o docente constrói um trabalho é interrompido pela remoção.

Portanto, avalia-se como um aspecto negativo do *campus* a falta de compromisso de alguns servidores com a construção da nova institucionalidade dos IFs, de interação com o contexto local. Tal visão fundamenta-se nas análises de Pacheco (2010), que refletiu sobre como materializar o desenvolvimento local. Para o autor, é o diálogo e abertura de toda comunidade acadêmica para o contexto local, que requer também um perfil de profissionais da educação e estudante diferente dos modelos tradicionais, mais comprometidos com a pesquisa e extensão com a população local. Essa perspectiva se encaixa na proposta de trabalho com comunidades tradicionais da pesca, que necessita de um diálogo e construção democrática respeitando o saber tradicional. Portanto, a falta desse perfil articular, mediador, com olhar social e comunitário, prejudica a realização dos objetivos da expansão.

#### 7.1.3.3 A concepção de ciência e tecnologia

Esse indicador emergiu nas entrevistas diante de uma divergência interna acerca da inclusão das licenciaturas nos IFs a partir da política de expansão, com a Lei 11.892, de 29/12/2008. O conflito engloba o conceito de tecnologia. Para uns, a licenciatura no IF significou um avanço, pois abrange o conceito de tecnologia, para outros representou um aspecto negativo, diante do fato de que licenciatura não produz tecnologia, portanto, desvia a finalidade e o orçamento do desenvolvimento da ciência e tecnologia, como apontam dois entrevistados:

essa visão dessa expansão era muito assertiva, mas foi entrando outros elementos no meio, foi discutindo, aí veio o adendo das licenciaturas, o instituto virou um grande colejão... que não é nem uma universidade, não é nem uma escola técnica, nem colégio agrícola ... virou uma universidadezinha (...) onde é que tem ciência e tecnologia nas licenciaturas ... “ah mas o professor tá ensinando dar aula para que os cientistas produzam...” me engana que eu gosto... (...) acho um erro em investir em licenciatura nos interiores, porque... dois motivos... tirando uma fatia do bolo de investimentos e recursos para criar empreendedores locais, para formar professores ... e formar professores de uma forma não tão boa (...) eu fui colocado na sala pra dar aula no IFCE que achei que era outra coisa... eu pensei que fosse um MIT<sup>40</sup> brasileiro que a gente ia fazer... e de repente virou uma escolhinha (...) tira a oportunidade de ter uma experiência de vida morar na capital (...), de ter expertise da capital (...) é muito fácil de abrir curso de licenciatura, curso giz, não tem muito recurso, gasta menos, para a expansão muito fácil, não tá nem aí (...) aí você tira o recurso dos cursos técnicos...que o formato de prestadores de serviços (...) o IF tem

---

40 O entrevistado se refere ao Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

essa função de expansão da educação em ciência e tecnologia ... para criar empreendedores na parte de serviços nos cursos técnicos, e criar novos empreendedores e cientistas e motivadores na área tecnológica (...) você vai ter expertise local (...) nada contra a música ... mas nós temos um curso previsto em música em Camocim... eu acho que um curso técnico em música não serve para nada ... não faz muito sentido ... diferente um cara que vai consertar o motor de moto (D4)

temos um curso de letras, que tradicionalmente não é visto como uma ação tecnológica, as pessoas pensam tecnologia como produção de bens que aportam nele um grau de expertise estritamente *stricto sensu* ... mas o cara que pensa uma metodologia ativa de ensinar não é tecnológico... (...) enquanto legislação de 50% cursos técnicos 20% licenciatura.. 20% outros, de uma perspectiva da era Lula que havia uma fragilidade enorme das licenciaturas nos interiores ... já pensando em formar gente para formar gente... abriu o leque dos IF ofertar licenciaturas... isso foi muito importante ... começou com licenciaturas do eixo tecnológico biologia física matemática partiu para Letras e o IF hoje é também um grande formador de professores e está discutindo formação de professores, o IF como um todo ... e isso aportou dentro da rede uma outra ideia de tecnologia...ainda tem ranços de pessoas que porque produzem robôs softwares que são melhores dos que outros que produzem metodologias ativas que pensam docência (...) a nossa proposta de formação de rede tecnológica e rede profissional .. eu sou um entusiasta ... eu considero uma das mais modernas no mundo, que é a proposta de que o estudante enquanto um estudante... de um viés tecnológico... possa compreender a tecnologia como uma ação humana (...) então o IF rompe com a ideia tradicional de tecnologia e procura compreender o seu estudante como formador de tecnologia mas uma tecnologia como processo humano (...) houve uma mudança do conceito de tecnologia ... como fazer humano (G1)

Avalia-se que, a crítica mais forte à licenciatura do entrevistado D4 envolve o conflito sobre conceito de tecnologia, e defende o formato de curso voltado para prestadores de serviços, para aprender um serviço técnico. Depreende-se que há no *campus* uma coexistência de distintas concepções da EPT. Isso porque a visão do entrevistado D4 se distingue da proposta de expansão e criação dos IFs, esta última ligada à concepção de tecnologia como manifestação essencialmente humana, produto da ação do homem, expressando relações sociais das quais dependem, mas que também são influenciadas por ele (PPI, 2018, p. 30). Desse modo, tal conceito abrange as licenciaturas, e a negação disso gera entraves na articulação interna, e a pouca articulação entre os cursos. Na perspectiva do desenvolvimento, as licenciaturas foram importantes enquanto construção de crescimento na região, diante do déficit de docentes licenciados para atuação em áreas específicas, e pela baixa proficiência dos jovens da região.

Um dos motivos de insatisfação para com as licenciaturas é a diferença numérica dos cursos, e conseqüentemente o número de docentes e investimentos. São dois cursos de licenciatura de nível superior no *campus*, apenas um superior tecnológico e dois técnicos, e dessa forma, mesmo estando de acordo com a legislação vigente, o entrevistado D4 considera

que as licenciaturas são a prioridade no *campus* em detrimento dos outros cursos no modelo técnico e tecnológico mais tradicionais da EPT.

De todo modo, a opinião sobre o IFCE *campus* Camocim virar um “colegião”, uma “universidadezinha” é impactante. Isso porque um dos objetivos da política é a materialização de um novo projeto institucional que engloba a ação referenciada no desenvolvimento do território e inovação tecnológica, e isso coloca os IFs em maior destaque no seio da sociedade. Mas, caso essa nova institucionalidade não seja implantada, ou seja, a partir do momento em que os cursos do *campus* Camocim desenvolvem poucos projetos de pesquisa e extensão, ou projetos que não tragam benefícios para a sociedade, de fato o objetivo estará desvirtuado. Ou seja, esse depoimento é importante para questionar se os cursos estão cumprindo o compromisso com a aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida para os moradores de Camocim, ou apenas estão limitados às salas de aula.

De fato, a pouca atuação do *campus* com pesquisa, como apresentado no item anterior, descaracteriza a proposta de desenvolvimento da ciência e tecnologia e representa um sinal vermelho para a gestão. Mas, em contrapartida, o IF tem ampliado a extensão no *campus* e apresentado resultados positivos, como será apresentado a seguir. Dessa forma, avaliando de forma processual, torna-se injusto taxar o *campus* Camocim como um “colegião”, execrando os seus resultados.

Em síntese, no tocante à análise acerca das dimensões pedagógicas e organizacionais do IFCE e os povos do mar permite enfatizar os seguintes resultados:

- A proposta pedagógica dos cursos do IFCE *campus* Camocim não é flexível para garantir o acesso aos pescadores;
- Relação ainda distante com os pescadores, pois as ações do IFCE são descontinuadas, e pelo perfil de desconfiança dos atores sociais da pesca;
- Poucos docentes comprometidos com o diálogo perante a comunidade;
- Coexistência de visões mais tradicionais com a perspectiva ampliada da ciência e tecnologia na EPT.

### **7.1.4 Os povos do mar e o IFCE: percepções e mudanças**

#### 7.1.4.1 Percepções do IFCE Camocim

Um dos principais indicadores empíricos observado durante a pesquisa de campo no bairro Praia, e que foi inserido no roteiro de entrevistas para aprofundamento, foi que o IFCE é pouco conhecido na comunidade de pescadores.

Nas conversas no bairro Praia, e na entrevista com os estudantes e colaboradores, os participantes tiveram dificuldade de identificar projetos do IFCE para os povos do mar do bairro Praia. Em conversas informais, os pescadores identificam o IFCE como a escola próxima ao aeroporto e vizinho à escola profissionalizante, conhecem algum estudante, mas a relação é aparentemente distante. De acordo com os entrevistados:

Muita gente não sabe nem o que é... aqui na praia não sabem não... lá pro Jardim talvez saiba porque é mais perto de lá, pra cá ... só quem estuda mesmo que sabe ... que tá estudando ... aí o pessoal fala dos cursos pra lá aí que... talvez mexa com o povo quem está estudando para cá não falam não (...) pouca gente aqui da praia sabe, os pescadores saber o que é o IFCE, pouca gente sabe... é muito longe ... só quem tem moto ou carro, se fosse mais perto da praia talvez os pescadores soubessem o que era o IFCE... lá é muito longe, é fora da cidade bem dizer (A1)

não (conhecem), sabe que é uma faculdade muito boa que é federal comentam que tem curso que deveriam ir mas eles não conhecem... talvez não tenham oportunidade de vir, mas eles sabem que tem cursos que tem aula, mas acho que não conhecem muito mais não (A5)

hoje bem mais, mas antes não, uns 2 anos atrás... na época que eu fazia restaurante e bar achavam que o IF era a escola profissionalizante ... como lá tinha bem mais alunos eles achavam que era ... eu ficava na praia comprando peixe para o prof O. a gente falava, eu levava para os caras que eu conheço a gente falava “aqui é o prof lá do IFCE e tal” “ há aquela escola profissionalizante né” ... “ não, é o IFCE”... a gente falava dos cursos que tinham aqui técnicos superior ... falava manda o filho, mas geralmente a galera não quer, acho que é cultural do pessoal que vive na praia, aquela ilusão que acabou o ensino médio acabou os estudos ... a necessidade de ter o dinheiro o trabalho ... a mentalidade é um pouco fechada em relação a isso .... mas hoje eles conhecem (A6)

Pergunta ali na praia o que é o IFCE? Muitos alunos conhecem ... muito jovem conhece... filhos de pescador... no Maceió... sabe a história de Camocim já... já fizemos muita panfletagem muita divulgação, já participamos de movimento da cidade está entendendo? O nome do instituto está aí nas redes sociais, né ... o nome do Instituto, mas muitas vezes não impactou ainda sobre a área de pesca ... muitos desistem da pesca hoje em Camocim por causa disso da fragilidade (C1)

Assim, os depoimentos confirmaram a impressão da pesquisadora na observação de campo, ou seja, que a proposta do IFCE em dialogar com essa comunidade tradicional ainda é embrionária. A percepção é de que há menos iniciativas do que o IFCE é capaz, isso tudo agravado pelo aparente desestímulo dos pescadores com a educação formal. E assim, a

finalidade de atuar para o desenvolvimento local dos arranjos produtivos locais fica inviabilizada no setor da pesca.

Questionados se conheciam projetos para o bairro Praia, os estudantes indicaram que:

diretamente assim ainda não, no bairro onde moro ainda não, o IF não conseguiu chegar muito próximo (...) de nenhum dos cursos daqui... uma aluna do TPA que tinha um projeto relacionado a limpeza da praia, eu achei muito legal, eu vi ela na praia umas duas vezes... depois não vi mais ... é preciso uma campanha de conscientização porque a praia é muito suja eles mesmo sujam lá, os pescadores não tem a noção de educação ambiental... acho que seria legal uma campanha com eles, eles são dispostos, eles não vão para eventos de prefeitura porque tem a briga política, eles são bem assim... não vão.. mas quando tem o pessoal da igreja eles vão assistir, tem um espaço legal na praia, eles gostam de falar, eles estão ali de 16h a 20h eles estão ali (A6).

Já vi o pessoal fazendo entrevistas com os pescadores na praia... era o pescado, o peixe, a família... O quanto tirava p sustentar a família, de manhã, estavam lá anotando a renda e tal (A2)

as vezes eu vejo das pessoas que vão limpar... limpar a praia que está suja... já vi postagem das pessoas que vão (A5)

Vi agora esse ano ... fim do ano... umas coisa bonita... era tanto ônibus ... eu ia para rua e tinha um monte de rapaz aqui na praia tudo com aquelas fardas ... foi uma semana de festa ... que era muito ônibus... eu ficava na calçada um ônibus ia outro voltava eu olhava dizia “esses ônibus são do IFCE” Tinha festa deles a praia tava animada passou uns rapazes de blusa e um carro uma Hilux branca com o nome do IFCE pegando as coisas da brincadeira que teve na praia e levaram... meu genro disse que era uma festa que tava tendo (A1)

Os depoimentos respondem ao objeto de estudo IFCE e desenvolvimento dos povos do mar do bairro Praia. Na percepção dos estudantes, o IFCE realiza poucos projetos relacionados ao bairro Praia, e somente o projeto de limpeza da praia foi citado. Considerando povos do mar numa perspectiva ampliada, o IFCE não está inerte, existem ações no bairro Praia, mas no geral são questões pontuais aquém do potencial do campus. Uma estudante egressa do IFCE lembrou-se do evento Encontro dos Servidores do IFCE de 2019, quando 500 servidores de outros campi participaram de atividades desportivas em Camocim.

#### 7.1.4.2 Mudança de vida dos discentes filhos de pescadores

A maioria dos entrevistados afirmou que as ações do IF não modificaram os trabalhos dos pescadores, não afetaram o arranjo produtivo da pesca, mas geraram mudanças na vida das famílias, numa concepção de povos do mar que integra esposas, filhos e netos. Assim, o crescimento foi individual, por meio da ampliação do conhecimento, inserção no mercado de trabalho, aumento da renda, interesse em continuar os estudos:

através dele (curso FIC) que eu acho que eu consegui o meu emprego ... sabendo que eu tava fazendo o curso e me convidou (A1)

Sim, teve ainda mais pra oportunidades que o IF colocou, pra mim fez total diferença, pra mim veio como um ponto de partida não só (A3)

(representa) o futuro... o futuro é o IF... ele é mais do que uma casa para mim ... eu sempre ouvi dizer que a nossa escola tem que ser uma segunda casa mas ele é mais do que uma casa para mim... chega um momento que eu ia para casa só para dormir e ficava o dia inteiro aqui mas não porque era obrigado... Mas porque aqui você tem um suporte gigantesco então ele representa um futuro para mim ...eu namoro com uma menina que ela disse para mim que se vê futuramente sendo professora do IFCE então para você ver como o IFCE ele amplia a tua ambição de uma forma que você acha tão bom estudar em um instituto desse que você quer futuramente trabalhar dele então ... o IFCE apresenta para mim o futuro (A4)

eu ganhei mais chance de emprego... e uma forma do meu pai não me sustentar... porque aqui eu tive oportunidade de ser selecionada para trabalhar como professora e é uma oportunidade... se não tivesse aqui no IFCE eu não estaria trabalhando ... ou estaria trabalhando na casa dos outros ou em lojinha ganhando 400,00 ... então a oportunidade aqui fez eu ir além sabe ... eu consegui resolver minhas próprias coisas sem depender tanto do meu pai ... (desenvolvimento para os povos do mar) só vejo porque muitos filhos estão aqui hoje... estudando tendo oportunidade de estudar ... onde não tem oportunidade de ir pra fora... de ir pra longe porque muitos não tem condições... é a verdade... de manter seus filhos fora não... é que muitos jovens vem estudar aqui, muitos filhos de pescador ... conheço uns 4 lá da praia ... (A5)

meu amigo falou do curso de restaurante bar eu já tinha trabalhado como barman lá, vim fazer gostei do curso, nos 3 meses de greve voltei pra lá, consegui emprego facilmente por causa do curso nem tinha concluído estava no 1º semestre, é bom né... aí a mulher me contratou eu falei que não abria mão do curso, eu ficava a semana e volta nos fim de semanas, quando eu conclui o curso fui contratado aqui em Camocim e fiquei (A6)

o que eu já vi o que eu já senti de mudança para os povos do mar foi em relação não ao pescador em si .... o pescador tá lá tendo que trabalhar... mas o IF mexeu com a família dele porque a mulher do pescador que ficava lá esperando ele chegar passava 2 meses no mar passou a frequentar o IFCE eu já tive várias alunas que elas são mulheres de pescadores e elas se sentiram assim vivas fazendo o curso não nas diversas áreas aqui dentro do IF na área mesmo de pesca ... foram várias mulheres e até jovens também a gente realmente viu o quanto impactava na vida dessa mulher e dos filhos nem se fala a gente vê que filho de pescador faz um curso de licenciatura um curso de graduação aqui no IFCE... que vai morar em Portugal que vai morar em outro país... que grande oportunidade é essa ... o quanto expandiu a cabeça o pensamento desse aluno filho de pescador e quanto de interferência ele causa nessa família (...) por mais que público específico não seja pescador, mas a gente mexe com o povo do mar (...) teve impacto social porque mexe com os estudantes, os filhos, as mulheres que estão dentro do IFCE... com certeza levando algo para suas famílias, tem uma mudança, por pequena que seja, gera um pensamento diferente, sem dúvida tem impacto social, não tem como negar (D3)

o que eu percebo com essas mulheres, maioria mulheres, que estão vindo pra cá é ganhar ou aumentar a renda familiar porque o que o marido pesca às vezes não é o suficiente porque quando ele chega lá na praia os atravessadores já estão ali... o que ele vai fazer com aquele peixe (...) agora mesmo eu estava nas barreiras e fui abordado na praia pelas alunas do maceió, “professor o negócio tá pegando, as pizzas estão saindo de um jeito, as bolinhas, tá um sucesso”(…) a gente percebe que pelos resultados a gente tem visto aí o D. está aí no curso de letras está no 8 período hoje eu fico feliz o C. está aí na gastronomia e tem outros que estão sonhando entrar

ai pra química ou fazer outros cursos nós temos alunos relacionados com os povos do mar por exemplo na extensão que sonham em fazer restaurante e bar então eu acredito que dentro desse contexto, aqui considerando as impossibilidades os cerceamentos financeiros sobretudo para o IF ... os resultados são bons (...) eu venho pra cá pro IF feliz satisfeito para as coisas acontecerem(...) hoje encontro alunos... alguns já trabalhando alguns já fazendo outros cursos (D2)

a gente conseguiu se aproximar mais deles mas através da veia da extensão ... os nossos cursos formais ainda não estão se aproximando desse núcleo que a gente chama de fundadores (pescadores)... agora como a comunidade é complexa envolve filhos envolve netos parentes nós temos sim alcançado os povos do mar (...) estamos lidando com pessoas (...) no curso de extensão fic todos esses alunos tiveram resultado qualitativo enorme de entendimento que eles fazem parte de uma teia de sujeitos de direitos... fica uma semente (...) o outro resultado é a possibilidade de aproximação com o conhecimento formal, entendendo como aquela educação não chata, de lousa de pincel, de cutucão para gostar de estudar de aproximar de um outro tipo de aprendizagem, um resultado muito importante do ponto de vista qualitativo, outro resultado... quem está doando também ... do lado de cá dos servidores comecem a entender a importância desse trabalho de trabalhar com essas pessoas do resultado de sair da zona de conforto , resultado em nós gestores que é importante aportar mais confiança recursos possibilidades flexibilizar ações ... uma corrente do bem ... vê fazendo e outro pensa vou fazer também... e do ponto de vista quantitativo, resultado prático a capacidade das pessoas tem, elas são criativas extremamente pulsantes, de se apropriar do que a gente propôs e transformar... em resumo maior auto estima e aproximação com conhecimento formal, acho também que as vezes espírito de grupo se fortalece, porque são muito pulverizados cada um em suas vidas aí se juntam aí vem, acontece algo ali deles estarem juntos (...) confesso uma falha, temos dificuldade de feedback de captar resultados (...) o campus Camocim deve aprimorar as devolutivas (...) é preciso mecanismos institucionais de captação de resultados... não para se exibir, mas para (...) melhorar o resultado(G1)

Diante desses resultados, a mudança proporcionada pelo IFCE ocorreu na perspectiva do contexto privado, ou seja, tiveram resultados positivos na modificação da história de vida dos estudantes, famílias e dos servidores na qualificação dos povos do mar pelo IFCE. Contribuiu para a inserção dos filhos, esposas e netos no mercado de trabalho e na geração de renda. Contribuiu, assim, para amenizar a desigualdade de oportunidades dos jovens dos povos do mar no bairro Praia. Como observado antes, são poucos estudantes tendo acesso a esse ensino de qualidade, mas, para estes, a mudança na qualidade de vida ocorreu na ampliação de oportunidades e satisfação pessoal. Ainda foram apresentados outros indicadores sociais, como a felicidade por retornar às aulas, a autoestima, o bem-estar na convivência em grupo. Perante esse quadro, o compromisso da educação mais alinhado às potencialidades locais é parcialmente oferecido, ainda limitado diante da sua capacidade acadêmica. Mas no que se refere à área da pesca, novamente, ressalta-se que a realidade dos pescadores permanece intacta, ora a classe dos pescadores é tida como esquecida por parte dos entrevistados, ora uma classe desinteressada e desestimulada, porém é inegável que ainda não se estabeleceu um diálogo mais produtivo para alavancar esse setor da pesca artesanal no município.

Diante disso, os pontos que podem ser sublinhados, como resultados para a avaliação, são:

- O IFCE oportunizou uma mudança de vida para os estudantes do IFCE pertencentes aos povos do mar (filhos, esposas, netos dos pescadores), no que se refere à ampliação do conhecimento, inserção no mercado de trabalho, e satisfação pessoal em continuar os estudos;
- O arranjo produtivo local do setor da pesca não teve modificações em seu cotidiano laboral.

Ao analisar os dados da observação de campo, pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas, depreende-se que o IFCE proporcionou modificações no âmbito privado das famílias dos povos do mar, no entanto, ainda não conseguiu contribuir para o desenvolvimento coletivo da referida comunidade tradicional, como será analisado no item a seguir, que apresenta uma síntese da proposta de avaliação realizada neste trabalho.

## 8 SÍNTESE AVALIATIVA: A FUSÃO ENTRE TEXTO E CONTEXTO

Apresenta-se aqui uma síntese avaliativa dos resultados da integração dos dados, apresentados nesta dissertação, com os principais fenômenos observados sobre o objeto da avaliação, IFCE e desenvolvimento dos povos do mar em Camocim. Abaixo, segue, de forma detalhada, a relação entre o texto da política e os indicadores de resultado da avaliação em relação ao seu contexto local, qual seja, o da vida dos povos do mar de Camocim, de acordo com as múltiplas dimensões, conforme resultados da pesquisa:

Quadro 5 - Resumo Avaliação IFCE e desenvolvimento dos povos do mar

(continua)

POVOS DO MAR/DIMENSÃO	TEXTO DA POLÍTICA	O QUE MUDOU COM A EXPANSÃO DOS IFCE EM CAMOCIM
<p><b>DIMENSÃO HISTÓRICA</b> A presença de indígenas Tremembés e Tabajaras (primeiros povos do mar); fama do excelente porto atraiu desbravadores; A cidade se ergue à beira-mar (bairro Praia); destino econômico dos navios de grandes companhias da época; Porto e estação ferroviária desenvolveram Camocim; Bairro praia enquanto vila de pescadores numa cidade portuária</p>	<p>Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que, necessariamente, devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento. (MEC/SETEC, 2008, p.34)</p>	<p>Projeto de extensão “Trilhas Urbanas: Camocim, um pote de histórias”</p> <p>Não há projetos específicos do IFCE para os povos do mar.</p>
<p><b>DIMENSÃO ECONÔMICA</b> Camocim enquanto maior produtora de pescado, mas com a produção em declínio; Parcerias não vantajosas; desigualdade nas relações da pesca;</p>	<p>(Lei 11.892) Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008);</p> <p>(Plano de Expansão) (...) olhar fixo na realidade local, nas potencialidades estratégicas traduzidas pelos Arranjos Produtivos Locais e no compromisso com a inclusão social dos contingentes menos favorecidos (BRASIL, 2005)</p>	<p>- Para os estudantes do IFCE pertencente aos povos do mar, a instituição proporcionou a inserção no mercado de trabalho (fora do setor pesca) da maioria dos entrevistados;</p> <p>-Elevação de renda das mulheres participantes do “Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local” para as famílias dos pescadores, para complementar a renda da família;</p> <p>-O campus contribuiu com o desenvolvimento econômico da atividade da pesca de forma incipiente.</p>

Quadro 5 - Resumo Avaliação IFCE e desenvolvimento dos povos do mar

(continua)

<b>POVOS DO MAR/DIMENSÃO</b>	<b>TEXTO DA POLÍTICA</b>	<b>O QUE MUDOU COM A EXPANSÃO DOS IFCE EM CAMOCIM</b>
<p><b>DIMENSÃO LABORAL</b>            Maior e mais antiga colônia de pescadores (1.000 pescadores); Pesca artesanal sem inovação; profissão de alto risco com histórico de acidentes e naufrágio; embarcações tradicionais; não sucessão da profissão de pai para filhos</p>	<p>Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2008);</p>	<p>-Pesquisas sobre o trabalho dos pescadores artesanais;            -Não há projetos específicos do IFCE para o aprimoramento da pesca, sobretudo a pesca artesanal;            -Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca;</p>
<p><b>DIMENSÃO EDUCACIONAL</b>            Baixo nível de escolaridade; abandono escolar; possui apenas um curso preparatório;</p>	<p>(Plano de Expansão) Ampliar a área de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que formarão e educarão cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica;            -(Plano de Expansão) Implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de preferencialmente em periferias de grandes centros urbanos e municípios interioranos, distantes de centros urbanos, cujo cursos estejam articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho (BRASIL,2005);</p>	<p>-Implantação do IFCE campus Camocim em 2010;            -Os pescadores desconhecem a atuação do IFCE;            -Os familiares dos pescadores são os que mais procuram o IFCE;            -Oferta de 2 cursos técnicos e 3 superiores público, gratuito e presencial;            -Oferta de Cursos FICs Ostricultura e Aquicultura;            -Oferta de Minicurso de aproveitamento de pescados: uma perspectiva de culinária local” com familiares dos pescadores;            -Não há cursos para os pescadores;            -Presença de pescador em projeto de extensão de Letramento Avançar;            -Não há estratégias para o ensino do IFCE direcionado aos pescadores.            -O campus não conta com o eixo tecnológico Recursos Naturais</p>
<p><b>DIMENSÃO CULTURAL</b>            Tradições culturais, processões, regata, Salão de Artes, Aniversário da Cidade; dança do coco, reisado, dominó, bingo, conversas nas calçadas, praias, capoeira; Patrimônio imaterial (paisagem do porto das canoas) barcos artesanais que já não existem mais em outros lugares do mundo.</p>	<p>Na compreensão de seu trabalho coletivo, os Institutos Federais reúnem, da diversidade sociocultural, princípios e valores que convergem para fazer valer uma concepção de educação profissional e tecnológica em sintonia com os valores universais do homem, daí a importância de assegurar, nos Institutos Federais, o lugar da arte e da cultura (BRASIL, 2010)</p>	<p>-Incentivo ao grupo de dança de coco de praia;            -Projeto Capoeira e Letramentos de Resistência;            -Apoio no evento Salão de Artes;            -Novas metodologias pedagógicas que articulam ciência, tecnologia e cultura;            -Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar.</p>

Quadro 5 - Resumo Avaliação IFCE e desenvolvimento dos povos do mar

(conclusão)

POVOS DO MAR/DIMENSÃO	TEXTO DA POLÍTICA	O QUE MUDOU COM A EXPANSÃO DOS IFCE EM CAMOCIM
<p><b>DIMENSÃO SOCIAL</b> Pescadores “heróis”; Relação social “desconfiada”, atividade majoritariamente masculina; filhos detentores de sabedoria popular e perfil participativo dentro do IFCE; condição social de renda;</p>	<p>Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador (...) a política pública estabelece-se no compromisso de pensar o todo como aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras). (BRASIL, 2010)</p>	<p>-Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE; -Estudantes filhos de pescadores bolsistas do IFCE em pesquisa extensão;  -Não há projetos do IFCE específicos para os povos do mar nas temáticas dos direitos humanos e sociais (gênero, raça etnia, diversidade sexual, etc)</p>
<p><b>DIMENSÃO SAÚDE</b> Alcoolismo, acidentes de trabalho,</p>	<p>A educação profissional e tecnológica, enquanto política pública estratégica de Estado, estará articulada com um conjunto de outras políticas públicas que estão em curso, tais como: (...) política de saúde (BRASIL, 2005)</p>	<p>Estudantes filhos de pescadores com acesso à Assistência Estudantil do IFCE (setor saúde)</p>
<p><b>DIMENSÃO POLÍTICA</b> Relação com colônia de pescadores, Relação com a prefeitura</p>	<p>A comunicação entre os Institutos Federais e seu território torna-se imprescindível na definição de rumos a ser construídos a partir de uma concepção endógena, sob o ponto de vista de projetos locais (BRASIL, 2010)</p>	<p>-Diálogo embrionário com os atores sociais da pesca;  -Fortalecimento da parceria com a Prefeitura.</p>
<p><b>DIMENSÃO AMBIENTAL</b> Poluição da praia</p>	<p>promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008)</p>	<p>-Projeto de Limpeza das praias e mangues  -FIC Agentes de desenvolvimento socioambiental -Projeto Bhoia</p>

Fonte: Elaborado pela autora

Este quadro contém a análise do texto acerca dos conceitos, objetivos, critérios da Política de expansão dos IFs, utilizando o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação

Tecnológica (2005), a Lei de criação dos IFs (2008) e o documento “Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010” (2010).

Dessa forma, a articulação entre as principais dimensões (histórica, econômica, laboral, educacional, cultural, social, de saúde, política e ambiental) apresentaram indicadores observados em campo, e o surgimento de novos indicadores.

Assim, indicadores já esperados relacionam-se à expansão no que se refere à ampliação do acesso à educação pública federal, ampliação da infraestrutura e de recursos humanos, a mudança de vida dos estudantes, o número de atividades de pesquisa e extensão junto aos povos do mar.

No entanto, no decorrer da pesquisa surgiram novos indicadores socioculturais, o que corrobora a essa a avaliação a perspectiva de formulação de novos indicadores socioculturais segundo Gonçalves (2008), construídos durante o trabalho de campo, que articulem no tempo-espaço as múltiplas dimensões de uma comunidade atentando outras dimensões quanto aos resultados das políticas, tais como sociais, culturais, políticas e ambientais.

Entre os novos indicadores socioculturais que construímos, referem-se, em relação às múltiplas dimensões apontadas: o pouco conhecimento dos povos do mar acerca do IFCE, mesmo após 10 anos de inauguração do campus; a retirada do eixo tecnológico de Recursos Naturais e o desvio da finalidade inicial de trabalhar o setor da pesca; as relações de gênero, de saúde e ambientais; o perfil discente não focado exclusivamente nas dificuldades financeiras, mas, sobretudo, uma ênfase na sabedoria popular e na participação ativa; como o IFCE se articula com as demais instituições. Disso, identifica-se ainda a oportunidade para a Assistência Estudantil atuar junto aos povos do mar, nas dimensões sociais e de saúde e não se limitar apenas a docentes e estudantes.

No geral, não se pode negar que a expansão territorial dos IF oportunizou o acesso à educação de qualidade, pública, presencial e federal, com professores qualificados para a população antes desassistida. Esse objetivo geral da política de expansão da EPT foi, em boa parte, coerente no contexto de Camocim, tendo em vista que o campus está em processo de estruturação.

No entanto, sobre a dimensão socioeconômica e laboral, com a finalidade de desenvolvimentos dos APLs, os depoimentos foram unânimes em avaliar a atuação do IFCE para o desenvolvimento dos povos do mar como limitado frente ao potencial da instituição. Ainda que a instituição não esteja inerte diante dessa missão, pois, desde 2012, realiza tentativas de atuar junto aos povos do mar, mas os avanços foram distantes do esperado.

Os pescadores continuam com sua prática profissional da mesma forma de quando o IFCE chegou à cidade, e conhecem o IFCE apenas de ouvir falar. Assim, a política de expansão do IF no contexto de Camocim atua com os povos do mar na perspectiva dos familiares dos pescadores, havendo uma mudança de vida dos estudantes dos povos do mar, sobretudo uma mudança na trajetória individual.

Assim, analisando o deslocamento institucional da política para o contexto do IFCE *campus* Camocim, do IFCE e desenvolvimento dos povos do mar do bairro Praia, a pesquisa oportunizou identificar indicadores de resultado positivos, que foram: o perfil discente enquanto primeira geração dos povos do mar com acesso ao nível superior; perfil discente participativo e com saberes populares do meio ambiente; ampliação do acesso à educação profissional; mudança de vida dos estudantes dos povos do mar; concepção de EPT que considera a formação teórica relacionada à prática; atividades de extensão com oferta de cursos FICs e limpeza das praias; compromisso de alguns servidores.

Os pontos críticos da avaliação, segundo os parâmetros da avaliação em profundidade, foram: expansão precarizada; ausência do eixo tecnológico da pesca e desvio da proposta de trabalho inicial, poucos projetos de pesquisa e extensão para os povos do mar; não há atividades educativas para os pescadores e aprimoramento da pesca; dificuldade de dialogar com os atores sociais da pesca; poucos profissionais comprometidos com o trabalho nas comunidades; proposta pedagógica não flexível para oportunizar o acesso do pescador a um curso regular no IF; o IFCE é pouco conhecido perante os pescadores.

No entanto, isso infere em considerar necessidades de correção da implementação da política a nível local, que são: maiores investimentos; o maior diálogo com a comunidade da pesca; oferta de cursos para os povos do mar e para pescadores; a organização institucional para garantir o acesso desses sujeitos ao ensino formal; e a garantia de uma mudança coletiva da pesca, além da mudança de vida pessoal.

Para melhor serem circunstanciados os resultados desta pesquisa, realiza-se aqui a integração dos dados às categorias analíticas centrais deste trabalho, a de desenvolvimento e educação profissional

Neste intuito, associa-se aos eixos analíticos da avaliação em profundidade, expostos no item 2 desta avaliação, rerepresentando-se as quatro dimensões (a análise de conteúdo, o contexto da formulação, a extensão temporal e territorial e a construção de trajetórias institucionais) da avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008, p. 5) no tocante aos resultados alcançados nesta pesquisa avaliativa sobre a política de expansão do IFCE Camocim, no quadro abaixo:

Quadro 6 - Dimensões Avaliação em Profundidade

(continua)

<b>Eixos</b>	<b>Descrição</b>	<b>Resultados</b>
Análise de Conteúdo da política	Análise dos objetivos, dinâmica de implantação, bases conceituais e valores que sustentam a política de expansão do IFCE.	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Referência: Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008;</li> <li>-A ciência e tecnologia são consideradas fatores determinantes do desenvolvimento econômico e do bem estar social do país;</li> <li>-Proposta de expansão dos IFs para democratizar o ensino de qualidade, formando e educando “cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomia ética, política, intelectual e tecnológica;</li> <li>-644 campi inaugurados;</li> <li>-Nova perspectiva de territorialidade, ao implantar IFs em todos os estados;</li> <li>- Novo ordenamento jurídico;</li> </ul>
Contexto político	Análise do momento político e das condições socioeconômicas em que a política de expansão foi elaborada e implantada, apreensão do modelo político, econômico, social que sustentam a política à época.	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Elaborado e implantado no governo do presidente Lula da Silva, 2003-2010, e governo Dilma (até 2016)</li> <li>-Projeto de nação fundamentado pelo desenvolvimento com inclusão social; Perspectiva de enfrentamento da pobreza e da desigualdade, distribuição de renda e de inclusão social; ciclo de desenvolvimento, fundado em um modelo de estado interventor;</li> <li>-A retomada do crescimento econômico do país gera a exigência de trabalho qualificado e eleva a importância da formação escolar e profissional em todos os níveis;</li> <li>-Presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização</li> <li>-Em 2016 com a crise política e econômica o plano de estruturação das unidades foi suspenso, não houve verba para investimentos;</li> </ul>

Quadro 6- Dimensões Avaliação em Profundidade

(conclusão)

Eixos	Descrição	Resultados
Trajetórias institucionais	-Grau de coerência/dispersão do programa ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais; -As mudanças nos sentidos dados aos objetivos do programa e à sua dinâmica; -Aspectos culturais inerentes a esses espaços institucionais e organizacionais	-Construção do campus em 2009; inauguração em 2010; início dos cursos em 2012, expansão em 2015 e 2019. Acesso à educação de qualidade nos interiores; Expansão precarizada; -Concepção de educação profissional que articula teoria de prática; IFCE pouco conhecido perante os povos do mar do bairro Praia; -Atua com as famílias dos pescadores, mas não há cursos para os pescadores ou para desenvolver o APL da pesca; -Oportunidades sociais, com foco na mudança de vida privada; -Realização de FICs, limpeza das praias, oficinas e minicurso com os povos do mar, de caráter focal; -Não há eixo tecnológico para área da pesca.
Espectro temporal e espacial	Apreender a configuração temporal e territorial e confrontar as propostas/objetivos gerais da política com as especificidades locais e sua historicidade.	- Identidade de Camocim como “Cidade da pesca”; -Maior e mais antiga colônia de pescadores (1.000 pescadores); -Declínio da produção de pescado; -Pouco rendimento econômico da pesca artesanal; -Dificuldade de abordagem com os pescadores; -Baixa escolaridade; -Atividade laboral de alto Risco; -Complicações de saúde; -Demandas sociais de gênero; -Não há atividades educativas para os pescadores e aprimoramento da pesca.

Fonte: Elaborado pela autora

No que compete ao contexto da formulação da política de expansão dos IFs, ao analisar o Estado e as relações de poder, identifica-se que, por mais que as concepções da política de expansão estejam afinadas com um projeto de desenvolvimento dentro de uma proposta de progresso, persistem os elementos de subdesenvolvimento e dependência da macroeconomia nos termos neoliberais, que geram contradições na operacionalização da política. Assim, a expansão dos IFs alcançou a proposta do novo desenvolvimentismo segundo Bresser-Pereira (2010), mas não o projeto de Furtado (1980) que pressupõe uma mudança de estrutura.

Apesar dessas contradições, o contexto político era muito favorável para a EPT apoiada na definição de ciência e tecnologia mais ampliada e integrada a um caráter social,

consideradas fatores determinantes para o desenvolvimento econômico e do bem estar social do país, e que, para tanto, receberam um grande volume de investimentos. Assim, o projeto de grandes proporções de expansão dos IFs foi implementado com a organização de uma rede federal de EPT e a construção de 504 novas escolas em todos os estados.

O objetivo de ofertar uma educação profissional e tecnológica fundamentada na formação integral politécnica (SAVIANI, 2007), técnico-científica-humanística, ancorada nas concepções de desenvolvimento com inclusão social e emancipação humana, assumida nos documentos oficiais, fomentou uma mudança de paradigma, opondo-se à concepção tecnicista de formação profissional para o mercado, que separa a formação para trabalho manual e para o trabalho intelectual.

Porém, ao longo da concretização da política de expansão, o Estado neodesenvolvimentista, segundo Bresser-Pereira, gerou uma implementação complexa, que se aproximou com a teoria do capital humano, diferente da politécnica com Savianni e Frigotto.

Assim, se verifica, na trajetória institucional de expansão do IFCE, a coexistência de pensamentos diversos sobre a EPT, sendo que a proposta de educação profissional progressista de politécnica não é o discurso hegemônico, ainda que se observem, como foi visto, algumas iniciativas de EPT em Camocim com perspectiva ampliada da ciência e tecnologia visando a transformação social e, na prática, atuando com o modelo transitório e viável que integra os princípios da ciência, do trabalho e da cultura.

Pode-se frisar, como exemplo dessa atuação contraditória, o uso do conceito de Arranjos Produtivos Locais, de origem economicista. Um conceito mercadológico que, contudo, pode ser ressignificado, ultrapassando a ideia de competição e produtivismo para focar no bem viver da sociedade. Contudo, faz-se necessário um comprometimento em expandir a lógica progressista da política de expansão em seu conteúdo humanista, de diálogo com a comunidade e respeito à autonomia da comunidade tradicional.

Sobre a atuação do IF's como elemento fomentador do desenvolvimento na localidade, no caso de Camocim e os povos do mar, essa atuação sofre interferências institucionais na sua condução, que vêm apresentando limites. Como foi visto, por exemplo, ao negar a implantação do eixo tecnológico da pesca no *campus*, o IFCE gera um descompasso de ações que poderiam, potencialmente, estar voltadas para a comunidade.

Mas, como indica Carvalho (2011), apesar da garantia do bem-estar só ser viável em outra forma de sociabilidade, as políticas públicas podem contribuir com processos de ampliação do Estado, de ser permeável aos interesses coletivos, que incorpore as demandas da

maioria da população, tendo como base a justiça e equidade (CARVALHO, 2011), como foi o caso da política aqui avaliada.

Uma proposta mais coerente e viável de EPT para o desenvolvimento seria o etnodesenvolvimento, pois acrescentaria uma concepção alternativa que será útil para entender melhor o que falta para o IFCE, no caso, um desenvolvimento preocupado com o coletivo, com o grupo, não apenas o crescimento individual, respeitando o poder decisório sobre o seu território, recursos naturais e liberdade para negociar com o Estado, segundo os próprios interesses da comunidade (STAVENHAGEM, 1985, p. 41).

Finalmente, algumas recomendações políticas podem ser feitas para oportunizar um processo tanto de reflexão como de ação, ou seja, de resposta à sociedade quanto à política implementada, tal como propõe a perspectiva experiencial de LEJANO (2012).

Como propostas de encaminhamento futuros, durante as entrevistas, os sujeitos responderam o questionamento “e se você fosse o diretor do IFCE *campus* Camocim, o que você faria para o desenvolvimento dos povos do mar?” Como respostas, os entrevistados indicaram: diálogo contínuo com os pescadores, de uma forma que respeite os saberes populares, reuniões, ou organizar uma espécie de audiência pública sobre as demandas da pesca no IFCE; minicursos, cursos fics, formação de uma semana, curso de 20h, que atendessem a essa classe de ensino fundamental incompleto sem ensino fundamental; promover atividades culturais; incentivar a pesquisa; desenvolver uma tecnologia voltada para a pesca local, que mudaria os eixos tecnológicos; atuar no letramento e alfabetização dos pescadores; cursos sobre técnicas de pesca, sobre segurança no mar; trazer os pescadores para participar de atividades no *campus*; fazer oficinas para mostrar os cursos no bairro Praia; campanhas para limpeza das praias; fazer reunião com os setores do IFCE para elaborar um grande projeto de extensão com vários servidores envolvidos, incluindo a parte social também saúde; feira dos povos do mar no *campus*; contribuir com a reutilização do terminal pesqueiro; atuar em parceria com Capitania dos Portos e Colônia de Pescadores, Secretaria Municipal da Pesca, Prefeitura Municipal; relacionar as canoas com o turismo; utilizar o horário da noite ou fins de semana para o diálogo com os pescadores, no espaço físico da colônia; elaborar um projeto para organizar, fazia reuniões semanais na colônia, trazer o pescador para estudar o projeto;

A partir disso, esta avaliação, considerando as distintas percepções dos sujeitos da pesquisa, reconhece a necessidade do IFCE *campus* Camocim fortalecer sua organização interna e apoio mútuo para elaborar um projeto institucional amplo, que tenha a perspectiva de desenvolvimento para os povos do mar, semelhante à proposta do etnodesenvolvimento,

elevando suas potencialidades culturais, sociais, laborais e ambientais, não se limitando quanto à formação e mudança individual dos sujeitos. Trabalhar com os povos do mar, portanto, demanda uma atuação que articule ensino, pesquisa e extensão, respeitando a cultura local e a sabedoria popular, através de projetos mais articulados e com mais parcerias, com respeito à autonomia (BRASIL, 2010).

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi avaliar o encontro da política pública de expansão da educação profissional e tecnológica, no âmbito do IFCE, com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE.

Para tanto, a avaliação foi de cunho antropológico, instigante e encorajador, com base na metodologia experiencial de Lejano (2012) e com a proposta de relacionar texto e contexto da política de expansão dos IF's. Apoiado também pela perspectiva da avaliação em profundidade (RODRIGUES, 2008), buscou um estudo articulado entre múltiplas dimensões da política (contexto, conteúdo, trajetórias institucionais da política, sociais, culturais, políticas, econômicas, territoriais). Analiticamente, este estudo congregou-se às categorias povos do mar, desenvolvimento, conceito de educação profissional e expansão da EPT/ IFCE.

A partir de indicadores de resultados, alcançados neste trabalho, entende-se que o IFCE representou uma mudança de vida para os estudantes entrevistados. Pela visão dos servidores, os alunos dos povos do mar têm um diferencial, pois são herdeiros de uma sabedoria popular diferente dos demais, e são aguerridos, no sentido de serem participativos, de valorizarem a experiência na instituição, ou então, de não desistirem tão fácil.

Por diferentes mediações, o IFCE esteve presente junto aos povos do mar, principalmente na dimensão educacional, na oferta ampla de 2 cursos técnicos e 3 superiores; na oferta de Cursos FICs Ostreicultura, de Merendeiras Escolares, de Aquicultura, e de Agentes de desenvolvimento socioambiental; oferta de Minicurso de aproveitamento de pescados na perspectiva de culinária local com familiares dos pescadores; presença de pescador em projeto de extensão de Letramento Avançar; projeto de limpeza das praias. De forma unânime, os entrevistados reconheceram que a expansão do acesso à educação técnica e superior ocorreu com os familiares (filhos, esposas, netos) dos pescadores, mas não com os próprios pescadores interessados diretos no aprimoramento da pesca.

Ao observar a dimensão econômica e laboral, é nítida a necessidade de maior integração entre os atores sociais da pesca e o IFCE, para viabilizar uma proposta formação integrada construída coletivamente, respeitando os anseios locais. Foi possível identificar também a oportunidade para a Assistência Estudantil atuar junto aos povos do mar, nas dimensões sociais e de saúde, e a atuação com os povos do mar não se limitar apenas a docentes e estudantes.

Assim, o olhar diante das múltiplas dimensões favoreceu uma percepção mais ampliada da abrangência da política de expansão do IFCE, fazendo notar que o *campus* não está inerte, mas que, sim, necessita avançar diante da sua capacidade e potencialidade.

Os discentes dos povos do mar são na maioria jovens tendo a oportunidade de ser a primeira geração com nível superior de suas famílias; o ensino, pesquisa e extensão tiveram avanços, mas reconhecidamente incipientes; as dimensões pedagógicas e organizacionais do IFCE indicaram o início do diálogo entre IFCE e comunidade, mas com dificuldade de se adaptar às especificidades dessa comunidade; os povos do mar conhecem pouco o IFCE. Na fusão entre texto e contexto, no sentido de Lejano (2012), a coerência institucional entre os objetivos de desenvolvimento local e a experiência da política na prática em Camocim se deu em parte.

No entanto, entende-se que o *campus* possui uma potencialidade de avançar em seus resultados, na proposta de criar um projeto institucional amplo, que tenha a perspectiva de grupo, semelhante com a proposta do etnodesenvolvimento que se propõe a atuar no desenvolvimento. Dessa forma, o fato de estudantes dos povos do mar serem atraídos pelo ensino regular não é garantia de um desenvolvimento para a comunidade tradicional.

Reafirma-se, portanto, a importância de se criar estratégias para o acesso dos pescadores, caso tenham interesse, no ensino, pesquisa e extensão do IFCE *campus* Camocim, com a proposta de educação integrada para todos (jovens, adultos, trabalhadores) na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora (CIAVATTA, 2005).

Nesse sentido, não se trata meramente de dar acesso aos povos do mar à modalidade de educação profissional. É necessário que o projeto de educação e formação profissional também se reinvente nesse processo, que esteja aberto para rever os seus métodos e princípios e realmente sendo coerente com a proposta de diálogo com a comunidade como conhecer, trocar saberes, propor inovações para o desenvolvimento do território respeitando a autonomia dos sujeitos. Construir uma relação com os aspectos socioculturais desse grupo social que se empodera de seu local, tornando-se um lugar de possíveis ações e educações transformadoras.

Considero que realizar uma pesquisa em avaliação por meio da abordagem experiencial de Lejano possibilitou uma pesquisa até então inédita na região. Oportunizou à pesquisadora e técnica da instituição percorrer um processo de muita aprendizagem diante do tema povos do mar e expansão do IFCE, diferente das avaliações tradicionais. Como o Lejano diz, “[isso] requer além de habilidade, um pouquinho de coragem” (LEJANO, 2012, p. 226), mas representou uma pesquisa mais longa, de trabalho mais intenso, e talvez mais rica de

dados.

Esta dissertação, portanto, problematizou o porquê até o presente momento a pesca e os povos do mar não foram institucionalmente considerados, tendo em vista as iniciativas pontuais e individuais. Por outro lado, os povos do mar e a pesca, com seus problemas contemporâneos, tecnologia e geração, por exemplo, constituem a territorialidade de Camocim. E este dilema entre as demandas da sociedade e o objetivo do IFCE no desenvolvimento foi apresentando através dos indicadores socioculturais de avaliação em profundidade e experiencial do IFCE de Camocim e os povos do mar.

O título “o mar ensina” faz uma homenagem à história de vida dos pescadores e seus familiares, que tinham como principal professor o mar, pois a formação profissional ocorre com o repasse do conhecimento dos pescadores mais velhos para os mais novos, e “se virando” em alto mar.

Por meio da política de expansão dos IFs, Camocim foi contemplada há 10 anos com um *campus*, um marco histórico na política de educação pública da cidade, dentro do contexto político do Governo Lula. A comunidade, de forma geral, conhecia pouco o IFCE, e a identidade do *campus* foi se construindo gradativamente.

Assim, o IF chega no cenário singular de Camocim, com um litoral privilegiado de 62 km de praia e reconhecido como cidade da pesca, e possui uma herança cultural dos povos do mar. Com a chegada do IFCE na cidade, tanto a instituição quanto a atividade da pesca, e os pescadores, podem ter muito a ganhar. Como foi demonstrado, o diálogo entre eles está embrionário, mas, institucionalmente, apresenta potencial para avanços, na esperança de que o IFCE venha a aprender com os povos do mar.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. A. G; MAIA, L. P. Perfil socioeconômico dos pescadores brasileiros. **Arquivos de Ciências do Mar**, Fortaleza, v.44, n.3, p.12-19, 2011.
- ALVES, A. M; ROCHA NETO, J. M. A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 311-338, jul/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/5525776c88b67.pdf>> . Acesso em: 01 mar.2019.
- ALVES, G. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil**. [S.l:s.n], 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/05/20/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-i/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo , v.58, n. 91, p. 23-52, nov. 2011 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002011000300002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000300002)>. Acesso em: 01 mar. 2019.
- ARAÚJO, G. G. ; CARVALHO, C. E. ; SCHWERTNER, G. A repercussão das leis ambientais para a realidade das atuais categorias do setor pesqueiro de Camocim - CE. In: Nascimento Júnior, F.M.; Schwertner, G. **Tópicos em Análises Ambientais**. Camocim: Clube dos Autores, 2019.
- ARAÚJO, T. B. O governo Lula e o Nordeste. **O Povo**, Fortaleza, 26 dez.2010.
- \_\_\_\_\_. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio sobre desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: REVAN, 2000.
- \_\_\_\_\_. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. In: SANTOS JUNIOR, O. A. et al. **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- \_\_\_\_\_. Desenvolvimento Regional Brasileiro e Políticas Públicas Federais no governo Lula. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.
- ARCARY, V. **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica**. [S.l:s.n], 2005. Disponível em: <<http://sinasefepa.org/index.php/comunicacao/noticias/93-ultimas-noticias/1444-valerio-arcary-lanca-artigo-sobre-institutos-federais>>. Acesso em: 07 ago. 2018.
- ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Revista Ambiente & Sociedade**, ano 2, n.5, p 79-252, 1999.
- ASSIS, L. F. **Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE**. 2012. 278 f. Tese

(Doutorado em Geografia Humana) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Banco de dados IDH-M**. [S.l.:s.n], 2010. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/870](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/870)>. Acesso em: 04 mar. 2019.

BARBOSA, D. P. C. **Pintura na travessia**: a paisagem litorânea na obra de Raymundo Cela (1930-1950). 2010. 189 f. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, Emir (Org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

BELLINGIERI, J. C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, ano 19, v. 2, n. 37, p. 6 – 34, ago.2017.

BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. **Econ. soc.**, Campinas, v. 21, p. 729-747, dez.2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182012000400002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000400002)>. Acesso em: 11 mar. 2020.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: EdUnicamp, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória no 103, de 1º de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 1 jan. 2003a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Seminário Nacional de Educação Profissional**: concepções, experiências, problemas e propostas. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.208/04. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)>. Acesso em: 07 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase I**. Brasília-DF, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/apresentacaocriteriofase2.pdf>> Acesso em: 03 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154 de 23 de Julho de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 jul. 2004. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)>. Acesso em: 07 ago.2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Subsídios para a Discussão da Proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs\\_02fev05.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/subs_02fev05.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. Brasília, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=96261-1plano-expansao-rede-federal-fase-i&category\\_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=96261-1plano-expansao-rede-federal-fase-i&category_slug=setembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 25 abr. 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 001/2007**. Chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II. Brasília, 2007b. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital\\_chamadapublica.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/edital_chamadapublica.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Chamada Pública MEC/SETEC n.º 002/2007**. Chamada Pública de Propostas para constituição dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Brasília, 2007c. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada\\_publica\\_ifet.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 29 dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm)>. Acesso em: 07 ago.2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica: política da EPT 2003- 2010**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em: <[http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz\\_Augusto\\_Caldas\\_Pereira\\_Concepcoes\\_Diretrizes.PDF](http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF)>. Acesso em: 11 ago.2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº11.959, de 26 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 jun. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes**. Brasília: SETEC/MEC, 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional e Tecnológica. **Projetos e Ações 2010**. Brasília: SETEC/MEC, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha, Continental e Aquicultura Familiar**. Brasília: SETEC/MEC, 2006. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/acoes-e-programas-na-ept/68-sem-categoria/1016-politica-de-formacao-humana-na-area-de-pesca-marinha-continental-e-aquicultura-familiar>> Acesso em: 10 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. TC 026.062/2011-9. Relator: Ministro José Jorge. Modalidade: Auditoria Operacional – Fiscalização de Orientação Centralizada. Brasília,: TCU, 2012.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina: texto para discussão n. 274**. São Paulo: FGV, 2010.

\_\_\_\_\_. Teoria novo-desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.145-165, jul.-dez. 2016

CALLOU, A. B. F. Povos do Mar: Herança Sociocultural e Perspectivas no Brasil. **Revista Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n.3, p 45, 2010.

CARVALHO, A. M. P. **Radicalizar a democracia: o desafio da reinvenção da política em tempos de ajuste**. Fortaleza: EdUFC,2004. Disponível em: <[http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26474/1/2004\\_art\\_ampcarvalho.pdf](http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26474/1/2004_art_ampcarvalho.pdf)>. Acesso em: 29 mar.2019.

CARVALHO, A. M. P. Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In: SOUSA, F. J. P. **Poder e políticas públicas na América Latina**. Fortaleza: EdUFC, 2010.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito vantagens e restrições do e equívocos usuais**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003. Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/redesist](http://www.ie.ufrj.br/redesist)>. Acesso em: 09 abr.2020.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

CIAVATTA, M. Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CONCEIÇÃO, F.C; OLIVEIRA, C.G; SOUZA, D.B. Rostow e os estágios para o desenvolvimento. In: NIEDERLE, P. A; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2016.

CORDEIRO, G. S. **Vem jogar mais eu, mano meu: cartografando a capoeira na cidade de Camocim como jogo de linguagem e resistência negra**. 2015. 297f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2015.

COSTA, V. Políticas Públicas no Brasil: uma agenda de pesquisas. **Idéias – Rev. Inst. Filos. Ciênc. Hum.**, v.6, n.2, p.135-166, jul/dez. 2015. Disponível em:<<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/2163/1568>> Acesso em: 13 maio 2018.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências sociais**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 2012.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Embarcação de Camocim naufraga no Maranhão; oito pescadores são resgatados**. Fortaleza, 2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/online/embarcacao-de-camocim-naufraga-no-maranhao-oito-pescadores-sao-resgatados-1.2150164>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

DIEGUES, A. C. A Sócio-anthropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, v.3, n.2, p.361-375, 1999.

DIEGUES, A. C. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Povos e Mares: leitura em sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/biblioteca>>. Acesso em: 04 mar.2019.

FAVERI, D. B.; PETTERINI, F. C; BARBOSA, M. P. Uma avaliação do impacto da política de expansão dos institutos federais nas economias dos municípios brasileiros. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n.50, jan./jun. 2018.

FIGUEIREDO, S. G. **Quixadá e a Implantação Do IFCE: contribuições socioeconômicas, culturais e educacionais na perspectiva da comunidade**. [S.]: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FORTALEZA. **No Ceará, pescadores artesanais questionam revisão do seguro defeso**. **Fortaleza**: EBC, 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-08/em-assembly-no-ceara-pescadores-artesanais-questionam-revisao-do-seguro>>. Acesso em: 04 mar.2019.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: uma trajetória histórica controvertida. **Educ. Soc.**, v.26, n.92, p.1087-1113, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 abr. 2020.

FRIGOTTO, G. Capital Humano. In: BRASIL, I. P; LIMA, J. C. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. Disponível em: <[http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Capital\\_Humano\\_-\\_rec.pdf](http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Capital_Humano_-_rec.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Os Circuitos da História e o Balanço da Educação no Brasil na Primeira Década do Século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 67-82, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v7s1/04.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

FURTADO, C. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. **O Capitalismo global**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARRONE NETO, D; CORDEIRO, R. C; HADDAD, V. Acidentes do trabalho em pescadores artesanais da região do Médio Rio Araguaia, Tocantins, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 795-803, jun. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102311X2005000300013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2005000300013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 mar.2019.

GIL, A. C. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

GOMES, C. Por que o golpe acontece? In: JINKINGS, I; KIM, D; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONÇALVES, A. F. Políticas Públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, n.1, p. 17-28, 2008.

GUSSI, A. F. **Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito**. Fortaleza: EdUFC, 2008. Disponível em: <<http://www.mapp.ufc.br/index.php/pt-br/revista-aval/edicoes>>. Acesso em: 27 fev.2019.

GUSSI, A. F; GONCALVES, A. F. **Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre universalismo e particularismos**. [S.l]: IPEA, 2011.

GUSSI, A. F; OLIVEIRA, B. R. **Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas**. Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas e outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, v. 4, p. 83-101, 2016.

GUSSI, A. F. A dimensão cultural na avaliação de políticas públicas. In: 9 Congresso Latinoamericano de Ciência Política, 2017, Montevideu. **Anais do 9 Congresso Latinoamericano de Ciência Política**.

\_\_\_\_\_. Avaliação de Políticas Públicas: Entre Modelos Hegemônicos e Perspectivas Epistemológicas Emergentes. 2017, Maranhão. **Anais eletrônicos. UFMA**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/mesas/perspectivascontrahegemonicasnocampodaavaliacaodepoliticaspUBLICAS.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/Ceara.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Ceara.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. **Panorama, 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/camocim/panorama>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. **Análise da Unidade de Conservação do Plano de Manejo Parna de Jericoacoara**. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-conservacao/Analise\\_Unidade.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-conservacao/Analise_Unidade.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. **Seguro Defeso – Pescador Artesanal**. Brasília: INSS, 2019. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/seguro-desemprego-do-pescador-artesanal/>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. **Perfil Municipal 2017 Camocim**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <[https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Camocim\\_2017.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2018/09/Camocim_2017.pdf)>. Acesso em: 04 MAR. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional dos Campi (2013-2018)**. Fortaleza: IFCE, 2013. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. IFCE Campus Acaraú. **Blogspot**, Acaraú, 8 jul. 2011. Disponível em: <<https://ifce-acarau.blogspot.com/search?q=camocim>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional** - Instituto Federal do Ceará (2014 - 2018). Fortaleza: IFCE, 2014. Disponível em: <[http://www.ifce.edu.br/images/arquivos/doc\\_institucionais/pdi/INSTITUTO\\_FEDERAL\\_DO\\_CEAR%C3%81.pdf](http://www.ifce.edu.br/images/arquivos/doc_institucionais/pdi/INSTITUTO_FEDERAL_DO_CEAR%C3%81.pdf)>. Acesso em: 02 mar.2020.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Institucional**. Fortaleza: IFCE, 2015. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/outros-documentos/ppi-ifce.pdf>>. Acesso em: 10 ago.2018.

\_\_\_\_\_. **IFCE Campus Camocim**. Camocim: IFCE, 2015. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/camocim/menu/o-campus>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Territorialização do IFCE campus Camocim**. Camocim: IFCE, 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de Permanência e Êxito - PROEN**. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/proen/ensino/plano-de-permanencia-e-exito.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Campi**. Fortaleza: IFCE, 2017. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentosinstitucionais/00517AprovaRegimentodoscampi.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Programa de Extensão. **Educação e preservação ambiental**. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: <[https://ifce.edu.br/comunicacao-social/revista\\_arquivos/revista-ifce-2018.pdf](https://ifce.edu.br/comunicacao-social/revista_arquivos/revista-ifce-2018.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Programa De Ensino. **Projeto Político Institucional**. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: <[https://ifce.edu.br/proen/ensino/ppi-versao-final\\_0811018\\_.pdf](https://ifce.edu.br/proen/ensino/ppi-versao-final_0811018_.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2020

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico 2018**. Fortaleza: IFCE, 2018. Disponível em: <[https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-ifce-2017\\_2018.pdf/view](https://ifce.edu.br/instituto/anuario-estatistico/anuario-ifce-2017_2018.pdf/view)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional - Instituto Federal do Ceará (2019 - 2023)**. Ceará: IFCE, 2019. Disponível em: <<https://ifce.edu.br/instituto/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-23-versao-final.pdf/view>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Portal IFCE em números**. Fortaleza: IFCE, 2019. Disponível em: <<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

KOWALSKI, A. V. **Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. Porto Alegre: PUCRS, 2012.

KUENZER, A. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1153-1178, out. 2007.

LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. In: **Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST)**. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 2004. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufrj.br>>. Acesso em: 10 abr. 2020

LEJANO, R. P. **Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto**. Campinas: Arte Escrita, 2012.

LIMA, M. C. Pescadoras e pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes. **Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, ano 05, n.10, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2108>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

LOUREIRO, C. V; GORAYEBB, A. O turismo comunitário na zona costeira do Ceará, Brasil. **Revista Ciência e Sustentabilidade**, Juazeiro do Norte, v. 3, n. 1, p.58-73, jan/jun 2017.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINHA DO BRASIL. **Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários**. Brasília, 2018.. Disponível em : <<https://www.marinha.mil.br/delpepitacio/sites/www.marinha.mil.br/delpepitacio/files/aquaviarios2018.pdf>>. Acesso em: 12 de mar. 2020.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F . **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. Petrópolis: Vozes, 1999.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ Abrasco, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica: proposta em discussão**. Brasília: MEC/SETEC, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2018.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura- 2011**. Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **País possui mais de um milhão de pescadores ativos - 2015**. Brasília, 2015. Disponível em:

<<http://noticias.gov.br/noticias/pesquisa.xhtml?b=&j=10&q=0&o=0&dp=&e=0&editorial=nu1l&p=4963>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

MONTEIRO, T. M. **Camocim centenário: 1879-1979**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1984.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v.2, p.1-27, 2007.

NEVES, Soraya da Silva. **Organização e gestão atual da pesca da lagosta vermelha (Panulirus argus Latreille, 1804) na plataforma continental do Ceará, Brasil**. 2014. 168f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Pesca) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Pesca, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

NIEDERLE, P. A; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2016.

NOGUEIRA, L. S. M. **Segurança e saúde dos pescadores artesanais no estado do Pará**. São Paulo: Fundacentro, 2017.

OLIVEIRA, E. C. **Avaliação do impacto de instalação dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia nos municípios brasileiros**. 2017. 138f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

OLIVEIRA, R. Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil. **El País**, 06 maio 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618\\_348570.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html)>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. OIT – **ONU no Brasil**. [S.l]: ONU, 2014. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS\\_242715/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_242715/lang-pt/index.htm)>. Acesso em: 04 mar.2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **FAO no Brasil**. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/pt/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti\\_evolucao.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf)> . Acesso em: 01 mar. 2019.

PEREIRA, L. A. C. **A rede Federal de Educação Profissional e o desenvolvimento local**. [S.l:s.n], 2003.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Resultados ano base 2017**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <<http://resultados.plataformanilopecanha.org/2018/>>. Acesso em: 01. mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resultados ano base 2018**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>>. Acesso em: 01. mar. 2020.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

RAMALHO, C. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 8-27, jan./jun. 2012.

RAMOS DE SOUZA, J. E; CORREA JUNIOR, D. S. Os Institutos Federais em Três Dimensões de Análise. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 10, p. 2-11, jun. 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3463/1481>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

REZENDE, G. M. **Avaliação de políticas públicas no Brasil : uma análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. Brasília : Ipea, 2017. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170215\\_livro\\_avalicao\\_politicas\\_publicas\\_brasil\\_vol3\\_cap09.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170215_livro_avalicao_politicas_publicas_brasil_vol3_cap09.pdf)> . Acesso em: 01 mar. 2019.

REZENDE, S. M. Uma década de avanço em ciência, tecnologia e inovação no Brasil. In: **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013.

RIAL, C. S.; HELLEBRANDT, L.; ANDRADE LEITAO, R. de F. Pesca e gênero: reconhecimento legal e organização das mulheres na colônia z3. **Vivência - Revista de Antropologia**, v. 1, p. 123-136, 2016.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v.8, n.1, p.7-15, 2008.

\_\_\_\_\_. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n.16, p. 55-73, mar. 2011.

\_\_\_\_\_. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Revista Desenvolvimento em Debate**, Fortaleza, v.4, n.1, p.103-115, 2016.

RODRIGUES, L. C; ARAUJO, A. G. P. Pesca artesanal e projetos de desenvolvimento em Bitupitá, Ceará: os direitos das populações costeiras frente aos interesses empresariais e estatais. **Vivencia** , Natal, v. 1, p. 13-32, 2016.

SAMPAIO JR., P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, n.112, p.672-688, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>> . Acesso em: 01 mar. 2019.

SANTOS, C. A. P; FREITAS, G. **Historiando Camocim**. Sobral: EdUVA, 2017.

SANTOS, C. A. P. **O Coco de Praia de Camocim**. Disponível em: <<http://camocimpotedehistorias.blogspot.com/>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SANTOS, C. A. P. **Domingo em Camocim - vai dar praia?** Camocim, 2013. Disponível em: <<https://camocimpotedehistorias.blogspot.com/2013/04/domingo-em-camocim-vai-dar-praia.html>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, J. A. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento** . Rio de Janeiro: EdUERJ, LPP, 2018.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989.

\_\_\_\_\_. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003.

\_\_\_\_\_. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p.33-38, jan. abr. 2007.

SELMA, M. R. A; ALVES, T, L; SANTANA, A. C. **Educação No Semiárido: contribuições dos Institutos Federais.** Campina Grande: CEMEP, 2016.

SECRETARIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - SETEC. **Expansão da Rede Federal.** Brasília: MEC, 2019. Disponível em:  
<<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 10. abr. 2019.

SILVA, A. P. **Pesca artesanal brasileira: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos.** Palmas : Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014. Disponível em:  
<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/108691/1/bpd3.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

SILVA, A. R; TERRA, D. C. T. **A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os desafios na contribuição para os desenvolvimentos local e regional.** Curitiba: UTFPR, 2013. Disponível em:  
<[http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur\\_Rezende.pdf](http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf)>. Acesso em: 04 mar. 2019.

SILVA, V. L; AGUIAR, A. S. S. **"Um oásis dos menos favorecidos da sorte": a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim/CE. 1962-1979.** Sobral: EGUS, 2014.

SINGER, A. V. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SOUSA, A. A. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil.** Fortaleza: EdUFC, 2011.

STAVENHAGEM, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada do pensamento desenvolvimentista. **Anuário Antropológico**, v.84, p.11-44, 1985.

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil.** Caxias do Sul:[s.n], 2012.

TRIGUEIRO, N. M. **Os desdobramentos das reformas de educação profissional e tecnológica promovidas pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva no Instituto Federal do Ceará, campus Juazeiro do Norte.** Campina Grande:[s.n], 2014.

TURMENA, L; NEVES, M. L. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n.54, p. 1067-1084, jul-set, 2017.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – MAPP  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) estudante/servidor,

Você está convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem a finalidade de realizar um estudo de avaliação da política pública de expansão da educação profissional e tecnológica, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e sua relação com o desenvolvimento dos povos do mar, localizados no município de Camocim/CE. Caso você concorde em participar, será solicitado a responder algumas perguntas para conhecermos a sua opinião acerca da trajetória da Política de expansão do IF em Camocim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento dos povos do mar, mudança na vida do estudante e sua família, e conceito de educação exercido pelo IFCE, com recorte para o campus Camocim. As perguntas serão feitas através de entrevistas por meio de questionários, e as suas respostas serão gravadas em MP3/MP4 para uso exclusivo da pesquisa. Manteremos seu nome em sigilo (caso prefira), identificando-o(a) apenas como: profissional da gestão, profissional do campus, cargo ou função.

Sua participação é livre e voluntária, e qualquer dúvida você pode procurar a pesquisadora, Aniely Silva Brilhante.

Agradecemos desde já sua colaboração.

**CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após convenientemente esclarecido pela pesquisadora, conforme acima descrito, e ter entendido o que me foi explicado, consinto que minhas opiniões e ideias sejam utilizadas conforme o presente protocolo de pesquisa.

Camocim, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

Assinatura do Entrevistado

Aniely Silva Brilhante - Pesquisadora

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM DOCENTES

Data: \_\_\_\_\_

Identificação do(a) servidor(a):

Nome \_\_\_\_\_

Cargo/função \_\_\_\_\_ sexo: fem ( ) masc ( ) Idade: \_\_\_\_\_

Origem: \_\_\_\_\_ Tempo no campus Camocim \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

- 1 - Como ocorreu a sua chegada em Camocim e no IFCE?
- 2 - Conhece a história do campus? Você sabe de que forma o IFCE chegou no contexto de Camocim? Você participou desse processo? De que maneira?
- 3 - Já ouviu falar sobre a política de expansão dos IFs entre 2003 e 2016? Se sim, qual sua opinião?
- 4 - Quais mudanças no IFCE campus Camocim foram mais relevantes desde quando você chegou até o presente momento?
- 5 - Considerando o contexto dos povos do mar, compreendidos neste estudo como comunidade tradicional que possui atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações, você leciona ou lecionou para algum pescador ou familiar de pescador? Conhece o contexto social? Conte sua experiência.
- 6 - Percebeu alguma diferença na permanência, êxito e aprendizagem desse estudante em relação aos outros alunos?
- 7 - Está satisfeito com o aprendizado dos alunos dos povos do mar no IFCE?
- 8 - Em resumo, na sua opinião, qual educação o IFCE proporciona a esses estudantes?
- 9 - Sobre o contexto local, ao longo da história do IFCE campus Camocim você realizou alguma atividade acadêmica de pesquisa e extensão, ou conhece algum servidor que realizou, para os pescadores ou para os bairros praia ou distrito Guriú (tatajuba)? Como você observa o contexto social? De que forma os estudantes foram envolvidos nestas atividades? Qual impacto foi possível observar?
- 10 - Qual sua avaliação sobre as atividades do IFCE no desenvolvimento dos povos do mar?
- 11 - Você conhece alguma demanda/necessidade de ensino, pesquisa e extensão para os povos do mar?
- 12 Se você fosse um gestor do IFCE, o que faria para o desenvolvimento dos povos do mar?

## APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM TÉCNICO ADMINISTRATIVOS

Data: \_\_\_\_\_

Identificação do(a) servidor(a):

Nome \_\_\_\_\_

Cargo/função \_\_\_\_\_ sexo: fem ( ) masc ( ) Idade: \_\_\_\_\_

Origem: \_\_\_\_\_ Tempo no campus Camocim \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

- 1 - Como ocorreu a sua chegada em Camocim e no IFCE?
- 2 - Conhece a história do campus? Você sabe de que forma o IFCE chegou no contexto de Camocim? Você participou desse processo? De que maneira?
- 3 - Já ouviu falar sobre a política de expansão dos IFs entre 2003 e 2016? Se sim, qual sua opinião?
- 4 - Quais mudanças no IFCE campus Camocim foram mais relevantes desde quando você chegou até o presente momento?
- 5 - Considerando o contexto dos povos do mar, compreendidos neste estudo como comunidade tradicional que possui atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações, você acompanhou algum pescador ou familiar de pescador? Conhece o contexto social? Conte sua experiência.
- 6 - Percebeu alguma diferença na permanência, êxito e aprendizagem desse estudante em relação aos outros alunos?
- 7 - Em resumo, na sua opinião, qual educação o IFCE proporciona a esses estudantes?
- 8 - Sobre o contexto local, ao longo da história do IFCE campus Camocim você realizou alguma atividade acadêmica de pesquisa e extensão, ou conhece algum servidor que realizou, para os pescadores ou para os bairros praia ou distrito Guriú (tatajuba)? Como você observa o contexto social? De que forma os estudantes foram envolvidos nestas atividades? Qual impacto foi possível observar?
- 9 - Qual sua avaliação sobre as atividades do IFCE no desenvolvimento dos povos do mar?
- 10 - Você conhece alguma demanda/necessidade de ensino, pesquisa e extensão para os povos do mar?
- 11 Se você fosse um gestor do IFCE, o que faria para o desenvolvimento dos povos do mar?

## APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM COLABORADORES

Data: \_\_\_\_\_

Identificação do(a) servidor(a)/colaborador (a):

Nome \_\_\_\_\_

Cargo/função \_\_\_\_\_ sexo: fem ( ) masc ( ) Idade: \_\_\_\_\_

Origem: \_\_\_\_\_ Tempo no campus Camocim \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

- 1 - Como ocorreu a sua chegada em Camocim e no IFCE?
- 2 - Conhece a história do campus? Você sabe de que forma o IFCE chegou em Camocim? Você participou desse processo? De que maneira?
- 3 - Quais campi você já conheceu ou ouviu falar do IFCE? Sempre teve esses campi?
- 4 - O que você percebeu que mudou no IFCE campus Camocim desde quando você chegou até o presente momento?
- 5 - Você durante o tempo que trabalha no campus conheceu algum pescador ou familiar de pescador que estuda ou estudou no IFCE? Conhece o contexto social? Conte sua experiência.
- 6 - Percebeu alguma diferença desse estudante em relação aos outros alunos?
- 7 - Em resumo, na sua opinião, como é o jeito do IFCE de ensinar?
- 8 - Você já participou de algum curso, projeto, ou oficina com os pescadores ou familiares? Se sim, como foi? Você acha que os participantes gostaram?
- 9 - O que você acha do trabalho do IFCE com os pescadores e familiares?
- 10 - O que você acha que os pescadores precisam para se desenvolverem?
- 11 - Se você fosse um gestor do IFCE, o que faria para o desenvolvimento dos povos do mar?

**APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM GESTOR**

Data: \_\_\_\_\_

Identificação do(a) servidor(a)/colaborador (a):

Nome \_\_\_\_\_

Cargo/função \_\_\_\_\_ sexo: fem ( ) masc ( ) Idade: \_\_\_\_\_

Origem: \_\_\_\_\_ Tempo no campus Camocim \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

- 1 - Como ocorreu a sua chegada em Camocim e no IFCE?
- 2 - Conhece a história do campus? Você sabe de que forma o IFCE chegou no contexto de Camocim? Você participou desse processo? De que maneira?
- 3 - Já ouviu falar sobre a política de expansão dos IFs entre 2003 e 2016? Se sim, qual sua opinião?
- 4 - Quais mudanças no IFCE campus Camocim foram mais relevantes desde quando você chegou até o presente momento?
- 5 - Considerando o contexto dos povos do mar, compreendidos neste estudo como comunidade tradicional que possui atividades de subsistência no mar, com tradições próprias e conhecimento aprofundado sobre a natureza passado por gerações, você acompanhou algum pescador ou familiar de pescador? Conhece o contexto social? Conte sua experiência.
- 6 - Percebeu alguma diferença na permanência, êxito e aprendizagem desse estudante em relação aos outros alunos?
- 7 - Em resumo, na sua opinião, qual educação o IFCE proporciona a esses estudantes?
- 8 - Sobre o contexto local, ao longo da história do IFCE campus Camocim você realizou alguma atividade acadêmica de pesquisa e extensão, ou conhece algum servidor que realizou, para os pescadores ou para os bairros praia ou distrito Guriú (tatajuba)? Como você observa o contexto social? De que forma os estudantes foram envolvidos nestas atividades? Qual impacto foi possível observar?
- 9 - Qual sua avaliação sobre as atividades do IFCE no desenvolvimento dos povos do mar?
- 10 - Você conhece alguma demanda/necessidade de ensino, pesquisa e extensão para os povos do mar?
- 11 Se você fosse um gestor do IFCE, o que faria para o desenvolvimento dos povos do mar?

## APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO COM ESTUDANTES

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Município de origem: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

Local de moradia da família: ( ) rural ( ) urbana

- 1 - Em relação a sua história, como foi sua infância e adolescência ? Sempre morou neste lugar?
- 2 - Como é a sua família? Moram com você?
- 3 - Você poderia falar um pouco sobre o local onde mora, as principais características do local.
- 4 - Você participa de alguma atividade do bairro (cultural, social, eventos, regatas, etc)
- 5 - Na sua infância e adolescência, você teve alguma dificuldade em estudar, cursar o ensino fundamental e médio?
- 6 - Sobre o contexto dos pescadores, como o seu familiar escolheu a profissão de pescador?
- 7 - Na sua opinião, como é o trabalho dos pescadores (aspectos positivos e negativos)?
- 8 - Para você, quais as maiores necessidades dos pescadores ?
- 9 - Em relação ao IFCE, como você conheceu o campus Camocim?
- 10 - Você conhece a história de como foi criado o IFCE campus Camocim?
- 11 - Como foi a escolha pelo curso? A família apoiou sua escolha de estudar no IFCE?
- 12 - Conseguiu concluir o curso? Houve alguma dificuldade na permanência no curso? Qual?
- 13 - Na sua trajetória no IFCE foi possível participar de projetos de pesquisa, extensão ou intercâmbio? Caso sim, descreva a experiência.
- 14 - Você realizou alguma atividade ou produziu alguma pesquisa para os pescadores, familiares ou para o bairro/localidade onde mora? Qual impacto foi possível observar?
- 15 - Já teve conhecimento de algum projeto ou intervenção do IFCE para a população do bairro onde você mora? (praia ou Tatajuba?)
- 16 - Após o curso, foi possível se inserir no mercado de trabalho? Foi na mesma área do curso?
- 17 - Você reconhece alguma mudança na sua vida e na de sua família?
- 18 - Consegue perceber mudanças na realidade do bairro onde mora (povos do mar) e em Camocim após a instalação do campus do IFCE?
- 19 - Em resumo, na sua opinião, qual educação o IFCE proporciona a esses estudantes?
- 20 - Você está satisfeito com o aprendizado no IFCE?
- 21 - Em resumo, o que o IFCE representa para você?
- 22 - Como você acredita que é o conhecimento dos demais moradores do bairro/localidade acerca do IFCE campus Camocim?
- 23 - Se você fosse um gestor do IFCE, o que faria para o desenvolvimento local dos povos do mar?

**APÊNDICE G - ROTEIRO DE PESQUISA DE CAMPO COM OS POVOS DO MAR/  
FAMILIARES DOS ESTUDANTES**

Como é o trabalho dos pescadores?

O que os pescadores estão precisando no momento?

Já ouviu falar do IFCE de Camocim?

Já viu ou participou de alguma ação do IFCE na praia?

O que você acha do trabalho do IFCE?

Mudou alguma coisa com a chegada do IFCE?